RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

GESTÃO 2025

Prefeito **Leonardo Barreto de Moraes**
Vice-Prefeita **Magna dos Anjos Queiróz**

SGOV-Secretaria de Governo	**Secretário-Geral de Governo:** **Secretário Geral de Governo Adjunto:** **Secretário de Governo em Exercício:** Sérgio Murilo Lemos Paraguassú Filho
CGM-Controladoria Geral do Município	**Controlador:** Jonhy Milson Oliveira Martins **Controlador Adjunto:** Jeoval Batista da Silva
PGM-Procuradoria Geral do Município	**Procurador-Geral:** Salatiel Lemos Valverde **Procurador Adjunto**: Geane Pereira da Silva
SEMAD-Secretaria Municipal de Administração	**Secretário:** Antônio Figueredo de Lima Filho **Secretário Adjunto:**
SEMIAS- Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social	**Secretária**: **Lucília Muniz de Queiroz** **Secretária Adjunta:** Tércia Marília Martins Brasil
SEMED-Secretaria Municipal de Educação	**Secretário:** Giordani dos Santos Lima **Secretário Adjunto:**
SEMTEL- Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer	**Secretário: Paulo Roberto Oliveira de Moraes Junior** Assessor Intersetorial I**:** Ítalo Rodrigues Soares Aguiar Reis
SEMEC-Secretaria Municipal de Economia	**Secretário:** Wagner Garcia de Freitas **Secretário Adjunto:** Sérgio Luiz Pacífico **Secretária Executiva de Orçamento**: Letícia Agnes Gonçalves Barros **Secretária Executiva de Planejamento**: Larissa Ananda Paiva Maciel **Secretário Executivo de Finanças e Contabilidade**: Luiz Henrique Gonçalves **Secretário Executivo da Receita Municipal**: Ari Carvalho dos Santos
SEMA-Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	**Secretário:** Vinícius Valentin Raduan Miguel **Secretário Adjunto**: Renato Muzzolon Júnior
SEINFRA-Secretaria Municipal de Infraestrutura	**Secretário**: Giovanni Bruno Souto Marini **Secretário Adjunto**:
SEMAGRIC- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	**Secretário**: Rodrigo da Silva Ribeiro **Secretário Adjunto:** Alexandre Silva de Oliveira Filho
SEMUSA-Secretaria Municipal de Saúde	**Secretário:** Jaime Gazola Filho **Secretária Adjunta**: Mariana Aguiar Prado
SEMTRAN-Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade	**Secretário:** Iremar Torres Lima **Secretário Adjunto**:
SEMDEC-Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade	**Secretário:** Raimundo de Alencar Magalhães **Secretário Adjunto:** Lucimar Rapozo da Silva
EMDUR-Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano	**Diretor-Presidente:** Bruno Oliveira de Holanda
FUNCULTURAL-Fundação Cultural de Porto Velho	**Presidente**: Antônio Alves Ferreira
SMCL- Secretaria de Contratos, Convênios e Licitações	**Secretário:** Marcio Rogerio Gabriel **Assessor Especial I:** Genean Prestes dos Santos
IPAM-Instituto de Previdência e Assistência Social	**Presidente:** Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete
SMTI-Superintendência de Tecnologia da Informação e Pesquisa	**Superintendente:** Cezar Eduardo Dondoni Marini
SMD-Superintendência Municipal de Distritos	**Superintendente**: **Superintendente Adjunto:** Naidio Rai Gonçalves Wagner
SECOM-Secretaria Municipal de Comunicação	**Secretário:** **Secretário Adjunto:** Francisco da Silva Costa
SMPDC- Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil	**Superintendente I:** Marcos Berti Cavalcanti
ARDPV-Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho	**Presidente: Oscar Dias de Souza Netto**
OGM- Ouvidoria Geral do Município	**Ouvidora Geral:** Camila Tailande Loiola dos Anjos
CME-Conselho Municipal de Educação	**Conselheira Presidente:** Vera Lúcia Borges da Silva de Lima

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município de Porto Velho

MAGNA DOS ANJOS QUEIRÓZ
Vice-Prefeita

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SÉRGIO LUIZ PACÍFICO
Secretário Municipal Adjunto de Economia

LARISSA ANANDA PAIVA MACIEL
Secretária Executiva de Planejamento

LETÍCIA AGNES GONÇALVES BARROS
Secretária Executiva de Orçamento

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário Executivo de Finanças e Contabilidade

ARI CARVALHO DOS SANTOS
Secretário Executivo da Receita Municipal

ASSESSORIA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

MEIRE DARC DANTAS DE FIGUEIREDO
Relatora

ORÇAMENTO

Flávio Silva Lima
Lucas Fernando Balbinot
Rosane da Silva Cruz

CAPA

Elaboração: D'arc Dantas
Fotos: Prefeitura Municipal de Porto Velho | Fábio Ono

PORTO VELHO
2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5
MUNICÍPIO 5
PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 8
SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV 13
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DISTRITOS - SMD 15
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI 21
OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - OGM 25
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SMPDC 26
AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS E DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – ARDPV 29
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM 34
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM 47
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM 56
SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL 62
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD 71
SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC 79
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL 101
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA 115
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE - SEMTRAN 123
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - SEMDEC 132
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC 138
SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS 146
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL 159
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED 164
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME 178
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA 181
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA 206
EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR 215
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM 220
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 232
CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO - CONACI 238

APRESENTAÇÃO

"A transparência é o alicerce da confiança pública."
Kofi Annan

Apresentamos o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2025, elaborado em conformidade com o artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988; o artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho; e a Instrução Normativa nº 65/2019 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que disciplina os procedimentos para sua elaboração e apresentação.

O presente relatório expressa o compromisso da nova gestão municipal com a transparência, a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e a efetividade das políticas públicas. Mais do que um instrumento de prestação de contas, este documento representa um retrato da gestão pública em ação, evidenciando resultados, avanços, desafios e perspectivas que norteiam a construção de uma cidade mais justa, sustentável e inovadora.

A prestação de contas é um dos pilares da democracia e da boa governança. Ao dar visibilidade às ações desenvolvidas, este relatório reforça a importância do controle social e do aprendizado institucional, assegurando que cada decisão, investimento e política implementada esteja alinhada ao interesse público e às necessidades da população de Porto Velho.

O Relatório Anual de Gestão 2025 está estruturado por unidade setorial, dando uma visão ampla da estrutura da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Com o início de uma nova administração municipal, 2025 marca uma etapa de renovação de compromissos e de consolidação de políticas públicas baseadas em resultados, planejamento e participação social. A gestão reafirma seu propósito de fazer mais e melhor com responsabilidade fiscal, priorizando o desenvolvimento humano, a modernização administrativa e a sustentabilidade das ações governamentais.

Mesmo diante de desafios econômicos, sociais e ambientais que afetam o cenário global e nacional, a Prefeitura de Porto Velho manteve-se firme na execução de seu planejamento, fortalecendo a governança pública e ampliando o diálogo com a sociedade.

Este relatório é, portanto, o registro de um ano de transição, trabalho e compromisso com o futuro, reafirmando o papel da Prefeitura de Porto Velho como agente promotor do desenvolvimento local e do bem-estar coletivo.

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

MUNICÍPIO

Localizado a 85 metros de altitude, com coordenadas geográficas latitude 8°45’43” Sul e longitude 63°54’14” Oeste, o município de Porto Velho situa-se em plena Floresta Amazônica, na margem direita do Rio Madeira, o maior afluente da margem direita do Rio Amazonas. É o centro político e administrativo do Estado de Rondônia e integra a maior bacia hidrográfica do planeta, a Amazônica.

Com uma extensão territorial de 34.090,96 km² (IBGE, 2022), Porto Velho é o município mais extenso do Brasil, abrangendo 14 distritos — Abunã, Calama, Demarcação, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos, Vista Alegre do Abunã, União Bandeirantes, Rio Pardo e o Distrito Sede — sendo os dois últimos ainda sem lei de criação formal.

Segundo o Censo 2022 (IBGE), o município possui 460.434 habitantes, com densidade demográfica de 13,51 habitantes por km², configurando-se como o município mais populoso de Rondônia e o quarto mais populoso da Região Norte. Além disso, Porto Velho é a única capital estadual do Brasil que possui fronteira internacional, limitando-se ao sul com a Bolívia.

Limites Geográficos

Porto Velho faz limite:

- ao norte, com o Estado do Amazonas (municípios de Lábrea, Canutama e Humaitá);
- ao sul e à leste com os municípios rondonienses de Alto Paraíso, Buritis, Nova Mamoré, Machadinho d’Oeste, Cujubim, Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari;
- a oeste, com o Estado do Acre (município de Acrelândia).

Essa localização confere ao município uma posição estratégica na Amazônia Ocidental e na América do Sul, permitindo a integração logística e econômica com diferentes regiões do país e com países vizinhos. Sua posição na margem direita do Rio Madeira, importante via fluvial de transporte e comércio, facilita o escoamento da produção tanto para o Oceano Atlântico quanto para o Oceano Pacífico, por meio dos corredores intermodais Brasil–Peru e Brasil–Bolívia.

Aspectos Históricos e Econômicos

O desenvolvimento de Porto Velho está historicamente associado a diferentes ciclos econômicos que marcaram sua formação urbana e social.

- O Ciclo da Borracha, no final do século XIX, impulsionou a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912, consolidando o primeiro núcleo urbano da região.
- Nas décadas seguintes, o município viveu o Ciclo do Minério, com destaque para a exploração da cassiterita e, posteriormente, do ouro de aluvião no Rio Madeira.
- Já na década de 2010, teve início o Ciclo das Usinas Hidrelétricas, com a construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, que transformaram o cenário energético e econômico regional.

Formação Política e Administrativa

Porto Velho foi criado e instalado em 2 de outubro de 1914, à época pertencente à Província do Amazonas, e elevado à categoria de cidade em 1919. Em 1943, com a criação do Território Federal do Guaporé, Porto Velho tornou-se sua capital. Em 1956, o Território passou a denominar-se Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. No final de 1981, foi transformado em Estado de Rondônia, instalado oficialmente em 1982, tendo Porto Velho como sede do governo estadual.

Panorama Atual

Atualmente, Porto Velho consolida-se como um importante polo político, logístico e econômico da Amazônia Ocidental, desempenhando papel estratégico na integração regional, nacional e internacional.

O município concentra as principais estruturas de administração pública estadual e federal em Rondônia, além de um diversificado conjunto de atividades econômicas nos setores energético, logístico, comercial, de serviços e agroindustrial, reafirmando sua posição como porta de entrada da Amazônia rondoniense e eixo de desenvolvimento sustentável da região Norte.



Fonte: Secretaria Municipal de Economia – SEMEC/ASSESSORIA EXECUTIVA
Adaptado do Mapa de Distritos, Localidades e Povoados de Porto Velho-GEO PORTAL PMPV
Disponível em: https://geoportal.portovelho.ro.gov.br/mapas_municipais.html

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais é uma publicação de periodicidade quadrimestral, elaborada em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A gestão orçamentária e financeira constitui instrumento fundamental para o acompanhamento, a avaliação e o controle das ações governamentais, permitindo a análise da aplicação dos recursos públicos ao longo do exercício.

Neste relatório, serão apresentadas e analisadas as informações relativas às receitas e despesas da Administração Municipal de Porto Velho referentes ao exercício de 2025.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em atendimento ao disposto na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), o Município apresenta o Balanço Orçamentário referente ao 6º bimestre de 2025, instrumento que evidencia a execução das receitas e despesas no período, permitindo a análise comparativa entre a previsão atualizada e os valores efetivamente realizados. Os dados demonstram que o Município manteve equilíbrio fiscal, assegurando a cobertura das despesas correntes necessárias à manutenção dos serviços públicos, bem como a realização de investimentos por meio das despesas de capital.

A receita total prevista foi de **R$ 2.929.248.319,11**, tendo sido realizada a importância de **R$ 2.840.585.679,79**, demonstrando desempenho arrecadatório compatível com o planejamento fiscal, realizando **96,97%** da receita prevista.

Balanço Orçamentário

(Em R$ 1,00)

Descrição	Valor
Previsão Atualizada	2.929.248.319,11
Receita Realizada	2.840.585.679,79
Despesas Correntes	2.506.455.075,83
Despesas de Capital	142.473.288,43
Despesas Intraorçamentárias	161.279.716,92
Total da Despesa	2.810.208.081,18

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

Verifica-se que as receitas realizadas foram suficientes para cobrir as despesas executadas, evidenciando **equilíbrio orçamentário e solvência financeira**, em consonância com os princípios da responsabilidade na gestão fiscal.

Receitas Correntes Líquida - RCL

A Receita Corrente Líquida (RCL), apurada com base na arrecadação dos últimos doze meses, constitui parâmetro fundamental para verificação dos limites estabelecidos nos termos do art. 53 da LRF, a Receita Corrente Líquida constitui o principal parâmetro para verificação dos limites fiscais. O indicador serve de base para o controle das despesas com pessoal, do endividamento e para a avaliação da capacidade financeira do Município.

Receita Corrente Líquida-RCL

(Em R$ 1,00)

Descrição	Valor
Receita Corrente Total (12 meses)	2.813.531.342,29
Deduções	362.812.197,24
RCL	2.450.718.545,05
RCL Ajustada para Endividamento	2.430.594.853,05
RCL Ajustada para Pessoal	2.331.871.482,72

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

A estrutura da RCL demonstra capacidade financeira consistente e adequada para suportar os compromissos legais e constitucionais.

Resultado Primário

O Resultado Primário, conforme art. 53, inciso III, da LRF, os resultados fiscais apuram o esforço da gestão na sustentabilidade das contas públicas, demonstra a diferença entre receitas e despesas primárias, desconsideradas as operações financeiras. O resultado alcançado no período reflete a responsabilidade na gestão fiscal, evidenciando a capacidade do Município de honrar seus compromissos sem comprometer o equilíbrio das contas públicas., demonstra que o Município arrecadou mais do que gastou em despesas primárias, contribuindo para a sustentabilidade fiscal e o controle do endividamento.

O Município superou a meta fiscal, transformando um déficit previsto em superávit de R$ 30,1 milhões.

Resultado Primário

(Em R$ 1,00)

Indicador	Valor
Receita Primária	2.466.332.449,17
Despesa Primária	2.436.216.196,97
Resultado Primário	30.116.252,20
Meta Fiscal	(126.983.482,00)

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

O resultado positivo demonstra superação da meta fiscal e equilíbrio na execução das despesas primárias.

Observa-se manutenção da sustentabilidade da dívida pública municipal.

Resultado Nominal

O resultado nominal é um indicador das contas públicas que mostra a variação da dívida líquida em um período. É calculado somando o resultado primário (receitas menos despesas antes dos juros) com os juros nominais da dívida.

Resultado Nominal

(Em R$ 1,00)

Descrição	Valor
DCL em 31/12/2024	-102.454.433,23
DCL no final de 2025	-20.303.556,89
Resultado Nominal	-112.150.876,34
Meta Prevista	-129.419.725,00

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

Aplicação em Educação

A aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) é verificada com base na receita de impostos e transferências constitucionais, nos termos dos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal e da Lei nº 14.113/2020 (FUNDEB), o Município deve aplicar no mínimo 25% das receitas de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O percentual aplicado demonstra o cumprimento do limite constitucional, reforçando o compromisso com a política educacional, pois o Município cumpriu integralmente o limite constitucional e aplicou percentual superior ao mínimo exigido

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino-MDE

(Em R$ 1,00)

Indicador	Valor
Base de Cálculo(	1.526.855.078,68
Receita de Impostos	495.833.881,11
Transferências Constitucionais	1.031.021.997,51
Mínimo Constitucional (25%)	381.713.769,67
Aplicado	395.313.490,51
Percentual Aplicado	25,89%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

FUNDEB

No âmbito do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, verifica-se o cumprimento da aplicação mínima de 70% dos recursos na remuneração dos profissionais da educação básica. O percentual aplicado demonstra conformidade com a legislação vigente e reforça a valorização dos profissionais do magistério municipal.

FUNDEB

(Em R$ 1,00)

Indicador	Valor
Receita Recebida	401.892.688,95
Aplicação em Profissionais	306.564.499,69
Percentual Aplicado	76,28%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

Aplicação em Saúde

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS, cujo mínimo conforme disposto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, corresponde a 15% da base de cálculo, das receitas de impostos e transferências, foi realizada em percentual superior ao exigido pela Constituição Federal. O montante empenhado evidencia não apenas o cumprimento da norma legal, mas também o fortalecimento das políticas públicas de saúde e o compromisso da gestão municipal com a ampliação e qualificação da assistência prestada à população.

O Município aplicou aproximadamente R$ 126 milhões acima do mínimo legal, evidenciando prioridade orçamentária à saúde.

Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS

(Em R$ 1,00)

Indicador	Valor
Base de Cálculo	1.469.356.674,53
Receita de Impostos	495.833.811,11
Transferências Constitucionais	973.522.863,42
Mínimo Constitucional (15%)	220.403.501,18
Despesa Empenhada	346.616.811,71
Percentual Aplicado	23,59%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

Despesa com Pessoal

A **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)**, em seu art. 55, define como Despesa com Pessoal e Encargos Sociais o somatório dos gastos do ente federativo com servidores ativos, inativos e pensionistas, compreendendo os detentores de mandato eletivo, ocupantes de cargos, funções ou empregos públicos, civis e militares, bem como os membros de Poder.

Nesse conceito incluem-se todas as espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas ou variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras e quaisquer vantagens pessoais, além dos encargos sociais e das contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente às respectivas entidades de previdência.

Despesa com Pessoal

Indicador	Valor (R$)	% RCL
Despesa Líquida com Pessoal	1.137.744.743,76	48,79%
Limite Máximo	1.137.744.743,76	54,00%
Limite Prudencial	1.259.210.600,67	51,30%
Limite de Alerta	1.196.249.470,64	48,60%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

No exercício de 2025, a Despesa Líquida com Pessoal, apurada em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) e em conformidade com os critérios estabelecidos pela LRF, manteve-se abaixo dos limites de alerta, prudencial e máximo fixados na legislação. O resultado demonstra o adequado controle da folha de pagamento, o equilíbrio fiscal e a observância aos princípios da legalidade, responsabilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Dívida Consolidada

Conforme art. 55 da LRF e Resolução do Senado Federal, a Dívida Consolidada representa o estoque das obrigações financeiras de longo prazo do Município. Os indicadores apurados demonstram situação confortável, elevada solidez fiscal em relação ao limite legal fixado pelo Senado Federal, evidenciando equilíbrio no endividamento público e solidez fiscal da gestão municipal.

Dívida Consolidada

(Em R$ 1,00)

Indicador	Valor
Dívida Consolidada Final	654.552.657,93
DCL sobre RCL	-0,84%
DC sobre RCL	26,93%
Limite Legal	120%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

No exercício de 2025, não foram contratadas novas operações de crédito, demonstrando postura de prudência fiscal e manutenção do equilíbrio financeiro.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Os resultados evidenciam compromisso com a responsabilidade fiscal, transparência e sustentabilidade das contas públicas, em consonância com os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Quadro Geral

Indicador	Percentual Apurado	Limite Legal	Situação
Educação	25,89%	25%	Cumprido
Saúde	23,59%	15%	Cumprido
Pessoal	48,79%	54%	Abaixo do Máximo
Dívida	26,93%	120%	Muito abaixo
Resultado Primário	Superávit	Meta era Déficit	Superado

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Balanço Orçamentário 2025. Elaborado pela SEFC/SEMEC, 2026.

A análise consolidada dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) demonstra que o Município de Porto Velho, no exercício de 2025:

- ✓ Equilíbrio orçamentário;
- ✓ Superávit primário;
- ✓ Cumprimento dos limites constitucionais de Educação e Saúde;
- ✓ Endividamento sob controle, muito abaixo do limite legal, e
- ⚠ Abaixo dos limites prudencial e máximo fixados.



Secretaria de Governo- SGOV

A Secretaria de Governo (SGOV) integra a Governadoria da Prefeitura do Município de Porto Velho e compõe a Administração Direta Municipal, constituindo-se como órgão estratégico de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo, nos termos da Lei Complementar nº 1.000/2025, que dispõe sobre a atual estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal.

No âmbito de suas atribuições legais, a Secretaria de Governo (SGOV) atua de forma articulada com os demais órgãos e entidades da Administração Municipal, exercendo papel central na coordenação, integração e harmonização das ações governamentais, com vistas à consecução dos objetivos estratégicos, das diretrizes políticas e das metas institucionais estabelecidas no Plano de Governo, sempre observados os limites de competência definidos na legislação vigente.

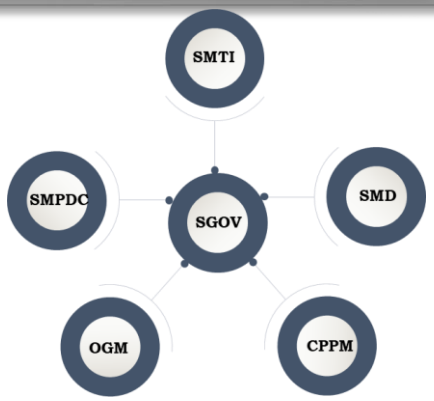
Compete à Secretaria de Governo (SGOV) assistir diretamente o Prefeito do Município de Porto Velho no desempenho de suas atribuições constitucionais, políticas e administrativas, especialmente no que se refere à coordenação geral das ações de governo, à articulação política e institucional, ao relacionamento intergovernamental e interfederativo, bem como à interlocução permanente entre o Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo, além do diálogo institucional com outros entes federativos, entidades da sociedade civil organizada e colegiados legalmente instituídos.

A atuação da Secretaria de Governo (SGOV) reveste-se, portanto, de caráter eminentemente estratégico, político-institucional e integrador, funcionando como instância de convergência entre as decisões do Chefe do Poder Executivo e a execução coordenada das políticas públicas, assegurando unidade de ação governamental, coerência administrativa e alinhamento institucional no âmbito da Prefeitura do Município de Porto Velho.

SÉRGIO MURILO LEMOS PARAGUASSÚ FILHO
Secretário de Governo em Exercício

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - SGOV

No âmbito de sua estrutura organizacional, a SGOV contou com o apoio da Superintendência Municipal de Distritos (SMD), da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMPDC), da Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa (SMTI), da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (CPPM) e da Ouvidoria Geral do Município (OGM), responsáveis pela execução de ações nas áreas distrital, defesa civil, tecnologia da informação, promoção dos direitos das mulheres e atendimento às manifestações da população.



DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Executiva de Administração (DEA), vinculada à Secretaria de Governo (SGOV), conforme a Lei Complementar nº 1.000/2025, é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades administrativas internas, assegurando o suporte necessário ao funcionamento da Pasta. Compete-lhe a gestão de compras e contratações, o acompanhamento orçamentário e financeiro, o controle patrimonial e de estoques, a fiscalização de serviços, a supervisão da manutenção predial e a elaboração de relatórios gerenciais.

A atuação da DEA é estratégica para garantir a regularidade, a eficiência administrativa, o adequado gerenciamento de recursos e o fortalecimento da governança no âmbito da Secretaria de Governo.

Execução Orçamentária

A Diretoria Executiva de Administração (DEA), embora não atue diretamente na execução de políticas públicas finalísticas, desempenha papel essencial no suporte administrativo da Secretaria de Governo (SGOV), por meio da gestão de contratos, aquisições e serviços necessários ao funcionamento institucional. A execução orçamentária concentrou-se no custeio das atividades administrativas, assegurando a continuidade e a eficiência das rotinas internas da Pasta.

No exercício financeiro de 2025, os recursos alocados à DEA estiveram vinculados ao Programa 007 – Apoio Administrativo, com dotação global de R$ 6.559.877,00, incluindo suplementações orçamentárias aproximadas de R$ 1.500.000,00. Do total autorizado, foram liquidados R$ 3.358.155,55, correspondentes a 51,2% da dotação, considerando o encerramento contábil em 22 de dezembro de 2025. O saldo não liquidado refere-se, majoritariamente, a despesas em execução, devidamente registradas em restos a pagar, conforme a legislação vigente.

Fonte: SMD, 2025.

Descrição	Valor (R$)
Dotação Orçamentária	6.559.877,00
Suplementação Orçamentária	15.000.000,00
Liquidado	3.358.155,55
Percentual de Execução	51,20%

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE DISTRITOS - SMD

O presente Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2025, tem como finalidade apresentar as ações, melhorias e resultados alcançados pela Superintendência Municipal de Distritos, reafirmando o compromisso institucional com a transparência administrativa e com a participação da população nos processos de gestão pública.

O exercício de 2025 marcou o início de uma nova gestão, caracterizada pela necessidade de levantamento, sistematização e análise de informações estratégicas, essenciais para o enfrentamento dos desafios identificados, especialmente no fortalecimento das políticas públicas nos distritos e na ampliação da presença do Poder Público Municipal em áreas de difícil acesso. Nesse sentido, a atuação da Superintendência Municipal de Distritos concentrou-se na identificação e no mapeamento das necessidades locais, por meio da escuta ativa e do diálogo permanente, tanto individual quanto coletivo, com as comunidades residentes nos diversos distritos, considerando suas especificidades territoriais, sociais e operacionais.

NAIDIO RAI GONÇALVES WAGNER
Superintendente Adjunto

Eleição dos Administradores Distritais e Participação Comunitária



Imagem ilustrativa da posse.

Em 2025, destacou-se como marco da gestão administrativa a realização da eleição dos Administradores Distritais, iniciativa que fortaleceu a democratização da gestão pública e a participação social nos 13 distritos do Município. O processo, coordenado pela Superintendência Municipal de Distritos (SMD), com apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), garantiu transparência, segurança e ampla participação, envolvendo mais de 7.000 eleitores das regiões do Baixo, Médio e Alto Madeira e da Ponta do Abunã.

Os administradores eleitos tomaram posse em 1º de agosto de 2025, participaram de capacitação técnica em gestão pública e passaram a atuar na identificação de demandas locais, no acompanhamento das ações governamentais e na articulação com as Secretarias Municipais, após diagnóstico inicial das condições dos distritos.

Gestão

A Superintendência Municipal de Distritos – SMD assumiu papel central, considerando sua responsabilidade direta pela coordenação, acompanhamento e fortalecimento da atuação dos Administradores Distritais, agentes essenciais na interface entre o Poder Público e as comunidades locais.

1

Governança, Gestão e Articulação Institucional

- Organização administrativa, levantamento de demandas e execução de ações prioritárias nos 100 primeiros dias de gestão;
- Alinhamento às diretrizes estratégicas do Prefeito, com foco em ações imediatas, integradas e territorializadas;
- Estruturação administrativa e logística das Administrações Distritais, com encaminhamento de plano de trabalho à SEMEC;
- Participação ativa dos Administradores Distritais no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal.

Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Urbanos

- Execução de ações de infraestrutura viária em parceria com a SEMAGRIC, incluindo encascalhamento, patrolamento e tapa-buracos;
- Apoio às ações de manutenção e recuperação de vias, acessos, pontes e passagens provisórias em parceria com a SEINFRA;
- Ampliação e melhoria da iluminação pública nos distritos e na zona rural, em apoio à EMDUR;
- Implantação inédita de iluminação e decoração natalina nos 13 distritos, promovendo valorização dos espaços públicos.

2

3

Saúde, Assistência Social e Cidadania

- Realização de ações de saúde em parceria com a SEMUSA, ampliando o acesso aos serviços básicos nos distritos;
- Execução do programa "Cidadania em Movimento", em parceria com a SEMIAS e demais Secretarias, com atendimentos itinerantes e atualização do Cadastro Único;
- Articulação com a Defensoria Pública para atendimentos jurídicos itinerantes e regularização documental;
- Incorporação das diretrizes do Plano Nacional Viver Sem Limite, fortalecendo políticas públicas para pessoas com deficiência.

Desenvolvimento Econômico, Ambiental e Sustentável

- Parceria com o SEBRAE para diagnóstico da economia do Distrito do Baixo Madeira, subsidiando ações de desenvolvimento local.
- Desenvolvimento de ações ambientais em parceria com a SEMA, com foco em educação ambiental e preservação dos recursos naturais.
- Apoio ao Projeto Gotas de Esperança, ampliando o acesso à água potável e à educação ambiental em comunidades vulneráveis.

4

5

Justiça, Educação e Inclusão Social

- Articulação com o TJRO para implantação de Fóruns Digitais nos distritos de Calama, Extrema, Vista Alegre, Jaci-Paraná e União Bandeirantes.
- Distribuição de materiais escolares nos distritos, em parceria com a SEMED e o Ministério Público, fortalecendo o acesso à educação.
- Parceria com os Correios para apoio ao transporte de correspondências à região da Ponta do Abunã, ampliando a comunicação institucional.

Defesa Civil, Resiliência e Atendimento a Emergências

- Atuação integrada durante a cheia do Rio Madeira em 2025, em articulação com a Defesa Civil e entidades da sociedade civil;
- Ações voltadas à redução dos impactos sociais e à garantia de acesso a recursos básicos às famílias atingidas.

6

Distritos e Localidades

Calama



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de Calama é o último povoado do estado de Rondônia, situado na foz do rio Ji-Paraná, e possui aproximadamente 4.700 habitantes distribuídos em cinco bairros. O acesso é exclusivamente fluvial.

Nazaré



Fonte: GeoPortal, 2025.

Fica no Baixo Madeira, a cerca de 100-120 km de Porto Velho, exigindo viagem de barco ou lancha pelo rio. É um centro da cultura ribeirinha, com forte influência do ciclo da borracha, casas de madeira, culinária local, músicas, danças e artesanato. Em Nazaré, a pesca artesanal, a agricultura de subsistência em áreas de várzea e o extrativismo vegetal estruturaram a base econômica local, ao mesmo tempo em que fortaleceram laços comunitários e práticas tradicionais transmitidas entre gerações. As pessoas se locomovem a pé, com pouquíssimos veículos, e há uma vida comunitária intensa, com foco na natureza e nas raízes locais. Sedia o importante Festival Cultural de Nazaré, que promove a cultura ribeirinha e atrai turistas em busca do "viver amazônico".

Demarcação



Fonte: GeoPortal, 2025.

Última comunidade ribeirinha de Porto Velho (145 km da zona urbana), Demarcação tem origem ligada às expedições de medição territorial e às rotas extrativistas do Madeira. Sua economia baseia-se na pesca, extrativismo e agricultura de subsistência.

São Carlos



Fonte: GeoPortal, 2025.

Com cerca de 3.500 habitantes, São Carlos possui forte identidade ribeirinha e depende quase totalmente do transporte fluvial. Possui atividades econômicas baseadas em pesca, extrativismo e agricultura familiar.

Abunã



Fonte: GeoPortal, 2025.

Localizado às margens da BR-364, na divisa entre Rondônia e Acre, o Distrito de Abunã possui papel estratégico como corredor logístico da Amazônia Ocidental. Sua dinâmica socioeconômica está baseada na agricultura familiar, pecuária de pequeno e médio porte e no comércio local, contando com comunidades tradicionais, áreas de preservação ambiental e oferta de serviços públicos essenciais, com apoio institucional da Prefeitura e da Superintendência Municipal de Distritos (SMD).

Jaci-Paraná



Fonte: GeoPortal, 2025.

O distrito de Jaci-Paraná integra historicamente o território do município de Porto Velho, com formação vinculada ao processo de ocupação da região do Rio Madeira. Localizado às margens da BR-364, próximo à foz do Rio Jaci-Paraná, apresenta relevância estratégica em razão de sua posição geográfica, da presença de áreas de preservação ambiental e do impacto socioeconômico decorrente da implantação de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Jirau, que ampliaram as demandas por serviços públicos e infraestrutura.

Nova Mutum



Fonte: GeoPortal, 2025.

Nova Mutum caracteriza-se como núcleo urbano planejado, implantado no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Jirau. Destaca-se pela organização territorial, infraestrutura diferenciada e perfil socioeconômico dinâmico, impulsionado principalmente pelo setor de serviços e pelo comércio local. O distrito apresenta população heterogênea, composta majoritariamente por migrantes, e mantém relevância estratégica na região da Ponta do Abunã.

União Bandeirantes



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de União dos Bandeirantes destaca-se como um dos mais populosos da zona rural de Porto Velho, com forte vocação agrícola. Sua formação está associada aos processos de ocupação promovidos por migrantes das regiões Sul e Centro-Oeste, consolidando-se como importante polo de agricultura familiar, com produção diversificada e crescente dinamismo comercial e de serviços, apoiado pela atuação de associações e cooperativas rurais.

Rio Pardo



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de Rio Pardo, instituído pela Lei Municipal nº 2.082/2013, apresenta formação recente e dinâmica marcada pela ocupação espontânea a partir dos anos 2000, em área vinculada à Floresta Nacional do Bom Futuro. Sua trajetória histórica envolve desafios relacionados à regularização territorial, ao desenvolvimento rural e à preservação ambiental, demandando atuação integrada do poder público e diálogo permanente com a comunidade local.

Fortaleza do Abunã



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de Fortaleza do Abunã possui relevância estratégica para o Município de Porto Velho em razão de sua localização próxima à divisa com o Estado do Acre e do acesso direto pela BR-364, configurando-se como ponto de apoio logístico e de circulação regional. Sua formação intensificou-se a partir da década de 1970, vinculada aos processos de colonização e expansão agropecuária. A economia local é baseada na agricultura familiar, pecuária de pequeno e médio porte, extrativismo — com destaque para a castanha — e serviços, atendendo população estimada entre 2.500 e 3.000 habitantes.

Vista Alegre do Abunã



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de Vista Alegre do Abunã possui papel estratégico na região do Alto Madeira, destacando-se como polo administrativo, logístico e de apoio às atividades produtivas locais. Criado em 1981 e incorporado ao Município de Porto Velho em 1999, apresenta crescimento associado à expansão da ocupação regional e ao fortalecimento da agricultura familiar, base econômica estruturante do território. Sua localização próxima à divisa com o Estado do Acre favorece intenso fluxo de pessoas e mercadorias, reforçando sua relevância no planejamento territorial municipal.

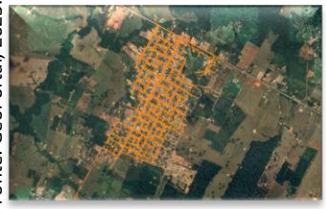
Extrema



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de Extrema consolidou-se como o principal polo socioeconômico da região da Ponta do Abunã, exercendo função estratégica na articulação econômica, administrativa e logística do extremo oeste do município de Porto Velho. Sua centralidade decorre da localização às margens da BR-364, da concentração de atividades comerciais, da presença de unidades educacionais e de serviços públicos estruturados. A economia local é diversificada, com destaque para o comércio, a agricultura familiar, a pecuária e os serviços de transporte, sustentando o crescimento urbano e rural do distrito.

Nova Califórnia



Fonte: GeoPortal, 2025.

O Distrito de Nova Califórnia destaca-se pela forte vocação agrícola e pela extensa área rural, consolidando-se como importante polo produtor e referência na agricultura familiar e em atividades agroextrativistas. Sua formação, iniciada na década de 1980, está associada aos fluxos migratórios agrícolas e às políticas de ocupação rural. A economia local baseia-se principalmente na produção de café, cacau, banana, hortaliças, pecuária leiteira e extrativismo, desempenhando papel relevante no abastecimento regional e na fixação das famílias no campo.

Atuação da SMD por Eixos Temáticos e Distritos Atendidos

Ao longo de 2025, a SMD atuou de forma transversal em **todos os distritos do município**, promovendo ações integradas nos eixos de infraestrutura, serviços públicos, saúde, educação, desenvolvimento econômico, meio ambiente, gestão de riscos e fortalecimento institucional, consolidando a presença do Poder Público e contribuindo para o desenvolvimento territorial equilibrado.

Foram elaborados e formalizados processos administrativos para a aquisição de materiais de consumo indispensáveis ao funcionamento das atividades institucionais, incluindo materiais de expediente, insumos de apoio (como café, açúcar e gás) e materiais de limpeza, destinados à manutenção e higienização das **13 sedes administrativas distritais**.

Essas aquisições contribuíram para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, a preservação do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas e operacionais, garantindo a regular prestação dos serviços públicos à população.

No âmbito das ações emergenciais, especialmente para o enfrentamento da escassez hídrica, foi realizada a aquisição e entrega de fardos de água potável à Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil, viabilizando o atendimento imediato às localidades com comprometimento no abastecimento.

Destacam-se, ainda, a conclusão da reforma da sede administrativa do Distrito de Vista Alegre do Abunã e a construção do galpão destinado à instalação da fábrica de bloquetes no Distrito de Nova Califórnia, fortalecendo a infraestrutura administrativa e produtiva dos distritos.

Em 2025, todos os Distritos têm suas sedes administrativas locais, sendo elas três alugadas e nove próprias e apenas Rio Pardo em fase de implantação.

Infraestrutura, Mobilidade e Serviços Urbanos

Ações voltadas à manutenção e recuperação de vias urbanas e rurais, estradas vicinais, pontes, passagens, limpeza urbana e roçagem, assegurando mobilidade, acesso aos serviços públicos e melhores condições ambientais.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Demarcação; Nazaré; Jaci-Paraná; União Bandeirantes; Rio Pardo; Fortaleza do Abunã; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Nova Mutum Paraná; Abunã.

Iluminação Pública e Segurança

Ampliação e manutenção da iluminação pública, com foco na segurança urbana, mobilidade noturna e valorização dos espaços comunitários.

Distritos atendidos: São Carlos; Jaci-Paraná; Fortaleza do Abunã; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Nova Mutum Paraná; Abunã.

Saúde, Assistência Social e Proteção Social

Ações integradas de atendimento em saúde, campanhas preventivas, apoio emergencial, ações itinerantes de assistência social e fortalecimento da proteção social em áreas de maior vulnerabilidade.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Demarcação; Nazaré; Jaci-Paraná; União Bandeirantes; Rio Pardo; Fortaleza do Abunã; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Abunã.

Educação, Cidadania e Inclusão Social

Garantia do acesso à educação, apoio logístico às unidades escolares, transporte escolar, distribuição de materiais e ações itinerantes voltadas ao exercício da cidadania.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Demarcação; Nazaré; Jaci-Paraná; União Bandeirantes; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Nova Mutum Paraná; Abunã.

Desenvolvimento Econômico, Agricultura Familiar e Inclusão Produtiva

Apoio à produção local, agricultura familiar, pesca artesanal, levantamento da economia local, capacitações e parcerias institucionais voltadas à geração de renda e fortalecimento das economias distritais.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Nazaré; União Bandeirantes; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Abunã.

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Saneamento Básico

Ações de educação ambiental, manejo de resíduos sólidos, preservação ambiental, ampliação do acesso à água potável e mitigação de impactos ambientais.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Nazaré; Demarcação; Rio Pardo; Fortaleza do Abunã; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Abunã.

Gestão de Riscos, Defesa Civil e Resposta a Emergências

Atuação articulada em situações de emergência, especialmente durante a cheia do Rio Madeira, com apoio humanitário, ações preventivas e resposta rápida às comunidades afetadas.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Demarcação; Nazaré; Rio Pardo.

Fortalecimento Institucional, Gestão Administrativa e Participação Social

Ações voltadas ao fortalecimento das Administrações Distritais, fornecimento de equipamentos, melhoria das sedes administrativas, capacitação de gestores e participação nos processos de planejamento territorial.

Distritos atendidos: Calama; São Carlos; Demarcação; Nazaré; Jaci-Paraná; União Bandeirantes; Rio Pardo; Fortaleza do Abunã; Vista Alegre do Abunã; Extrema; Nova Califórnia; Nova Mutum Paraná; Abunã.

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI

A Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa (SMTI) é responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos projetos de tecnologia da informação da Prefeitura de Porto Velho, abrangendo a expansão da rede de dados, aquisição de equipamentos e análise de contratações, com foco na transparência, segurança, celeridade e qualidade dos serviços públicos.

Vinculada à Secretaria-Geral de Governo e instituída como Unidade Orçamentária pelo Decreto nº 18.434/2022, a SMTI passou a gerir diretamente seus recursos, que na LOA 2025 totalizaram R$ 9.744.254,00, possibilitando a condução de processos estratégicos para a modernização da gestão municipal, detalhados neste relatório. Nesse contexto, a inovação tecnológica se consolida como elemento essencial para o aumento da eficiência administrativa, da segurança da informação e da melhoria do atendimento às demandas da população.

CEZAR EDUARDO DONDONI MARINI
Superintendente

Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo faz atualmente o gerenciamento de Atas e atende as demandas dos outros departamentos da SMTI. Ao longo do ano de 2025, foram realizados o gerenciamento de 124 processos entre outros documentos.

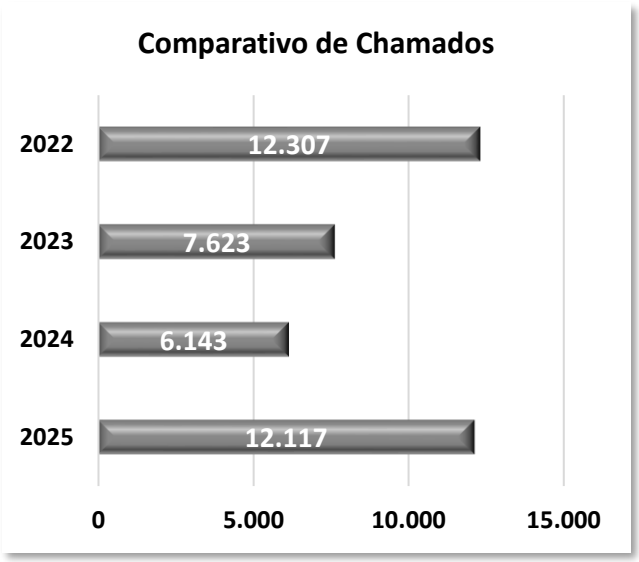
Suporte



Imagem Ilustrativa/SMTI, 2025.

Reafirmando a sua relevância como núcleo essencial da infraestrutura digital municipal, promovendo a integração entre sistemas, a padronização visual e o aprimoramento dos portais institucionais. O uso de tecnologias modernas e metodologias ágeis garantiu maior desempenho, estabilidade e segurança às aplicações, ampliando a confiabilidade dos serviços oferecidos ao cidadão.

Suporte aos Usuários da Rede da Prefeitura





Fonte: SMTI, 2025.

Visitas Técnicas



Imagem Ilustrativa/SMTI, 2025.

As visitas técnicas são essenciais para assegurar a continuidade dos serviços de saúde em regiões remotas, prevenindo falhas nos sistemas de TI, garantindo a operacionalidade dos prontuários e sistemas de comunicação, protegendo os dados dos pacientes e oferecendo suporte técnico às equipes locais. Essas ações fortalecem a eficiência dos serviços e a confiança da comunidade.

SMTI

Unidades Visitadas

Unidade Jaci-Paraná, Unidade de Saúde Maria Camelo, PS Agrovila Nov, Aliança, Unidade de Saúde Vale do Jamary, Unidade de Saúde Aliança, Unidade de Saúde José Gomes Ferreira, PS Terra Santa, UBS Fortaleza do Abunã, UBS Vista Alegre do Abunã, UBS Nova California, UBS Extrema, Centro Idoso Abunã, USF Abunã, UBS União Bandeirantes, UBS Rio Pardo, Unidade de Saúde de Mutum-Paraná, Unidade de Pronto Atendimento Jaci-Paraná, CRAS Theodoro Chromo Jaci Paraná, Unidade de Saúde de Santa Rita e Unidade de Saúde de Rio das Garças.

Gestão de Redes

A equipe de redes mantém-se dedicada à sustentação da base tecnológica do SEI, garantindo que o sistema opere com desempenho adequado e alta disponibilidade. As atividades desempenhadas incluíram.



Gestão de Sistemas

Durante o exercício de 2025, a Divisão de Integração de Sistemas Web (DIWEB) manteve ritmo constante de desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas utilizados pela administração pública municipal, com destaque para ações de modernização tecnológica, padronização visual e integração entre portais e sistemas legados.

Capacitações

- Estudo contínuo em CI/CD, Docker, Spring Boot e integração de pipelines; • Atualização em frameworks Java e React;
- Troca de conhecimentos internos sobre boas práticas de desenvolvimento. • Compliance Anticorrupção em Empresas Estatais;
- Ética e Serviço Público;
- Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção.
- Nova Lei de Licitações: Sanções ao Fornecedor
- Nova Lei de Licitações: Gestão Contratual

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CPPM

A Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, vinculada à Secretaria Geral de Governo de Porto Velho, instituída pela Lei Complementar nº 946/2023, atua de forma estratégica na formulação e execução de políticas voltadas à promoção dos direitos das mulheres, ao enfrentamento das violências e ao fortalecimento da autonomia feminina, com atuação integrada entre secretarias, órgãos governamentais e sociedade civil, pautada na descentralização, escuta qualificada e intervenções territoriais para maior efetividade das políticas públicas.

Feira Mulher do Norte

No âmbito da gestão e da execução das ações, a Coordenadoria adotou como diretriz uma atuação descentralizada e orientada ao território, com ênfase na escuta ativa e qualificada das mulheres. Alinhada às diretrizes municipais, promovendo intervenções diretas nos territórios indicados pelas próprias mulheres, assegurando maior efetividade das políticas públicas, o fortalecimento da governança local e o aprimoramento da capacidade institucional de resposta às demandas apresentadas.

A Feira Livre “Mulher do Norte” é um projeto de inclusão de gênero, sustentabilidade e economia solidária, idealizado pelo Departamento de Políticas Assistenciais para Mulheres e executado pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, vinculada à Secretaria Geral de Governo de Porto Velho. O projeto visa fomentar políticas públicas voltadas às mulheres, fortalecendo o empreendedorismo local e a autonomia financeira, social e emocional de mulheres de baixa renda, cadastradas no CadÚnico, em situação de vulnerabilidade, residentes nas áreas urbana, periférica e rural do município.

CPPM

Foram realizadas **10 edições** em, sendo a 1ª no Mercado Cultural e as outras edições no TRE/RO, atendendo **256** mulheres no ano de 2025.
Em União dos Bandeirantes na Linha do Pavão ocorreu a **1ª Feira Distrital Mulher do Norte,** atendendo **200** mulheres.

Resumo de outros Eventos da CPPM.

Mês	Ação	Público
Fevereiro	Ação de Carnaval: Pit stop NÃO É NÃO em parceria com MP e PRF.	50
Março	União dos Bandeirantes Aspro Pavão: Dinâmica para mulheres sobre autocuidado e bem-estar.	70
Abril	IFRO zona norte: Dia da secretária do lar, palestra sobre empreendedorismo e sorteio de brindes.	35
Maio	Shopping - É do boto, seu doutor? Maio Laranja (Combate à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes).	80
junho	SEMOB: Palestra sobre Assédio Moral e sexual no ambiente de trabalho.	33

Continua

Continuação

Mês	Ação	Público
Julho	SGOV/CPPM: Homenagem à mulher Negra, Latino-americana e Caribenha (Café com Trancistas).	45
Agosto	Ministério Público: Palestra Amamentação, Direito e Ação.	80
	TRE: Agosto Lilás. Vozes Diversas, debate sobre violência doméstica e suas camadas e suas variadas formas.	150
	IESPRO: Palestra Agosto Lilás para agentes de educação popular.	14
	Marcha das Mulheres Negras: Movimento das Mulheres Pretas de Rondônia.	40
outubro	Zumba Praça Céu zona leste e Abobrão Zona Sul: Caminhada Outubro Rosa e arrecadação de brindes.	200
	INDESP: Palestra sobre câncer de mama e arrecadação de brindes.	120
	1ª Caminhada Outubro Rosa, Passos que Florescem - arrecadação de batons e lenços para doação às mulheres em tratamento do câncer.	250
Novembro	Distrito de São Carlos Ação em Apoio à PFR: Projeto Vozes Suprimidas combate à Exploração e Violência Sexual.	36
	SARAU Cultural: Corpos que Falam, Vozes que Lutam!	50
Dezembro	Posse do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher.	35

Fonte: CPPM/2025.

OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - OGM

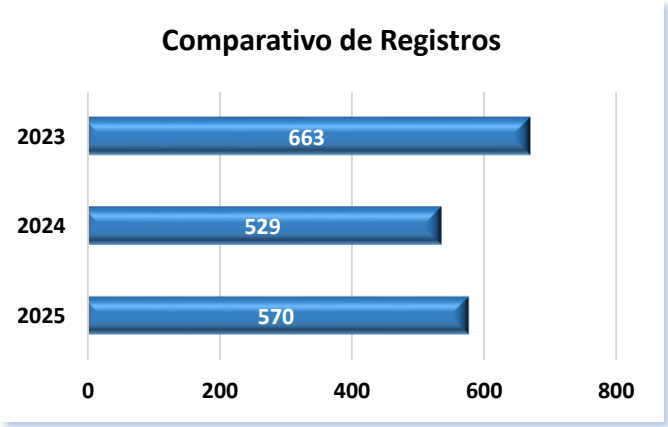
Os resultados consolidados no presente Relatório Anual de Gestão evidenciam a atuação contínua da Ouvidoria Geral do Município como instância de escuta qualificada, mediação institucional e aprimoramento dos serviços públicos.

Verifica-se a predominância de manifestações tratadas dentro dos parâmetros administrativos estabelecidos, bem como a cooperação das unidades gestoras na adoção de providências e respostas às demandas apresentadas pela população, reafirmando o papel da Ouvidoria como instrumento de transparência, participação social e fortalecimento da gestão pública municipal

CAMILA TAILANDE LOIOLA DOS ANJOS
Ouvidora Geral do Município

Panorama das Manifestações

A Ouvidoria Geral do Município (OGM), vinculada à Secretaria Geral do Governo, atua como instância estratégica de diálogo entre os cidadãos e a Administração Pública Municipal. Responsável pelo recebimento, registro e tratamento das manifestações dos usuários dos serviços públicos, a OGM opera por meio da plataforma e-OUV/Fala.br, bem como pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), assegurando transparência, escuta qualificada e o fortalecimento do controle social na gestão municipal.

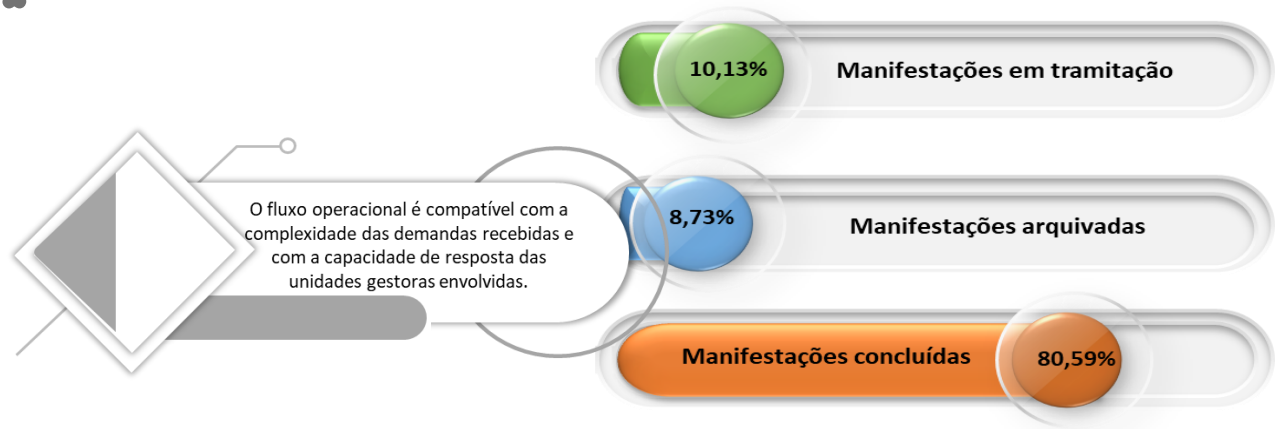


Fonte: OGM, 2025.



Nota: Os arquivamentos decorreram, em sua maioria, de duplicidade de registros, perda superveniente do objeto ou inadequação da demanda ao escopo de atuação da Ouvidoria

Indicadores Consolidados



Fonte: OGM, 2025.

OGM

- As manifestações que continham dados pessoais, informações sensíveis ou conteúdos sujeitos a restrição de acesso foram tratadas em estrita observância aos princípios da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente quanto à finalidade, necessidade, segurança da informação e controle de acesso, com a devida classificação no sistema Fala.BR.
- O tempo médio de resposta das manifestações concluídas foi de 48,27 dias corridos, considerado o intervalo entre a data de registro da manifestação e a apresentação da resposta conclusiva ao usuário, observadas as prorrogações devidamente justificadas, nos termos da legislação vigente.

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SMPDC

A Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil (SMPDC) integra a Administração Direta de Porto Velho e atua como órgão central da gestão municipal de riscos e desastres, em conformidade com a PNPDEC e o SINPDEC. Sua atuação abrange todo o ciclo de gestão de riscos — prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação — com foco na redução de vulnerabilidades e proteção da população.

Compete à SMPDC planejar, articular e executar ações preventivas e mitigadoras, assessorar o Chefe do Executivo, coordenar ações emergenciais e promover a integração entre órgãos públicos, instituições e sociedade civil. Desenvolve atividades permanentes de monitoramento, mapeamento de riscos, capacitação, educação preventiva e elaboração de planos de contingência, além de coordenar a resposta a desastres e apoiar a recuperação de áreas afetadas.

Assim, consolida-se como órgão técnico-estratégico essencial à segurança da população e ao fortalecimento da resiliência municipal.

MARCOS BERTI CAVALCANTI
Superintendente

Mapeamento e Monitoramento de Áreas de Risco

No exercício de 2025, o Município de Porto Velho enfrentou um cenário hidrológico atípico e severo, marcado, no primeiro semestre, por cheias expressivas do Rio Madeira e, no segundo semestre, por uma estiagem prolongada e crítica, com impactos diretos sobre comunidades ribeirinhas, rurais, distritais e indígenas. Diante desse contexto, a atuação do órgão municipal de proteção e defesa civil assumiu caráter estratégico, contínuo e multifacetado, abrangendo ações de socorro, assistência humanitária, prevenção, monitoramento hidrometeorológico e articulação interinstitucional.



Ressalta-se que, a partir de julho de 2025, a então Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil foi formalmente reestruturada e elevada à condição de Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – SMPDC, ampliando sua capacidade administrativa, operacional e técnica. Essa reestruturação possibilitou o fortalecimento das equipes, a redefinição dos fluxos internos de gestão e a intensificação da integração com os sistemas estadual e nacional de proteção e defesa civil, assegurando maior eficiência na gestão de riscos e desastres e no atendimento à população, em consonância com as diretrizes do SINPDEC e com os instrumentos de planejamento municipal, especialmente o Plano Plurianual – PPA vigente.

Atuação Humanitária

Principais Ações

1. Ações sociais com escuta técnica e comunitária, como a realizada na Comunidade de Cavalcante, integrando atividades humanitárias e levantamento de informações socioambientais;
2. Capacitação e articulação institucional com palestras e reuniões técnicas voltadas à implantação dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil fortalecendo a descentralização e o protagonismo comunitário;
3. Apoio emergencial ao abastecimento de água em comunidades indígenas, com avaliação técnica de poços, identificação de falhas estruturais e análise de risco sanitário;
4. Integração com empreendimentos estratégicos, (Jirau) visando o alinhamento dos planos de ação emergencial, segurança de barragens e a atualização do Plano de Contingência Municipal.



Cesta Básica

5

5

Distribuição de kits de higiene, hipoclorito e insumos essenciais, em comunidades rurais e distritos em situação de vulnerabilidade.

Distribuição de kits de higiene, hipoclorito e insumos essenciais, em comunidades rurais e distritos em situação de vulnerabilidade.

Registros



Fonte: Registros de ações efetuadas /Distrito de Nazaré/ SMPDC/2025.

Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho - ARDPV

O Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025 reúne as principais ações e resultados do primeiro ano de atuação da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, instituída pela Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025.

A criação da ARDPV constitui um marco para a administração pública municipal, consolidando o compromisso de Porto Velho com uma regulação moderna, técnica e orientada pelos princípios da eficiência, transparência e responsabilidade. Durante este exercício, a Agência concentrou esforços na estruturação de processos internos, no fortalecimento da capacidade institucional e na construção das bases regulatórias necessárias para garantir a qualidade, continuidade e regularidade dos serviços públicos delegados.

Com ênfase na transparência, foram implementados mecanismos de comunicação e prestação de contas que ampliam o controle social e possibilitam ao cidadão acompanhar, de forma clara e acessível, as ações institucionais. No âmbito da eficiência, avançou-se na adoção de práticas de gestão e supervisão regulatória voltadas à promoção da segurança jurídica, ao aprimoramento dos serviços e ao desenvolvimento sustentável do Município.

O conteúdo deste Relatório evidencia o compromisso da equipe da ARDPV com a consolidação de uma Agência técnica, estruturada e alinhada ao interesse público. A instituição seguirá atuando no aprimoramento da regulação, no fortalecimento institucional e na fiscalização efetiva, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de Porto Velho e para a melhoria da qualidade de vida da população.

OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO
Diretor-Presidente

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV integra a Administração Indireta do Poder Executivo Municipal, atuando com autonomia administrativa, técnica e financeira, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025.

A atuação da Agência ocorre de forma articulada com os demais órgãos municipais, visando ao alcance das metas governamentais relacionadas à qualidade, eficiência e transparência na prestação dos serviços públicos delegados. Durante o exercício de 2025, ano de implantação, o desafio central consistiu em estruturar procedimentos, consolidar práticas administrativas e fortalecer a atuação regulatória, assegurando independência, imparcialidade e alinhamento às diretrizes do planejamento municipal.

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÕES	REDUÇÕES	TOTAL DE CRÉDITOS
R$ 5.716.000,00	R$ 319.800,55	R$ 319.800,55	R$ 5.716.000,00
DESPESA			
EMPENHADA		**LIQUIDADA**	**ANULADA**
R$ 2.469.450,43		R$ 2.435.577,85	R$ 33.872,58
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO			
PAGA	**NÃO PROCESSADOS**		**PROCESSADOS**
-	-		-

Fonte: ARDPV, 2025.

Atividades Desempenhadas no Exercício

Instituída pela Lei Complementar nº 1.013, de 19 de maio de 2025, a ARDPV iniciou suas atividades em junho de 2025, com a nomeação da Diretoria Colegiada e dos primeiros servidores, responsáveis pela estruturação organizacional, administrativa e operacional da Autarquia.

Considerando que sua plena operacionalização teve início em junho de 2025, o Relatório de Gestão apresenta, de forma objetiva, as ações, atividades e resultados do primeiro ano de funcionamento, organizados em três eixos estruturantes que refletem as principais áreas de atuação da Autarquia.

Implantação da Ouvidoria da ARDPV

A Ouvidoria da ARDPV é um instrumento para o fortalecimento da participação social e do controle dos serviços públicos delegados.



O trabalho da Ouvidoria da ARDPV é fundamental para aprimorar a gestão pública, promover a transparência e fortalecer o controle social. A participação ativa dos cidadãos é um pilar essencial para a melhoria contínua dos serviços.



Articulações Institucionais

A Secretaria Executiva atuou como elo permanente de comunicação institucional entre a ARDPV e os seguintes órgãos:

- **Ministério Público do Estado de Rondônia – MP/RO**, por meio do encaminhamento de expediente solicitando a aprovação de visita institucional;
- **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO**, mediante o envio de expediente solicitando visita institucional dos membros da Diretoria Colegiada;
- **Agência Nacional de Regulação – ABAD**, com a formalização de solicitação de filiação da ARDPV à referida entidade.

Essas articulações contribuíram para o fortalecimento do diálogo interinstitucional, possibilitando maior integração administrativa entre os órgãos envolvidos e promovendo respostas mais céleres às demandas da população.

Jurídico

A Diretoria Jurídica da ARDPV atuou, desde sua nomeação em junho de 2025, como pilar da sustentação legal da Agência, assegurando a conformidade jurídica dos atos e a segurança necessária para o início e a consolidação das atividades regulatórias, com foco na elaboração de atos normativos, assessoramento à Diretoria Colegiada e análise de processos administrativos.

Ações

- 71 Pareceres Jurídicos
- 13 Despachos e Manifestações
- 21 Manuais e Regulamentação
- 5 Resoluções e Regimento Interno

Desenvolvimento e Sustentabilidade

Ao longo de 2025, a Diretoria desenvolveu e apoiou estudos técnicos, análises normativas e ações institucionais voltadas ao fortalecimento da regulação, da inovação e do desenvolvimento sustentável, destaca-se:

- Estudo de viabilidade do transporte hidroviário municipal;
- Contribuições ao Código de Obras;
- Participação em eventos de inovação e agrodesenvolvimento;
- Atuação em grupos de trabalho estratégicos (IPS e desburocratização);
- Instalação do Conselho de Desenvolvimento;
- Formalização de cooperação técnica com a SEMAGRIC;
- Representação da ARDPV em fóruns voltados ao fortalecimento do ambiente de negócios e do empreendedorismo.

Participação em Eventos Municipais

A presença institucional fortaleceu a interlocução com o setor produtivo, ampliou a visibilidade da ARDPV e incentivou a discussão sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

1. **AGROTEC** 27 a 30/11/2025



2. **MADEIRA AGRO SPARK** 27 a 29/11/2025



3. **BERA HACKATON** 17/10/2025



Capacitações

Capacitações

- Dominando a Gestão Contratual: Práticas Essenciais para Gestores e Fiscais de Contratos - **ESCon/TCE-RO – Outubro;**
- 39º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - **Belo Horizonte/MG – Outubro;**
- XIV Congresso Brasileiro de Regulação – EXPOBAR- **Rio de Janeiro/RJ – Novembro;**
- Smart City Expo World Congress – considerado o maior e mais influente evento mundial sobre inovação urbana **- Barcelona – Espanha – Novembro.**



Procuradoria Geral do Município-PGM

O relatório apresentado demonstra o importante papel desempenhado pela Procuradoria-Geral do Município na defesa dos interesses do Município e da população.

A PGM atua de forma eficiente e eficaz para garantir que os atos administrativos sejam legais, isonômicos e proporcionais, promovendo a transparência e a eficiência da gestão pública.

Além disso, a PGM também atua na defesa de temas de interesse público e coletivo, como meio ambiente, educação, saúde e habitação.

O trabalho da PGM é essencial para garantir o cumprimento dos direitos da população e a promoção da justiça social.

SALATIEL LEMOS VALVERDE
Procurador-Geral do Município

Gabinete e Assessoria Técnica

O Gabinete da Procuradoria-Geral e a Assessoria Especial Técnica atuam no apoio técnico e jurídico à Administração Municipal, por meio da elaboração de pareceres **(72)**, despachos **(780)** e demais documentos administrativos, além da representação e defesa judicial do patrimônio público. De forma integrada, suas atividades visam prevenir a descontinuidade dos serviços públicos, fortalecer a segurança jurídica das ações governamentais e assegurar o cumprimento dos princípios do *Compliance* Público, da legalidade e da eficiência administrativa, subsidiando diretamente as decisões do Poder Executivo e das Secretarias Municipais.

Cartório Distribuidor

O Cartório Distribuidor é o órgão da Procuradoria-Geral do Município responsável por prestar apoio técnico e administrativo aos Procuradores Municipais, especialmente na recepção, controle e comunicação de citações e intimações judiciais que envolvem o Poder Executivo Municipal e demandam manifestação judicial.

Em 2025, foram registrados **30.274** processos devidamente encaminhados aos procuradores competentes para as providências cabíveis.

Coordenadoria Municipal de Cálculos, Estratégias e Precatórios - COMCEP

A Coordenadoria Municipal de Cálculos, Estratégias e Precatórios (COMCEP) é responsável pela análise contábil e jurídica dos processos de execução e de cumprimento de sentença que demandam elaboração de cálculos. Atua no atendimento ao Gabinete do Procurador-Geral, às Subprocuradorias e ao Departamento Administrativo da Procuradoria-Geral do Município, prestando suporte tanto em processos administrativos quanto judiciais, inclusive naqueles já inscritos em precatório.

Medidas adotadas

Nos processos advindos da Subprocuradoria Fiscal

- Em decorrência de deliberação do Grupo de Atuação Estratégica Institucional (GTAE), ficou definido que as atualizações de cálculos em execuções fiscais com valor inferior a R$ 10.000,00 seriam realizadas diretamente pelo sistema GPI pelo setor responsável. Assim, a COMCEP passou a atuar exclusivamente na elaboração e atualização de cálculos nos processos judiciais de execução fiscal com valor da causa superior a R$ 10.000,00.

Na Gestão de Precatórios

- Revisão de precatórios de alto valor para saneamento de irregularidades e proteção ao erário.
- Manifestação em pedidos de precatório humanitário para evitar antecipações indevidas.
- Conferência da regularidade dos procedimentos de inscrição em precatórios.
- Medidas para prevenir pagamentos indevidos (nulidades, duplicidades, custas e créditos já quitados).
- Apuração mensal da RCL para depósitos destinados à quitação de precatórios.
- Monitoramento das contas judiciais e controle de pagamentos e renúncias para RPV.
- Atuação junto ao CNJ para resguardar valores e depósitos do Plano de Pagamento.
- Acompanhamento de acordos diretos com deságio de até 40%.
- Propositura de Mandados de Segurança para resguardar o interesse econômico e a ordem constitucional.

Nos processos advindos do Departamento Administrativo

- Atuação em processos administrativos de prestação de contas decorrentes de decisões judiciais.
- Análise dos critérios de cálculos apresentados pelos requerentes conforme as sentenças.
- Emissão de pareceres definindo parâmetros de cálculo e exclusão de verbas não deferidas.
- Elaboração de despachos e cálculos para retenção de ISSQN e IR em RPVs dos Juizados da Fazenda Pública.
- Apoio à SEMFAZ com informações técnicas para prestação de contas do Prefeito em matéria de precatórios.

Para retenções tributárias decorrentes do entendimento do STF

- Implementação de retenções de ISSQN e IRPF nos cálculos de RPV, precatórios e acordos diretos, incidentes sobre honorários advocatícios contratuais.
- Aplicação do entendimento do STF (Tema 1130) que reconhece a titularidade municipal da receita de IR retido na fonte sobre pagamentos realizados pelo ente público.
- Realização de cálculos em 652 processos de RPV em 2025, com retenção de R$ 27.591,12 de ISSQN e R$ 59.783,47 de IRPF.
- Incremento total de R$ 87.374,59 em receita municipal decorrente da retenção direta dos tributos nos pagamentos efetuados.

Principais equívocos em matéria de Cálculos Identificados pela COMCEP

- Aplicação indevida de índices de atualização, em desacordo com IPCA-E e SELIC conforme modulações e EC nº 113/2021.
- Erros na apuração de juros (percentual, base, termo inicial/final e capitalização indevida), em desconformidade com a legislação aplicável à Fazenda Pública.
- Apuração incorreta de juros em desapropriações, com desrespeito ao percentual legal e ao termo final definido pelo STJ.

- Definição incorreta dos termos inicial e final em ações de servidores, com inobservância da prescrição e pagamentos administrativos.
- Erros materiais no lançamento de parcelas e vencimentos.
- Erros materiais em sentenças quanto aos critérios de atualização e juros.
- Apresentação de cálculos genéricos, sem aderência ao título executivo e ao caso concreto.
- Inclusão indevida de reflexos de verbas não habituais.
- Desrespeito ao teto dos Juizados Especiais sem renúncia aos valores excedentes.
- Interpretação equivocada de decisões judiciais na fase de execução.
- Desconsideração de precedentes vinculantes do STF, STJ e CNJ.

Principais matérias de atuação

- Precatórios;
- RPVs;
- Execuções Fiscais;
- Apuração e Cobrança de Honorários Sucumbenciais;
- Vantagem pessoal por tempo de serviço;
- Retroativo de Piso Nacional;
- Gratificação de Produtividade;
- Vantagens Pessoais;
- Desapropriação;
- Diferenças de Quinquênio sobre a verba denominada Vencimento Básico;
- Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia;
- Matérias trabalhistas – responsabilidade subsidiária do Município relativamente aos celetistas das empresas terceirizadas;
- Reflexos sobre Adicional Noturno, Insalubridade, horas extras, entre outros;
- Execução de Liquidação de Sentença Coletiva;
- Ações Civis Públicas e
- Indenizações em Geral.

Fonte: COMCEP/PGM, 2025.

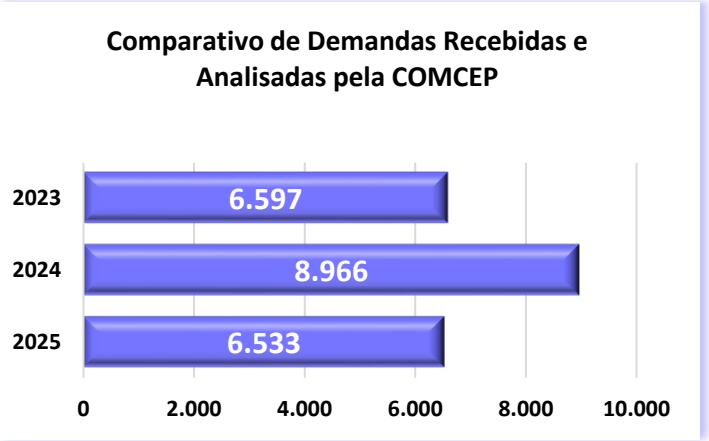
Resumo das Teses Reclamatórias no STF – 2025:

I. **RMS 2025/0403884-0/STJ:** atuação da COMCEP por meio de Mandado de Segurança para aplicação do Tema 905/STJ tendo a SELIC como parâmetro de atualização (juros) do período compreendido entre a vigência do Código Civil de 2002 (11/01/2003) e a vigência da Lei Federal nº 11.960/2009 (29/06/2009), nos precatórios e natureza administrativa na reparação de danos.

II.

II. RCL 80.802/RO: atuação da COMCEP perante o Supremo Tribunal Federal visando a adequação nos cálculos de precatórios elaborados pela COGESP do percentual de *JUROS COMPENSATÓRIOS* (12% para 6% a.a) devidos nas ações de desapropriação.

Demandas



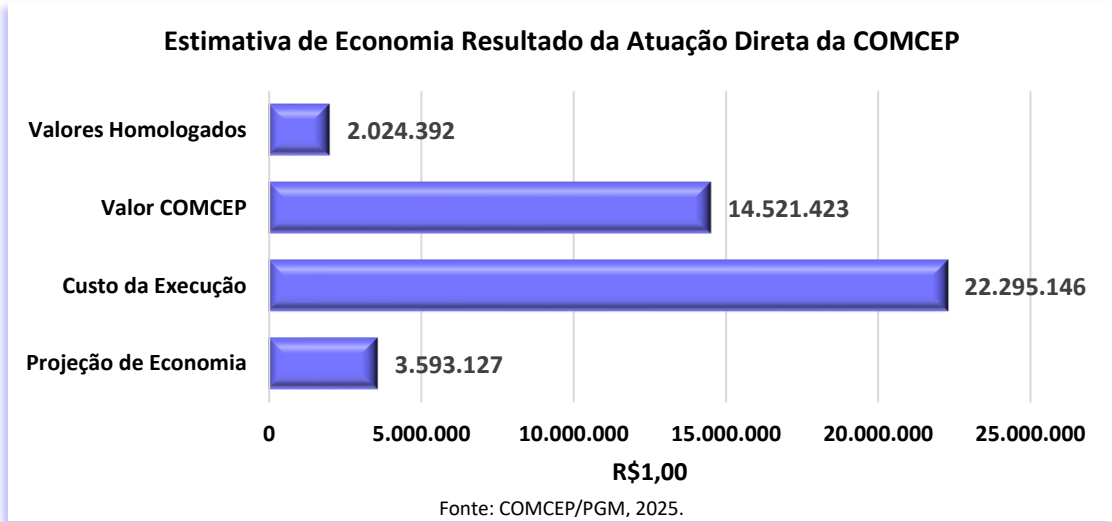
Fonte: COMCEP/PGM, 2025.

No período de 2023 a 2025, observa-se variação nos quantitativos nas demandas recebidas pela COMCEP. Em 2023, foram contabilizados 6.597 processos recebidos, seguido de aumento significativo em 2024, com 8.966 processos recebidos. Já em 2025, houve redução para 6.533 processos, retornando a um patamar próximo ao observado em 2023. Esses dados indicam oscilação anual, com pico em 2024 e retração no exercício seguinte.

Resultado da Atuação Direta da COMCEP

Identificadas **736** atuações diretas da Coordenadoria, resultando em **338** processos extintos, **274** em fase de RPV, **49** expedições de precatórios e 86 processos sem homologação de valores. Houve concordância municipal em **474** processos, gerando economia direta em **255** casos e economia indireta em **219**, conforme a ONI nº 001/2023-GTAE. Foram acolhidas **168** impugnações municipais e rejeitadas **8**.

As atuações envolveram custo de execução de **R$ 22.295.146,72**, sendo reconhecido como devido o montante de **R$ 17.521.423,22**. Como resultado, obteve-se economia direta de **R$ 2.024.391,79** em 2025 e potencial economia futura de R$ 3.593.127,61, pendente de homologação de valores.



Fonte: COMCEP/PGM, 2025.

Grupo de Trabalho e Atuação Estratégica Institucional

O Departamento Estratégico (DEST), instituído pela Lei Complementar nº 884/2022, é responsável pelo planejamento e execução de ações voltadas à melhoria da eficiência institucional da Procuradoria-Geral do Município, com foco no enfrentamento de grandes litigâncias, mitigação de riscos e controle de despesas públicas. Suas atribuições incluem análises estratégicas de demandas judiciais, estudos para redução de gastos e incremento de receitas, medidas de proteção ao erário e implementação de regras de compliance. Por meio da Portaria nº 020/GAB/PGM/2023, o DEST passou a exercer as funções técnicas e estratégicas do Grupo de Trabalho de Atuação Estratégica Institucional (GTAE), atuando no acompanhamento de processos complexos, suporte ao Procurador-Geral e articulação com as Subprocuradorias e Coordenadorias para garantir celeridade e uniformidade nas decisões.

Principais Matérias de Atuação

Ao longo das reuniões de 2025, o Grupo de Atuação Estratégica Institucional (GTAE) tratou de temas estratégicos relacionados a grandes litigâncias, precatórios, políticas fiscais, comissões especiais e processos de elevada complexidade envolvendo o Município de Porto Velho. As principais deliberações podem ser sintetizadas nos seguintes eixos:

- Precatórios e Grandes Demandas Judiciais;
- Medidas Estratégicas de Cobrança e Recuperação de Ativos;
- Estruturação de Comissões e Comitês;
- REURB-e e Políticas Tributárias;
- Articulação Institucional; e
- Normatização Interna e Encaminhamentos Jurídicos.

Subprocuradoria de Atos de Gestão

A Subprocuradoria de Atos e Gestão, nos termos da Lei Complementar, possui atribuições voltadas ao apoio técnico-jurídico à Administração Municipal, atuando de forma integrada e estratégica em demandas de alta relevância e complexidade, mediante designação do Procurador-Geral. Sua atuação possui fundamento legal expresso, legitimando a condução e o acompanhamento de demandas judiciais e extrajudiciais estratégicas, bem como o assessoramento jurídico às Secretarias Municipais em matérias sensíveis. Com caráter transversal e institucional, orienta-se pelos princípios da legalidade, eficiência, cooperação administrativa e segurança jurídica, contribuindo para a mitigação de riscos jurídicos e redução de passivos do Município.

- 158 - Contestações;
- 98 - Contrarrazões Recursais;
- 27 – Recursos;
- 388 - Petições Interlocutórias;
- 362 - Ofícios Expedidos; e
- 100 - Manifestações Jurídicas.

Durante o exercício de 2025, a Subprocuradoria de Atos e Gestão registrou a tramitação direta de 996 Como reflexo concreto dessa atuação, a Subprocuradoria de Atos e Gestão encerra o exercício de 2025 com o seguinte quantitativo de produção institucional:

Subprocuradoria Trabalhista

A Subprocuradoria Trabalhista exerceu papel essencial na defesa do Município de Porto Velho/RO em processos judiciais e administrativos trabalhistas que tramitam perante os órgãos da Administração Municipal e do Poder Judiciário. Ao longo de 2025, manteve atuação intensa, técnica e contínua na esfera judicial e administrativa, com a elaboração de contestações, recursos, embargos, agravos e manifestações sobre cálculos, acompanhando todas as fases processuais, inclusive nas instâncias superiores. No âmbito administrativo, destacou-se o elevado volume de pareceres jurídicos e o gerenciamento eficiente de processos administrativos, evidenciando organização e celeridade na tramitação das demandas. De modo geral, a Subprocuradoria contribuiu de forma estratégica para a segurança jurídica, a proteção do erário e a adequada representação do Município.

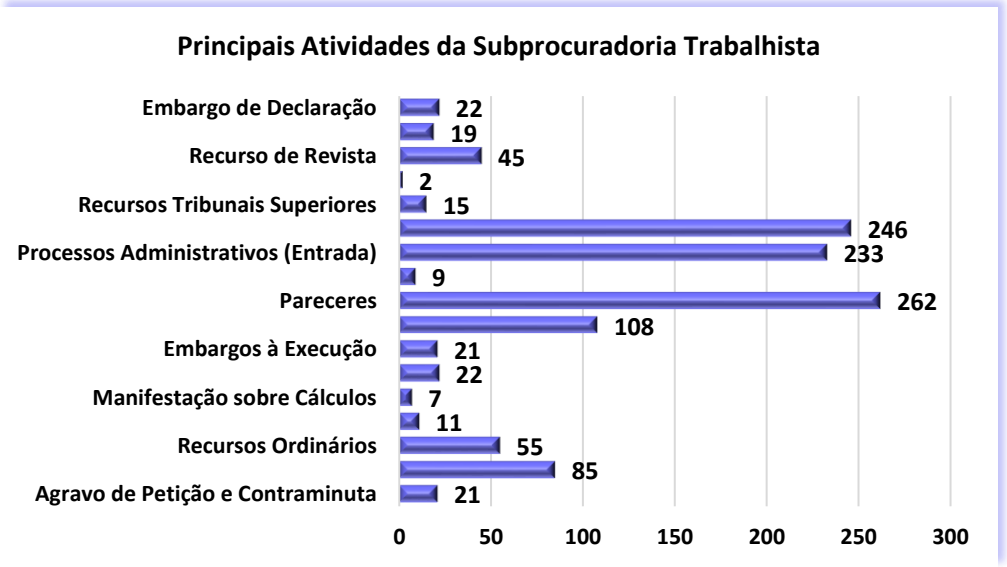
Fluxo de processos judiciais

Acervo 2024 = 4.464
Entrada 2025 = 17.413
Saída 2025 = 16.889
Acervo atual = 4.988

Perfil das Saídas judiciais

Petições interlocutórias = 8.821
Sem petição = 3.219
Extinção pela Resolução CNJ nº 547/2024 = 1.660
Suspensão/parcelamento = 880
Extinção pelo pagamento = 407
Apelações = 468
Contrarrazões = 119
Impugnações = 57
Agravos = 57

Nota: o demonstrativo por tipo de saída pode apresentar divergências em relação ao total de saídas, em razão de registros não tipificados no momento da extração e/ou de diferentes critérios de agrupamento sistêmico por categoria.



Fonte: SPT/PGM, 2025.

Subprocuradoria Fiscal

Em 2025, a Subprocuradoria Fiscal (SPF) manteve atuação intensa e contínua na defesa do interesse público na cobrança do crédito tributário municipal, mesmo diante de limitações operacionais e elevado volume de processos. Sua principal competência consiste no acompanhamento e na manifestação em processos de execução fiscal, abrangendo impulsionamentos, peticionamentos, recursos e demais atos processuais necessários. Paralelamente, atuou no âmbito administrativo no atendimento a demandas tributárias, com registro das ações nos sistemas eletrônicos municipais, assegurando transparência, rastreabilidade e padronização dos procedimentos.

Subprocuradoria Técnica Legislativa

A Subprocuradoria de Técnica Legislativa é responsável pela elaboração de projetos de lei, decretos e demais instrumentos normativos, assegurando clareza, precisão e segurança jurídica na redação legislativa. Também atua na revisão e atualização da legislação vigente, identificando lacunas e inconsistências e propondo aprimoramentos normativos. Além disso, interpreta normas e emite pareceres técnicos para orientar a aplicação da legislação, contribuindo para a segurança jurídica. Sua atuação ainda promove transparência e participação democrática, por meio da produção de textos normativos claros e acessíveis à sociedade e aos órgãos da Administração Municipal.

Fluxo de algumas Atividades

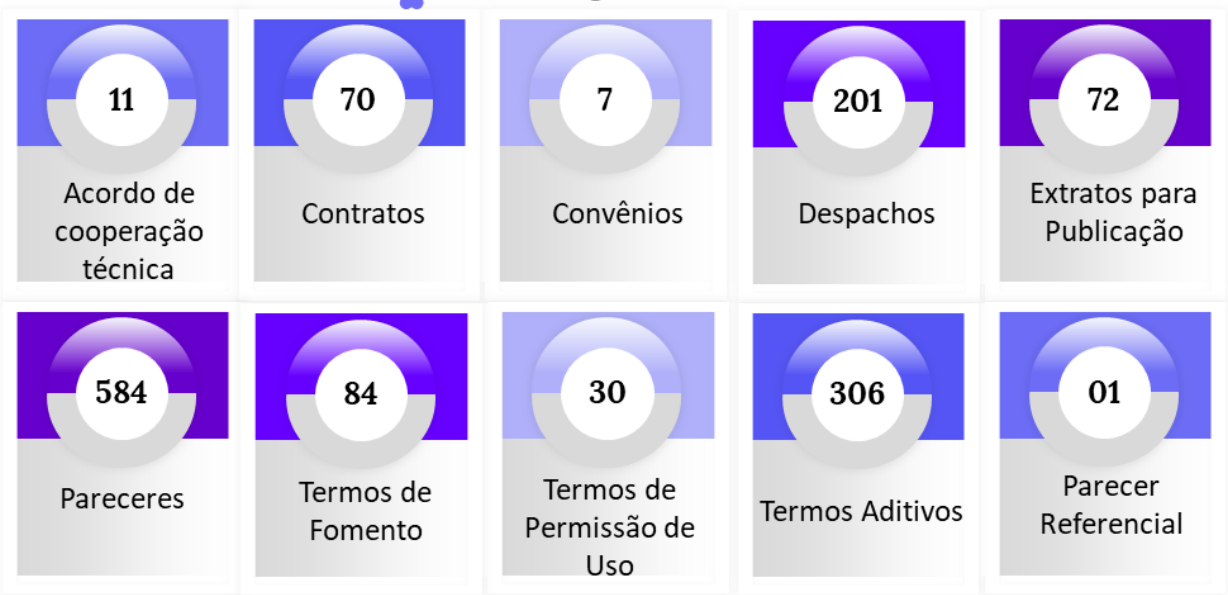
Consulta Jurídica= 33
Pareceres= 313
Despachos= 25

Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos

A Subprocuradoria Administrativa, Convênios e Contratos empenha-se em desenvolver o melhor trabalho dentro de suas competências, primando pela eficiência, legalidade, moralidade e razoabilidade em suas análises e ainda no atendimento aos servidores das Secretarias, Superintendências, Coordenadorias e Autarquia Municipais, que com frequência solicitam orientações a esta Subprocuradoria nos assuntos pertinentes a matéria de Licitações e contratos, convênios, acordos, ajustes, permissão de uso e congêneres.

Em 2025, a SPACC adotou medidas para aprimorar a eficiência e a celeridade na análise de processos administrativos, contando com o suporte dos sistemas ETCDF PMPV e SEI. As ações incluíram reuniões estratégicas com secretarias, atendimentos periódicos para orientação processual e capacitação continuada dos servidores por meio de cursos especializados. As tratativas com as Secretarias Municipais focaram no monitoramento de prazos e na correta instrução processual, promovendo cooperação, planejamento e eficiência, resultando em maior fluidez e precisão nas análises. Também foram realizados cursos de aperfeiçoamento sobre a nova legislação de licitações e contratos, fortalecendo a conformidade legal e a qualidade técnica das análises.

Fluxo de algumas Atividades



Subprocuradoria Contenciosa

A Subprocuradoria Contenciosa é responsável pela representação judicial do Município em ações cíveis, falimentares e processos especiais, ressalvadas as competências atribuídas a outros departamentos. Sua atuação concentra-se, principalmente, no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), podendo estender-se, conforme a competência processual, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A Subprocuradoria ampliou sua atuação para além do contencioso judicial, abrangendo atividades de controle externo e fiscalização. Atuou na prestação de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e ao Ministério Público, bem como na participação em reuniões técnicas, visando alinhamento institucional, transparência administrativa e aprimoramento da gestão municipal.

Fluxo de algumas Atividades



Subprocuradoria do Meio Ambiente

A Subprocuradoria do Meio Ambiente (SPMA) atua judicial e extrajudicialmente em demandas envolvendo o Município, especialmente em matérias ambientais, ações possessórias, demarcatórias, divisórias, proteção do patrimônio ambiental e regularização fundiária em áreas sensíveis. Também emite pareceres e informações técnicas sobre licenciamento ambiental e temas correlatos, em articulação permanente com as Secretarias e órgãos municipais competentes.

Instância / Órgão	Processos Ativos	Destaques	
TJ – 1º Grau	149	75	**Ações Civis Públicas**, envolvendo diversas temáticas;
		55	**Ações Demolitórias**;
		17	**processos de outras naturezas**;
		1	**Ação de Reintegração de Posse**; e
		1	**Ação Popular**.
TJ – 2º Grau	26	A análise dos dados evidencia significativa atuação da SPMA no âmbito judicial, com destaque para o Tribunal de Justiça – 1º Grau, onde foram acompanhados 149 processos ao longo do exercício.	
Justiça Federal – 1º Grau	26		
Justiça Federal – 2º Grau	5		
STJ/ STF	9		
TRT – 14ª Região	9		

Fonte: SPMA/PGM, 2025.

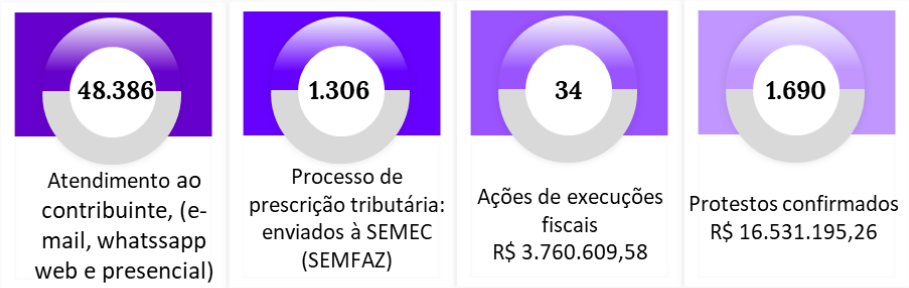
Produção Jurídica e Atuação Administrativa



Subprocuradoria da Dívida Ativa

Em 2025, a Subprocuradoria da Dívida Ativa intensificou o diagnóstico e a cobrança dos créditos públicos inadimplidos, priorizando o protesto extrajudicial para evitar a prescrição tributária e preservar a arrecadação municipal. Após a identificação dos devedores, foram protestados 1.611 títulos executivos, selecionados manualmente conforme maior potencial de recuperação. Contudo, as Resoluções CNJ nº 547/2024 e nº 617/2025, que restringiram a judicialização de execuções fiscais de baixo valor e de processos sem CPF ou CNPJ, reduziram significativamente os instrumentos de cobrança do Município, impactando negativamente a arrecadação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, especialmente de IPTU.

Algumas Atividades

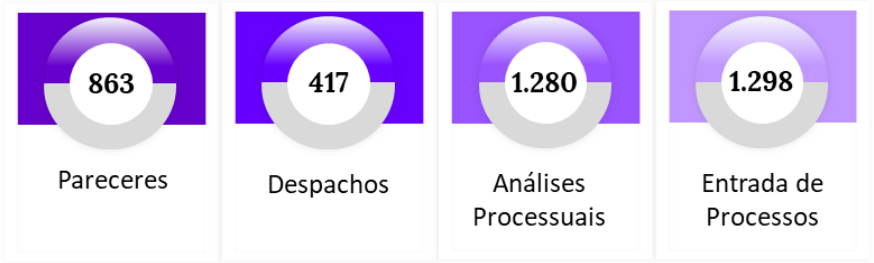


Subprocuradoria Fundiária

A Subprocuradoria Fundiária-SPFUN atua no âmbito administrativo, manifestando-se em matérias fundiárias e prestando suporte jurídico à Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEMDEC), nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 99/2000, com redação atualizada pela Lei Complementar nº 342/2009. A unidade encontra-se instalada e desenvolve suas atividades no mesmo prédio da SEMDEC, o que facilita a integração institucional e a celeridade das demandas.

Em razão da defasagem das principais legislações municipais, a Subprocuradoria Fundiária (SPFUN) participou ativamente da elaboração e dos debates de minutas de leis complementares sobre parcelamento, uso e ocupação do solo e Código de Obras, visando a atualização normativa e a superação de entraves urbanísticos e arrecadatórios. A unidade também atuou em audiências públicas e nos estudos da Zona de Urbanização Específica (ZUEP), destinada à instalação do novo porto, em parceria com a SEMDEC. Ademais, realizou deslocamentos aos distritos de Vista Alegre do Abunã e Nova Mutum para levantamento de informações voltadas à regularização fundiária.

Algumas Atividades



Subprocuradoria de Processo Disciplinar e Sindicância

A Subprocuradoria de Processo Disciplinar tem por finalidade subsidiar a análise contínua da gestão disciplinar, contribuindo para o aprimoramento dos procedimentos internos e para o fortalecimento de práticas administrativas mais eficientes, transparentes e alinhadas às necessidades institucionais.

Algumas Atividades



Subprocuradoria de Juizados

Em 2025, a Subprocuradoria de Juizados atuou em conformidade com o art. 25-D da Lei Complementar nº 884/2022, exercendo suas atribuições nos processos do Juizado Especial da Fazenda Pública, acompanhando as demandas em todas as instâncias até a fase de execução, e adotando as medidas necessárias à defesa dos interesses do Município. Também manteve o Gabinete da Procuradoria-Geral informado sobre o andamento dos feitos e as repercussões das decisões judiciais, além de emitir pareceres jurídicos nas matérias de sua competência. A atuação foi contínua, técnica e estratégica, com foco na defesa do interesse público municipal.

Algumas Atividades



Demandas



Capacitações

Capacitação e Aperfeiçoamento na Lei Nº 14.133/21 – Assessoria Jurídica Em Licitações e Contratos	Abril	Porto Velho *In Company*
Regime Disciplinar: Enquadramento das faltas disciplinares e indiciamento. Doutrina, Jurisprudência, Prática e Exercícios	Setembro	Porto Velho
Capacitação e Aperfeiçoamento na Lei Nº 14.133/21 – Curso Completo e Avançado	Novembro	Porto Velho *In Company*

Fonte: PGM, 2025.

Participação em evento externo

O Subprocurador de Processo Disciplinar, Dr. Hailton Otero Ribeiro de Araújo, participou como palestrante do evento *"Assédio Moral e Sexual – Conhecer para Prevenir e Combater"*, realizado em 28 de agosto de 2025, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Sua participação contribuiu com orientações técnicas relevantes para gestores e educadores, fomentando a construção de um ambiente escolar mais seguro, ético e respeitoso. A iniciativa reforçou a integração da Subprocuradoria com outras áreas da Administração Pública e consolidou o setor como referência em gestão disciplinar e prevenção de condutas irregulares.



Controladoria Geral do Município-CGM

A administração pública tem vivenciado, na última década, um processo acelerado de transformação tecnológica e de gestão do conhecimento, impondo a gestores e servidores a necessidade de constante qualificação técnica e domínio das ciências e tecnologias aplicáveis às suas áreas de atuação, a fim de garantir maior eficiência na prestação dos serviços públicos à população.

Nesse contexto, a Prefeitura de Porto Velho, alinhada às diretrizes contemporâneas de modernização administrativa, promoveu a reestruturação organizacional e o fortalecimento de seu parque tecnológico, resultando em expressivo avanço na digitalização dos serviços públicos, associado à adoção de medidas de segurança cibernética para a proteção das informações institucionais e dos dados dos cidadãos, bem como ao incremento da transparência, à redução da burocracia, à otimização dos recursos públicos e ao aprimoramento da eficiência administrativa, com suporte à tomada de decisões estratégicas por meio da disponibilização de dados em tempo real.

Controladoria-Geral do Município (CGM) investiu na realização de capacitações voltadas à prevenção da corrupção, à fiscalização de contratos, ao aprimoramento dos controles administrativos e ao cumprimento das normativas internas. Servidores de diversas áreas participaram dos treinamentos, contribuindo para o fortalecimento da execução das atividades institucionais e para a observância das normas vigentes, com reflexos diretos no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno, integridade e governança.

Por fim, o presente relatório consolida as ações executadas ao longo do exercício, reafirmando o papel estratégico da Controladoria-Geral do Município no monitoramento das políticas públicas, no aprimoramento dos mecanismos de controle e na promoção de práticas administrativas que contribuam para a eficiência, a ética e a transparência dos serviços prestados à população.

JONHY MILSON OLIVEIRA MARTINS
Controlador Geral do Município

CADEIA DE VALORES

A Cadeia de Valores da CGM, instituída pela Portaria nº 34/GAB/CGM/2021 de 06 de abril de 2021, é uma ferramenta de gestão que tem como objetivo identificar os principais macroprocessos e processos da organização, a fim de demonstrar como se relacionam, auxiliam na tomada de decisões estratégicas e aumentam a percepção do valor agregado dos serviços realizados pelo Órgão.

A seguir, a representação gráfica da Cadeia de Valores da CGM:



Fonte: CGM, 2025.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico Institucional da CGM para os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 foi instituído por meio da Portaria nº 85/GAB/CGM/2021 de 22 de dezembro de 2021, tendo em vista o Decreto nº 15.261, de 15 de junho de 2018, o qual dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, bem como a necessidade de implementar, atualizar e sistematizar o processo de planejamento estratégico da Controladoria Geral do Município de Porto Velho e de consolidar o conjunto de práticas voltadas ao estabelecimento da cultura da gestão estratégica e de sua estrutura organizacional.

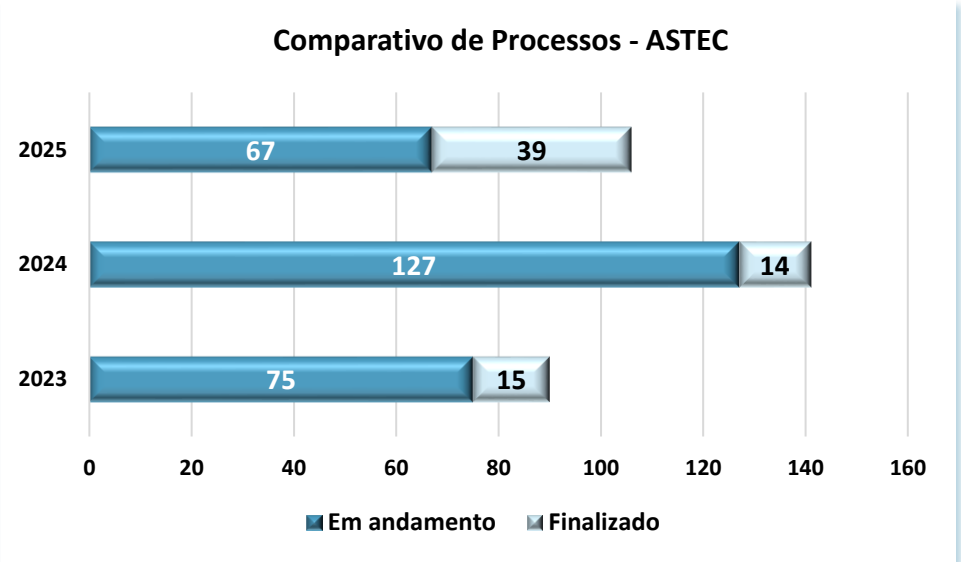
Dessa forma, o Mapa do Planejamento Estratégico da CGM está assim disposto



Fonte: CGM, 2025.

Assessoria Técnica-ASTEC

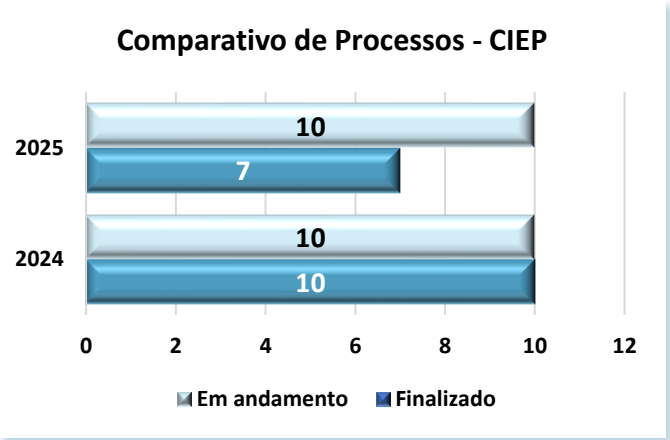
A Assessoria Técnica é responsável pelo atendimento aos órgãos de controle externo e à Secretaria Geral de Governo, atuando no recebimento de demandas, consolidação de informações e elaboração de respostas, dentro dos prazos legais, às decisões e acórdãos do Tribunal de Contas. Também acompanha publicações na imprensa oficial, notícias veiculadas na mídia local e manifestações oriundas das Ouvidorias, entre outras demandas correlatas.



Fonte: ASTEC/CGM, 2025.

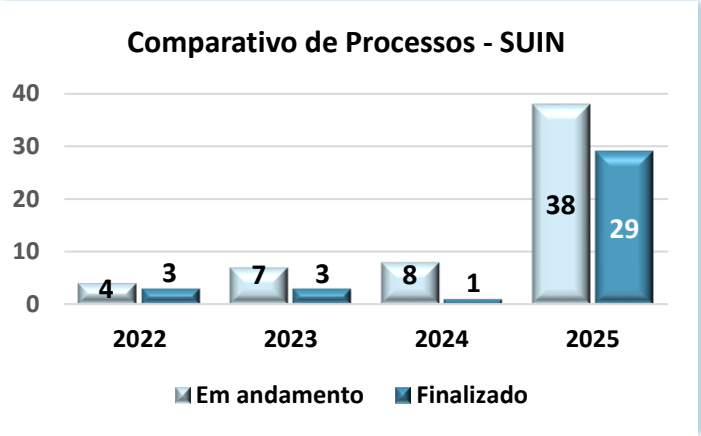
Coordenadoria de Informações Estratégicas e Prevenção à Corrupção - CIEP

A Coordenadoria de Informações Estratégicas e Prevenção à Corrupção atua na mineração de dados, no desenvolvimento de inovações tecnológicas e na execução de ações de inteligência, com foco na produção de informações estratégicas e na prevenção de irregularidades administrativas. Suas atividades seguem o Plano Anual de Atividades de Controle Interno (PAACI), conforme a Lei Complementar nº 976/2024, promovendo a eficiência, a integridade e a transparência no âmbito da Controladoria-Geral do Município de Porto Velho.



Fonte: CIEP/CGM, 2025.

Subcontroladoria de Infraestrutura - SUIN



Fonte: SUIN/CGM, 2025.

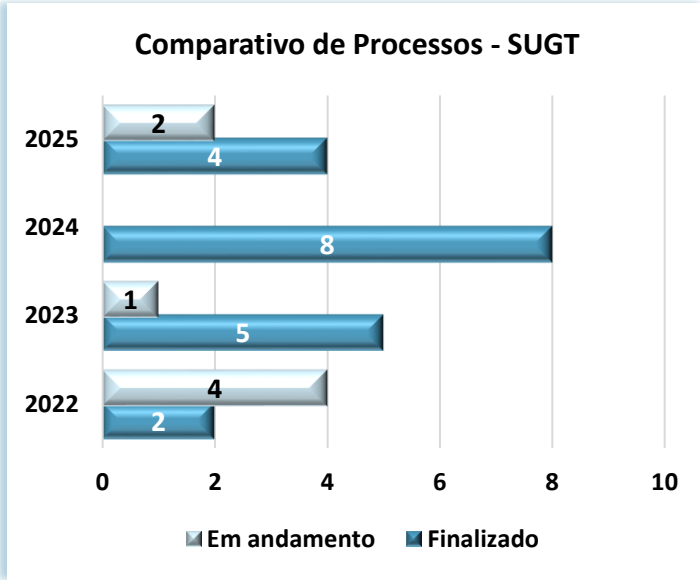
Nos termos da Lei Complementar nº 976, de 29 de fevereiro de 2024, a Subcontroladoria de Infraestrutura, por meio dos Núcleos de Infraestrutura (NUINF) e de Obras Públicas (NUOBP), é responsável pela realização de auditorias e fiscalizações na gestão e na execução de programas e ações dos órgãos, em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Controle Interno (PAACI).

Registros



Fonte: SUIN/CGM, 2025.

Subcontroladoria de Acompanhamento de Gestão e Transparência - SUGT



Fonte: SUGT/CGM, 2025.

A Controladoria-Geral do Município de Porto Velho atua na promoção da transparência pública e no fortalecimento da eficiência da gestão municipal, por meio do Departamento de Gestão e Transparência. Os Núcleos NUIOC e DITR, vinculados à SUGET, desenvolvem suas atividades conforme o PAACI e o Regimento Interno, observando, em 2025, as diretrizes da Lei Complementar nº 976/2024 e os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

No âmbito do 4º Ciclo/2025 do PNTP (ATRICON), foi realizado o monitoramento da conformidade dos portais de transparência. A auditoria avaliou 19 itens, considerando os critérios de disponibilidade, atualidade, série histórica, gravação de relatórios e filtros de pesquisa.

A maioria das pendências foi regularizada, permanecendo 06 itens com não conformidades, destacando-se Emendas Parlamentares (30%), Convênios e Transferências (66,67%) e Ouvidoria (66,67%), principalmente por ausência de série histórica, filtros e gravação de relatórios.

Desta forma, o Município de Porto Velho alcançou 95,31% no Índice de Transparência, mantendo o Selo Diamante concedido pelo Tribunal de Contas do Estado.

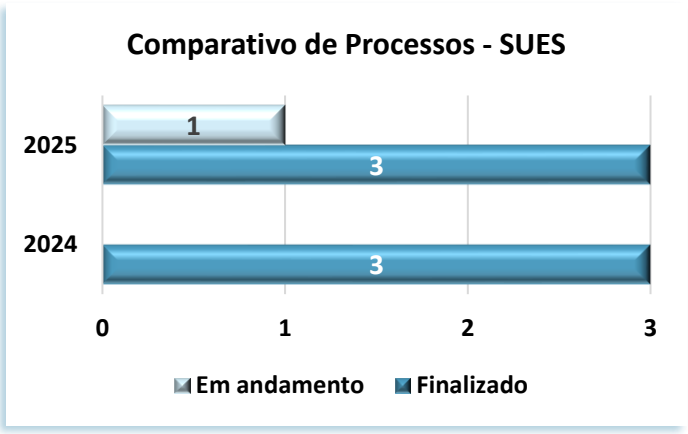


Fonte: https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html

Principais Atividades-SUGT

- Monitoramento do atendimento às notificações expedidas aos gestores quanto ao cumprimento das normas de transparência pelos órgãos da Administração Pública Municipal (ATRICON, TCU e Transparência Internacional Brasil);
- Promover, por meio de consultoria, o registro e a publicação, em sistema próprio, das agendas de gestores públicos, que abrangem compromissos, presentes, hospitalidades, viagens e ausências. O sistema "Agenda Institucional dos Gestores" será ajustado para segregar compromissos em "Reuniões" e "Viagens e eventos", detalhando participantes e atas;
- Monitoramento do atendimento aos questionários de avaliação da eficácia do Sistema de Controle Interno e conformidade em relação à Instrução Normativa n. 58/2017/TCERO expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado;
- Avaliação periódica de atuação do Sistema de Controle Interno com base nos conceitos de Governança, Gestão de Riscos, Gestão de Processos e Integridade.;
- Monitoramento do Roteiro de Atuação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (Rede de Controle, Tribunal de Contas da União);
- Facilitação junto aos gestores do Município visando o atendimento ao apontamento do Índice de maturidade da Governança, Gestão de Riscos, Gestão de Processos e Integridade, quanto ao Órgão/Entidade possuir cadeia de valores definindo os macroprocessos gerenciais, de suporte e finalísticos, conforme reestruturação da Prefeitura de Porto Velho;

Subcontroladoria de Desenvolvimento Econômico e Social - SUES



Fonte: SUES/CGM, 2025.

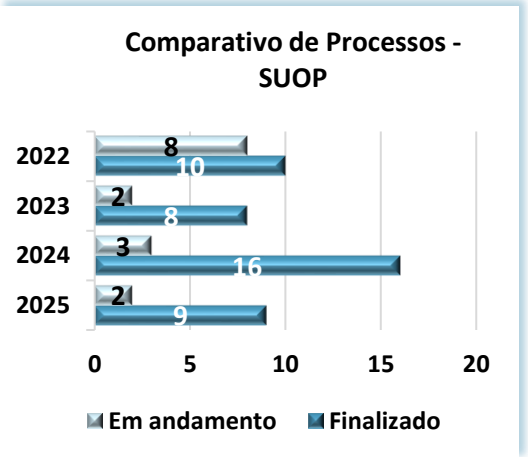
Em atendimento à Lei Complementar nº 976/2024, as ações da Subcontroladoria de Desenvolvimento Econômico e Social (SUES) são executadas em conformidade com as diretrizes do Plano Anual de Atividades de Controle Interno (PAACI).

Esse alinhamento assegura a aderência aos objetivos institucionais da Controladoria-Geral do Município, fortalecendo a governança, o controle interno e a efetividade das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. O SUES é estruturado nos núcleos de Desenvolvimento Econômico (NUDEC) e Núcleo de Políticas Sociais (NUPSO).

Subcontroladoria de Organização e Planejamento - SUOP

As ações da **Subcontroladoria de Organização e Planejamento (SUOP)**, integrada pelo **Núcleo de Estudos Técnicos (NUETE)** e pelo **Núcleo de Planejamento Estratégico (NUPLE)**, são executadas em conformidade com a **Lei Complementar nº 976/2024** e alinhadas ao **Plano Anual de Atividades de Controle Interno (PAACI)**, instituído pela **Portaria nº 05/GAB/CGM-2025**.

Esse alinhamento garante a aderência aos objetivos institucionais da Controladoria-Geral do Município, fortalecendo o planejamento, a organização administrativa, a governança e o controle interno.

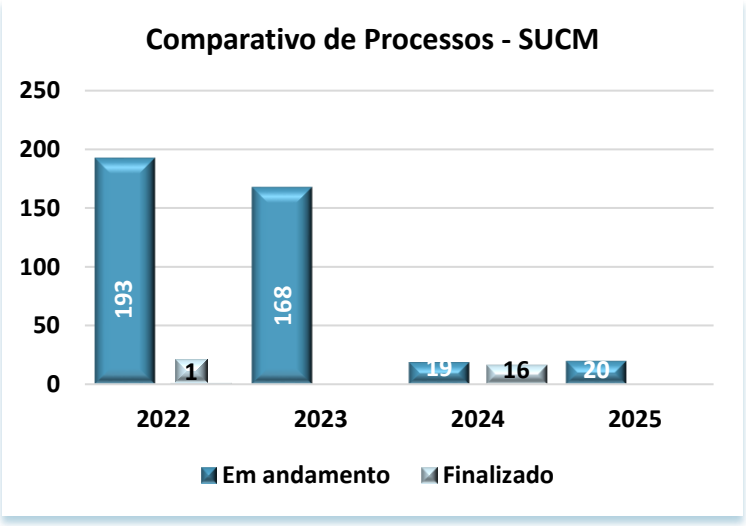


Fonte: SUOP/CGM, 2025.

Subcontroladoria de Contas do Município - SUCM

A **Subcontroladoria de Contas do Município (SUCM)** atua no controle e fiscalização da gestão pública, assegurando a regularidade, a eficiência e a transparência dos atos administrativos, em conformidade com o **PAACI**, a **Portaria nº 05/GAB/CGM-2024** e a **Lei Complementar nº 976/2024**.

No exercício de suas atribuições, o **NUAPC** responde pela análise e validação das prestações de contas, enquanto o **NUAIN** monitora o desempenho das políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento da governança e o uso responsável dos recursos municipais.



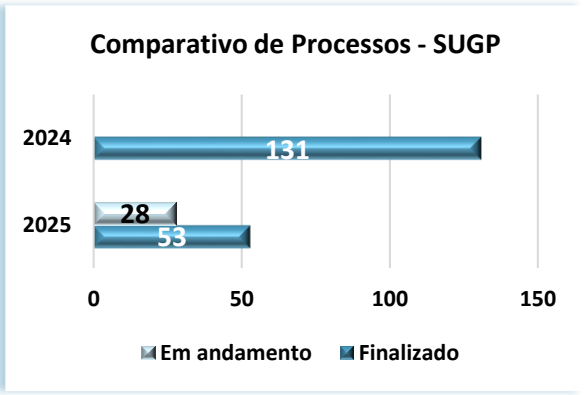
Fonte: SUCM/CGM, 2025.

Principais Atividades-SUCM

- Acompanhamentos:
  - dos índices legais e constitucionais de RREO e RGF;
  - da Gestão Fiscal;
  - da Prestação de Contas Consolidada do exercício 2024 e recomendações do Controle Interno;
  - da Prestação de Contas do FMS do exercício 2024 e recomendações do Controle Interno;
  - da Prestação de Contas da SEMED do exercício 2024 recomendações do Controle Interno.
  - da Prestação de Contas da FUNCULTURAL do exercício 2024 recomendações do Controle Interno;
  - da Prestação de Contas da ADPVH do exercício 2024 recomendações do Controle Interno;
  - da Prestação de Contas do FMDCA do exercício 2024 recomendações do Controle Interno.
  - das ações realizadas pela Adm Municipal para o atendimento as determinações do TCE da Prestação de Contas do exercício 2024 e anos anteriores;
- Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre a Prestação de Contas do Poder Executivo Municipal - Exercício 2024;
  dos índices legais e constitucionais RREO e RGF - Exercício 2024;
- Avaliação quantitativa do cumprimento dos programas de governo, por meio de índice de aperfeiçoamento do planejamento orçamentário de ações finalísticas do governo;
- Monitoramento do cumprimento das determinações exaradas no ofício nº 643/2024/ASGOV/SGG Processo 1155/24 TCE/RO - Exercício 2023.
- Consolidação de bases de dados sobre saúde, educação, assistência social e outras áreas finalísticas. Emissão do Relatório do Índice de Aperfeiçoamento do Planejamento Orçamentário (IAPO);
- Avaliação dos resultados obtidos pelos programas municipais. Identificação de unidades com desempenho crítico e orientação para melhoria dos indicadores;
- Preparação técnica para a próxima aferição do IAPO após o encerramento do exercício ;
- Organização dos insumos que fundamentam à avaliação no PPA 2026–2029.

Subcontroladoria de Gestão de Pessoas - SUGP

A Subcontroladoria de Gestão de Pessoal (SUGP) é responsável por monitorar os processos de dos servidores, com o objetivo de assegurar a conformidade com a legislação vigente, bem como garantir a transparência e a eficiência na gestão pública.



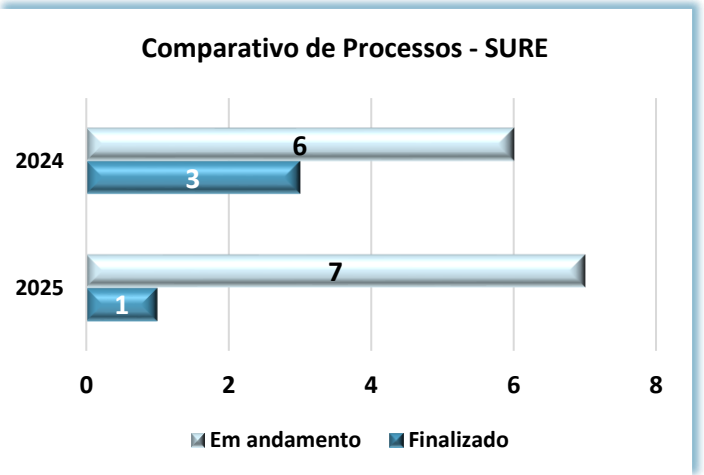
Fonte: SUGP/CGM, 2025.

Principais Atividades da SUGT

- Emissão de Pareceres de Avaliação de conformidade do enquadramento constitucional das funções exercidas pelos ocupantes de cargos em comissão;
- Verificação de Acumulação Indevida de Cargos Públicos e Descumprimento de Carga Horária;
- Verificação de conformidades nas Gratificações de Responsabilidade Técnica e Produtividade (GRTP) para os servidores dos cargos de Engenheiro e Arquiteto.

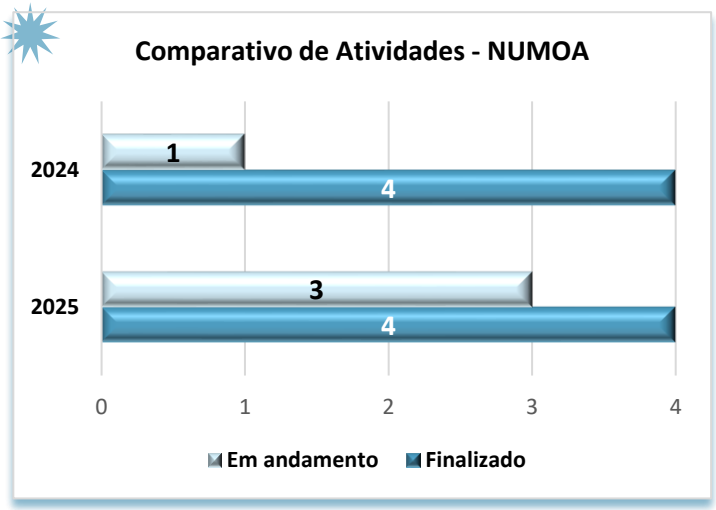
Subcontroladoria de Receita - SURE

No âmbito da **Subcontroladoria de Receita (SURE)**, as atribuições são exercidas em conformidade com a **Portaria nº 05/GAB/CGM-2025** e em estrita observância à **Lei Complementar nº 976/2024**, assegurando a fiscalização adequada, o acompanhamento sistemático da arrecadação municipal e o aprimoramento contínuo da gestão pública, com foco na legalidade, na eficiência e na transparência.



Fonte: SUCM/CGM, 2025.

Núcleo de Monitoramento de Auditorias - NUMOA



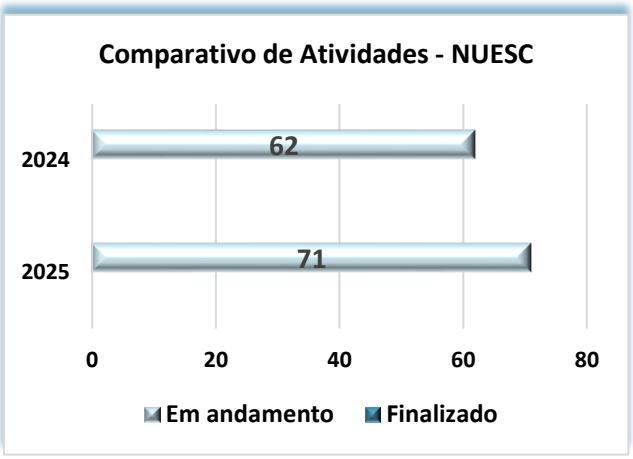
Fonte: NUMOA/CGM, 2025.

As ações do **Núcleo de Monitoramento e Orientação de Auditorias (NUMOA)** são executadas em consonância com o **Plano Anual de Atividades de Controle Interno (PAACI)**, nos termos da **Portaria nº 05/GAB/CGM-2025**, e em observância às diretrizes da **Lei Complementar nº 976/2024**, que dispõe sobre o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município de Porto Velho.

Esse alinhamento normativo assegura a eficiência, a transparência e a efetividade dos processos de controle interno.

Núcleo Especial de Controles -

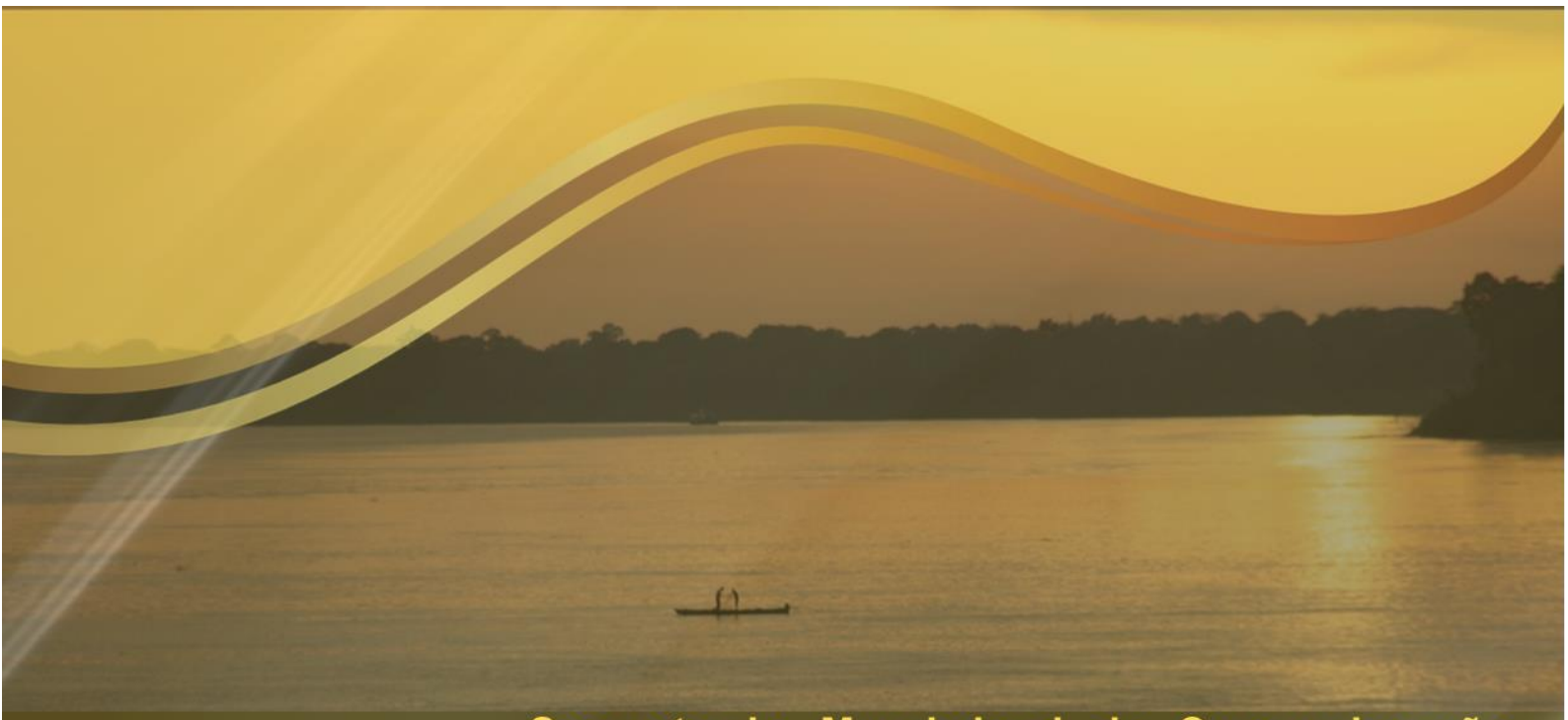
No exercício de **2025**, o **Núcleo Especial de Controle** desempenhou suas atividades em conformidade com os controles administrativos estabelecidos e alinhado às diretrizes da **Portaria nº 05/GAB/CGM-2025**. As ações executadas atenderam integralmente à **Lei Complementar nº 976/2024**, que regulamenta o Regimento Interno da Controladoria-Geral do Município de Porto Velho, assegurando a transparência, a integridade e a eficiência dos processos de controle interno.



Fonte: NUESC/CGM, 2025.

Principais Atividades-NUESC

- Elaboração do Relatório – RAC ;
- Elaboração do Relatório – RAV;
- Monitoramento da Fase Final das Auditorias de Programa de Governo (Via e-TCDF e e-Aud e no SEI).



Secretaria Municipal de Comunicação-SECOM

Em 2025 a Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM) avançou na organização da comunicação institucional da Prefeitura de Porto Velho. Elevada ao status de secretaria, a SECOM passou a ocupar papel central na articulação entre o poder público e a população, assumindo a responsabilidade de dar transparência às ações do executivo, divulgar serviços essenciais e fortalecer o diálogo com os cidadãos.

Ao longo do ano, a SECOM ampliou a produção de conteúdo jornalístico, intensificou o uso das redes sociais oficiais e reforçou a relação com os veículos de comunicação locais. Além disso, a secretaria atuou na divulgação de ações em diferentes setores, como por exemplo, nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e assistência social, passou a ocorrer de forma mais frequente e integrada.

Outro avanço apontado pela gestão foi a reorganização interna da pasta, com definição de fluxos de trabalho, padronização da identidade visual e maior integração com outras secretarias. Entre as iniciativas de 2025, foi realizado o I Workshop de Comunicação, uma capacitação voltada para os servidores que atuam na área de comunicação. O evento teve como objetivo fortalecer as práticas profissionais, promover integração entre as equipes e valorizar a comunicação pública como ferramenta de aproximação com a população.

Foi um ano de reestruturação da comunicação da prefeitura, com desafios que foram conquistados com o apoio de toda a equipe. Lembrando que a comunicação pública precisa ser clara, acessível e contínua. O cidadão tem o direito de saber o que está sendo feito e como acessar os serviços.

FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Comunicação
Em exercício

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM

A Secretaria Municipal de Comunicação (SECOM), criada pela Lei Complementar nº 1000/2025 a partir da antiga Superintendência Municipal de Comunicação, passou a integrar a estrutura administrativa do Município, assumindo papel estratégico na coordenação da comunicação pública.

Suas principais competências incluem a formulação e implementação da política de comunicação institucional, promoção do acesso à informação e combate à desinformação, coordenação de pesquisas de opinião pública, difusão das políticas do Executivo municipal e planejamento e execução de eventos, solenidades e atos institucionais da Prefeitura.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Com a nova Estrutura Administrativa, a SECOM tornou-se um órgão de gestão governamental com autonomia administrativa, funcional e orçamentária, deixando de estar subordinada financeiramente à Secretaria Geral de Governo.

Resumo Orçamentário

Em R$ 1,00

Inicial	-
Suplementado	8.870.780,05
Anulado	47.411,52
Autorizado final	8.823.368,53
Empenhado:	5.797.276,05
Liquidado:	5.479.628,35
Pago	2.532.256,63
Saldo a empenhar:	3.343.740,18

Fonte: SECOM, 2025

Atuação

A SECOM desempenha papel estratégico no fortalecimento da relação entre o poder público e a sociedade, promovendo informação de qualidade, transparência e acesso às ações da gestão. Sua política de comunicação está estruturada em três eixos integrados:

1. **Jornalismo Público** para divulgação de ações e conteúdos de interesse coletivo
2. **Publicidade Institucional** para orientação e prestação de contas à sociedade
3. **Comunicação Digital** para ampliar o diálogo, a interação e a atualização dos canais oficiais.

Jornalismo Público

Comparativo de Matérias Publicadas	
Ano	**Matérias Publicadas**
2024	**1.794**
2025	**2.773**

Fonte: DEI/SECOM, 2025.

Entre 2024 e 2025, a produção jornalística da SECOM cresceu 54,5%, passando de 1.794 para 2.773 matérias, refletindo o fortalecimento das rotinas editoriais, a ampliação da capacidade de produção e o compromisso com a transparência. Esse avanço decorre do aumento das demandas das secretarias e da padronização dos fluxos de coleta, tratamento e publicação de informações, resultando em maior eficiência, alinhamento institucional e agilidade na divulgação das ações oficiais.

Matérias mais acessadas

Com mais de 65.811 acessos

SAÚDE

Prefeitura de Porto Velho abre processo seletivo com mais de 600 vagas e salários de até R$ 9,3 mil



Fonte: https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/48638/saude-prefeitura-de-porto-velho-abre-processo-seletivo-com-mais-de-600-vagas-e-salarios-de-ate-r-93-mil

Mais de 32.935 acessos

SELEÇÃO

Semed abre inscrições para processo seletivo para Contratação de Serviço Voluntário



Fonte: https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/47118

Mais de 25.814 acessos

PROGRAMAÇÃO

Calendário Oficial do Carnaval 2025 é divulgado pela Prefeitura de Porto Velho



Fonte:https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/46852/programacao-calendario-oficial-do-carnaval-2025-e-divulgado-pela-prefeitura-de-porto-velho

Publicidade Institucional

A publicidade institucional da Prefeitura fortalece a imagem da gestão pública, promove transparência e divulga ações, serviços e políticas públicas, reforçando o compromisso com a cidadania e o desenvolvimento do município. Tem como visão ser referência em comunicação pública, com credibilidade e clareza; como missão informar a população com ética e transparência; e como valores a integridade, a transparência e o foco no cidadão.

Principais Campanhas realizadas

IPTU 2025



Campanha buscou informar a população sobre o pagamento do IPTU 2025 com desconto, orientando os contribuintes sobre prazos e condições de regularização. A ação utilizou múltiplos meios de divulgação (TV, spots, banners, painéis de LED e tráfego pago) para ampliar o alcance da informação.

Cidade Limpa

A campanha buscou conscientizar a população sobre o descarte correto de resíduos, limpeza de terrenos e preservação dos espaços públicos, promovendo a responsabilidade coletiva e a melhoria da qualidade de vida. A ação contou com ampla divulgação em mídia externa, rádio, TV e redes sociais, além de atividades presenciais, como pit stop educativo com distribuição de materiais informativos e sacolinhas de lixo para veículos.



Cidade Limpa 2



Divulgação dos resultados das ações de limpeza urbana em Porto Velho, destacando serviços realizados e melhorias no ambiente urbano. A divulgação ocorreu por meio de outdoors e reforçou a corresponsabilidade da população na manutenção da limpeza e preservação dos espaços públicos.

Meu Exame *On*

O sistema Meu Exame *ON*, que permite a consulta online de exames laboratoriais na rede pública de saúde, reduzindo filas e deslocamentos. A ação ocorreu em duas etapas, destacou os benefícios para usuários e profissionais de saúde e utilizou TV, rádio, banners, outdoors e tráfego pago para ampliar o alcance da informação.



Outras Campanhas



Campanha contra as Queimadas



Campanha Tarifa de ônibus



Campanha sobre Limpeza



111 anos de Porto Velho

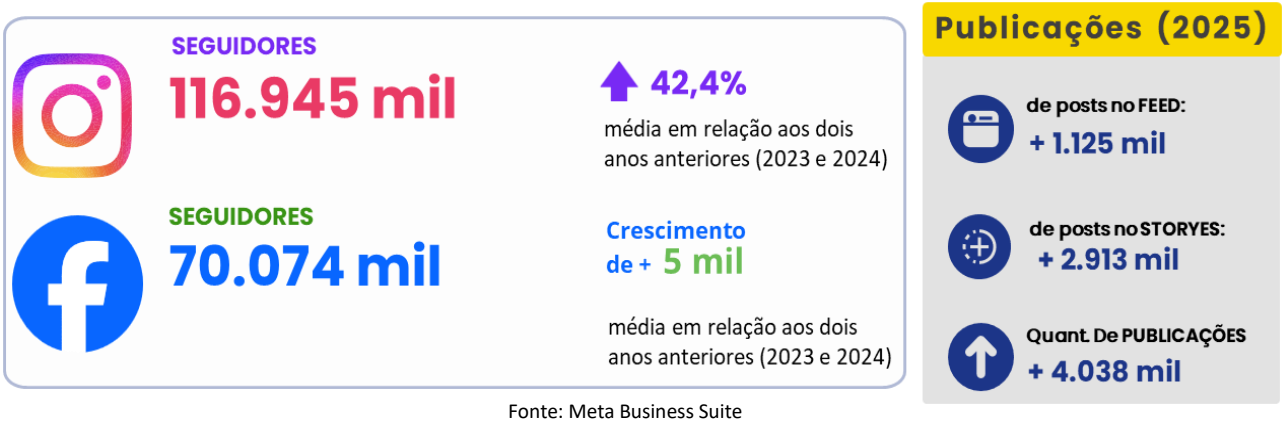


Natal Porto Velho Luz – Uma Cidade Encantada

Comunicação Digital

Em 2025, a Comunicação Digital da Prefeitura adotou estratégia mais humana e acessível para aproximar a gestão do cidadão, com linguagem clara e conteúdos explicativos. A mudança gerou alto engajamento em campanhas como o Aniversário de 111 anos de Porto Velho e o Natal Porto Velho Luz, fortalecendo a participação da população e a presença institucional nas redes sociais.

Métricas



Fonte: Meta Business Suite

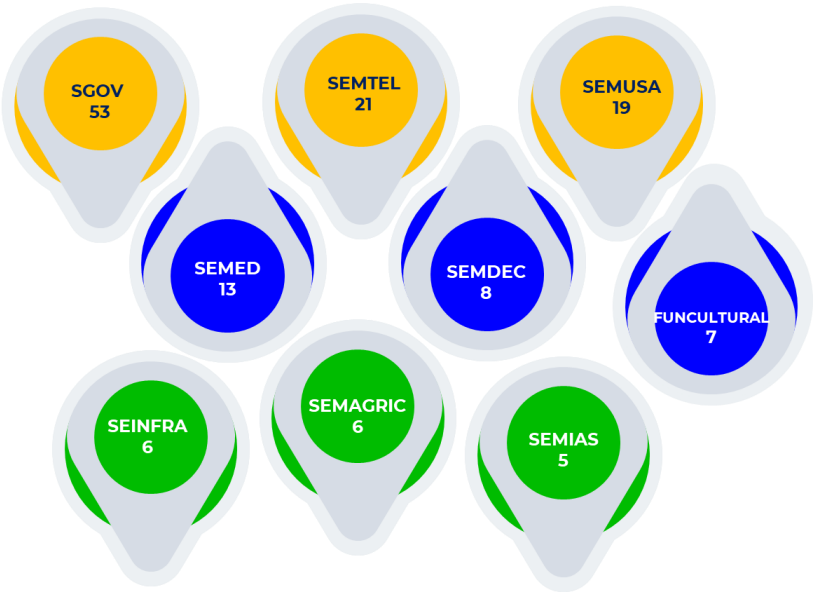


Fonte: Meta Business Suite

Cerimonial

O Departamento de Cerimonial é responsável pela organização logística e operacional de eventos e solenidades oficiais, incluindo protocolo institucional, coordenação de agendas, atendimento, elaboração de materiais e capacitação. Em 2025, foram realizadas 150 solenidades, entre posses, inaugurações, reuniões institucionais e eventos comemorativos, com aprimoramento do funcionamento para maior eficiência.

Secretarias com maior número de Demandas



Capacitações



I Workshop de Comunicação, uma capacitação voltada para os servidores que atuam na área de comunicação. O evento teve como objetivo fortalecer as práticas profissionais, promover integração entre as equipes e valorizar a comunicação pública como ferramenta de aproximação com a população.



Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações-SMCL

A atuação da Secretaria de Contratos Convênios e Licitações - SMCL, ao longo do exercício de 2025, evidenciou que a gestão eficiente dos recursos públicos é resultado da adoção de controles técnicos permanentes do monitoramento sistemático das despesas administrativas, da busca constante de captação e administração de recursos externos como forma de investimento e de reforço ao orçamento interno.

Estas ações configuram uma atuação integrada de suas unidades subordinadas finalísticas, que com suas equipes multiprofissionais altamente qualificadas, alinham as demandas operacionais às exigências normativas, assegurando que cada etapa dos processos ocorra com precisão técnica e segurança jurídica.

Os resultados alcançados não se restringem à redução de despesas, mas refletem o fortalecimento da qualidade do serviço público, por meio da padronização de procedimentos, da prevenção de desperdícios, da captação e administração de recursos, da correção de distorções contratuais, da ampliação da transparência e do aumento da segurança jurídica dos processos administrativos.

Dessa forma, a Secretaria de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL consolida-se como órgão estratégico para a sustentabilidade fiscal do Município de Porto Velho, contribuindo diretamente para a economicidade dos recursos públicos disponíveis, bem como na liberação de recursos junto a órgãos Municipais, Estaduais e Federais a serem direcionados às políticas públicas finalísticas e à melhoria dos serviços prestados à população.

Por fim, a Secretaria de Contratos, Convênios e Licitações - SMCL reafirma seu compromisso institucional com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência, colocando-se à disposição da Administração Municipal e dos órgãos de controle para o contínuo aprimoramento da gestão pública e para a construção de uma administração cada vez mais moderna, transparente, responsável e orientada a resultados.

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL
Secretário Municipal de Contratos, Convênios e Licitações

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES - SMCL

A Secretaria Municipal de Compras e Licitações (SMCL) é responsável por organizar, coordenar e operacionalizar os processos de licitação e compras no âmbito do Poder Executivo, garantindo eficiência, economicidade e transparência nos gastos públicos. Compete-lhe gerenciar cadastros de fornecedores, sistemas de registro de preços, cotações e reequilíbrios, além de regulamentar procedimentos, designar agentes de contratação e comissões, definir modalidades licitatórias, julgar recursos, adjudicar objetos e homologar licitações.

A SMCL também coordena e supervisiona a gestão logística, a frota oficial, os serviços essenciais (água, energia, telefonia e internet) e a manutenção de veículos e máquinas, bem como promove aquisições corporativas visando ganhos de escala e competitividade. Atua no acompanhamento e análise de contratos, convênios, prestações de contas e possíveis inadimplências ou irregularidades, prestando suporte técnico às unidades competentes e aos gestores. Além disso, elabora pareceres técnicos, projetos de engenharia e arquitetura, estudos e planejamentos, podendo contratar empresas especializadas quando necessário, e assessora o Prefeito e o Vice-Prefeito em matérias relacionadas à gestão dos gastos públicos municipais.

Execução Orçamentária

Os programas e ações da SMCL discriminados na LOA para o Exercício de 2025, levam em consideração o atendimento das funções institucionais.

Em R$ 1,00

Valor Previsto	**2.070.177,00**
Valor Suplementado	**616.545,90**
Valor Anulado	**616.839,29**
Saldo	**1.239.653,87**
Valor Empenhado	**935.429,94**
Valor Pago	**573.581,13**

Fonte: GPI/CPE/SMCL, 2025.

Secretaria Executiva de Convênios e Contratos - SEC

Secretaria-Executiva de Convênios e Contratos-SEC/SMCL é responsável por coordenar, orientar e acompanhar a formalização, execução, monitoramento e prestação de contas de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres firmados pelo Município, atuando como interlocutora junto aos órgãos concedentes, agentes financeiros e plataformas federais. Compete-lhe gerir e controlar esses instrumentos, apoiar tecnicamente as secretarias na elaboração de planos de trabalho e projetos, acompanhar a execução física e financeira, consolidar informações para transparência e controle, e atuar na prevenção de riscos de inadimplência.

A SEC/SMCL não executa obras ou políticas públicas, exercendo exclusivamente funções técnicas, executivas e articuladoras, sendo considerada um órgão estratégico para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da infraestrutura municipal.

Convênios

Em 2025, Porto Velho avançou em seu desenvolvimento com a gestão de convênios nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento urbano, gerando impactos positivos na infraestrutura, nos serviços públicos e na geração de emprego e renda.

A Secretaria-Executiva de Convênios e Contratos da SMCL atuou de forma estratégica na coordenação dessas iniciativas, garantindo o planejamento, o acompanhamento técnico e o cumprimento das normas, com monitoramento contínuo das etapas de execução para assegurar a efetividade dos projetos.

Convênios Firmados em 2025

Em R$ 1,00

Objeto	Secretaria	Concedente	Total
Reforma e infraestrutura da Praça da Pirâmide – Jatuarana, Porto Velho/RO	SEMTEL	MINISTÉRIO DO TURISMO	**521.104,00**
Construção de Quadra com Grama Sintética – Porto Velho/RO	SEMTEL	MINISTÉRIO DO ESPORTE	**1.343.850,00**
Pavimentação de Estradas Vicinais – Porto Velho/RO	SEINFRA	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	**1.547.100,00**
Construção da Policlínica Novo-PAC (R$ 30 milhões)	SEINFRA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	**16.902.340,00**
Obras e Serviços de Engenharia – Drenagem	SEINFRA	MINISTÉRIO DAS CIDADES	**90.900.000,00**
Total			**111.214.394,00**

Fonte: SEC/SMCL, 2026.

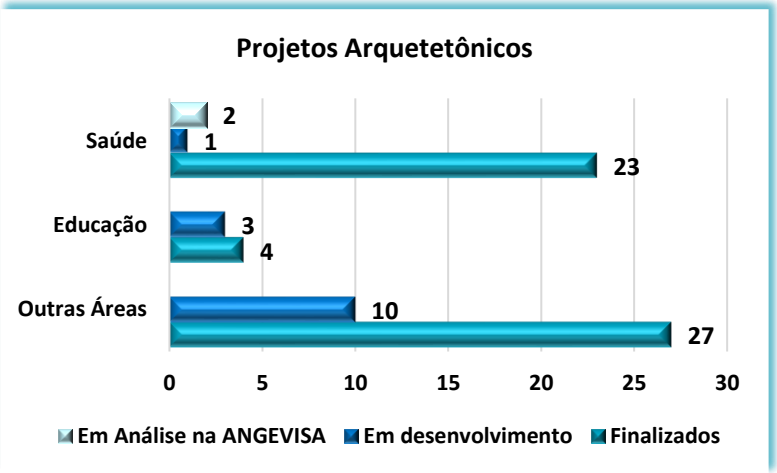
Secretaria	Convênios	Valores em R$
SEMTEL	7	16.392.942
SEINFRA	20	214.938.458
SEMAGRIC	5	8.308.720
SEMDEC	1	1.610.344
SEMED	1	14.140.000
SEMIAS	2	26.597.778
SEMUSA	5	69.020.264
Total	**41**	**351.008.506**

Fonte: SEC/SMCL, 2025.

Além dos Convênios firmados em 2025, a SEC/SMCL, supervisiona um portfólio de convênios e contratos de anos anteriores no valor de **R$ 239.794.111,77**, totalizando **R$ 351.008.505,77** alertando as secretarias sobre prazos, movimentações financeiras e cumprimento das cláusulas contratuais, assegurando a boa gestão dos recursos. Além de coordenar, presta apoio técnico, elabora documentação e responde pela prestação de contas, contribuindo para o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e o fortalecimento de Porto Velho como referência em investimentos estratégicos.

Arquitetura

O Departamento de Arquitetura atuou de forma estratégica no apoio técnico às políticas públicas, elaborando, adequando e acompanhando projetos arquitetônicos em diversas áreas da administração municipal. As ações priorizaram a qualificação dos espaços públicos, a melhoria do atendimento à população e a valorização do patrimônio urbano, com projetos desenvolvidos para áreas essenciais, na zona urbana e nos distritos, em conformidade com normas técnicas, acessibilidade, funcionalidade e conforto ambiental.



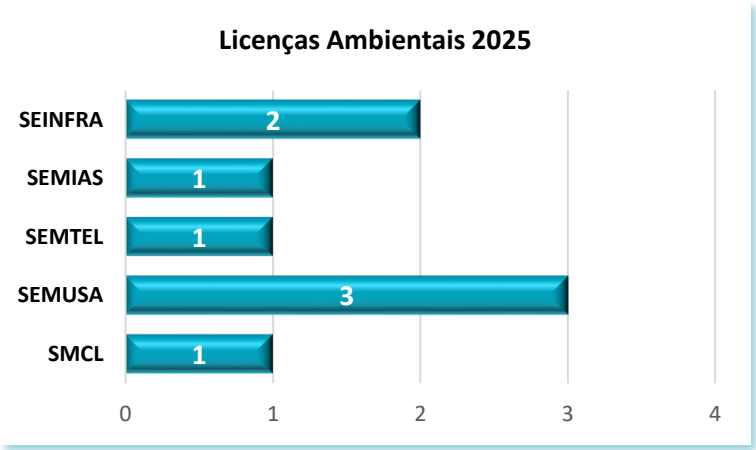
Fonte: SEC/SMCL, 2025.

Vistorias e Laudos Técnicos Executados

As avaliações técnicas e inspeções periódicas nos prédios da Prefeitura de Porto Velho, realizadas por profissionais especializados, asseguram a segurança, a conservação e a adequada manutenção das edificações. Em 2025, foram realizadas 73 avaliações técnicas, vistorias e laudos nas unidades municipais. Sendo 2 para o Gabinete, 1 para o IPAM, 3 para a SEINFRA, 1 para a SEMAD, 57 para a SEMED, 6 para a SEMIAS, 1 para SEMTEL e 2 para a SEMUSA

Licenças Ambientais

As licenças ambientais são mecanismos essenciais para a proteção do meio ambiente e para a segurança na execução de obras e projetos, contribuindo para a prevenção de riscos e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Em 2025, foram emitidas 8 licenças, viabilizando projetos e contratações, com garantia da preservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida da população.



Fonte: SEC/SMCL, 2025.

Cooperação Institucional

A Secretaria Municipal de Contratos, Licitações e Convênios (SMCL), por meio da Secretaria-Executiva de Contratos e Convênios (SEC/SMCL), exerceu papel estratégico no suporte técnico à Administração Municipal, atuando na elaboração de projetos, acompanhamento de convênios, contratos de repasse, acordos judiciais e procedimentos administrativos. As atividades abrangeram projetos de engenharia, reformas, vistorias, serviços topográficos, levantamentos de vias, projetos de combate a incêndio, pareceres técnicos e laudos especializados.

A SEC/SMCL manteve cooperação ativa com diversas secretarias municipais, com destaque para Educação, Saúde, Assistência Social, Turismo, Esporte, Lazer, Infraestrutura, Agricultura e Desenvolvimento Urbano. Essas parcerias viabilizaram a execução de obras e ações estruturantes em diferentes áreas, fortalecendo o desenvolvimento social, urbano e econômico do município de Porto Velho.

Os projetos desenvolvidos em conjunto contemplaram a construção e reforma de escolas, unidades de saúde, maternidades, equipamentos de assistência social, praças, mercados, espaços esportivos, obras de pavimentação, drenagem, regularização fundiária, aquisição de equipamentos agrícolas e melhorias na infraestrutura urbana e rural.

No conjunto, os convênios, projetos e ações acompanhados pela SEC/SMCL somaram investimentos expressivos, financiados majoritariamente por recursos federais, resultando em melhorias diretas na qualidade de vida da população, fortalecimento dos serviços públicos e impulso ao desenvolvimento sustentável do Município de Porto Velho.

Secretaria Executiva de Licitações - SEL

A Secretaria-Executiva de Licitações da SMCL é a responsável pela coordenação, organização modernização e operacionalização, no âmbito do Poder Executivo, mediante a formulação de políticas licitatórias de compras, obras e serviços, bem como da respectiva padronização além do gerenciamento dos cadastros de fornecedores.



Fonte: SEC/SMCL, 2025.

Licitações

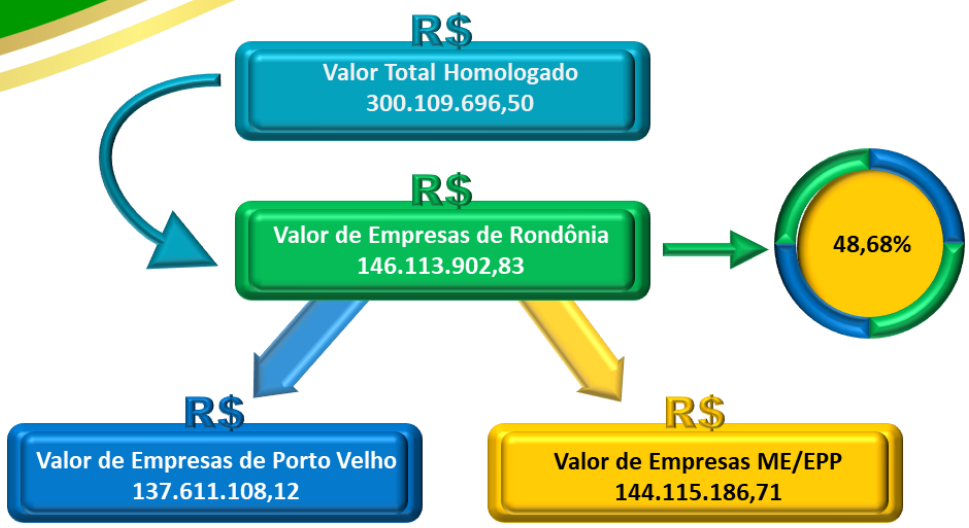
Participação de Micro e Pequenas Empresas – ME/EPP

O valor homologado em favor de Micro e Pequenas Empresas – ME/EPP demonstra a observância às disposições legais que incentivam a participação desses entes nas contratações públicas.

A análise desse indicador evidencia o cumprimento das políticas de fomento ao desenvolvimento econômico local e regional, bem como a promoção da competitividade e da inclusão nas licitações realizadas pela Administração Municipal.



Fonte: SEL/SMCL, 2025.



Fonte: SEL/SMCL, 2025.

Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos - SEG

A Secretaria Executiva de Gestão de Gastos Públicos é responsável por fornecer suporte técnico e gerencial no controle das despesas e na redução de custos relacionados aos gastos regulares da Administração Pública Municipal.

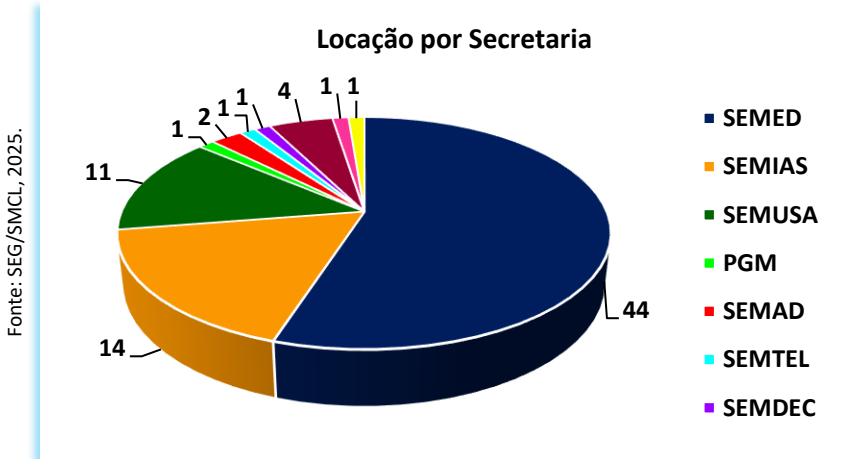
Sua atuação é fundamental para assegurar o uso eficiente dos recursos públicos, promovendo a eficácia na execução orçamentária e financeira das Secretarias Municipais e das entidades da Administração Indireta.

Além disso, atua como órgão central da gestão das despesas administrativas, exercendo atribuições estratégicas e operacionais voltadas ao aprimoramento dos processos de planejamento, controle e racionalização dos gastos públicos.

Imóveis Locados



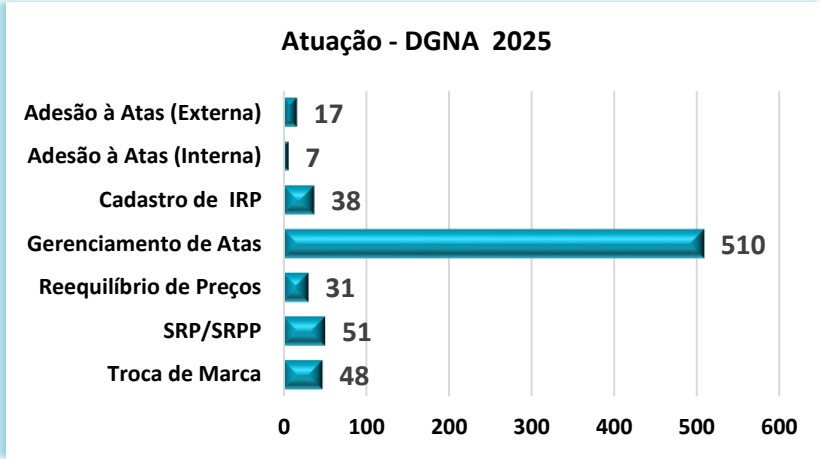
A atuação abrange a avaliação técnica e mercadológica dos imóveis locados, a análise técnica dos valores locatícios praticados, a verificação da aderência entre preço, localização e finalidade pública, bem como o monitoramento contínuo dos contratos de locação, com vistas a assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, interesse público e razoabilidade administrativa.



Fonte: SEG/SMCL, 2025.

Contratações Corporativas

O Departamento de Gestão de Núcleos Administrativos - DGNA atua no planejamento, coordenação e controle das contratações corporativas, por meio do SRP, SRPP, adesões a atas e análise de reequilíbrios econômico-financeiros, contribuindo para a padronização das aquisições, racionalização de custos, ganho de escala nas contratações e fortalecimento da governança administrativa.

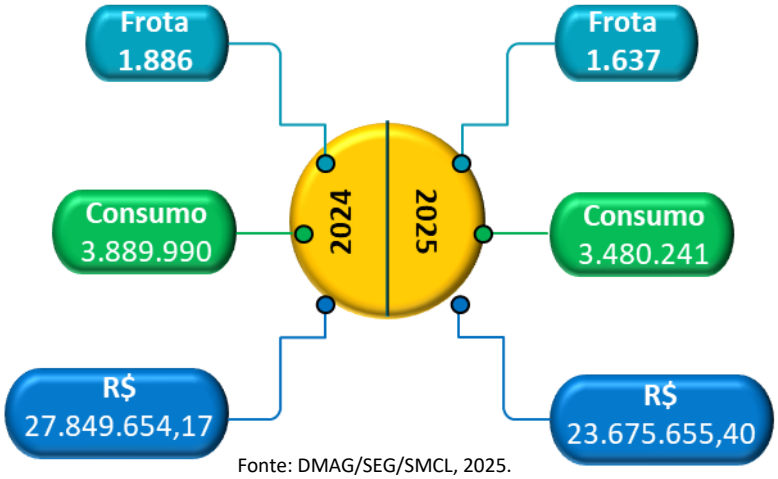


Fonte: DGNA/SEG/SMCL, 2025.

Obs.:
SRP - Sistema de Registro de Preços
SRPP - Sistema de Registro de Preços Permanente
IRP - Intenção de Registro de Preço

Abastecimento

A Divisão de Monitoramento do Abastecimento Geral - DMAG realizou, em 2025, o controle centralizado do abastecimento da frota municipal, por meio da plataforma PRIME, abrangendo veículos, embarcações, máquinas e equipamentos. Foram monitorados cerca de 3,28 milhões de litros de combustíveis, com dispêndio superior a R$ 22 milhões, adotando-se preços de referência da ANP, limites sistêmicos por veículo e rastreabilidade das operações de abastecimento.



Fonte: DMAG/SEG/SMCL, 2025.

Os resultados demonstram que, mesmo com a ampliação da frota e a intensificação das atividades operacionais, incluindo ações emergenciais, as medidas de conscientização, racionamento do consumo, monitoramento sistemático do abastecimento e controle gerencial foram determinantes para a obtenção de ganhos expressivos de eficiência e economicidade de R$ 4.173.998,77.

Obs.:
Consumo - Em litros.
Frota – Unidades abrangendo veículos, embarcações, máquinas e equipamentos.

Manutenção Automotiva

A Divisão de Controle de Manutenção Automotiva - DCMA, em conjunto com a Divisão de Monitoramento da Frota - DMF, atuou no acompanhamento técnico da frota oficial por meio de sistemas informatizados de gestão, rastreamento e telemetria. Em 2025, concentrou-se na análise de orçamentos, exigência de justificativas técnicas, pré-aprovação de ordens de serviço e contestação de valores incompatíveis com o mercado. Essa atuação resultou em economia comprovada de R$ 1.755.444,14, obtida com o cancelamento de serviços indevidos, adequação de valores e racionalização das manutenções preventivas e corretivas.

Em R$ 1,00

Valor Inicial	Valor Pré-Aprovado	Economicidade
10.607.929,78	8.846.146,27	1.755.444,14

Fonte: DCMA/SEG/SMCL, 2025.

Telefonia

A Divisão de Serviços de Telefonia e Internet - DSTI, realizou em 2025 o monitoramento técnico dos contratos de telefonia e transmissão de dados, com análise de faturas, contestação de cobranças indevidas, migração para contratos mais vantajosos e racionalização do uso dos serviços. Essas ações resultaram em economia direta comprovada de R$ 10.957,17, além de ganhos indiretos com maior controle e padronização dos serviços.

Em R$ 1,00

Tipo de Economia	Observações	Período	Valor Total
Contestação de Faturas	Valores contestados nos contratos da operadora Vivo (contratos 041/2021 e 009/2021) e OI S/A (contrato 039/2023)	Janeiro a março de 2025 (VIVO) / Outubro de 2025 (OI S/A)	9.270,09
Migração de Linhas	Economia decorrente do encerramento do contrato de Telefonia Móvel – Jaci Paraná e migração para o contrato geral	Abril a dezembro de 2025	1.687,08
TOTAL			**10.957,17**

Fonte: DSTI/SEG/SMCL, 2025.

Serviços Hídricos e Energéticos

Divisão de Serviços Hídricos e Energéticos - DSHE, acompanhou em 2025 os contratos de água, esgoto e energia elétrica de centenas de unidades municipais, realizando análises cadastrais, vistorias técnicas e monitoramento de faturas para prevenir cobranças indevidas e racionalizar o consumo. Embora as economias não tenham sido monetizadas, o controle incidiu sobre despesas anuais superiores a R$ 25 milhões, com acompanhamento de 12 contratos, 393 unidades e realização de 226 vistorias técnicas, evidenciando o impacto estratégico da atuação.

Serviços Continuados

A Divisão de Análise de Serviços Continuados (DMCC) realizou, em 2025, a análise técnica e o acompanhamento de 115 contratos de serviços continuados, distribuídos entre 15 secretarias, com impacto financeiro superior a R$ 299 milhões após atualizações contratuais. As análises garantiram a prorrogação contratual com vantajosidade, mitigaram riscos jurídicos e financeiros e asseguraram a continuidade dos serviços públicos essenciais, observando os princípios da legalidade, economicidade e interesse público, além de apoiar tecnicamente as secretarias e instâncias decisórias.

Serviços Continuados

Em R$ 1,00

Secretaria	Quantidade de Contrato	Valor Inicial	Valor Atualizado
PGM	2	80.504,40	94.406,59
SECOM	2	1.370.600,00	1.371.421,23
SEMA	2	48.481,28	60.146,11
SEMTRAN	3	10.358.302,80	11.402.314,64
SMTI	4	2.856.429,00	3.143.334,63
SEMEC	5	4.200.161,92	4.201.495,60
SEMIAS	5	771.130,32	637.560,48
SEMTEL	5	151.872,60	171.422,60
SEMAGRIC	6	21.663.417,95	21.663.417,95
SMCL	7	210.704,40	247.356,23
SEMED	9	32.735.602,52	37.656.399,65
SGOV	9	7.912.933,69	14.202.619,59
SEINFRA	9	57.888.090,00	65.801.397,07
SEMAD	14	59.112.910,74	84.917.186,47
SEMUSA	33	49.715.743,41	53.498.175,66
Total Geral	**115**	**249.076.885,03**	**299.068.654,50**

Fonte: DSTI/SEG/SMCL, 2025.



Secretaria Municipal de Administração- SEMAD

O presente Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2025, tem por finalidade apresentar, de forma objetiva, clara e transparente, um resumo das metas propostas e dos resultados alcançados ao longo do ano, evidenciando as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração no cumprimento de suas atribuições estratégicas para o Município de Porto Velho.

A condução da Secretaria Municipal de Administração ocorreu em um cenário marcado por restrições orçamentárias oriundas de gestão anterior, o que representou desafios significativos à administração. Ainda assim, tais desafios foram superados por meio de planejamento, responsabilidade e, sobretudo, pelo trabalho dedicado do corpo de servidores da SEMAD, que se destaca pela excelência técnica, iniciativa e compromisso com o interesse público.

Entre os avanços alcançados no período, destaca-se a implantação definitiva do sistema de Recursos Humanos, marco relevante que proporcionou maior controle, confiabilidade das informações e efetividade na gestão de pessoas, fortalecendo os processos administrativos e a capacidade de tomada de decisão. Da mesma forma, registram-se importantes avanços no controle, acompanhamento e fiscalização dos grandes contratos continuados sob a responsabilidade da Secretaria, contribuindo para maior eficiência, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Os resultados consolidados neste relatório decorrem, principalmente, da atuação de um corpo técnico comprometido com a entrega, com o foco em resultados e com a busca constante por soluções, aliado ao estabelecimento de prioridades claramente defendidas pela gestão da SEMAD, entre as quais se destacam a valorização da fé, da família e da saúde, princípios que orientam as ações administrativas e institucionais da Secretaria.

Por fim, a gestão da Secretaria Municipal de Administração registra agradecimento a todos os servidores envolvidos, pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados ao longo do ano de 2025, bem como pela confiança depositada pela gestão de governo.

Reafirma-se, ainda, o compromisso de avançar nas metas construídas pela própria equipe da SEMAD, em alinhamento com as diretrizes do plano de governo do Prefeito, sempre com foco no fortalecimento da administração pública e na melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade porto-velhense.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Criada pela Lei nº 895/1990 e atualizada por legislações complementares até 2025, a SEMAD é responsável pela formulação e coordenação das políticas do Sistema Municipal de Administração, atuando na gestão de pessoas, recursos logísticos e patrimoniais, bem como na capacitação e treinamento dos servidores.

Sua atuação é voltada ao atendimento interno da Prefeitura de Porto Velho, com foco nas demandas dos servidores públicos municipais e das unidades administrativas, não realizando atendimento direto ao cidadão. Atualmente, a SEMAD é estruturada em cinco departamentos, 28 divisões, além de assessorias e da Coordenadoria de Apoio Administrativo.

Missão

Formular, implementar políticas e diretrizes administrativas, no âmbito de Prefeitura de Porto Velho nos segmentos de gestão de pessoas, modernização administrativa, segurança no trabalho, máximo funcional em gestão de contratos e serviços, com ênfase na valorização do Servidor.

Visão

Ser referência de Gestão Pública nas políticas administrativas e na valorização do servidor.

Valores

Respeito, Ética, Responsabilidade Social e Ambiental, Trabalho em Equipe, inovação, compromisso com Resultado e Simplicidade e Foco.

Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo é responsável pela gestão estrutural da Secretaria, atuando principalmente no planejamento administrativo, na gestão orçamentária, na comunicação e na promoção da transparência.

Em 2025, o Departamento destacou-se pelo trabalho integrado da equipe, alinhando a aplicação dos recursos às metas institucionais. Por meio de processos coordenados, garantiu o controle de gastos e contratos e fortaleceu, de forma contínua, a cultura de transparência e integridade na execução administrativa.



Coordenadoria de Apoio Administrativo

A Coordenadoria de Apoio Administrativo atuou de forma estratégica no suporte às atividades essenciais da Administração Municipal, com destaque para a instrução de processos de aquisição de materiais e serviços, realização de cotações e controle dos materiais utilizados no âmbito da SEMAD, sempre em conformidade com a legislação vigente.

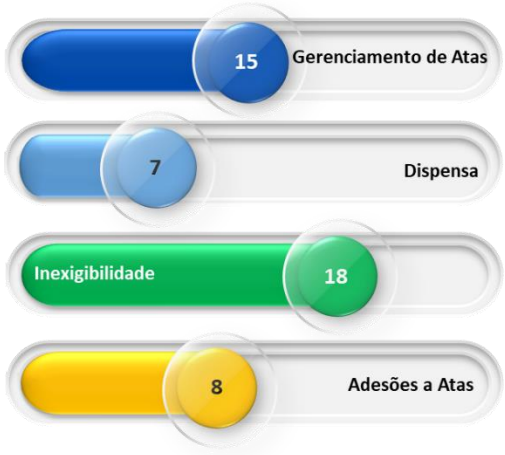
Em 2025, a Coordenadoria manteve atuação contínua na gestão e no acompanhamento de processos administrativos, totalizando 48 processos, com foco na identificação e mitigação de riscos, no fortalecimento dos controles e na regularidade dos procedimentos administrativos.

Gestão Orçamentária

	Previsto	Realizado
LOA 2025	447.245.321,00	503.647.798,51
Pessoal e Encargos Sociais (Exceto SEMED/SEMUSA)	374.112.796,00	413.309.842,42
Outras Despesas Correntes/Investimentos	73.132.525,00	90.337.956,09

Fonte: SEMAD, 2025.

Aquisições



Fonte: SEMAD, 2025.

Entre as principais aquisições, destaca-se a compra de 168 equipamentos de informática, realizada em razão da reestruturação administrativa e da ampliação do quadro de servidores, que inclui estagiários, reeducandos, servidores comissionados e efetivos.

Também foram adquiridos portões elétricos para reforçar a segurança e o controle de acesso às dependências da Secretaria, melhorando o fluxo de entrada e saída de veículos oficiais e particulares. Além disso, houve a aquisição contínua de materiais de limpeza, expediente e outros insumos essenciais, garantindo condições adequadas de trabalho e a regularidade das atividades administrativas.

Gestão de Contratos

As ações da Gerência de Fiscalização de Convênios e Contratos em 2025 geraram benefícios institucionais significativos, assegurando a continuidade dos serviços públicos, a redução de riscos e passivos administrativos e o fortalecimento da segurança jurídica dos contratos. A atuação da unidade também forneceu suporte técnico à gestão superior, contribuindo para o aprimoramento dos mecanismos de controle e governança contratual. Foram aproximadamente 25 Contratos gerenciados no valor total de R$ 73.963.447,88.

Gráfica

Produção Gráfica

A Divisão de Gráfica Municipal – DIGO é responsável por confeccionar diversos impressos, como receituários médicos, requisições de exames, formulários e fichas, cartões de vacina, simulados, provas entre outros. Atendendo todos os órgãos pertencentes a Prefeitura Municipal de Porto Velho

18 Artes

320.335 Cópias

2.21.433 Impressões

333 Encadernações

Fonte: SEMAD, 2025.

Gestão do Patrimônio

Patrimônio

O Departamento de Patrimônio, Arquivo, Logística, Conservação e Reparos tem como missão central o planejamento e a coordenação integral dos recursos materiais da Prefeitura de Porto Velho. Incluindo o cadastramento, controle, tombamento, avaliação, registro, carga e baixa dos bens patrimoniais, como também a manutenção, guarda e responsabilidade dos inventários relativos aos bens de propriedade da Prefeitura.s vínculos comunitários.

1.610 Itens adquiridos em 2025

R$ 19.042.959,38

10.166 Bens Inventariados em 2025

R$ 92.953.470,62

68 Termos de Responsabilidade

Fonte: SEMAD, 2025.

Observação

Em decorrência da reestruturação houve atraso nas movimentações no sistema GPI (Gestão Pública Integrada) devido às junções e alterações das Secretarias.





Serviços Gerais

A Divisão de Serviços Gerais é responsável pelos serviços de limpeza, conservação e organização dos ambientes das Secretarias Municipais. Em 2025, realizou cerca de 268 atendimentos entre janeiro e novembro, com ações de roçagem, poda, limpeza e manutenção em escolas, Unidades Básicas de Saúde e prédios públicos, na zona urbana de Porto Velho e nos Distritos.





Fonte: SEMAD, 2025.

Gestão de Pessoas

O Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) é responsável por coordenar o ciclo completo do servidor, abrangendo desde o recrutamento, posse e movimentação até o desligamento e a gestão da folha de pagamento e consignações. Compete também ao DGP atendimento ao servidor (inclusive via protocolo), a gestão de cargos e salários, bem como a condução dos processos de aposentadoria. Tais competências são operacionalizadas por meio de suas divisões especializadas, que atuam de forma sinérgica e integrada para garantir a continuidade, segurança jurídica e eficiência dos processos de pessoa

CEDÊNCIA

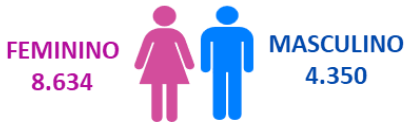
Atualmente o Município de Porto Velho disponibiliza **153** servidores para atuar em outros entes federativos

Esta cooperação é vital para o fortalecimento de políticas públicas regionais, especialmente junto ao Governo do Estado de Rondônia, que absorve 117 profissionais deste contingente.

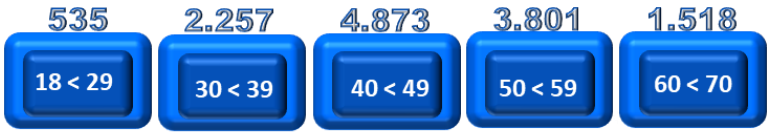
- Distribuição Estratégica: A Secretaria de Estado da Saúde (SESAU) e a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) concentram o maior volume desses quadros.
- Gestão de Reembolso: O controle rigoroso garantiu que, embora o Município processe a folha, o ônus financeiro seja devidamente ressarcido pelos cessionários. Em novembro, o montante de reembolsos superou R$ 880.982,76.

Como contrapartida e necessidade técnica, o Município consolidou a recepção de **88** servidores externos

GÊNERO



FAIXA ETÁRIA



ESCOLARIDADE



Servidores por Secretaria

CGM	PGM	SECOM	SEINFRA	SEMA	SMD
73	142	44	1.020	173	59

SEMAD	SEMAGRIC	SEMDEC	SEMEC	SEMED	SMPDC
459	160	146	171	5.332	14

SEMIAS	SEMTEL	SEMTRAN	SEMUSA	SGOV	SMCL
522	127	171	3.903	167	157

SMTI	FUNCULTURAL
113	31

Vínculo

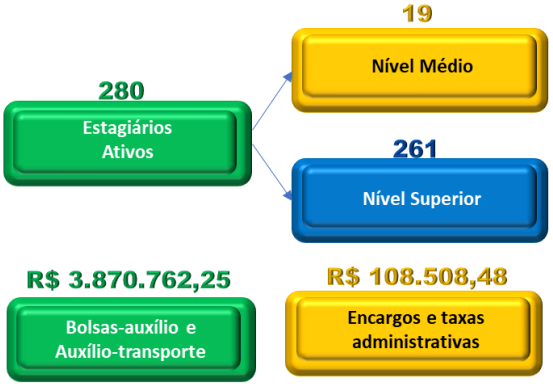


Programa de Estágio

Programa de Estágio

A gestão do Programa de Estágio em 2025 foi conduzida com **legalidade, economicidade e eficiência**, garantindo apoio às unidades administrativas sem comprometer as metas fiscais do Município.

A despesa com estagiários **não possui natureza salarial**, não gera encargos patronais e **não integra o limite de despesa com pessoal** da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), caracterizando baixo impacto fiscal.



Resultados

- Vagas ofertadas: 366;
- Taxa Geral de Ocupação: 76,50%
- 100% dos estagiários com Termo de Compromisso e seguro vigentes;
- Controle efetivo de frequência;
- Manutenção do suporte técnico-administrativo às Secretarias;
- Inexistência de terceirização de mão de obra para substituição de servidores.

Capacitação e Treinamento

Capacitação e Treinamento

Tem como missão a profissionalização da gestão pública municipal, atuando na coordenação administrativa e na oferta de cursos voltados ao desenvolvimento de competências básicas, sistêmicas e gerenciais dos servidores.
Para isso, mantém autonomia para firmar parcerias e convênios com instituições de formação. Em 2025, as ações de capacitação foram realizadas em colaboração com órgãos estaduais e municipais, como a Escola do Detran, Escola de Governo, Superintendência de Educação de Porto Velho, Escola de Formação do Ministério Público de Rondônia, PGM e CGM, entre outros.

20
Cursos, Capacitações e Treinamentos 2025

R$ 399.725,29

1.133
Servidores beneficiados

359
Horas

Algumas Formações Ofertadas

- Integridade e Ética no Serviço Público;
- Educação Ambiental, Sustentabilidade, Consumo Racional de Recursos, Gestão de Resíduos e Marcos Regulatórios de Água e Saneamento Básico;
- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos de Obras e Serviços de Engenharia;
- Congresso Amazônico de Direito Administrativo de Gestão Pública em Transformação: sustentabilidade, tecnologia e novos paradigmas do direito administrativo.
- SEI-Sistema Eletrônico de Informação.

Saúde Ocupacional

Saúde Ocupacional

O Departamento de Saúde Ocupacional é responsável pelo planejamento, coordenação, execução e monitoramento da política municipal de saúde ocupacional dos servidores, abrangendo ações periciais, preventivas, educativas e de promoção à saúde. Também executa e supervisiona o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Além da gestão técnica, o Departamento atua na área de segurança do trabalho, estruturando, orientando e acompanhando as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), contribuindo para ambientes laborais mais seguros e saudáveis.

40 LTIP
Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade

40 LTCAT
Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho

10 AET
Análises Ergonômicas

205
Acidentes de trabalho registrados

+370
Processos respondidos de insalubridade, PPP e LTCAT

13.044
Perícias favoráveis homologadas

6.201 ASO
Atestados de Saúde Ocupacional Periódicos

2.163 ASO
Atestados de Saúde Ocupacional Admissionais

1.078 ASO
Atestados de Saúde Ocupacional Demissionais

437 ASO
Atestados de Saúde Ocupacional Retorno ao Trabalho

127 CIPA
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio Implementadas

Fonte: SEMAD, 2025.

Observação

O Departamento de Capacitação e Treinamento promoveu ações formativas junto às Secretarias, assegurando que a transição do sistema e-TCDF para o SEI ocorresse de forma organizada, controlada e sem prejuízo à continuidade das atividades desempenhadas pelos servidores. Ao todo, foram capacitados **636** multiplicadores, fortalecendo a disseminação do conhecimento e a efetividade da implantação do novo sistema.



Imagens do Evento /SEMAD, 2025.

Saúde do Servidor

A Divisão de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos de Saúde é o setor da SEMAD responsável pela elaboração e execução de propostas, ações e programas voltados à promoção da saúde coletiva dos servidores municipais. Suas iniciativas abrangem a prevenção e o controle de agravos como câncer de mama e do colo do útero, câncer de próstata, uso abusivo de álcool e outras drogas, tabagismo, diabetes, hipertensão, saúde mental, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), entre outras doenças e condições relacionadas à saúde ocupacional.

Campanha Outubro Rosa



Imagens do Evento/SEMAD, 2025.

Treinamento CIPA



Imagens do Evento/SEMAD, 2025.

Campanha Contra Assédio Moral e Sexual



Imagens do Evento /SEMAD, 2025.

Campanha Setembro Amarelo



Imagens do Evento /SEMAD, 2025.

Inovação

Inovação

A SEMAD inaugurou um espaço exclusivo para acolhimento e atendimento dos servidores municipais, voltado à resolução de demandas da vida funcional, como licenças, gratificações e esclarecimento de dúvidas. O ambiente moderno e estruturado trouxe mais conforto e agilidade ao atendimento, além de contar com um painel artístico do muralista Marlos José, que reforça os valores de acolhimento, cooperação e confiança.





Fonte: SEMAD, 2025.



Secretaria Municipal de Economia- SEMEC

Observadas as competências esculpidas no art. 21 da Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025, este documento consolida informações relevantes acerca das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Economia de Porto Velho (SEMEC), evidenciando o planejamento, a execução e os resultados alcançados no exercício da gestão.

O relatório contempla dados e análises sobre a administração tributária, a execução orçamentária e financeira, o cumprimento das metas fiscais, a modernização dos processos administrativos, bem como as ações voltadas à melhoria da arrecadação, ao fortalecimento da governança e ao aprimoramento dos mecanismos de controle e transparência.

Além de atender às exigências legais, este instrumento busca subsidiar a tomada de decisões estratégicas, promover a integração entre os órgãos da Administração Pública Municipal e fortalecer o diálogo institucional com a sociedade e os órgãos de controle, reafirmando o papel da Secretaria Municipal de Economia como órgão central na condução da política econômica e fiscal do Município.

Para fins de descentralização administrativa, a SEMEC é estruturada pelas seguintes Secretarias Executivas: Secretaria Executiva da Receita Municipal (SERM), Secretaria Executiva de Finanças e Contabilidade (SEFIC), Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLAN) e Secretaria Executiva de Orçamento (SORÇAM). As ações e atividades desenvolvidas por essas unidades são integradas e articuladas entre si, contribuindo para a consolidação das atribuições e resultados institucionais da Secretaria como um todo.

Dessa forma, o Relatório de Gestão apresenta-se como ferramenta indispensável para a avaliação do desempenho administrativo e para o aprimoramento contínuo das políticas públicas econômicas, em consonância com os objetivos de desenvolvimento do Município de Porto Velho.

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC

A Secretaria Municipal de Economia-SEMEC, órgão componente da estrutura governamental, responsável pela gestão do Sistema Fazendário Municipal, tem por finalidade e competência institucional: o planejamento; a coordenação; a fiscalização; o controle; a execução, e a orientação das políticas tributárias, fiscais, orçamentárias, financeiras e contábeis do Município de Porto Velho, conforme a Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025.

A SEMEC vem aprimorando o atendimento ao cidadão por meio da descentralização dos serviços em Postos de Atendimento e da revisão dos fluxos internos, garantindo maior agilidade e redução da burocracia. Também tem investido na modernização da estrutura de equipamentos e na melhoria dos serviços eletrônicos, com foco na eficiência, eficácia e qualidade do atendimento ao contribuinte.

Execução Orçamentária

Em R$ 1,00

Orçado (SEMFAZ)	**146.255.432,00**
Suplementado (Saldo SEMPOG)	**53.872.557,17**
SEMEC (Fusão SEMFAZ + SEMPOG)	**200.127.989,17**
Anulado	**31.982.804,94**
Empenhado	**157.778.053,53**
Liquidado	**149.253.478,63**
Pago	**146.764.378,03**

Fonte: SORÇAM/SEMEC, 2025

Secretaria Executiva da Receita Municipal - SERM

A Secretaria Executiva da Receita Municipal (SERM) integra a Administração Tributária do Município de Porto Velho, sendo órgão permanente e essencial ao funcionamento municipal, nos termos do art. 37, XXII, da Constituição Federal.

O Regimento Interno das Secretarias Executivas e da SEMEC encontra-se em fase de conclusão, prevendo as competências da SERM, sujeitas a ajustes.

A estrutura da SERM é composta pelo Departamento de Cadastros Fiscais (DCF), Departamento de Fiscalização (DEF) e Departamento de Gestão Tributária (DGT), organizados em Divisões e Gerências.

A produtividade consolidada do DCF, em 2025, totalizou 62.426 atos fiscais produzidos, evidenciando crescimento expressivo em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pela DGEOV, que registrou aumento superior a 84% na produção de atos fiscais, refletindo o direcionamento estratégico voltado à qualificação imobiliária e ao georreferenciamento.

Divisão	Atos Fiscais 2024	Atos Fiscais 2025	Δ Absoluta	Δ %
DCF	3.388	5.355	1.967	58,06
DCEM	25.890	25.845	-45	-0,17
DCIM	14.252	12.557	-1.695	-11,89
DGEO	10.121	18.669	8.548	84,46
Total	**53.651**	**62.426**	**8.775**	**16,36**

Fonte: SMEC/SERM, 2025.

Divisão e Cadastro Imobiliário - DCIM-

Indicadores de Produtividade		Impactos Estratégicos
2.700	Atualizações de Titularidade	Garantia de segurança jurídica e precisão no lançamento tributário.
4.600	Novos Imóveis Cadastrados	Expansão da base imobiliária e monitoramento do crescimento urbano.
1.500	Atualização de Área Construída	Maior aderência da base cadastral à realidade física dos imóveis.
1.700	Processos Administrativos Analisados	Celeridade e rigor técnico na instrução de demandas de contribuintes.

A DCIM apresentou desempenho consistente na manutenção e qualificação do Cadastro Técnico Municipal, com foco na regularização da titularidade e na ampliação da base imobiliária, essenciais para a correta apuração do IPTU e da TRSD. As análises processuais foram realizadas com rigor técnico e observância à legislação vigente e aos princípios da legalidade, impessoalidade e segurança jurídica, garantindo decisões fundamentadas e alinhadas ao interesse público.

Fonte: DCIM/SERM/SEMEC, 2025.

Divisão de Geoprocessamento e Vistoria - DGEOV

A DGEOV consolidou-se como unidade técnica essencial na análise espacial e verificação em campo, contribuindo para a qualificação do Cadastro Técnico Municipal e a correção de distorções históricas na base imobiliária. A atualização das áreas construídas impactou diretamente a justiça fiscal, o incremento da receita municipal — especialmente do IPTU —, além de fortalecer o controle tributário e promover maior equidade na distribuição da carga tributária.

Indicadores de Produtividade		Impactos Estratégicos
3.500	Espacialização de Imóveis	Integração do cadastro imobiliário com o sistema georreferenciado municipal.
1.200	Diligências *in loco*	Verificação e conferência de informações cadastrais em campo.
1.500	Relatórios de Vistoria Emitidos	Subsídio técnico para decisões administrativas e segurança jurídica.
11.600	Atualização de Área (Novos Registros)	Ação de elevado impacto fiscal, corrigindo subavaliações e incrementando a receita.

Fonte: DGEOV/SERM/SEMEC, 2025.

Divisão de Cadastro Econômico - DCEM

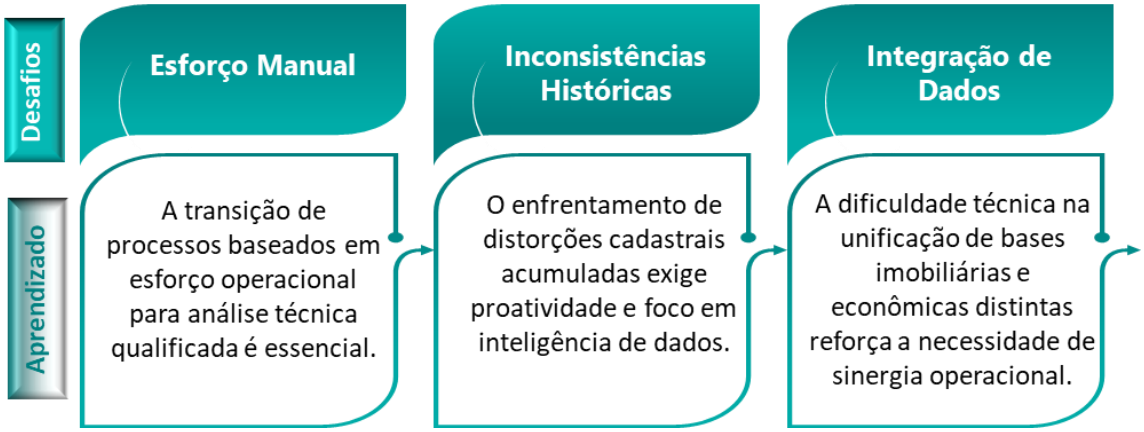
Indicadores de Produtividade		Impactos Estratégicos
2.000	Inscrições (1º Estabelecimento)	Ampliação da base de contribuintes e formalização de novas atividades.
5.504	Higienização Cadastral	Saneamento da base de dados, eliminando redundâncias e inativos.
5.000	Credenciamentos para Nota Fiscal	Fortalecimento do controle fiscal e formalização das transações econômicas.
3.400	Lançamento de Taxas	Asseguramento da correta incidência tributária sobre as atividades.

A DCEM atuou no fortalecimento do controle fiscal e na dinamização do ambiente de negócios, promovendo a desburocratização e a simplificação dos procedimentos administrativos. Suas ações contribuíram para a ampliação da arrecadação própria, a formalização das atividades econômicas e o estímulo ao empreendedorismo local.

Fonte: DCEM/SERM/SEMEC, 2025.

Impactos na Gestão Tributária e Arrecadação

Em 2025, as ações realizadas tiveram caráter estruturante para a gestão fiscal, destacando-se a atualização da área construída de 11.600 imóveis pela DGEOV e a higienização de 5.504 cadastros econômicos pela DCEM. Essas medidas ampliaram e qualificaram a base de cálculo dos tributos municipais, promovendo maior equidade fiscal, redução da evasão tributária e fortalecimento da arrecadação própria do Município.



Fiscalização

Malha Fiscal do ISSQN

Em 2025, foi implantada a **Malha Fiscal do ISSQN**, um sistema de cruzamento de dados criado para identificar possíveis omissões ou inconsistências nas declarações do imposto.

A fiscalização já está em andamento, com notificação aos contribuintes para que regularizem suas pendências. Entre setembro e dezembro de 2025, apenas com os primeiros casos analisados, foram constituídos **R$ 1.701.343,82 em créditos tributários**.

Os resultados incluem:

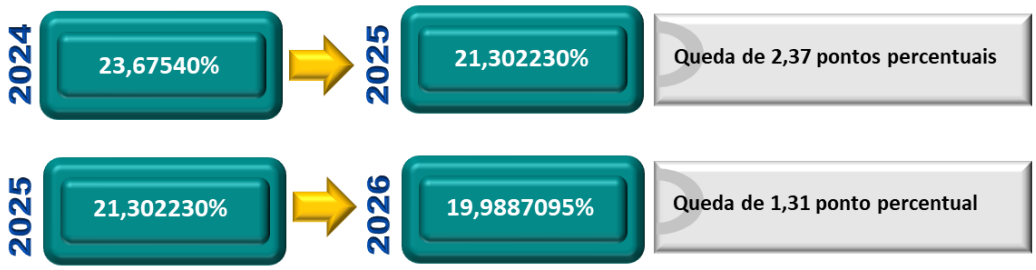
- Declarações enviadas espontaneamente após notificação;
- Retificações de informações no PGDAS;
- Constituição de crédito por deduções indevidas;
- Lançamentos referentes a ISSQN da construção civil.

O resultado é considerado expressivo, especialmente por ter sido alcançado em apenas quatro meses e com número reduzido de contribuintes fiscalizados, demonstrando o potencial da fiscalização inteligente para recuperação de ISSQN e fortalecimento da arrecadação municipal.

Malha Fiscal do VAF-ICMS

Foi implantada a Malha Fiscal do VAF-ICMS com o objetivo de melhorar o índice de participação do Município no repasse do ICMS estadual.

Havia expectativa de queda no repasse, devido a fatores externos como VAF negativo em outros municípios e critérios ambientais e educacionais que não dependem diretamente da atuação fiscal. Ainda assim, as ações de fiscalização qualificada e revisão de inconsistências ajudaram a reduzir o impacto da queda.



Observa-se que a redução foi menor no segundo período, indicando que as medidas adotadas contribuíram para conter uma perda mais acentuada. Houve, inclusive, apresentação de recurso administrativo e avaliação para eventual ação judicial.

A execução dessas ações exigiu capacitação técnica e apoio especializado, resultando em melhorias sistêmicas e maior eficiência na gestão do repasse constitucional.

Subsistemas de Orientação ao Contribuinte

Com o objetivo de fortalecer a relação fisco-contribuinte e incentivar a conformidade tributária voluntária, foram desenvolvidos e disponibilizados 17 (dezessete) subsistemas informativos voltados à tributação, atividades econômicas e requerimentos administrativos, devidamente chancelados pelo Gabinete da SERM e pelos demais Departamentos competentes.

Os subsistemas utilizam linguagem acessível e didática, promovendo a padronização das orientações, o nivelamento de informações, a transparência fiscal e o aprimoramento da comunicação institucional entre a Administração Tributária e os contribuintes.

Os conteúdos podem ser acessados por meio do endereço eletrônico:
https://semfaz.portovelho.ro.gov.br/

Atualização do Arcabouço Normativo

Concentrou-se esforços na revisão e atualização do arcabouço normativo tributário municipal, bem como na simplificação de procedimentos administrativos e na eliminação de gargalos operacionais que impactavam negativamente a arrecadação e a qualidade do atendimento ao contribuinte.

No exercício, foi realizada revisão sistemática da legislação tributária, com proposição de atualizações e edição de novos instrumentos normativos, destacando-se:

Instrumento Normativo	Situação Atual
LC nº 878/2021 (Código Tributário Municipal)	Atualizada pela Lei Complementar nº 1.044/2025
Decreto nº 18.749/2023 (Regulamento do CTM)	Atualizado pelo Decreto nº 21.523/2025
IN nº 001/2025/GAB/SEMEC (Imunidade)	Publicada
IN nº 002/2025/GAB/SEMEC (DTEL)	Publicada

Fonte: DEF/SERM/SEMEC, 2025.

As medidas adotadas contribuíram para maior segurança jurídica, padronização de procedimentos e aprimoramento da gestão tributária municipal.

Melhorias

Implementou-se a disponibilização de requerimentos e formulários dinâmicos para preenchimento eletrônico, com validações automáticas, reduzindo inconsistências nas solicitações apresentadas pelos contribuintes e otimizando o fluxo de análise pelas unidades administrativas.

Destaca-se, de forma especial, o Sistema de Solicitação de Imunidade Tributária, ferramenta desenvolvida internamente, que tem recebido avaliações positivas quanto à sua usabilidade, acessibilidade e eficiência, representando avanço significativo na modernização dos serviços fazendários.

- Acesso ao Sistema: https://formulario-imunidade.vercel.app/
- Portal Oficial da SEMFAZ: https://semfaz.portovelho.ro.gov.br/

Fiscalização de Atividades Econômicas

Em observância aos princípios da transparência, previsibilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, foi editado e publicado o Roteiro de Fiscalização de Atividades Econômicas, instrumento normativo destinado a orientar e padronizar a atuação fiscalizatória no âmbito municipal.

O referido roteiro:

- Padroniza os procedimentos de vistoria e fiscalização relativos ao Alvará de Funcionamento;
- Assegura maior transparência às ações fiscais;
- Reduz a margem de discricionariedade, promovendo uniformidade e isonomia na atuação dos agentes fiscais.

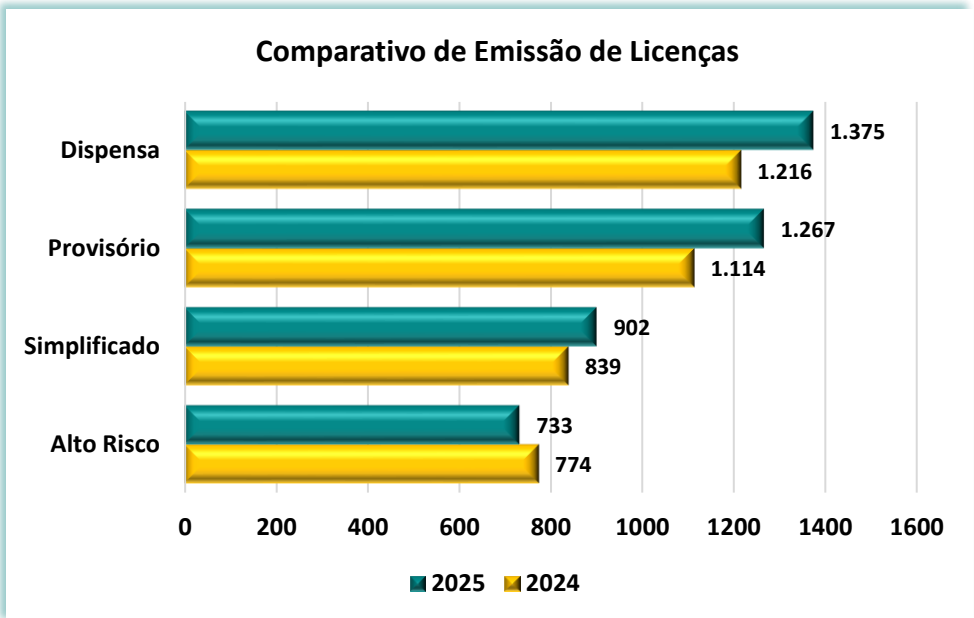
Acesso ao documento: Portal SEMEC – Roteiro de Fiscalização.

Fiscalização de Taxas

A Divisão de Fiscalização de Taxas (DFIT), vinculada ao Departamento de Fiscalização (DEF) da SEMEC, é responsável pela concessão da Licença de Localização e Funcionamento de empresas e atividades econômicas, observando a legislação urbanística vigente.

A SEMEC, por meio da DFIT, presta atendimento presencial e virtual aos contribuintes, orientando e auxiliando no processo de licenciamento no Município de Porto Velho e Distritos.

Compete à Divisão assegurar o cumprimento das normas legais relacionadas ao Alvará de Funcionamento, garantindo segurança jurídica aos empreendedores, clientes e colaboradores, bem como a regularidade das atividades econômicas exercidas no município.



Fonte: DIFT/DEF/SEMEC, 2025.

Divisão de Tributos Imobiliários - DTIM

Modernização do Cadastro Imobiliário	Revisão da Norma do ITBI - Imóveis Rurais	Sistemas Digitais de Orientação Tributária (IPTU e ITBI)
❖ Implementação do projeto CIB-SINTER (integração nacional de cadastros imobiliários); ❖ Celebração de convênio com a UFSC/FEESC para atualização e saneamento do cadastro imobiliário municipal; ❖ Transferência de conhecimento técnico aos Auditores-Fiscais; ❖ Objetivo: qualificar a base cadastral, garantir justiça fiscal e fortalecer a arrecadação.	❖ Alteração do Regulamento do Código Tributário Municipal (Decreto nº 21.523/2025); ❖ Estabelecimento de critérios mais claros e técnicos para definição da base de cálculo; ❖ Redução da base de cálculo anterior considerada excessiva.	❖ Desenvolvimento de ferramentas digitais informativas em parceria com o DEF; ❖ Disponibilização de orientações claras sobre cálculo, alíquotas e procedimentos; ❖ Redução de impugnações motivadas por desinformação.

Indicador	Meta	Realizado
Crédito tributário constituído ITBI	R$ 24.882.600,00	R$ 22.316.605,31
Processos de ITBI (GPI-TRB)	4.829	4.813
Tempo médio de respostas ITBI	4 dias	

Fonte: DETIM/SEMEC, 2025.

Divisão de Arrecadação - DIAR

Demandas executadas em 2025

Descrição	Total
Cancelamento de Dívida	6.299
Reabilitação de Dívida	32
Lançamento/Emissão de Dívida	3
Baixa Manual de Dívida	107
Suspensão de Dívida	384
Análise de Processos Administrativos	3.794
Instruções de Processos de Restituição com Emissão de Despacho Fundamentado	46

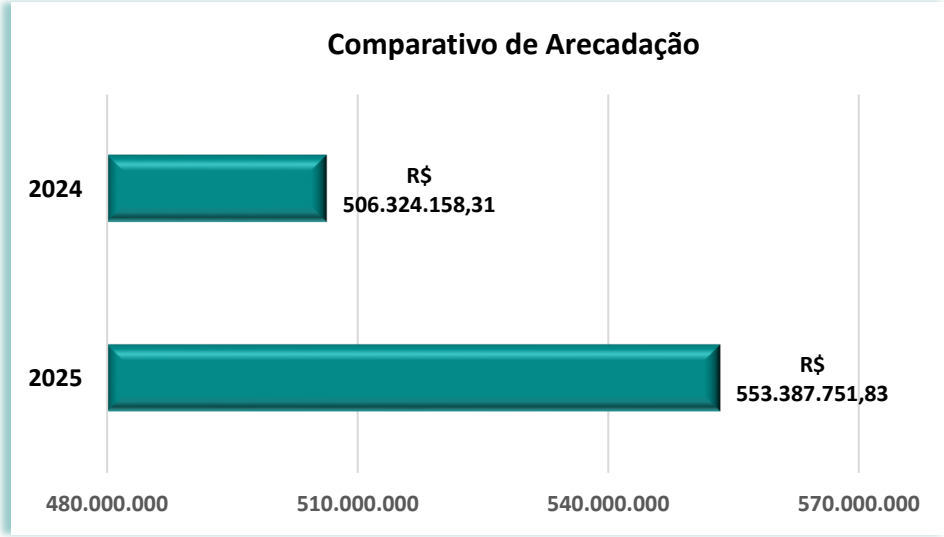
Fonte: DIAR/SEMEC, 2025.

Valores Arrecadados em 2025

Em R$ 1,00

Tipo	Valores
Lançamentos de Tributos	268.378.847,31
ISS Mensal (Principal)	212.175.060,86
Auto de Infração	288.218,36
Simples Nacional	18.287.155,08
ITBI	23.961.419,41
Taxa de Expediente	R$ 78.652,22
Dívida Ativa	12.965.178,68
Parcelamento da Dívida Ativa	14.412.025,58
Parcelamento Geral	2.187.681,34
Parcelamento ISS Mensal	205.136,93
Parcelamento de Taxas	448.376,06
Total	**553.387.751,83**

Fonte: Sistema de Gestão Pública Integrada/SEMEC, 2025.



Fonte: DIAR/SEMEC, 2025.

Em 2025, a arrecadação municipal manteve a histórica dependência de repasses constitucionais, que representaram a maior parte das receitas, sendo 48,96% de origem federal, 18,63% estadual e apenas 32,41% de arrecadação própria municipal.

O exercício foi marcado por retração nos principais repasses constitucionais, com redução no FPM (-5,18%) e na cota-parte do ICMS (-3,30%) em comparação a 2024.

O IRRF apresentou crescimento expressivo (+10,39%), totalizando R$ 159,9 milhões, embora haja perspectiva de impacto negativo futuro em razão da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda a partir de 2026.

Entre os tributos municipais:

- O ISSQN cresceu 1,18%, alcançando R$ 263,3 milhões;
- O IPTU registrou crescimento de 6,18%, totalizando R$ 49 milhões;
- O ITBI apresentou forte queda (-19,01%), refletindo desaceleração do mercado imobiliário;
- A cota-parte do IPVA manteve crescimento moderado (+4,73%);
- O ITR teve queda acentuada (-26%).

De forma geral, embora tenha havido manutenção ou leve crescimento na arrecadação própria, os resultados ficaram abaixo do esperado, evidenciando o desafio estrutural de reduzir a dependência dos repasses constitucionais e fortalecer a autonomia fiscal do Município.

Secretaria Executiva de Finanças e Contabilidade - SEFC

A SEFIC é responsável pelo planejamento, organização e supervisão da gestão financeira e contábil do Município, assegurando conformidade com a legislação aplicável ao sistema financeiro e contábil municipal.

Em 2025, a Diretoria consolidou elevado padrão técnico, garantindo registros contábeis fidedignos e conformidade com os órgãos de controle.

Diretoria Executiva de Contabilidade

Estrutura da Gestão Financeira

- **Departamento de Gestão Financeira (DGF)**
  Coordena o Sistema de Tesouraria do Município, nos termos da Lei nº 4.320/64.
- **Divisão de Tesouraria (DITE)**
  Responsável pela operacionalização dos pagamentos orçamentários e extraorçamentários.
- **Divisão de Planejamento e Controle das Finanças (DPCF)**
  Planeja e controla a movimentação dos recursos financeiros municipais.
- **Divisão de Conciliação de Contas Bancárias (DCCB)**
  Executa e controla as conciliações relativas a pagamentos e recebimentos.
- **Divisão de Controle e Acompanhamento de Pagamento (DCOP)**
  Zela pela observância da Ordem Cronológica de Pagamentos (OCP) e controle de processos financeiros

Estrutura da Contabilidade

- **DCGE**: Registros contábeis e controle patrimonial.
- **DENC**: Padronização de normas e procedimentos contábeis.
- **DCDP**: Controle da dívida pública e bens patrimoniais.
- **DDPC**: Elaboração de demonstrativos e prestação de contas.
- **Divisão de Análise e Informações de Custos**: Implantação do sistema de custos (Portaria Conjunta nº 114/2025), com foco em:
  - Identificação e segregação de custos;
  - Definição de critérios de rateio;
  - Apoio à tomada de decisão;
  - Subsídio técnico ao planejamento orçamentário;
  - Avaliação de eficiência dos serviços públicos.

Principais Resultados

1º Lugar	Nota A	CAPAG A
Nacional em evolução na qualidade das informações contábeis e fiscais (Ranking STN)	**no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (Siconfi)**	**habilitando o Município à captação de financiamentos com garantia da União.**
Este prêmio consagra o município como referência absoluta em transparência e governança fiscal, reafirmando o compromisso inabalável da gestão com a integridade dos dados e a eficiência na administração dos recursos públicos	Avaliação realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que mede a qualidade, consistência e tempestividade das informações contábeis e fiscais enviadas pelos entes federativos (Estados e Municípios) ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.	Indicador de excelência atesta o equilíbrio das contas públicas e habilita o ente municipal a captar financiamentos estratégicos com o aval da União, nos termos da Portaria ME nº 1.583/2023. Com isso, Porto Velho consolida sua autonomia financeira, ampliando a capacidade de investimento em políticas públicas que transformam a vida do cidadão.

Programas Vinculados à SEMEC

A nova dinâmica orçamentária, estabelecida pelo Decreto nº 21.387/2025, permitiu maior racionalidade na alocação de recursos e melhor qualificação das despesas, especialmente quanto à Dívida Fundada e aos Encargos Especiais do Município.

Na Lei Orçamentária Anual nº 3.240/2024 (LOA 2025), foram previstos:

- **PIS/PASEP:** R$ 25.764.000,00
- **Dívida Fundada:** R$ 82.608.577,00
- **Total previsto:** R$ 108.372.577,00

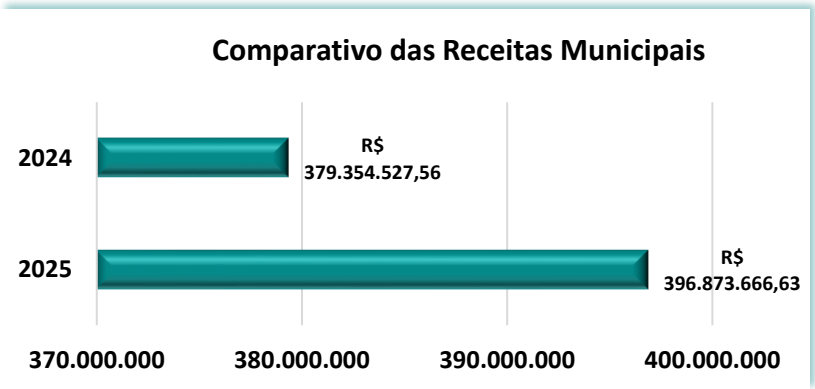
No exercício de 2025, o valor empenhado totalizou **R$ 127.047.822,09**, assim distribuído:

- **PIS/PASEP:** R$ 23.045.575,72
- **Dívida Fundada:** R$ 104.002.246,37

A reestruturação orçamentária buscou austeridade fiscal, eficiência no controle do gasto público e maior aderência à realidade financeira do Município.

Gestão da Fazenda Municipal

Em 2025, as receitas tributárias municipais totalizaram **R$ 396.873.666,63**, representando crescimento superior a 5% em relação a 2024 (R$ 379.354.527,56). O desempenho reforça a consolidação das políticas de arrecadação e fiscalização tributária desenvolvidas pela Unidade Setorial.



Fonte: SEFC/SEMEC, 2025.

Fundo Municipal de Iluminação Pública – FUMIP (COSIP)

A COSIP-Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública é arrecadada pela Energisa e também por meio do IPTU de imóveis não edificados, conforme Lei nº 675/2017.

A receita é classificada conforme sua natureza:

- **Principal**
- **Multas e Juros**
- **Dívida Ativa**
- **Multas e Juros da Dívida Ativa**

Em 2025, houve **desvinculação de recursos da COSIP**, no montante de **R$ 17.478.000,00**, autorizada por decretos municipais, com registro contábil nas respectivas fontes.

Também foi registrada **dedução por restituição tributária no valor de R$ 2.357,34**, conforme legislação vigente.

Secretaria Executiva de Planejamento - SEPLAN

Ao longo de 2025, a Secretaria Executiva de Planejamento-SEPLAN, no exercício de suas atribuições institucionais, coordenou, em conjunto com seus departamentos, diversas ações estratégicas voltadas ao desenvolvimento municipal, com ênfase na implementação dos instrumentos de ordenamento territorial, na gestão da geoinformação e na integração e atualização de dados nos principais sistemas estruturantes do Município: o Sistema Municipal de Informações Urbanas e Territoriais e o Sistema de Informações Gerenciais da Prefeitura.

Plano Diretor Participativo do Município-PDPM

Relatório de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo

No exercício de 2025, o Departamento de Implementação do Plano Diretor (DIPLAD), vinculado à Secretaria Executiva de Planejamento (SEPLAN), realizou ações de monitoramento e acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho. No âmbito da coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Plano Diretor (CPMAPD), instituída pelos Decretos nº 19.261/2023 e nº 20.352/2024 e pela Portaria Conjunta nº 001/2024, foi elaborado o 3º Relatório de Acompanhamento, referente ao exercício de 2024, consolidando o monitoramento das metas, diretrizes e instrumentos do PDPM.



Capa do 3° Relatório de Acompanhamento do PDPM.
Fonte: SEPLAN/SEMEC, 2026.

Seminário de Planejamento



1º Seminário de Planejamento Municipal

Em maio de 2025, o DIPLAD promoveu o 1º Seminário de Planejamento Municipal, com enfoque técnico, estruturado por palestras, painéis temáticos e apresentações voltadas ao desenvolvimento urbano e sustentável, alinhadas aos eixos estratégicos do Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento do Município de Porto Velho – PAEDS 2030–2050.



O evento teve como objetivo alinhar tecnicamente as equipes responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas, além de apresentar os instrumentos de planejamento que subsidiaram a elaboração do PPA 2026–2029. Destacou-se a apresentação do PAEDS 2030–2050, incluindo seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, a Carteira de Projetos e os Modelos de Governança.

Como desdobramento, foram realizadas reuniões técnicas com gestores municipais e com a comissão da Política Municipal de Inovação, fortalecendo a articulação institucional e a integração intersetorial.

PAEDS-PVH



Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho – PAEDS-PVH

No período analisado, o Município deu continuidade à elaboração do Plano de Ação Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Porto Velho (PAEDS-PVH), com horizonte 2030–2050.

Para assegurar a adequada gestão e fiscalização contratual, foi instituída Comissão de Gestão Técnica e Fiscalização, composta por servidores da SEMEC, cabendo ao (DIPLAD) o acompanhamento técnico das atividades.

O PAEDS-PVH configura-se como instrumento estratégico de planejamento de longo prazo, orientado à promoção do desenvolvimento sustentável, à integração de políticas públicas, à priorização de investimentos e à organização das ações governamentais, com base em uma visão estruturada de futuro.

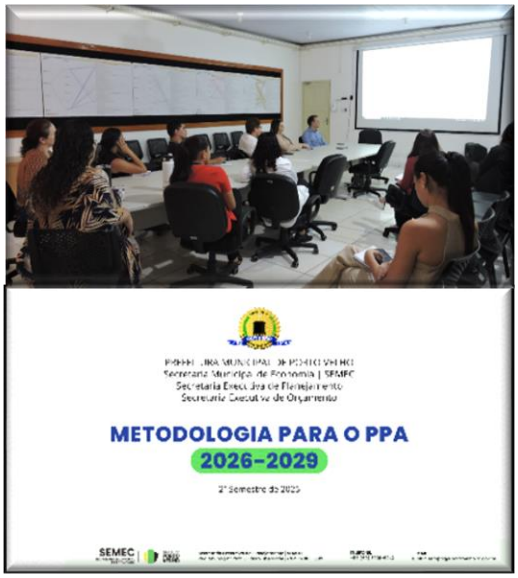
Em 2025, a Comissão analisou e aprovou as entregas nº 09, 10 e 11, de um total de 13 produtos previstos, os quais foram disponibilizados no portal do Plano Diretor, garantindo transparência e acesso às informações.

Elaboração do Plano Plurianual (2026–2029)

No processo de elaboração do PPA 2026–2029, o DIPLAD promoveu a atualização da metodologia adotada no ciclo anterior (2022–2025), sistematizando as ações previstas no Plano de Governo, no Plano Diretor (LC nº 838/2021) e nos projetos estratégicos do PAEDS-PVH 2030–2050.

Foram consolidadas 263 iniciativas estratégicas, alinhadas aos planos municipais vigentes e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), posteriormente distribuídas às unidades setoriais conforme suas competências.

Entre julho e agosto de 2025, realizaram-se reuniões técnicas e oficinas com as secretarias municipais, com o objetivo de orientar a elaboração do PPA e assegurar a integração dos instrumentos de planejamento na construção do Plano 2026–2029.



Fonte: SEPLAN/SEMEC, 2025.

2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo - PDPM

Eventos Preparatórios Distritais

Em agosto e setembro de 2025, o DIPLAD realizou Eventos Preparatórios Distritais nos distritos do Alto, Médio e Baixo Madeira, como etapa prévia à 2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo (PDPM).

As atividades tiveram como objetivo ampliar a participação social no planejamento urbano e territorial, subsidiar a avaliação das diretrizes do Plano Diretor e eleger delegados distritais para a Conferência Municipal.

Distrito Sede





Distrito de Abunã





Fonte: SEPLAN/SEMEC, 2025.

2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo

Em 2025, o DIPLAD realizou a 2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo (PDPM), intitulada *"Município Resiliente: Um Novo Olhar em Tempos de Mudanças Climáticas"*, convocada pelo Decreto nº 21.499/2025.

A Conferência constituiu espaço de participação social e de avaliação da política de desenvolvimento urbano, consolidando as informações dos Relatórios de Acompanhamento referentes a 2023 e 2024, conforme a Lei Complementar nº 838/2021. As deliberações subsidiaram o monitoramento contínuo do PDPM e as atividades da CPMAPD.

Adicionalmente, a Secretaria manteve atuação técnica em conselhos e comitês estratégicos relacionados ao planejamento urbano, habitação e gestão territorial, fortalecendo a articulação institucional e a governança do Plano Diretor.



Fonte: SEPLAN/SEMEC, 2025.

Sistema Municipal de Informações Urbanas e Territoriais

Compete à SEMEC, por meio do Departamento de Geoprocessamento (DGEO/SEPLAN/SEMEC), manter e atualizar a base cartográfica municipal informatizada, assegurando a gestão e integração dos dados que compõem o Sistema Municipal de Informações Urbanas e Territoriais (SMIUT).

O Departamento também desenvolve e implementa soluções inovadoras em geoprocessamento, ampliando a capacidade de análise espacial e subsidiando a tomada de decisão.

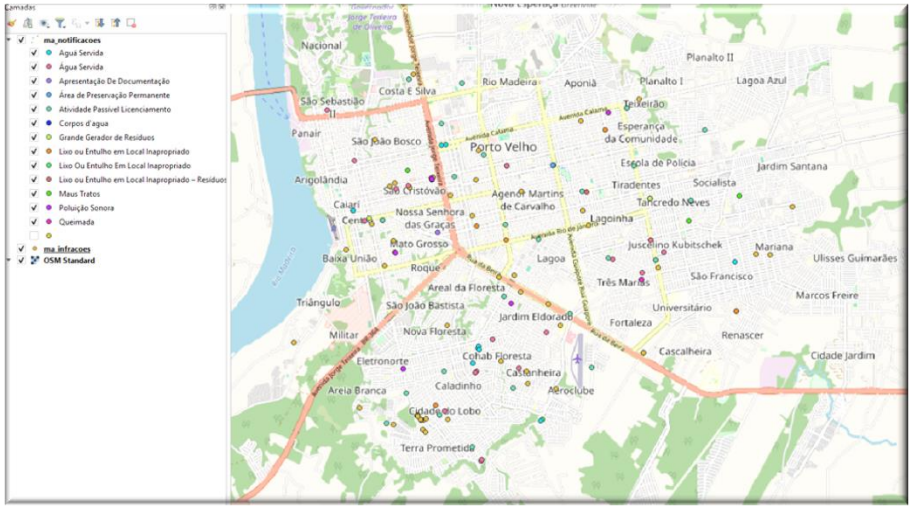
Dessa forma, o DGEO desempenha papel estratégico na consolidação de informações georreferenciadas, fortalecendo o planejamento urbano e territorial e contribuindo para uma gestão pública eficiente e orientada ao desenvolvimento sustentável.

Atualização e Análise de Informações Geoespaciais

Em 2025, o Departamento de Geoprocessamento realizou atividades contínuas de produção, atualização, consolidação e análise de informações geoespaciais, com foco no suporte ao planejamento urbano, à gestão territorial e ao apoio técnico às secretarias municipais.

As ações envolveram a organização e padronização de bases cartográficas e arquivos vetoriais, correções topológicas e semânticas, ajustes de zoneamento urbano e adequação ao sistema de referência oficial, além da estruturação e manutenção do banco de dados geoespacial do Município.

Também foram desenvolvidos levantamentos técnicos e análises espaciais com dados de diferentes órgãos, subsidiando a identificação de áreas para novos equipamentos públicos, a organização da rede educacional e de saúde, bem como ações de fiscalização urbana e ambiental, fortalecendo o ordenamento territorial.



Foi realizada análise territorial dos condomínios do Município com base no SIG PVH, evidenciando a necessidade de atualização do sistema tributário municipal diante da defasagem entre os dados da base geoespacial e o sistema atualmente operado pela EL Produções de Software. O estudo reforçou a importância da interoperabilidade entre os sistemas para assegurar maior consistência cadastral, confiabilidade das informações e eficiência na arrecadação e gestão fiscal.

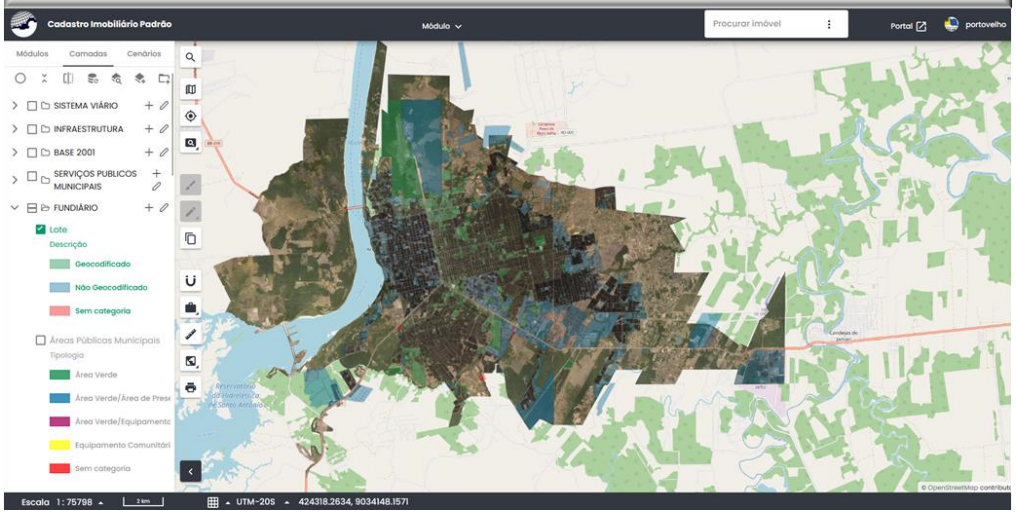
No campo cartográfico, foram elaborados mapas temáticos de apoio à gestão e ao planejamento, incluindo o Mapa de Calor da SEMED, mapas para o Relatório do PDPM, para o Anuário Municipal, para a 2ª Conferência Municipal e seus eventos preparatórios, além do Mapa de Lotes Vazios, utilizado na definição de área para implantação de Unidade de Educação Infantil.

Suporte e Manutenção da Base Cartográfica

No âmbito do Termo de Acordo Judicial (Processo nº 7004403-42.2016.8.22.0001), em 2025, a empresa Engefoto executou serviços relacionados à atualização da Base Cartográfica Digital e da Planta Genérica de Valores do Município.

O Departamento de Geoprocessamento acompanhou tecnicamente o desenvolvimento e os testes de uma API para integração entre o Sistema de Informações Geográficas (SIG) e o sistema tributário municipal, com foco na interoperabilidade, atualização cadastral e melhoria da gestão fiscal e territorial.

Também foram realizadas reuniões técnicas com as empresas Topocart, responsável pelo sistema geoespacial, e EL Produções de Software, responsável pelo sistema tributário, visando garantir suporte, alinhamento e manutenção das soluções implantadas.



Disponível em: https://geo360.portovelho.ro.gov.br/mapa/2634.
Fonte: DGEO/SEPLAN/SEMEC, 2025.

Geoportal PMPV

Criado em 2022, o Geoportal PMPV foi desenvolvido para fortalecer o Sistema Municipal de Informações Urbanas e Territoriais (SMIUT), disponibilizando mapas temáticos por meio de serviços web alinhados aos padrões da INDE, em ambiente interativo e acessível.



Fonte: DGEO/SEPLAN/SEMEC, 2025.



Fonte: DGEO/SEPLAN/SEMEC, 2025.

Em 2024, passou por modernização com melhorias na interface, reorganização da navegação e ampliação das funcionalidades. Em 2025, as ações concentraram-se na consolidação dessas melhorias, com manutenção evolutiva da plataforma, ampliação da base cartográfica e atendimento às demandas institucionais.

Destacam-se a atualização da página “Mapas Municipais”, implementação de ícones nas camadas, reestruturação da página de metadados com opção de download em diversos formatos (PDF, Shapefile, CSV e GeoJSON), criação de página para divulgação de eventos e trabalhos técnicos, além de carousel para secretarias usuárias.



Fonte: DGEO/SEPLAN/SEMEC, 2025.



Fonte: DGEO/SEPLAN/SEMEC, 2025.

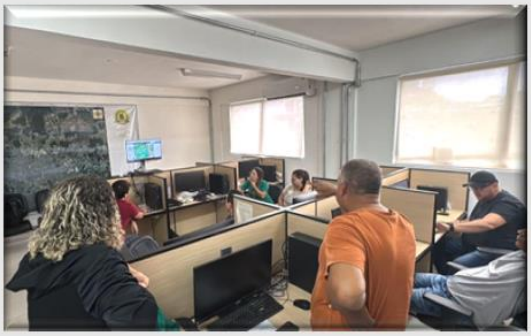
Também foram realizadas melhorias na base de dados, com padronização de tabelas e schemas, criação de triggers, definição de regras de acesso, consultas avançadas e otimização de desempenho, reforçando o Geoportal como ferramenta estratégica para gestão territorial, planejamento urbano e transparência pública.

Implementação do SIGPVH nas Pastas Setoriais

Foram realizadas ações estruturadas para implantação do SIGPVH nas unidades setoriais da Prefeitura, com foco na integração ao Sistema Tributário (GPI) e a outras bases de dados municipais.

As atividades incluíram visitas técnicas, apresentações do SIGPVH e do GeoPortal PMPV, levantamento de infraestrutura e dados disponíveis, mapeamento e padronização de fluxos e informações territoriais, construção de rotinas no sistema, treinamentos práticos com simulação de uso e reuniões de alinhamento com gestores.

A implantação iniciou na SEINFRA (DPU) e avançou para SEMA (DEFIS e DELIC), SEMUSA (DVS e DAB), SEMED (DPE), SEMTRAN (DET e DTR), SGOV, além do acompanhamento contínuo junto à SEMEC e SEMDEC, garantindo suporte técnico, integração de dados e adequada utilização do sistema.



Fonte: DGEO/SEPLAN/SEMEC,2025.

Estruturação do Cadastro Territorial Multifinalitário-CTM

O processo de estruturação do CTM foi migrado para o SEI (nº 020.002332/2025-57), mantendo toda a tramitação administrativa anterior. Em 04/11/2025, foi firmado o Termo de Convênio entre a UFSC, a FEESC e a Prefeitura de Porto Velho, formalizado pelo Extrato do Termo de Convênio nº 001/2025/SEMEC.

Em dezembro de 2025, ocorreu a primeira visita técnica da equipe da UFSC e FEESC ao Município para diagnóstico inicial, com reuniões nas secretarias SEMA, SEMDEC, SEMTRAN, SEINFRA, SMTI, SEMUSA e SEMEC. O objetivo foi levantar informações sobre licenciamentos, dados territoriais, cadastros tributários e infraestrutura tecnológica, subsidiando a definição do fluxo processual do CTM e sua integração às rotinas municipais.



Equipe UFSC/FEESC e técnicos da SMTI.



Equipe UFSC/FEESC e técnicos da SEMEC.



Equipe UFSC/FEESC e técnicos da SEMUSA.



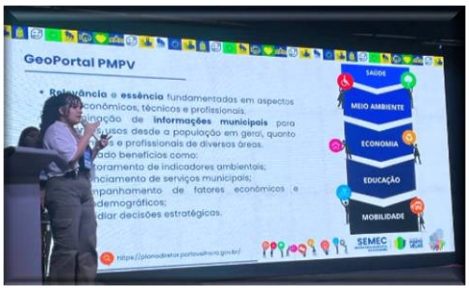
Equipe UFSC/FEESC e técnicos da SEINFRA.



Equipe UFSC/FEESC e técnicos da SEMDEC.

Participação em Eventos Internos e Técnico-Científicos

O Departamento de Geoprocessamento manteve como diretriz o aprimoramento técnico-científico para fortalecer o SMIUT e o desenvolvimento do SIG.
Em 2025, houve manifestação de interesse na participação em evento especializado do setor de geotecnologias (MundoGEO), visando atualização profissional e prospecção de soluções inovadoras, porém a participação presencial não foi autorizada em razão de diretrizes de contenção de gastos.



Gerente da Divisão de Tratamento e Análise de Dados falando da importância municipal do GeoPortal no âmbito municipal.

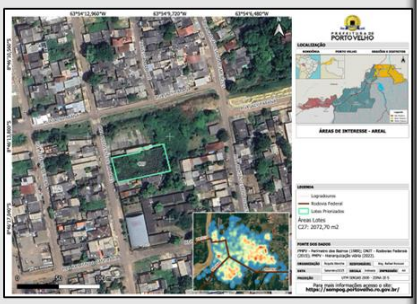


Gerente da Divisão de Coleta e Armazenamento de Dados apresentando o SIG.

No âmbito institucional, o GeoPortal Municipal foi apresentado na 2ª Conferência do Plano Diretor, reforçando a transparência, a participação social e o apoio ao planejamento urbano e à gestão pública.

Suporte a Serviços Técnicos Especializados

O Departamento de Geoprocessamento prestou suporte técnico à modelagem e estruturação de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) voltadas à gestão, construção, operação e manutenção de unidades de educação infantil no Município.
A atuação ocorreu no âmbito do Contrato nº 002/PGM/2025, firmado entre a Prefeitura de Porto Velho e a Caixa Econômica Federal, por meio do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP).
O Departamento participou de reuniões técnicas e forneceu dados georreferenciados para subsidiar os estudos, incluindo a priorização de lotes vazios (públicos e privados) e a modelagem da demanda por vagas com base em dados do CADÚNICO, contribuindo para a tomada de decisão e viabilidade dos projetos.


Exemplificação: Localização de lote priorizado para estudo de viabilidade de implantação de unidade escolar infantil em Porto Velho, 2025.

Sistema de Informações Gerenciais da Prefeitura

No período analisado, a SEMEC, por meio do Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores (DPEI/SEPLAN/SEMEC), deu continuidade às suas atribuições na produção, sistematização, análise e disseminação de informações estatísticas, territoriais e administrativas, voltadas ao apoio à tomada de decisão, ao planejamento municipal e à transparência, contribuindo para o fortalecimento do Sistema de Informações Gerenciais da Prefeitura por meio das seguintes atividades:

Instrumento de Participação e Planejamento

Relatório do Orçamento Participativo de Porto Velho - 2026

Documento que consolida os resultados da consulta pública realizada para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA)

Situação: Disponível.



Disponível em: Portal da SEMEC

Estudos e Publicações Técnicas

Anuário Estatístico do Município de Porto Velho - 2015/2022

Publicação que reúne e sistematiza dados estatísticos oficiais do Município de Porto Velho, abrangendo o período de 2015 a 2022.

Situação: Em fase de finalização.



Estudos e Publicações Técnicas

Estudo Demográfico Embasado nos Dados do Censo 2022

Estudo elaborado a partir dos dados do Censo Demográfico 2022, com análise comparativa em relação ao Censo de 2010, apresentando informações atualizadas sobre a dinâmica populacional do Município.

Situação: Em fase de finalização.



Estudos e Publicações Técnicas

Indicadores Socioeconômicos: Conceitos e Usos

Este documento constitui, de forma sintetizada, os conceitos/definições de indicadores (sociais e econômicos), com objetivo de contribuir para a compreensão destes, tratando-se de uma compilação de dados a partir de diferentes fontes.

Situação: Em fase de finalização.



Sistemas, Painéis e Plataformas

Painel do Censo 2022

Atualização dos dados sobre o Município de Porto Velho provenientes dos três últimos Censos Demográficos conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.



Disponível em: Portal da SEMEC

Sistemas, Painéis e Plataformas

Observatório Municipal de Porto Velho

Lançado em dezembro de 2024, o Observatório Municipal consolidou-se em 2025 como a principal ferramenta do Sistema de Informações Gerenciais da Prefeitura. No período, a plataforma foi ampliada e atualizada com novos dados e painéis temáticos, incluindo Indicadores Agropecuários, Econômicos, Sociais, do Plano Diretor e do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), fortalecendo o apoio à gestão pública e à transparência.



Disponível em: Portal da SEMEC

Atuação do DPEI no Planejamento Plurianual e na Estruturação de Ferramenta de Monitoramento

No segundo semestre de 2025, o DPEI colaborou com a SORÇAM na elaboração do PPA 2026–2029, apresentando conceitos e tipologias de indicadores, destacando sua importância para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, além de apoiar a validação dos indicadores propostos nas oficinas técnicas.



Apresentação sobre indicadores na Oficina do PPA 2026–2029



Apresentação sobre indicadores na Reunião Técnica

Em dezembro de 2025, foi instituído, pelo Decreto nº 21.601/2025, Grupo de Trabalho coordenado pela SEPLAN para identificar, padronizar e mapear fluxos, sistemas e dados, com vistas à criação de ferramenta de gestão voltada ao acompanhamento dos indicadores de qualidade de vida no Município.

Assessoria

Participação Social

Coordenadas pela Assessoria, as audiências públicas foram realizadas como instrumento essencial de participação popular nos processos de planejamento e gestão municipal.

Em 2025, ocorreram audiências para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais junto ao Legislativo, bem como para apresentação e discussão do PPA 2026–2029, da LDO 2026 e da LOA 2026.

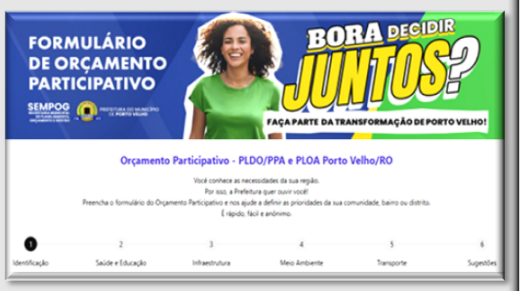
As iniciativas fortaleceram a transparência, o controle social e o engajamento da população na definição das prioridades orçamentárias, reafirmando o compromisso da administração com uma gestão participativa, responsável e alinhada às necessidades da sociedade.

Pesquisa Social e Audiências Públicas

Orçamento Participativo

Com o objetivo de incentivar e garantir a participação ativa dos cidadãos de Porto Velho na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026 e do Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026 para o ano de 2025, a Prefeitura, através do Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-DPEI disponibilizou uma ferramenta de coleta de dados via *web*. https://ppa-participativo.portovelho.ro.gov.br.

Essa iniciativa foi divulgada nas páginas oficiais da Prefeitura (www.portovelho.ro.gov.br) e da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (https://sempog.portovelho.ro.gov.br), durante o período de 21 de fevereiro a 27 de maio de 2025. Tendo 1.340 respondentes.





Dessa consulta pública resulta um relatório que demonstra a melhoria na forma de planejamento do Orçamento Público em colaboração com os cidadãos. Esta otimização tem como objetivo auxiliar os diferentes setores e instituições na elaboração de seus orçamentos, assegurando que os projetos e atividades sejam voltados para atender as demandas e requisitos da comunidade.

Audiências Públicas

As audiências públicas presenciais, que foram também transmitidas pelo canal do YouTube, aconteceram em 3 e 5 junho PPA e LDO, e as audiência da LOA aconteceram em 5 e 7 de agosto, todas no teatro Banzeiros. Além da participação social, o representante da Secretária faz uma explanação sobre as peças que compõem o orçamento e como é construída as peças orçamentárias de Porto Velho.

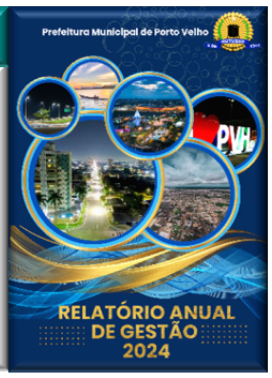
Neste formato de audiência também participam os secretários ou representantes das outras secretarias respondendo aos munícipes presentes e também questionamentos efetuados pelo chat do *YouTube.*



Informações das audiências públicas https://transparencia.portovelho.ro.gov.br/arquivos?pasta=174.

Relatório Anual de Gestão-RAG

Em atendimento ao Decreto nº 20.420, de 17 de setembro de 2024, que institui as diretrizes e procedimentos para elaboração e envio do Relatório Anual de Gestão da Prefeitura de Porto Velho, este setor foi responsável pela consolidação das informações provenientes de todas as unidades administrativas da Prefeitura. No início do exercício de 2025, realizamos o trabalho de compilação, organização e análise dos dados encaminhados pelas secretarias municipais, resultando na versão final do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2024. Após sua conclusão, o documento foi formalmente encaminhado cumprindo os prazos e normas estabelecidos no referido decreto e assegurando a transparência e a prestação de contas à sociedade.



Secretaria Executiva de Orçamento - SORÇAM

O presente relatório contempla os atos de gestão praticados pela Secretaria Executiva de Orçamento–SORÇAM, vinculada à Secretaria Municipal de Economia–SEMEC, nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 882, de 25 de fevereiro de 2022, no período de janeiro a dezembro de 2025.

Abrange as atividades desenvolvidas no âmbito dos processos de elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão dos instrumentos de planejamento e orçamento do Município, em conformidade com as competências definidas no Decreto nº 18.497, de 30 de dezembro de 2022, que aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Contextualização de 2025

O exercício de 2025 apresentou cenário atípico em razão de fatores econômicos de ordem nacional e internacional, que impactaram a conjuntura financeira dos entes federativos, inclusive do Município de Porto Velho. Houve redução relevante na arrecadação de receitas próprias e transferidas, especialmente no IPTU, ICMS e ITBI, exigindo acompanhamento financeiro diário e a adoção de medidas de contingenciamento orçamentário. A liberação de recursos passou a ocorrer de forma condicionada ao desempenho efetivo da arrecadação ao longo dos meses.

Destaca-se, ainda, como marco relevante da gestão orçamentária e financeira, a implementação, no terceiro quadrimestre, de novo sistema integrado de Gestão Pública Municipal (plataforma web), abrangendo os módulos de planejamento, orçamento, contabilidade e área tributária. A modernização tecnológica visa ampliar a eficiência administrativa, aprimorar a arrecadação e qualificar a execução dos recursos públicos.

Outro fato relevante foi a sanção da Lei nº 3.349, de 27 de novembro de 2025, que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, promovendo ajustes nos Demonstrativos I e III do Anexo I de Metas Fiscais, originalmente estabelecidos pela Lei nº 3.193, de 27 de junho de 2024.

Gestão Orçamentária

Em conformidade com o Cronograma Anual e o Plano de Ação da SORÇAM, apresentam-se as atividades desenvolvidas no período, executadas em observância às legislações vigentes e aos princípios da legalidade, eficiência e transparência na gestão pública.

Atividades Realizadas em Todos os Quadrimestres

- Acompanhamento da Mensal Receita x Despesa;
- Monitoramento da Despesa com Pessoal (LRF/2000);
- Movimentações Orçamentárias para ajustes de saldos orçamentários e suplementações de crédito adicional por superávit financeiro, excesso de arrecadação e operações de crédito;
- Execução do orçamento referente aos contratos continuados, contas públicas e demais despesas.

Atividades realizadas especificamente no 1º QUADRIMESTRE/2025 Janeiro a Abril

- Cadastro do Cronograma de Desembolso novo software de Gestão Pública Municipal relativo ao sistema contábil/financeiro e tributário;
- Cadastro da Programação Financeira no novo software de Gestão Pública Municipal relativo ao sistema contábil/financeiro e tributário;
- Avaliação do Plano Plurianual 2022-2025, em termos Qualitativos e Quantitativos – Exercício 2025 – Ano Base 2024.

Atividades realizadas especificamente no 2º QUADRIMESTRE/2025
Maio a Agosto

- Estudos e Projeção da Receita para subsidiar os Projetos referentes ao Plano Plurianual/PLPPA 2026-2029, Lei de Diretrizes Orçamentária/PLDO 2026, Lei Orçamentária Anual/PLOA 2026;
- Grupo de Trabalho SEMEC – Decreto N.º 27.117, de 27 de junho de 2025, instituído para elaboração da reestimativa da LDO - Resultado Primário e Resultado Nominal - Metas Fiscais/2025;
- Adequação do orçamento das unidades reestruturadas em decorrência da Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025, que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura do Município de Porto Velho; cria nova codificação, nomenclaturas e atribuições dos cargos em comissão e dá outras providências";
- Consolidação e apresentação da Lei nº 3.294, de 22 de agosto de 2025, que "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 2.901, de 20 de dezembro de 2021 – Plano Plurianual para o período de 2022-2025, e dá outras providências" – para incluir o programa "Fomento à infraestrutura para eventos municipais" e da ação denominada "Apoio à infraestrutura de eventos locais"/ EMDUR.

Atividades realizadas especificamente no 3º QUADRIMESTRE/2025
Setembro a Dezembro

- Consolidação e apresentação da Lei nº 3.347, de 27 de novembro de 2025, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Porto Velho para o quadriênio 2026-2029";
- Consolidação do Projeto de Lei nº 17, de 16 de outubro de 2025, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2026 e dá outras providências" para encaminhamento ao Poder Legislativo/PLDO 2026;
- Consolidação e apresentação da Lei n.º 3.351, de 15 de dezembro de 2025 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Porto Velho para o Exercício Financeiro de 2026/LOA 2026;
- Consolidação e apresentação de Lei nº 3.350, de 08 de dezembro de 2025, que "Dispõe sobre a alteração da Lei nº 2.901, de 20 de dezembro de 2021 - Plano Plurianual para o período de 2022-2025, e dá outras providências", para incluir o Programa "Porto Velho Mais Segura" e a respectiva Ação "Manutenção das Atividades de Segurança Cidadã"/SEMTRAN;
- Sanção da Lei n.º 3.349, de 27 de novembro de 2025, que alterou a Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício 2025 - Demonstrativos I e III do Anexo I de Metas Fiscais definidas na Lei nº.3.193, de 27 de junho de 2024.

Nota

No âmbito da elaboração das Leis Orçamentárias — PPA, LDO e LOA — foram realizadas Audiências Públicas, coordenadas pela Assessoria Executiva do Gabinete Adjunto, com participação efetiva da SORÇAM, com o objetivo de promover a Escuta Social e assegurar a participação da sociedade no processo de planejamento orçamentário municipal. Concomitante, foi disponibilizada ferramenta digital de Coleta de Dados, ampliando e complementando a Escuta Social, cujos resultados subsidiaram a elaboração do Relatório do Orçamento Participativo, produzido pelo DPEI/SEPLAN.



Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer-SEMTEL

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (SEMTEL), apresenta o presente Relatório Anual de Gestão – Exercício 2025, com o objetivo de demonstrar de forma clara, transparente e objetiva as ações, programas, projetos e resultados alcançados ao longo do período.

A atuação da SEMTEL em 2025 foi pautada pelo compromisso com o fortalecimento das políticas públicas de turismo, esporte e lazer, buscando ampliar o acesso e valorização do turismo, às práticas esportivas e de lazer, promover a inclusão social, incentivar hábitos saudáveis e contribuir para o desenvolvimento humano e social do município.

Mesmo diante dos desafios administrativos, estruturais e orçamentários, a gestão concentrou esforços na otimização dos recursos disponíveis, na ampliação de parcerias institucionais e na execução de ações que impactassem positivamente a comunidade, reafirmando o papel do turismo, esporte e do lazer.

PAULO MORAES JÚNIOR
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL

A Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer é a unidade administrativa responsável pela formulação, coordenação, execução e acompanhamento das políticas públicas voltadas ao turismo, esporte e lazer. As competências se encontram na Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025, precisamente no art. 14.

A SEMTEL possui duas ramificações com atuações distintas: a Secretaria Executiva de Turismo e a Secretaria Executiva de Esporte e Lazer. Dessa forma, para melhor compreensão das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados, o presente documento será dividido em seções específicas para cada área.

Secretaria Executiva de Turismo - SET

A Secretaria Executiva de Turismo é responsável pela formulação, coordenação, execução, manutenção e acompanhamento das ações e programações voltadas ao desenvolvimento do turismo do município de Porto Velho.

Ações e Projetos

Bike Tour PVH: realizado em 24 de janeiro de 2025 como parte das comemorações dos 110 anos de Porto Velho, reuniu cerca de **150** ciclistas em um percurso guiado pelo Centro Histórico, com mediação de professores de História, integrando esporte, cultura e educação patrimonial. A iniciativa estimulou o lazer, a saúde e o fluxo turístico no entorno, consolidando-se como produto recorrente de turismo ao ar livre, ampliado nas celebrações dos 111 anos, quando mobilizou mais de **350** participantes.



Passeio de Litorina: reativado nos primeiros 100 dias de gestão, retomou a operação regular aos fins de semana e em eventos culturais no Complexo EFMM, transformando o patrimônio ferroviário em experiência turística e educativa. Desde a retomada, atendeu **11.979** visitantes, consolidando-se como produto âncora do destino, fortalecendo o Roteiro Ferroviário, gerando renda no entorno e integrando as campanhas de promoção turística de Porto Velho.



“Eu Herói & Encantamento Disney”: a palestra capacitou 78 servidores da SEMTEL e da SEMA, com foco na excelência no atendimento ao público e na qualificação do receptivo turístico do Parque Natural de Porto Velho.



Locomotiva nº 18 da EFMM: reativada, após 26 anos fora de operação, por meio de vistorias técnicas, articulação institucional e Termo de Fomento com a ABPF, que viabilizou a restauração mecânica e estrutural com recursos municipais. A reativação foi integrada às comemorações dos 111 anos da cidade e passou a compor a programação do Complexo Madeira-Mamoré, consolidando-se como produto de turismo histórico, instrumento de educação patrimonial e ativo de identidade cultural, com impacto no fluxo turístico e na economia local.



Diversity On Boards: Em maio de 2025, Porto Velho recebeu a agenda do ***Diversity On Boards***, promovida pelo Defotur, reunindo 21 executivas de alto nível de São Paulo em uma imersão cultural e de negócios. A iniciativa apresentou ativos históricos e experiências identitárias da capital, com destaque para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, fortalecendo o posicionamento do destino no circuito nacional de turismo e ESG e aproximando o ecossistema empresarial da narrativa amazônica e dos produtos turísticos locais.



Rondônia *Day:* Na agenda Rondônia Day (Brasília), a SEMTEL apresentou ao MTur, Embratur e representações diplomáticas o portfólio de experiências amazônicas com ênfase no turismo ribeirinho. O movimento qualificou o relacionamento institucional e abriu frentes para press trips e cooperação técnica, preparando o destino para oportunidades de promoção no ciclo 2026.



ABAV Expo 2025: Porto Velho realizou missão empresarial em parceria com o Sebrae, levando empreendedores locais para rodadas de negócios, pitches e articulações com operadoras e OTAs. A ação posicionou a Resex Lago do Cuniã e o birdwatching como produtos-âncora e gerou contatos estratégicos que fortalecem a promoção do turismo de base comunitária no destino.



ExpoTurismo Rondônia: Realizado em Porto Velho, visa incentivar e promover o turismo no estado, oferecendo inúmeras atividades e experiências turísticas. Nossa Campanha “PVH – Sua próxima estação” e “PVH – Nossa estação é aqui” encantou os visitantes com o mapa turístico de Porto Velho e seus demais materiais que foram distribuídos.



Uma Noite no Museu: Em 2025, a Semtel, por meio da Setur, realizou quatro edições do **Uma Noite no Museu** no Museu da EFMM, com ingressos esgotados e público estimado em 2.000 pessoas. A programação uniu educação patrimonial, astronomia e turismo, com curadoria educativa inovadora, parceria do IFRO e mediação cênica de professores que deram vida a personagens históricos da ferrovia. A iniciativa ampliou o fluxo qualificado no Complexo Madeira-Mamoré, fortaleceu o sentimento de pertencimento e consolidou o espaço como referência em memória, ciência e experiência cultural em Porto Velho.



Tacacá Musical e a **Exposição de Carros Antigos:** com quatro edições, consolidaram-se como programações de grande adesão popular, ativando o espaço urbano com música, gastronomia e cultura regional. As ações impulsionaram a economia local, fortaleceram o turismo de proximidade, geraram alto engajamento nos canais oficiais e reforçaram o sentimento de pertencimento no Complexo Madeira-Mamoré.



PVH Pesca Show, realizado em parceria com a Sopescar na **Vila Nova de Teotônio**, consolidou Porto Velho no calendário da pesca esportiva, com 400 inscritos na categoria embarcada e mais de 50 competidores no caiaque. O evento ampliou o fluxo turístico, dinamizou a economia ribeirinha e fortaleceu o ecossistema local, ao mesmo tempo em que reforçou a diversificação dos produtos de natureza, o posicionamento do destino junto ao trade especializado e práticas de segurança e sustentabilidade.



Arte da Beira – 1ª Feira Municipal de Artesanato, realizada no quadrilátero histórico de Porto Velho pela Semtel/Setur/Defotur, transformou o Centro em vitrine da economia criativa e do turismo cultural. Com mais de 50 artesãos, incluindo artesãs Karitianas, e o 1º Concurso Municipal de Biojóia, a ação valorizou o artesanato de origem amazônica, gerou vendas e conexões comerciais, integrou o produto aos roteiros turísticos oficiais e consolidou um formato recorrente de ativação cultural e econômica do Centro Histórico.



Arraial da Capelinha – 100 anos: apoiado pela Semtel/Setur, reforçou o compromisso da Prefeitura com as festas culturais e o calendário junino de Porto Velho. A ação qualificou a estrutura, o receptivo e a experiência do visitante, dinamizou a economia local, valorizou as tradições populares e fortaleceu o turismo de experiências, consolidando o evento como referência cultural do município.



Aniversário de 111 anos de Porto Velho, a Semtel, por meio da Secretaria Executiva de Turismo, realizou uma programação especial que integrou cultura, patrimônio e turismo. As ações incluíram edição comemorativa do Uma Noite no Museu, entrega da Locomotiva 18, walking tour pelo Centro Histórico, Astro IFRO, bike tour, Tacacá Musical, roda literária e exposição de carros antigos, fortalecendo o Complexo Madeira-Mamoré como polo de celebração, memória e experiência turística da cidade.



Reserva Extrativista Lago do Cuniã: A Semtel, por meio da Setur, estruturou uma agenda contínua para posicionar a **Resex Lago do Cuniã** como referência em turismo de base comunitária em Porto Velho. A atuação envolveu diagnóstico territorial, parceria com o Sebrae para formatação de experiências, roteiros-piloto e capacitações, além de ações de promoção e acesso a mercado, como a ABAV Expo 2025 e o famtour no território. O trabalho consolidou governança com o ICMBio, fortaleceu o ecossistema de empreendedores locais e integrou o Cuniã ao portfólio oficial do destino, deixando base técnica, conteúdos promocionais e pipeline comercial estruturados para a expansão sustentável em 2026.



Projeto Circuito Beradeiro – Navegando pelas Origens Em 2025, a Semtel/Setur/Defotur estruturou o Projeto, integrando o ordenamento operacional e a qualificação dos passeios turísticos no Rio Madeira. A iniciativa promoveu o retorno do embarque ao Complexo Madeira-Mamoré, avançou na governança, segurança e acessibilidade, e realizou capacitações em parceria com o Sebrae e a UNIR. O projeto padronizou atendimento e roteiros, fortaleceu a identidade do produto e consolidou o passeio fluvial como experiência cultural, segura e competitiva do destino Porto Velho.



Capacitação e Formação de Guias de Turismo: a Setur/Defotur realizou uma capacitação integrada para guias de turismo, em parceria com o Sebrae e a Unir/RO, com apoio de especialistas. A ação combinou teoria e prática para qualificar o atendimento, padronizar roteiros e protocolos e fortalecer o turismo histórico, cultural e de natureza. Como resultado, Porto Velho passou a contar com guias mais preparados e integrados ao Circuito Beradeiro, elevando a qualidade da experiência do visitante e a geração de renda no setor.



Receptivo Internacional - Expedição "Reconexão: Desenvolvimento Humano e Empresarial": Promovido Em julho de 2025, pela Setur/Defotur para CEOs e empresárias portuguesas, integrando *city tour*, vivências no Complexo Madeira-Mamoré e passeio no Rio Madeira. A ação fortaleceu a narrativa internacional do destino, gerou relacionamento estratégico, conteúdo promocional e consolidou Porto Velho como rota amazônica de turismo de experiências.



Turista Aprendiz - educação patrimonial e sentimento de pertencimento: O projeto lançado em agosto de 2025 pela Semtel/Setur/Defotur, promoveu vivências guiadas para alunos da rede municipal em marcos históricos e culturais de Porto Velho, fortalecendo o aprendizado, o sentimento de pertencimento e a valorização do patrimônio. Com logística própria, acompanhamento de guias credenciados e professores, a iniciativa integrou conteúdos curriculares ao território e beneficiou mais de 230 crianças até dezembro, consolidando roteiros educativos, protocolos de segurança e a aproximação das escolas com os equipamentos culturais do centro histórico.



Marcos de Memória e Paisagem Cultural: a Setur/Defotur qualificou a paisagem cultural de Porto Velho com a revitalização dos Monumentos dos Pioneiros e do Manelão e a implantação de novos bustos históricos em praças da cidade. As ações reforçaram a identidade do destino, criaram novos pontos de interesse e fortaleceram roteiros turísticos, educação patrimonial e o *place branding* municipal, consolidando Porto Velho como destino de história viva.


Jacques Demolay


Painel dos Pioneiros


Siça Andrade, filha de Manelão


Jonathas Pedrosa

Capital da Pesca Esportiva e Capital do Turismo de Observação de Aves: Porto Velho foi reconhecida por lei municipal como, com a aprovação e sanção dos PL nº 4959/2025 e nº 4960/2025. Os títulos reforçam a estratégia de ecoturismo do município, ancorada em seus ativos naturais, e criam base legal para políticas de fomento, promoção e integração entre turismo, conservação ambiental e economia ribeirinha.







Secretaria Executiva de Esporte e Lazer - SEEL

A Secretaria Executiva de Esporte e Lazer (SEEL) é unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (SEMTEL) do Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, responsável pela formulação, coordenação, execução e acompanhamento das políticas públicas municipais voltadas ao esporte e ao lazer.

As ações e diretrizes estratégicas da Secretaria Executiva de Esporte e Lazer no exercício de 2025 estiveram alinhadas ao Plano Plurianual (PPA) vigente do Município de Porto Velho, bem como integradas ao Plano de Governo da Administração Municipal.

Programas, Projetos e Ações - Esporte

Em 2025, a SEEL/SEMTEL desenvolveu programas e ações de esporte e lazer como instrumentos estratégicos de promoção da saúde, inclusão social, desenvolvimento humano e fortalecimento comunitário. As iniciativas priorizaram a ampliação do acesso às práticas esportivas e recreativas, a inclusão de diferentes públicos e o incentivo à formação esportiva e à convivência comunitária, atendendo crianças, jovens, adultos e idosos. Com planejamento, articulação institucional e monitoramento contínuo, as ações reafirmaram o esporte e o lazer como direitos sociais e pilares de qualidade de vida, alinhados ao desenvolvimento social de Porto Velho.

Construindo Campeões

Construindo Campeões

Desenvolvido para promover a inclusão social e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, conforme a Lei nº 3.266/2025. A iniciativa amplia o acesso ao esporte, estimula habilidades físicas, sociais e cognitivas e fortalece valores como disciplina, respeito e trabalho em equipe, contribuindo para a formação de atletas e cidadãos.

Crianças e Adolescentes Atendidas1.333 Zona Urbana e 601 Zona Rural

31 Professores (14 com vínculo e 17 voluntários) 05 Estagiários

Eventos

Esportivos
09 Competições,
118 atletas do projeto
32 medalhas conquistadas

Encontro de Campeões
05 Edições
398 alunos beneficiados

13 Modalidades

Futsal, Futebol, Voleibol, Basquete, Capoeira, Natação,Ginástica Rítmica, Judô, Taekwondo, Atletismo, Karatê, Ballet, Jiu jitsu

Polos

Zona Leste:
Vila Olímpica Chiquilito Erse, Parque Aquático Vinícius Danin, Quadra Poliesportiva Bairro Três Marias, Quadra Poliesportiva Sérgio Carvalho.
Zona Norte:
Quadra Poliesportiva João Lima de Souza
Zona Sul:
Ginásio Eduardo Lima e Silva "DUDU", Academia Dragon, Praça Céu
Distritos:
Vista Alegre, Extrema,
Nova Califórnia e Aldeia Kaxarari














Centro de Referência Paralímpica Comitê Paralímpico Brasileiro/CPB

- 100 alunos
- 05 Modalidades: Atletismo, Natação Tiro com Arco, Bocha Paralímpica e Parabadminton
- kit lanche (reforço alimentar) e
- sala administrativa para o projeto em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB



Festival Interno Construindo Campeões

O Festival Interno do Projeto Construindo Campeões promoveu a integração dos alunos dos programas da SEMTEL, por meio de torneios esportivos e atividades de lazer, destacando a inclusão, a celebração de conquistas e o fortalecimento da comunidade.

07 Eventos Realizados
2.304 alunos participantes

Avaliação física e antropométrica



A avaliação física e antropométrica do Projeto Construindo Campeões atendeu cerca de 800 alunos e teve como objetivo analisar o perfil físico, nutricional e de desempenho dos participantes, subsidiando o planejamento das atividades e o acompanhamento do desenvolvimento individual. A ação reforçou o monitoramento contínuo do projeto, a promoção da saúde e o incentivo a hábitos saudáveis e à prática esportiva de qualidade.

Semanas Pedagógicas



As Semanas Pedagógicas promoveram a formação continuada dos professores das modalidades de iniciação esportiva, fortalecendo o alinhamento pedagógico e metodológico do Projeto Construindo Campeões. Realizadas em dois eventos, em fevereiro e agosto de 2025, atenderam 31 profissionais, qualificando práticas de ensino seguras, inclusivas e voltadas ao desenvolvimento integral dos alunos.

Desenvolvimento da Qualidade de Vida, Lazer e Bem-Estar

A Lei Orgânica de Porto Velho estabelece o dever do poder público de incentivar o esporte e o lazer comunitário, especialmente em áreas periféricas e populações vulneráveis. No entanto, a falta de ações contínuas, aliada aos altos índices de sedentarismo e à subutilização dos espaços públicos, impacta negativamente a saúde e a qualidade de vida da população. Diante desse cenário, a SEMTEL propõe o **Programa Qualidade de Vida** como política estruturante para democratizar o acesso ao lazer e à atividade física, estimular a ocupação dos espaços públicos e promover o bem-estar da população.

A proposta está alinhada à missão da SEMTEL e à Agenda 2030 da ONU, contribuindo para os ODS 3, 10, 11 e 17 ao promover saúde, inclusão social, redução das desigualdades, uso qualificado dos espaços públicos e fortalecimento de parcerias. O **Programa Qualidade de Vida** integra diferentes vertentes do lazer e da atividade física, voltadas a públicos diversos, com foco na promoção da saúde, no combate ao sedentarismo, na ocupação saudável dos espaços urbanos e no fortalecimento dos vínculos comunitários, visando melhorar a qualidade de vida da população de Porto Velho.

Viva Mais

Integra as políticas públicas de promoção da saúde e da qualidade de vida da população idosa de Porto Velho, com foco em idosos, 60+, com comprometimento motor. Alinhado às diretrizes da OMS e às políticas nacionais e municipais de saúde do idoso, o projeto oferece atividades físicas adaptadas, como hidroginástica e exercícios funcionais, em espaços públicos acessíveis. A iniciativa visa promover o envelhecimento ativo, ampliar a autonomia e a capacidade funcional e contribuir para o bem-estar integral da população idosa.

472 Alunos Atendidos:
41 masculino e
431 feminino

03 Professores

06 Modalidades

Hidroginástica, Clube do Esporte, Mobilidade, Funcional Adaptado, Ritmos e Pilates (Em parceria com a UNIR).

Polos

Zona Leste:
Polo I: Vila Olímpica Chiquilito Erse e Extensão CCI.
Polo III: Quadra Poliesportiva Sérgio Carvalho Bairro Esperança da Comunidade e Extensão Praça CEU
Zona Sul:
Polo II: Ginásio Eduardo Lima e Silva "DUDU".

Turmas

06 matutinas e
04 vespertinas
36 aulas ofertadas na semana















JOMTI
Jogos Municipais da Terceira Idade

Os **Jogos Municipais da Terceira Idade (JOMTI)** promovem o intercâmbio sociocultural e esportivo, incentivando a participação ativa dos idosos na sociedade e oferecendo opções de lazer e recreação, conforme a legislação municipal. O evento incluiu o tradicional **Baile da Melhor Idade**, com a escolha da **Miss e Mister JOMTI 2025**, fortalecendo a convivência e a valorização da pessoa idosa.

584
atletas inscritos

7
Modalidades

18
Delegações

Sempre em Movimento

Com objetivo de promover o acesso da população de Porto Velho a atividades físicas orientadas e ao lazer ativo, contribuindo para a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida. A iniciativa atua na prevenção de doenças, na redução do sedentarismo e no fortalecimento da saúde física e mental.
Com ações descentralizadas em polos distribuídos pela cidade, o projeto amplia o acesso, incentiva a inclusão social e valoriza o uso dos espaços públicos, promovendo também a socialização e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

1.057 Alunos Atendidos:
60 masculino e
997 feminino

05 Professores
(04 com vínculo e 01 voluntário)
11 Estagiários

Turmas

15 matutinas
06 vespertinas
07 noturnas
92 aulas ofertadas na semana

Polos

Zona Leste:
Polo I: Vila Olímpica Chiquilito Erse
Polo III: Quadra Poliesportiva Sérgio Carvalho Bairro Esperança da Comunidade e Extensão Praça CEU
Zona Norte:
Polo IV: Parque da Cidade
Polo V: Quadra Poliesportiva Sérgio Carvalho Bairro Nacional
Zona Sul:
Polo II: Ginásio Eduardo Lima e Silva "DUDU".

07 Modalidades

Hidroginástica, Clube de Caminhada e Corrida, Mobilidade, Treino Funcional, Ritmos, Zumba e Dança do Ventre.











Rua de Lazer

É uma política pública, voltada à promoção do direito social ao lazer em Porto Velho. A iniciativa propõe a ocupação qualificada e temporária de espaços públicos com atividades recreativas, esportivas, culturais e intergeracionais, incentivando a convivência comunitária, a inclusão social e o protagonismo da população.

Ao democratizar o acesso ao lazer e à prática de atividades físicas, o projeto contribui para a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a redução do sedentarismo e o fortalecimento dos vínculos sociais. Com ações descentralizadas e itinerantes, valoriza o uso dos espaços públicos, amplia o acesso em áreas com menor oferta de equipamentos e integra políticas de esporte, cultura, saúde e educação, gerando impacto positivo na qualidade de vida dos munícipes.

14.715
Pessoas Atendidas Estimativa

25
Edições

Atividades

Pintura em papel, Pintura em rosto, salão de jogos (tênis de mesa, basquete, pebolim, xadrez e dama), vôlei, futebol x1 e futsal.







Zona Leste	
Data	**Local**
15/02	Parque da Cidade
08/03	Praça CEU das Artes
12/04	Parque da Cidade
20/04	Parque da Cidade
10/05	Praça CEU das Artes
14/06	Escola. São Luiz Gonzaga
21/06	Escola. Judith Holder
12/06	Vila Olímpica Chiquilito Erse
10/10	CRAS Betinho Bairro Marcos Freire
18/10	SEINFRA, JK II
18/10	OAB Bairro Lagoinha
13/12	Vila Olímpica Chiquilito Erse
14/12	Rua Amador dos Reis

Zona Sul	
Data	**Local**
29/03	Residencial Morar Melhor
26/04	Escola Manoel Aparício Nunes Almeida Cidade 11a
18/05	Escola Capitão Cláudio
24/05	Escola Joaquim Vicente Rondom
28/06	Campo Abobrão
21/10	Residencial Morar Melhor
07/12	Rua Jatuarana
09/12	Bairro Aeroclube
Zona Norte	
27 e 28/09	Vila de Santo Antônio
19/10	Base Aérea
Centro	
21/12	Av. 7 de Setembro

Distritos	
Data	**Local**
26 e 27/04	Distrito de União Bandeirantes
04/05	Distrito de Extrema
13 e 14/09	Distrito de Jaci Paraná
15/11	Distrito de Extrema

Vem com a Prefeitura

Tem como finalidade proporcionar diversos serviços para a comunidade, como saúde, atendimento jurídico, emissão e atualização de documentos, corte de cabelo e inclusão através do esporte, lazer e cultura, na busca pelo bem-estar social.





5.800
Pessoas Atendidas Estimativa

3
Edições

Festival de Praia de Jaci-Paraná





2.500

Pessoas

Torneio Esportivo de Futevôlei

Atividades esportivas, de lazer e de entretenimento

Programa de Desenvolvimento Esportivo Sustentável

Tem como objetivo fomentar o esporte em todas as suas manifestações, promovendo inclusão social, saúde e oportunidades esportivas para crianças, jovens, adultos e idosos. A iniciativa articula a organização de eventos e ações estratégicas em diversas modalidades, ampliando a participação da população nas práticas esportivas. Alinhado à Lei Pelé e à Lei Geral do Esporte, o programa trata o esporte como direito social e instrumento de educação, bem-estar e integração comunitária. Além de incentivar a prática esportiva livre e competitiva, fortalece a governança esportiva municipal, assegura transparência na gestão e contribui para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população.

8.846

Atletas e Técnicos beneficiados

24

Competições











Zona Leste		Zona Sul	
Data	**Local**	**Data**	**Local**
15/04 a 15/06/2026	Copa Madeirão de Futsal de Base	26/04 a 24/05/2025	Seletiva JIR – Basquetebol
16 a 26/04/2026	Desafio Madeirão de X1	25/04 a 24/05/2025	Seletiva JIR – Basquete 3x3
10/05	Copa Madeirão de Natação	28/04 a 24/05/2025	Seletiva JIR – Futsal
16/04 a 24/05/2025	Seletiva JIR – Voleibol	24/05	Finais Modalidades Coletivas – JIR
09 e 10/05/2025	Seletiva JIR – Karatê	18/09 a 09/12/2025	Copa Madeirão de Futsal Adulto e Master
17/05	Seletiva JIR – Taekwondo	**Zona Norte**	
24 e 25/05/2025	Seletiva JIR – Judô	02/05	Seletiva JIR – Tênis de Mesa
31/05	Seletiva JIR – Atletismo	08/06	Seletiva JIR – Capoeira
07 e 08/06/2025	Seletiva JIR – Handebol	26 e 27/07/2025	Seletiva JIR – Ciclismo
08/06	Seletiva JIR – Futebol Society	16/08	Seletiva JIR – Xadrez
Multizonais Leste / Sul / Norte		**Centro**	
06/06 a 30/08/2025	Copa Madeirão de Futebol de Várzea Adulto	16 a 21/04/2025	Seletiva JIR – Vôlei de Praia
Distrito de Jaci-Paraná			
13/09	Circuito Verão Porto Velho		

357

Atletas

Participação Delegação Municipal em Eventos Esportivos

- ❖ Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR (Fase Regional) – Data: 01/06 a 03/08/2025 Porto Velho e Guajará Mirim
- ❖ Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR (Fase Estadual) – Data: 05/09 a 22/10/2025 Ji-Paraná



30

Medalhas de Ouro

32

Medalhas de Prata

19

Medalhas de Bronze

1.500

Participantes

Corrida de Rua Cidade de Porto Velho

A Corrida foi realizada nas distâncias de 5 km e 10 km, em percurso previamente definido, com caráter esportivo e solidário. O evento ocorreu no dia **02 de outubro de 2025**, na **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**, reunindo atletas e a comunidade em uma ação que aliou incentivo à prática esportiva e responsabilidade social. Todo o valor arrecadado com as inscrições pagas foi integralmente revertido na aquisição de cestas básicas e itens alimentares, destinados a ações de cunho social. Após a realização do evento, foi garantida a **prestação de contas pública**, com divulgação dos itens adquiridos, notas fiscais e da quantidade de cestas distribuídas, assegurando transparência e legitimidade à iniciativa.







Gestão de Infraestrutura e Logística

A gestão de infraestrutura e logística foi eixo estratégico para a execução das políticas públicas de esporte e lazer da SEEL/SEMTEL em 2025, garantindo condições operacionais, uso eficiente dos recursos públicos e ampliação do acesso da população às atividades esportivas e de lazer. Regulamentada pelos Decretos Municipais nº 19.757/2024 e nº 21.321/2025, a gestão abrangeu sete instalações esportivas distribuídas nas zonas Leste, Norte e Sul do município.

No período, a SEEL concentrou esforços no planejamento, manutenção e uso racional dos equipamentos, bem como no aprimoramento dos processos logísticos de apoio às ações, projetos e eventos. Os indicadores de utilização demonstraram uso intensivo e diversificado das instalações, subsidiando o planejamento, a priorização de investimentos e a ampliação do acesso. Como avanço normativo em 2025, destacam-se a regulamentação do uso das instalações para ensaios de grupos folclóricos e a possibilidade de locação dos espaços para eventos esportivos e de lazer, além do fortalecimento do apoio logístico de transporte, essencial para a participação de atletas e delegações em competições municipais, estaduais e interestaduais.

Estrutura
Vila Olímpica Chiquilito Erse (Zona Leste)
Parque Aquático Vinícius Danin (Zona Leste)
Quadra Poliesportiva Bairro Três Marias (Zona Leste)
Quadra Poliesportiva Sérgio Carvalho (Zona Leste)
Quadra Poliesportiva João Lima de Souza - (Zona Norte)
Ginásio Eduardo Lima e Silva "DUDU" (Zona Sul)
Praça Céu (Zona Sul)

52 Eventos Esportivos com Apoio de Instalações Esportivas — **17.740** Pessoas Beneficiadas

206 Prática Esportiva de Participação com Apoio de Instalações Esportivas — **6.964** Pessoas Beneficiadas

32 Treinamento Esportivo com Apoio de Instalações Esportivas — **3.665** Pessoas Beneficiadas







COMTUR

Em 2025, o Conselho Municipal de Turismo de Porto Velho (COMTUR PVH) atuou como instância de participação social e governança do turismo, articulando poder público, setor produtivo, academia e sociedade civil na formulação e monitoramento de políticas e projetos.

Foram realizadas duas reuniões: a primeira para alinhamento da nova diretoria, planejamento e definição de eixos estratégicos, e a segunda para consolidação das entregas do ano e atualização do portfólio de projetos.

Destaca-se a atualização do Regimento Interno, com ampliação da representatividade de entidades setoriais, fortalecendo a participação e a tomada de decisões. O ano consolidou o COMTUR como fórum de pactuação e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável do turismo em Porto Velho.



Secretaria Municipal de Infraestrutura- SEINFRA

Com este relatório de atividades, a Secretaria Municipal de infraestrutura cumpre o seu dever de prestar contas do que foi possível realizar no campo de obras do sistema viário do Município de Porto Velho/RO, fiscalizando de acordo com o Código de Posturas do Município, fazendo relatar suas realizações para que todos possam tomar conhecimento e assim, melhor avaliar o seu desempenho institucional.

A atual gestão no âmbito desta Unidade Administrativa, com vistas a superar a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, buscou ampliar o número de parcerias com outras secretarias municipais e outros órgãos, objetivando captar recursos logísticos que pudessem ampliar as metas planejadas, visando assim realizar os serviços essenciais para a população deste município. Estas parcerias tornaram-se significativas, o que vem atestar a abertura de instituição com o ambiente externo em consonância com a necessidade da conjuntura atual, onde os governos locais devem se posicionar dentro de um ambiente aberto e dinâmico.

As ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de infraestrutura, foram revestidas de austeridade, buscando otimizar a aplicação de recursos e priorizar os objetivos, estabelecendo desta forma o compromisso com o trato da coisa pública.

A eficiência foi fator determinante, onde essa administração assumiu de forma decisiva, a responsabilidade de ser a propulsora de desenvolvimento, buscando constantemente o cumprimento de sua missão, com os meios que dispunha para realizar.

Ressalta-se que este relatório não possui um autor, sendo obra de muitos, uma vez que só foi possível editá-la com o apoio e empenho de todas as pessoas lotadas nas diversas unidades que compõem esta Secretaria Municipal de infraestrutura. Portanto trata-se de um trabalho de todos.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, tem por finalidade gerenciar, elaborar, coordenar e implementar os projetos e orçamentos, especificações técnicas e cronogramas que envolvam planejamento e execução de obras em áreas e logradouros públicos, bem como saneamento, manutenção e infraestrutura urbana dos serviços públicos do Município, com atuação tanto na zona urbana quanto nos distritos. Sua criação e reestruturação buscaram otimizar os recursos públicos e agilizar a prestação de serviços essenciais à população.

Objetivos

- Melhoria das condições de circulação e mobilidade urbana;
- Redução de alagamentos e problemas históricos de drenagem;
- Ampliação de pavimentação em áreas que não tinham asfalto;
- Manutenção preventiva e corretiva de vias e sistemas urbanos;
- Execução de obras com planejamento técnico, responsividade e transparência.

Convênios

Em execução

01 – Pavimentação Asfáltica com Drenagem e Calçadas - UniãoBandeirantes		02 – Infraestrutura Urbana uas Bairros: Três Marias e Novo Horizonte
Convênio n.º	929569/2022	899914/2020
Contratação	Concorrência n.º 012/2024/SML/PVH	Concorrência n.º 002/2021/CPL – OBRAS/SML/PVH
Contratada	3R Construção LTDA	Madecon Eng. e Participações Ltda.
Evolução	37,53%	87,54%
Situação	Previsão de encerramento para 2026	Previsão de encerramento para 2026

Fonte: SEINFRA, 2025.

03 – Construção Novo Terminal Rodoviário de Porto Velho		04 – Construção Praça Pública (Bola 08), Porto Velho
Convênio n.º	915518/2021 (Etapa I) e 933764/2022 (Etapa II)	909738/2021
Contratação	Concorrência n.º 008/2022/SML/PVH	Concorrência nº 010/2024/SML/PVH
Contratada	Consórcio Construtor Madecon/MBC	R & R LTDA
Evolução	97,42%	0%
Situação	Previsão de encerramento para 2026	Início em de dezembro, entrega em 2026

Fonte: SEINFRA, 2025.

05 – Pavimentação Ruas do Parque Amazônia		06 – Reforma e Ampliação Maternidade Mãe Esperança
Convênio n.º	929970/2022	888897/2019 e 905346/2020
Contratação	Concorrência nº 006/2024/SML/PVH	Concorrência n°004/2021/CPL-GERAL/SML/PVH
Contratada	YEM Serviços Técnicos e Construções	Construtora Roberto Passarini Eireli-EPP
Evolução	39,86%	75,95% e 54,16%
Situação	Previsão de encerramento para 2026	Previsão de encerramento para 2026

Fonte: SEINFRA, 2025.

07 – Reforma Policlínica Rafael Vaz e Silva		08 – Construção do Instituto de Longa Permanência da Pessoa Idosa
Convênio n.º	863000/2017	Plataforma + Brasil n°898538/2020
Contratação	Tomada de Preço n°001/2022-CPL-GERAL/SML/PVH	Concorrência n° 006/2022/CPL-OBRAS/SML/PVH
Contratada	Douglas e CIA sociedade LTDA	Construtora Maciel Comércio e Representações LTDA,
Evolução	93,57%	59,93%
Situação	Previsão de encerramento para 2026.	Previsão de encerramento para 2026

Fonte: SEINFRA, 2025.

09 – Construção de Unidade Escolar no Orgulho do Madeira		10 – Pavimentação Asfáltica Ruas no Bairro Planalto II
Convênio n.º	SIMEC	882795/2019
Contratação	Concorrência n°004/2022/CPL-OBRAS/SML/PVH	Concorrência nº 03/2023/SML/PVH
Contratada	Construtora Maciel Comércio e Representações LTDA	3R Construções LTDA.; CNPJ: 03.733.899/0001-40
Evolução	36,50%	97,20%
Situação	Previsão de encerramento para 2026	Previsão de encerramento para 2026

Fonte: SEINFRA, 2025.

Recursos Próprios

01 – Serviço de Execução, Instalação e Ampliação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio das Escolas do município de Porto Velho	
Convênio n.º	Recurso Próprio
Contratação	Concorrência n°005/2023/CPL/SML/PVH
Contratada	R. A. Serviços de Engenharia Civil e Telecomunicações LTDA
Evolução	13,89%
Situação	Previsão de encerramento para 2026.

Fonte: SEINFRA, 2025.

03 – Construção de Unidade Escolar no Cristal da Calama		02 – Construção do Centro de Iniciação ao Esporte-CIE
Convênio n.º	Recurso Próprio	Recurso Próprio
Contratação	Concorrência n°005/2022/SML/PVH	Concorrência Pública N°02/2023/CPL/SML/PVH
Contratada	M E Eletricidade Comércio Construção e Terraplanagem LTDA	Executiva Serviços Comércio Importação e Exportação-Eireli
Evolução	82,26%	77,19%
Situação	Previsão de encerramento para 2026.	Previsão de encerramento para o exercício de 2026

Fonte: SEINFRA, 2025.

Finalizadas com Recursos Próprios

01 – Retomada da Construção de 269 Unidades Habitacionais		02 – Construção da Praça Flamboyant
Convênio n.º	233.592/2007; 233.594/2007; 302.569/2009 e 238.671-40/2008.	888254/2019
Contratação	Concorrência n° 001/2020/CPL-OBRAS/SML/PVH	Concorrência na forma Eletrônica n.º 008/2024/SML/PVH
Contratada	JJ Construções Montagens Industriais	F1 Construções e Náutica LTDA

Fonte: SEINFRA, 2025.

03 – Infraestrutura Urbana na Estrada dos Periquitos		04 – Pavimentação Asfáltica com Drenagem e Calçadas Bairros: Três Marias e Mariana
Convênio n.º	894493/2019	898569/2020
Contratação	Concorrência n.º 001/2021/CPL – OBRAS/SML/PVH	Concorrência n.º 003/2022/CPL – OBRAS/SML/PVH
Contratada	Madecon Eng. e Participações LTDA.	Madecon Eng. e Participações LTDA.

Fonte: SEINFRA, 2025.

05 – Pavimentação, Drenagem e Calçadas Bairro Planalto		06 – Pavimentação, Drenagem e Calçadas Bairros: Três Maria e Cidade do Lobo
Convênio n.º	929291/2022	910971/2021
Contratação	Tomada de Preços nº 013/2023/CPLO/OBRAS/SML/PVH	Concorrência n.º 007/2022/CPL – OBRAS/SML/PVH
Contratada	Madecon Eng. e Participações LTDA.	3R construções LTDA

Fonte: SEINFRA, 2025.

07 – Construção de 02 Quadras Grama Sintética Bairro Aeroclube		08– Construção da Praça Alphaville
Convênio n.º	913124/2021	888254/2019
Contratação	Concorrência nº 024/2023/SML/PVH	Concorrência na forma Eletrônica n.º 007/2024/SML/PVH
Contratada	Porto Comércio e Serv. de Construção.	Engeral Construções LTDA

Fonte: SEINFRA, 2025.

09 – Construção do Muro do Instituto de Longa Permanência da Pessoa Idosa		10 – Execução da Infraestrutura Elétrica da Ete e eo Reservatório ee Água
Convênio n.º	898699/2020	Recurso Próprio
Contratação		Pregão nº 006/2024/SML/PVH
Contratada	Remark Engenharia e Construções EIRELI	Egn Comércio e Serviços & Informática LTDA – EPP

Fonte: SEINFRA, 2025.

11 – Construção Estação de Tratamento de Esgoto – Ete, Pró-Moradia Sul	
Convênio n.º	Recurso Próprio
Contratação	Tomada de Preços n.º 002/2022/CPL – OBRAS/SML/PVH
Contratada	Construtora Roberto Passarini LTDA.

Fonte: SEINFRA, 2025.

Obras Viárias

PAVIMENTO ASFÁLTICO NOVO (RECURSO PRÓPRIO E CONVÊNIO)

A pavimentação asfáltica é formada por uma estrutura de múltiplas camadas de materiais, executada de acordo com o seu uso, sendo que esta é construída sobre uma superfície final de terraplanagem compactada. Destina-se a resistir aos esforços oriundos do tráfego de veículos e intempéries climáticas ao longo de sua vida útil, proporcionando ao usuário melhoria nas condições de deslocamento com conforto e segurança.

METROS LINEARES			
2022	2023	2024	2025
69.776	45.902	41.042	21.176

PAVIMENTO ASFÁLTICO NOVO (RECURSO PRÓPRIO E CONVÊNIO)

A pavimentação asfáltica é formada por uma estrutura de múltiplas camadas de materiais, executada de acordo com o seu uso, sendo que esta é construída sobre uma superfície final de terraplanagem compactada. Destina-se a resistir aos esforços oriundos do tráfego de veículos e intempéries climáticas ao longo de sua vida útil, proporcionando ao usuário melhoria nas condições de deslocamento com conforto e segurança.

METROS LINEARES			
2022	2023	2024	2025
69.776	45.902	41.042	21.176

DRENAGEM

O sistema de drenagem objetiva interceptar fluxos das águas subterrâneas e rebaixar o lençol freático, em cortes no solo ou rocha, captando e escoando, de forma a impedir a deterioração progressiva do suporte das camadas de terraplanos e pavimentos.

METROS LINEARES			
2022	2023	2024	2025
3.667	2.798	2.115	2.820

TAPA BURACO			
Reparo no asfalto por desgaste natural da via pública.			
TONELADAS			
2022	2023	2024	2025
9.599	8.870	8.058	5.049

LIMPEZA DE CANAL			
A ação faz parte de um intenso trabalho que tem como objetivo minimizar os pontos de alagamento da cidade nos períodos chuvosos, consistente em limpeza do local, com equipe de terraplanagem.			
METROS LINEARES			
2022	2023	2024	2025
8.200	2.925	22.640	21.880

ENCASCALHAMENTO DE VIAS			
Encascalhamento para regularização de base das vias públicas para melhor trafegabilidade.			
METROS CÚBICOS			
2022	2023	2024	2025
103.022	60.186	140.106	48.145

Algumas solicitações de Serviços

Solicitação de Serviços	Quantidade	Atendido	
Drenagem	699	Encascalhamento	47135 m
Encascalhamento	854	Drenagem	29 Unidades
Instalação de Manilhas	37	Instalação de Manilhas	2820 m
Instalação de Tampa	245	Instalação de Tampa	100 Unidades
Limpeza de Canal	104	Limpeza de Canal	16765m
Pavimentação	1.834	Pavimentação	19746m
Tapa Buraco	2.440	Tapa Buraco	4798 Unidades
Vistoria	30	Vistoria	1645 Unidades

Fonte: SEINFRA, 2025

Limpeza Pública

Resíduos Sólidos

ECORONDÔNIA		
Região	Tipo	Toneladas
SEDE	Coleta Domiciliar	92.379,25
	Resíduo de Saúde	96,84
	Resíduo Reciclável	270,09
ALTO MADEIRA	Coleta Domiciliar	3.427,85
	Resíd uo de Saúde	37,38
	Resíduo Reciclável	57,21
BAIXO MADEIRA	Coleta Domiciliar	382,40
	Resíduo de Saúde	10,52

Fonte: SEINFRA, 2025.
Nota: Coleta de janeiro a outubro, 2025.







ECO PVH		
Tipo	Região	Toneladas
DOMICILIAR	Sede	10.285 ,15
	Alto Madeira	379,68
	Baixo Madeira	19,22
RECICLÁVEL	Sede, Alto E Baixo Madeira	8,82
SAÚDE	Sede	5,18
	Alto Madeira	0,479
	Baixo Madeira	0,017

Fonte: SEINFRA, 2025.
Nota: Coleta de Novembro, 2025.

Operação Cidade Limpa

Serviço	2025	Unidade de Medida
Abertura de Vala	4.777	Metros Lineares
Desobstrução de Manilhas	764	Unidades
Encascalhamento	48.145	Metros Lineares
Esvaziamento de fossa	210	m^3
Instalação de manilhas e tubos	2.822	Metros Lineares
Limpeza de boca de lobo	1.210	Unidade
Limpeza de caixa de gordura	140	Unidade
Limpeza de Canal	21.930	Metros Lineares
Limpeza de Rua	11.969	Km
Pintura de meio fio	499.552	Metros Lineares
Roçagem	1.670.945	m^2
Recolhimento de material	95.367	Toneladas
Notificação de lotes	315	Unidades

Fonte: SEINFRA, 2025.

Posturas Urbanas

Posturas Urbanas

As autorizações e licenciamentos são realizados por meio de processo administrativo, fundamentados em critérios técnicos devidamente justificados, e classificados em diferentes modalidades, conforme a natureza e as especificidades de cada demanda.

- 189 — Licença para festas e eventos
- 11 — Renovação de Licenças Feira do Porto
- 22 — Editais de Chamamento Público
- 11 — Permissão de Uso de Bem Público
- 230 — Cadastro de Feirantes Cai n'Água
- 22 — Plantões Noturnos
- 20 — Renovação de Contratos de Permissão de Uso de Bem Público
- 62 — Cadastro de Ambulantes Espaço Alternativo

Taxas

A Divisão de Licenciamento tem como objetivo regulamentar e sistematizar as atividades sujeitas à tributação, em observância ao Código de Posturas Urbanas e ao Código Tributário do Município de Porto Velho.

- 2.781 — Taxas Emitidas
- R$ 616.727,95 — Arrecadados

Fiscalizações

As ações desta gerência tiveram impacto direto na mitigação de riscos ambientais, na prevenção de incêndios urbanos e na promoção da saúde pública.

- 621 — Processos Analisados

Estradas Vicinais

As atividades foram conduzidas por diferentes frentes de trabalho, abrangendo:

85.344	240	10.752	1.990
Transporte de Cascalho	**Transporte de Pedra**	**Transporte de Resíduos**	**Limpeza de Canais**
Distribuição e aplicação de material para manutenção e recuperação de vias, visando a melhoria das condições de tráfego	Distribuição e aplicação de material para manutenção e recuperação de vias, visando a melhoria das condições de tráfego	Remoção de materiais provenientes da limpeza de canais e laterais das vias, promovendo a desobstrução e o ordenamento dos espaços públicos	Retirada de detritos e desobstrução de canais de drenagem, fundamental para a prevenção de alagamentos
m^3	m^3	m^3	Metros lineares

70	670.610	270.758	8
Reparo de Linha de Bueiro	**Estradas Recuperadas**	**Limpeza de Lateral**	**Locais Atendidos**
Troca ou desobstrução da de manilhas para escoamento d'água nas estradas vicinais	Serviço de correção de pontos críticos com buraco e trecho escorregadio na pista	Limpeza das margens das vias, contribuindo para a segurança viária e a conservação do ambiente urbano e rural	União Bandeirantes Porto Velho Jaci-Paraná / Nova Mutum Vista Alegre, Extrema Nova Califórnia, Rio Pardo
Unidades	Unidades	Metros lineares	Unidades

Saneamento Básico

Educação Ambiental

A Educação Ambiental no saneamento fortalece a sustentabilidade das políticas públicas ao envolver a população nas decisões e no acompanhamento das ações previstas no PMSB de Porto Velho.

O DESAB promove o engajamento e a participação social, incentivando a responsabilidade compartilhada em temas como água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana.

1. Campanha "Dia Mundial da Limpeza" 22 de setembro, cerca de 750 alunos de 15 escolas públicas e particulares.
2. Fornecimento de água potável em comunidades rurais e ribeirinhas (Instalação de Filtros PW 5660) instalações nas comunidades rurais de Bom Jardim, 20 famílias e Brasileira, 100 pessoas.
3. Conscientização de Coleta Seletiva 41ª edição do Arraial Flor do Maracujá que aconteceu entre 1º a 10 de agosto de 2025, no Parque dos Tanques público alcançado com mais de 10 mil pessoas.
4. Pontos de Entregas Voluntários – PEV's - Projeto Piloto: Ecoponto Guaporé O projeto visa operacionalizar o Programa de Coleta Seletiva Municipal e o Programa de Educação Ambiental previstos no PMSB.
5. Palestra e atividades de Educação Ambiental em escolas municipais e estaduais no Baixo Madeira – Comunidades de Santa Catarina, São José da Praia, Calama, abrangendo em torno de 300 crianças e adolescentes Parceria Instituto Água Sustentável.

Capacitação

Capacitação	Local
❖ 2º Encontro Técnico de Gerenciamento de Áreas Contaminadas de Rondônia para Órgãos Públicos	Ji- Paraná/RO
❖ Workshop “Futuros da Infraestrutura de Água e Saneamento na Amazônia”, a ser realizado pelo MIT City Infrastructure Equity Lab, em parceria com a Águas de Manaus e com o apoio do Global Seed Fund do Massachusetts Institute of Technology (MIT). ❖ E visita aos serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Secretaria Municipal de Limpeza Pública de Manaus.	Manaus /AM

Fonte: SEINFRA, 2025.

Registros





Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade-SEMTRAN

Durante o exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN do Município de Porto Velho consolidou seu compromisso com a promoção de um trânsito mais seguro, organizado e eficiente, desenvolvendo ações alinhadas às diretrizes da administração municipal e à legislação de trânsito vigente.

As atividades executadas ao longo do período demonstram o esforço contínuo da gestão em aprimorar a mobilidade urbana da capital, com destaque para as ações de fiscalização, educação para o trânsito, sinalização viária e ordenamento do tráfego, contribuindo para a melhoria da fluidez, a redução de riscos viários e o fortalecimento da segurança de condutores, pedestres e ciclistas.

Mesmo diante dos desafios impostos pelo crescimento urbano, pela ampliação da frota de veículos e pelas características geográficas e sociais de Porto Velho, a SEMTRAN atuou de forma planejada e integrada, buscando soluções eficientes e sustentáveis, em cooperação com outros órgãos públicos e instituições parceiras.

Dessa forma, conclui-se que a gestão de 2025 foi conduzida com responsabilidade, transparência e foco em resultados, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e estabelecendo bases sólidas para o contínuo aperfeiçoamento das políticas públicas de trânsito e mobilidade urbana, reafirmando o compromisso da SEMTRAN com a qualidade de vida da população de Porto Velho.

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE - SEMTRAN

A Lei Complementar nº 1.000/2025 reformulou a estrutura administrativa da Prefeitura de Porto Velho e, a partir de 18 de junho de 2025, ampliou as competências da então Secretaria, que passou a denominar-se Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN, incorporando a área de segurança pública.

Além de planejar, organizar e fiscalizar o sistema municipal de trânsito, transporte e mobilidade urbana, a SEMTRAN passou a gerir a Guarda Municipal, atuando na proteção do patrimônio público, na prevenção à violência e na preservação da ordem pública, em articulação com os demais órgãos de segurança.

Em 2025, a Secretaria desenvolveu ações integradas voltadas à segurança viária, à melhoria da mobilidade e à eficiência do transporte público. O Relatório de Gestão apresenta as principais iniciativas, resultados e desafios do período, reforçando a transparência e o controle social.

Administrativo

O Departamento Administrativo é responsável por coordenar e supervisionar as atividades administrativas, financeiras, patrimoniais e de apoio logístico da SEMTRAN, assegurando suporte às ações finalísticas da Secretaria.

Em 2025, destacou-se a execução do Convênio nº 171/SEJUS/PGE/2023, que possibilitou a atuação de 20 reeducandos em atividades internas e externas, contribuindo para manutenção e apoio operacional, com fornecimento regular de EPIs.

No período, o Departamento gerenciou recursos humanos, materiais e patrimoniais, além de acompanhar processos, contratos e aquisições, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

Principais Atividades

- Controle e distribuição de materiais de consumo e permanentes;
- Acompanhamento da manutenção predial e de equipamentos;
- Apoio logístico às ações de fiscalização, educação e engenharia de trânsito;
- Organização e controle de serviços gerais e terceirizados;
- Apoio às atividades administrativas e operacionais dos demais departamentos.

Transporte

O Departamento de Transporte é responsável pela organização, gestão, fiscalização e controle dos serviços de transporte público e individual no Município de Porto Velho.

O DTR atua para assegurar a regularidade, segurança e qualidade dos serviços de transporte, promovendo ações de fiscalização, planejamento e modernização por meio das suas divisões.



Transporte coletivo

Power BI

1. Controle analítico do Fator de Qualidade, possibilitando monitoramento preciso do desempenho da concessionária.

Inclusão

2. Ônibus TEA. Veículo com poltronas preferenciais amarelas e ambiente adaptado para autistas, referência em humanização.

Sinalização

3. 35 pontos de táxi sinalizados e autorização para uso de *Pick-ups* no serviço de táxi.

Fiscalização Educativa

4. Aproximadamente 1.000 vistorias realizadas (foco em orientação: 618 notificações vs. 11 autuações).

Gestão de Qualidade

5. Implantação de sistema de controle de reclamações de passageiros, voltado à correção de gargalos operacionais e à melhoria da experiência do usuário, com impacto na remuneração das empresas.



+ Benefícios

6.
- Remoção da faixa exclusiva de ônibus na Av. 7 de Setembro;
- Implantação de baias de embarque e desembarque do transporte coletivo nos principais centros comerciais, conforme novo padrão de sinalização;
- Implantação e padronização de placas indicativas dos pontos de parada de ônibus.

Política Tarifária e subsídio

Em 2025, os valores tarifários foram atualizados para garantir modicidade e incentivar o uso do transporte público, fixando-se a Tarifa Pública em R$ 3,00 e a Tarifa Estudantil em R$ 1,50.

No âmbito do reordenamento viário, foi removida a faixa exclusiva da Av. Sete de Setembro. A política de subsídio permaneceu amparada pela Lei nº 2.797/2021 e alterações, assegurando a manutenção das tarifas reduzidas.

A redução tarifária em abril/2025 foi o motor do crescimento. O desafio agora é equilibrar o Custo do Sistema vs. Arrecadação, mantendo a política de inclusão.

Dados consolidados

Indicador	Resultado	Variação (vs. Jan)	Status
Total de Passageiros	1.107.406	▲ +108%	Excelente
Custo Operacional	R$ 8,57 Milhões	▲ +27%	Monitorar
Receita (Catraca)	R$ 1,66 Milhões	▲ +37%	Positivo
Subsídio Pago	R$ 6,90 Milhões	▲ Ajustado	---

Fonte: SEMTRAN, 2025
Nota: os dados são até outubro/2025.

Tráfego

O Departamento de Tráfego (DET) é responsável pelo planejamento, operação, fiscalização, educação e engenharia de trânsito em Porto Velho, sendo o maior departamento da SEMTRAN e responsável por todas as ações voltadas ao trânsito da capital.

Em 2025, desenvolveu intervenções em sistemas semafóricos, implantação e modernização da sinalização, manutenção preventiva e corretiva, além de ações educativas para motoristas, pedestres e crianças, contribuindo para a redução de riscos, melhor organização da circulação viária e fortalecimento da política municipal de mobilidade urbana.



Ampliação da oferta de vagas de estacionamento livres nas ruas:
Pio XII;
Irmã Capeli;
Barbados;





Retorno à circulação em **mão dupla no Bairro Liberdade**
Rua Padre
Rua Pio XII
Rua Tabajara
Rua José Camacho





Liberação para estacionamento
Entorno da Feira, Livre do Cai N'Água; Trechos da Avenida Calama; Porto Velho Shopping; Aeroporto Internacional de Porto Velho;
Rua Dom Pedro II.





Operação Carnaval
Apoio operacional e fiscalização;
Divulgação prévia dos pontos de interdição nos aplicativos Google Maps e Waze), orientando sobre rotas alternativas;
Operação **Disque Vida**, no período de 27/02 a 09/03/2025



Sinalização

Vertical

É composta por placas fixadas ao lado ou acima da via, com o objetivo de regulamentar, advertir ou indicar informações aos usuários do trânsito.

- Regulamentação (ex: limite de velocidade, proibido estacionar)
- Advertência (ex: curva acentuada, lombada);
- Indicação (ex: hospital, sentido de direção, pontos turísticos).

Horizontal

É aplicada diretamente sobre o pavimento da via, por meio de pinturas, faixas e símbolos, com a finalidade de organizar o fluxo, orientar condutores e pedestres e aumentar a segurança.

- Faixa de pedestres
- Linhas de divisão de pistas
- Setas de direcionamento
- Marcas de canalização e retenção

17.581,60	11.537	2.201	4	52
Área Pintada	Tachões Instalados	Placas	Canteiros	Rampas de Acessibilidade
m^2	Unidade	Unidade	Unidade	Unidade

152,46				786
Obras Físicas				Áreas Removidas
m^2				m^2









Implantação de canalização inteligente
Viaduto da Campos Sales com a BR-364.



Implantação de faixa exclusiva tipo "fura-fila" Cruzamento da Av. José Vieira Caúla com a Rua Guaporé.



Implantação de faixas de pedestres
em frente a unidades escolares, sobretudo as municipais.



Implantação de canalização inteligente
Viaduto da Campos Sales com a BR-364.



Implantação de faixa exclusiva tipo "fura-fila" Cruzamento da Av. José Vieira Caúla com a Rua Guaporé.



Implantação de faixas de pedestres
em frente a unidades escolares, sobretudo as municipais.







Implantação de semáforos nos cruzamentos
Av. Jatuarana x Rua Açaí;
Av. Rio de Janeiro x Rua Mané Garrincha;
Av. José Amador dos Reis x Av. Amazonas;
Av. Calama x Rua Lauro Sodré;
Av. José Vieira Caúla x Rua Americana







Operação de faixa reversível
Avenida Calama

Fiscalização

As ações de fiscalização de trânsito em 2025 foram fundamentadas no cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e na garantia da segurança viária. Estas atividades compreendem tanto o patrulhamento rotineiro quanto operações planejadas, executadas pelas equipes operacionais da DFT



Ativação da Fiscalização Eletrônica

Antes da ativação da fiscalização eletrônica, foram adotadas medidas estruturantes para aumentar a eficácia dos radares e promover a mudança de comportamento dos condutores, com foco na redução de sinistros e no reforço da segurança viária.
As ações incluíram: adequação dos limites de velocidade (50 km/h e 60 km/h) conforme as características das vias; implantação de 40 dispositivos sonorizadores nas faixas fiscalizadas; reforço da sinalização vertical com placas de advertência e regulamentação; e realização de campanhas educativas nos pontos monitorados.



Análise de desempenho e redução de sinistros

Os dados consolidados revelam que a presença dos radares eletrônicos foi o fator determinante para a queda dos índices de acidentalidade nos cruzamentos monitorados. O resultado mais expressivo é a redução global de 46,7% no número total de sinistros, que caíram de 75 ocorrências em 2024 para 40 em 2025.

Comparativo de Sinistros 2024 x 2025

Via 1	Via 2	Sinistro 2024	Sinistro 2025	Δ%
ABUNÃ	BRASÍLIA	3	0	-100,0%
AMAZONAS	BR 319	6	3	-50,0%
PRESIDENTE DUTRA	PINHEIRO MACHADO	1	1	0,0%
SETE DE SETEMBRO	RAFAEL VAZ E SILVA	2	1	-50,0%
DOS IMIGRANTES	RIO MADEIRA	8	8	0,0%
RIO MADEIRA	CALAMA	6	3	-50,0%
RIO MADEIRA	RIO DE JANEIRO	7	5	-28,6%
AMAZONAS	GUAPORÉ	7	2	-71,4%

Continua

Continuação

Via 1	Via 2	Sinistro 2024	Sinistro 2025	Δ%
MAMORÉ	RIO DE JANEIRO	4	0	-100,0%
CAMPOS SALES	JATUARANA	5	2	-60,0%
RAIMUNDO CANTUÁRIA	BUENOS AIRES	3	3	0,0%
RAIMUNDO CANTUÁRIA	BR 319	5	3	-40,0%
RIO MADEIRA	JOSÉ VIEIRA CAÚLA	10	3	-70,0%
MARECHAL DEODORO	DUQUE DE CAXIAS	1	2	100,0%
AMAZONAS	MAMORÉ	7	4	-42,9%
TOTAL	—	**75**	**40**	**-46,7%**

Fonte: SEMTRAN-PVH, DETRAN-RO RENAEST, 2025.
Nota: *Dados a partir de abril de 2024 e 2025 (até outubro).*

Educação

As ações de Educação para o Trânsito alcançaram mais de 10 mil cidadãos, incluindo crianças, adolescentes e condutores, por meio de palestras, intervenções em vias públicas e participação em eventos em parceria com outras instituições.

A atuação nas escolas reforçou a importância da formação preventiva desde a infância, enquanto as ações voltadas aos condutores contribuíram para a mudança de comportamentos de risco. De forma geral, as iniciativas consolidam a Educação para o Trânsito como ferramenta estratégica para a redução de sinistros e a promoção de um trânsito mais seguro e consciente no município.

4.321 — Alunos do Ensino Fundamental, palestras educativas

2.200 — Alunos do Ensino Médio palestras educativas

2.221 — Condutores, jovens e adultos em geral, atendidos por ações educativas diretas

1.700 — Condutores, jovens e adultos orientados em eventos realizados em parceria com outras instituições.







Maio Amarelo

O Maio Amarelo é um movimento internacional de conscientização sobre segurança no trânsito, realizado em maio, que busca reduzir mortes e feridos por meio de ações educativas e preventivas.

A campanha promovida pela SEMTRAN, em 2025, alcançou amplo público com abordagens em vias públicas, ações em escolas e empresas e atividades em parceria com outras instituições. O uso de materiais didáticos e ações lúdicas facilitou a conscientização, contando com o apoio de agentes e voluntários. Os resultados demonstraram impacto significativo na sensibilização da população e fortalecimento das parcerias, ampliando o alcance da campanha no município.

Infrações de Trânsito

A gestão das infrações de trânsito consiste no processamento das infrações municipais oriundas das fiscalizações e operações desenvolvidas pelos agentes municipais de trânsito e policiais militares em decorrência de convênio.

SEMTRAN		RADARES ELETRÔNICOS	BPTRANS	
Válidos	Inconsistentes	Válidos	Válidos	Inconsistentes
3.822	524	94.999	12.179	379

Fonte: SEMTRAN, 2025
Nota: BPTRAN-Batalhão de Polícia de Trânsito

Em razão do aumento das autuações por radares eletrônicos, houve crescimento na demanda por serviços relacionados a multas. Em 2025, a Divisão realizou 6.273 atendimentos, envolvendo orientações, protocolos e análises de processos, embora parte não tenha sido registrada por falhas operacionais.

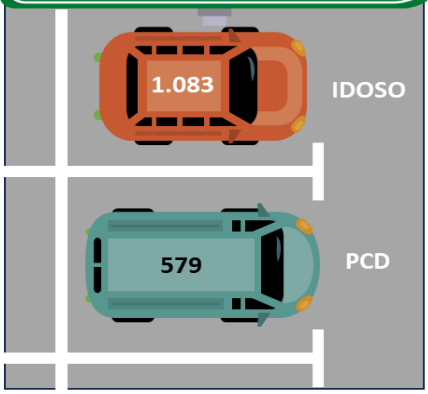
Foram processadas 5.569 indicações de real condutor infrator, garantindo o direito à ampla defesa. No período, ocorreram 158 publicações no Diário Oficial (114 de autuação e 44 de penalidade), com redução em relação a anos anteriores devido à ampliação do uso do Sistema de Notificações Eletrônicas (SNE).

Mobilidade e Polo Gerador de Tráfego

Responsável por analisar, planejar e acompanhar intervenções que impactam a mobilidade urbana e o sistema viário municipal, atuando na promoção, coordenação e execução de programas, projetos e ações na área de mobilidade em Porto Velho. Também formula, implementa e monitora o planejamento estratégico do Departamento, alinhado aos planos setoriais e ao PPA vigente.



Credenciais de Estacionamento Emitidas



Fonte: SEMTRAN,2025
Nota: Credenciais para Acesso às Vagas Reservadas de Estacionamento Até 30.11.2025.

Credenciais de Estacionamento Emitidas em Eventos

Evento	Data	Idoso	PCD
Reabertura Parque da Cidade	15/fev	9	13
Lançamento Ônibus Multissensorial	21/fev	2	8
PVH em Ação – Dia da Mulher	08/mar	12	6
Ação no Orgulho do Madeira	22/mar	9	0
Ação na APAE	24/mar	1	0
Ação da AGEVISA	25/abr	4	1
Ação do DETRAN – Alternativo	10/mai	7	3
Ação da Escola São Luís Gonzaga	14/jun	2	0
PVH em Ação – Praça Abobrão	28/jun	24	7
PVH Shopping "Essa Vaga Não É Sua Nem Por Um Minuto"	21–26/jun	270	79

Fonte: SEMTRAN,2025

Projetos, publicações e iniciativas estratégicas

Cartilha de Calçadas



Material explicativo que orienta sobre as regras relacionadas à acessibilidade, deveres e normas de padronização, construção de rampas e acessos, entre outras medidas que buscam transformar a capital rondoniense em uma cidade mais inclusiva e segura no que diz respeito à mobilidade urbana.

1° Fórum Municipal de Mobilidade Urbana

Realizado no dia 26 de agosto de 2025, na Biblioteca Municipal Francisco Meirelles, o evento reuniu técnicos, gestores e a sociedade civil para debater temas estratégicos relacionados ao desenvolvimento urbano sustentável.
Entre os assuntos abordados estiveram: ruas para as pessoas, mobilidade e acessibilidade, mobilidade e bioclimatismo, além da integração entre mobilidade e planejamento urbano.





Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade-SEMDEC

O exercício de 2025 consolidou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEMDEC) como órgão estratégico para a gestão urbana do Município de Porto Velho, marcando o primeiro ano de atuação sob a nova estrutura administrativa. Os resultados apresentados demonstram que a reestruturação institucional, aliada à modernização tecnológica e à valorização do corpo técnico, gerou impactos positivos, mensuráveis e sustentáveis.

Na Regularização Fundiária, a adoção de critérios técnicos objetivos e a otimização dos fluxos processuais possibilitaram a entrega de mais de 2.000 títulos definitivos, promovendo segurança jurídica, justiça social e incremento expressivo da arrecadação municipal. No Urbanismo e Licenciamento de Obras, a desburocratização com base na consolidação dos sistemas digitais resultou na retomada do crescimento dos indicadores de legalidade urbana e no aumento da eficiência arrecadatória, sem elevação da carga tributária.

As ações na área de Habitação asseguraram o adequado acompanhamento dos empreendimentos, desde a habilitação das famílias até o monitoramento pós-ocupação, fortalecendo a função social da política habitacional. Destaca-se, ainda, o fortalecimento da governança territorial, com a atuação dos colegiados e comissões vinculados à SEMDEC, ampliando a participação social, a articulação institucional e a qualificação das decisões administrativas.

Dessa forma, o exercício de 2025 encerra-se com a consolidação de uma gestão orientada pelos princípios da legalidade, eficiência, transparência e interesse público, estabelecendo bases sólidas para a continuidade das ações de desenvolvimento urbano sustentável no exercício de 2026.

Este Relatório é uma consolidação detalhada dos resultados obtidos, abordando os aspectos institucionais das atividades desenvolvidas e executadas por esta Unidade Setorial. Ele foi elaborado conjuntamente, a partir das informações setoriais repassadas pelas unidades internas dessa Secretaria e consolidado pelos membros da Comissão designados conforme a Portaria n.º 29/2025/GAB/SEMDEC., que trata da atuação de equipe para elaboração do Relatório Anual de Gestão de 2025 desta SEMDEC.

RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES
Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE - SEMDEC

O Relatório de Gestão 2025 apresenta os resultados do primeiro ano de atuação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade-SEMDEC, reestruturada pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e alterações posteriores, que integrou as políticas de desenvolvimento socioeconômico, regularização fundiária, urbanismo e habitação sob uma nova lógica de gestão.

O período foi marcado por modernização tecnológica e valorização do corpo técnico, com destaque para a entrega de **2.000** títulos definitivos, promovendo segurança jurídica às famílias, e para o aumento expressivo da arrecadação própria — superior a **R$ 4 milhões** — impulsionado pela implantação do SEI e pela integração com plataformas digitais como o Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) e a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

O documento evidencia a transformação da antiga SEMUR em uma secretaria estratégica para o desenvolvimento sustentável de Porto Velho.

Execução Orçamentária

A execução orçamentária, a execução financeira priorizou a manutenção dos contratos essenciais e a folha de pagamento, totalizando uma despesa de R$ 1.177.099,14. A redução de custos com materiais de consumo e diárias, em comparação aos anos anteriores, reflete a eficiência trazida pela digitalização dos processos.

Comparativo do Demonstrativo de Despesas

Em R$ 1,00

Objeto	2023	2024	2025
Concessão de diárias	252.590,00	325.525,00	6900
Suprimento de fundos	16.000,00	24.000,00	24000
Material de consumo	119.350,32	126.317.16	148799,59
Passagem aérea	55.000,00	100.000,00	60000
Serviço de terceiros (PJ)	810.045,26	780.186,10	729511,78
Serviço de tecnologia da informação (PJ)	75.740,00	75.745,80	17884,43
Indenização	2.750,00	7.600,00	8725
Pagamento de taxa	18.199,39	22.251,68	13551,34
Equipamento e material permanente	7.690,00	1.578,00	-
Despesa com mão de obras	78.120,00	119.660,00	167727
Total	**1.435.484,97**	**1.582.863,74**	**1.177.099,14**

Fonte: DA/SEMDEC, 2025.

Regularização Fundiária

Em conformidade com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Município de Porto Velho, por meio do Programa Regulariza Porto Velho, estruturou sua atuação fundiária no exercício de 2025 em duas frentes estratégicas: **Justiça Social**, executada pela DRIS, e **Eficiência Fundiária**, conduzida pela DRCF e pela DGPF, visando promover segurança jurídica, inclusão social e maior celeridade aos procedimentos de regularização.

Imóveis Regularizados e Titulação

Localidade	Quantitativo	Situação
Diversos Bairros	2.000	Registrado/Entregues
Loteamento Jardim Miraflores	84	Regularizado via Projeto Urbanístico
Empreendimento Veredas II	109	Regularizado via Projeto Urbanístico
Empreendimento Pioneiros	213	Registrado/Entregues

Fonte: DRIS/SEMDEC, 2025.
Nota: Empreendimento Pioneiros é composto por (Pró-Moradia Leste (158), FNHIS III (50), FNHIS IV (47) e FNHIS VII (14), perfazendo 269 unidades habitacionais).

A modernização alcançou o Departamento de Regularização e Cadastro Fundiário (DRCF), consolidando avanços significativos na gestão dos processos. A integração inédita com a plataforma do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (ONR) representou um marco relevante, ao reduzir inconsistências, aumentar a confiabilidade das informações e conferir maior agilidade às prenotações. Além disso, a automação no acesso e no preenchimento dos dados do ITBI proporcionou celeridade inédita aos trâmites administrativos, otimizando o fluxo processual e reduzindo o tempo de resposta ao cidadão.
Os resultados financeiros confirmam a efetividade da estratégia adotada.

Comparativo de Geração de Receita

- Abertura de Processo (taxa de abertura e desarquivamento);
- Anuência/Laudêmio;
- Desmembramentos (certidão, memorial, mapa);
- Foros; Remembramento/Fusão (certidão, memorial, mapa);
- Informativa; Inteiro Teor; Narrativa; Remanescente; Remição;
- Retificação (mapa, memorial);
- Lançamentos para os serviços de Escritura Plena e REURB – E (ITBI, taxa de abertura de processo e alienação)



Fonte: DRCF/SEMDEC, 2025.
Nota: Dados até novembro/2025.

Comparativo Ordenamento Territorial e Uso e Parcelamento do Solo

Processos	2023	2024	2025
Análise de Loteamento	349	405	251
Atendimento REDESIM **(procedimentos 1 e 2)**	12.399	11.251	-
Certidão de Viabilidade (procedimento eletrônico [1])	371	302	13.248
Certidão de Viabilidade (procedimento presencial [2])	-	-	218
Emissão de Parecer/Análise	2.650	1.833	69
Levantamento Topográfico (mapas e memoriais descritivos)	940	775	935
Regularização de Equipamentos públicos	6	10	3
Total	**16.715**	**14.576**	**14.724**

Fonte: DGPF/SEMDEC, 2025.

O aumento da produtividade decorreu do crescimento da demanda via REDESIM — com forte expansão das Certidões de Viabilidade — e da modernização dos processos, que reduziu análises manuais e ampliou a emissão automática de certidões. Isso elevou a arrecadação sem necessidade de ampliar o quadro de servidores, aumentando a eficiência da receita por servidor.

Habitação

A Política Habitacional concentrou-se na gestão e atualização dos cadastros, no monitoramento pós-ocupação e no suporte técnico e administrativo à entrega dos empreendimentos, assegurando maior organização, transparência e efetividade na execução das ações habitacionais.

Ações Voltadas para Monitoramento e Atendimentos Sociais

Atividades Desenvolvidas	Meta	Alcançado
Porto Fino: Triagem, atendimento e habilitação das famílias com entrega de unidades habitacionais	304	100%
Porto Madero V: Triagem, atendimento e habilitação das famílias. Aguardando a definição para a entrega das unidades habitacionais	288	
Aplicação de formulários socioeconômicos, Cadastros de áreas de risco e Visitas técnicas por determinação judicial	479	
Famílias acompanhadas (PTS)	573	
Monitoramento Pós-Ocupação	573	
Eventos Sociais Realizados	5	

Fonte: DHA-DEPS/SEMDEC, 2025.

Urbanismo

A área de gestão urbana atuou no acompanhamento e controle do planejamento urbano, garantindo a aplicação das normas e instrumentos urbanísticos e assessorando os órgãos colegiados da SEMDEC em temas como parcelamento, uso do solo e zoneamento.

Em 2025, destacou-se pelo desenvolvimento de 19 projetos urbanísticos (com cerca de 10.613 lotes trabalhados e 1.103 aprovados), realização de consulta pública para 22 vias, solicitação de CEP para 31 logradouros e liberação de 01 outorga onerosa no valor de R$ 100.573,06, além do avanço nas ações de urbanização.

Comparativo das Atividades

Descrição	2023	2024	2025
Análise/ Parecer Técnica	7	19	244
Criação de CEP pelo correio (vias)	167	266	11
Lotes resultantes das retificações	-	14	8
Lotes resultantes dos projetos urbanísticos	3.693	5.438	1.103
Mobilização nos distritos	3	9	-
Norma urbanística produzida, revisada e em andamento	1	1	2
Número de Outorga Onerosa emitidas	-	-	1
Parecer Técnico de Análise	6	16	
Participação e organização de eventos públicos	17	18	10
Projeto Urbanístico desenvolvido/retificações	18	32	30
Relatório Técnico	3	9	14
Solicitação de criação de CEP junto aos correios	167	334	31
Vias públicas oficializadas	11	-	11
Vistoria Técnica	15	18	10
Total	**4.108**	**6.174**	**1.474**

Fonte: DGU/SEMDEC, 2025.

Licenciamento de Obras

Departamento de Licenciamento de Obras-DELI atua na gestão completa do fluxo administrativo dos processos de licenciamento, desde o recebimento e registro até o controle, distribuição, condução e homologação, assegurando a regularização das obras que buscam formalizar sua situação junto ao município.

Comparativo

Descrição do Serviço	2023	2024	2025
Habite-se	574	421	462
Licença de Obra	705	520	543
Licença de Demolição	41	53	13
Renovação de Licença de Obra	18	28	11
Notificações a Obras Irregulares	1.899	1.824	1.985
Autos de Infrações	218	168	196
Termo de Embargo de Obra	123	116	153
Instrução Processual	18.651	3.060	4.162
Vistorias Técnicas	1.350	1.492	1.586
Revisão de Notificações a Obras Irregulares	812	1.040	987
Designações formais	171	214	158
Apuração de Denúncias	355	325	226
Relatórios Técnicos	508	950	508
Plantões Internos	497	593	563
Contestação fiscal	0	5	11
Consultas Prévias	21	10	0
Parecer Alusivo	0	2	0
Parecer de Análise de Processo (análise e reanálise)	1.312	1.011	966
Parecer Técnico da Vistoria	1.350	1.267	1.361
Parecer Técnico de Vistoria Investigativa	246	225	225
Termos de Compromisso	65	71	26
Vistoria Inicial	377	395	536
Total	**29.293**	**13.790**	**14.678**

Fonte: DELI/SEMDEC, 2025.

O crescimento de **160,49% nas multas compensatórias** demonstra o sucesso da política de regularização: o cidadão optou por sair da informalidade, impulsionado pela facilidade dos novos sistemas digitais e pela fiscalização obras orientativa.

Comparativo

Em R$ 1,00

Fonte de Receita	2024	2025
Taxas Ordinárias (Licenças, Habite-se)	1.564.138,94	1.777.583,90
Multas Compensatórias (LC 973/23)	428.865,75	1.117.153,33
Total	**1.993.004,69**	**2.894.737,23**

Fonte: DELI/SEMDEC, 2025.

CONCIDADE

Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho

Realização da **6ª Conferência Municipal da Cidade**, com mais de 70 participantes, fortalecendo o debate sobre desenvolvimento urbano.

- Eleição de **12 propostas** para a etapa estadual e **27 delegados** representantes do município;
- Apoio à **2ª Conferência de Acompanhamento do Plano Diretor**, com eventos nos 13 distritos e no distrito sede, ampliando a participação popular.
- Manutenção de reuniões ordinárias bimestrais para deliberação e acompanhamento das políticas urbanas.

Em 2025, o CONCIDADE consolidou seu papel como instância de participação social e apoio à formulação e monitoramento das políticas de desenvolvimento urbano.

CMRF

Comissão Municipal de Regularização Fundiária de Porto Velho

Reestruturação institucional com adoção de **critérios técnicos objetivos** para instauração da Reurb.

- Entrega de **mais de 2.000 títulos de regularização fundiária** no primeiro ano da gestão;
- Priorização de áreas com **viabilidade técnica, ambiental, urbanística e jurídica**, evitando processos inviáveis.
- Padronização e otimização dos fluxos internos, garantindo maior celeridade e segurança jurídica.

Em 2025, a CMRF consolidou uma atuação mais eficiente, técnica e orientada a resultados na política de regularização fundiária.

COM-MADEIRA

Comitê Municipal de Monitoramento e Governança da Hidrovia do Rio Madeira

- Instituído para **acompanhar e avaliar os impactos socioeconômicos, ambientais e logísticos** da concessão da Hidrovia do Rio Madeira.
- Estrutura **multissetorial**, com participação do poder público, órgãos federais e estaduais, setor produtivo, comunidades ribeirinhas, instituições de ensino e sociedade civil.
- Atua na análise de estudos, proposição de medidas mitigatórias e realização de audiências públicas, assegurando a defesa do interesse local e o ordenamento territorial.
- A **SEMDEC** exerce a função de Secretaria Executiva, prestando suporte técnico e administrativo ao Comitê.

REESTRUTURAÇÃO DA ZUEP

Condução de estudos técnicos, jurídicos e urbanísticos para superar mais de 15 anos de insegurança jurídica e conflitos de uso do solo na Zona de Urbanização Específica Portuária (ZUEP).

- Instituição de Grupo de Trabalho (Decreto nº 21.221/2025) para revisão do marco legal e proposição de solução compatível com o Plano Diretor.
- Identificação de inconsistências normativas, riscos ambientais, fragilidades viárias e elevado grau de judicialização.
- Elaboração de proposta de redefinição do perímetro (aprox. 4.285 ha), com zoneamento portuário, retroportuário, ambiental e habitacional tradicional.
- Produção de minutas de Lei Complementar e Decreto, estabelecendo novo marco regulatório com diretrizes viárias, instrumentos de mitigação e maior segurança jurídica.

A medida fortalece a governança territorial, o ordenamento urbano sustentável e a atração de investimentos estruturantes.



Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-SEMAGRIC

Apresento o Relatório Anual de Gestão da SEMAGRIC, documento que consolida, de forma transparente e técnica, os principais avanços, desafios e resultados alcançados pela Pasta ao longo do exercício de 2025. Esta publicação integra a Prestação de Contas do Município de Porto Velho e reafirma nosso compromisso com a responsabilidade pública, a boa governança e a gestão orientada ao desenvolvimento sustentável do meio rural.

O ano de 2025 foi marcado por importantes ações estruturantes que fortaleceram as bases para uma SEMAGRIC mais integrada e preparada para atender às demandas da agricultura familiar e do agronegócio. Destaca-se a formalização dos ACT - Acordos de Cooperação Técnica, fruto de articulação ampliada com Organizações da Sociedade Civil (OCS), Instituições de Pesquisa e Entidades de Fomento. Embora seus resultados plenos estejam previstos para 2026, esses instrumentos já ampliaram a credibilidade institucional e consolidaram fundamentos para iniciativas voltadas à diversificação produtiva, à bioeconomia, à regularização ambiental e fundiária, à inovação e à formação dos produtores rurais.

Avançamos, ainda, na organização interna da Secretaria, com a elaboração de proposta de reestruturação administrativa, criação de bancos de dados para cadastro e regularização de Organizações da Sociedade Civil e inclusão de novos programas que aprimoram o planejamento, a governança e a integração com os atores do ecossistema rural. No âmbito sanitário, fortalecemos o monitoramento do SIM, ampliando a certificação de empreendimentos e garantindo mais qualidade e segurança à produção local.

No campo da infraestrutura interna, foram realizados levantamento da frota, o planejamento de investimentos, melhorias nas condições de trabalho e intensificação das capacitações técnicas, ações que contribuíram para o fortalecimento da atuação das equipes. Reconhecendo os desafios ainda existentes, renovamos nosso compromisso para 2026 com a ampliação da estrutura física, a modernização dos equipamentos e melhoria das condições operacionais da Secretaria.

Seguiremos trabalhando com determinação, planejamento e cooperação, com o objetivo de consolidar uma agricultura cada vez mais forte, inovadora e sustentável para o Município de Porto Velho.

RODRIGO RIBEIRO DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC

O objetivo da SEMAGRC é Promover o desenvolvimento rural sustentável do município por meio do fortalecimento da agricultura familiar, das agroindústrias e das cadeias produtivas agropecuárias; da melhoria da infraestrutura rural; da garantia da qualidade sanitária dos produtos; e da ampliação do acesso aos mercados. Tudo isso realizado com uso responsável dos recursos naturais, integração harmoniosa entre campo e cidade e atuação pautada na transparência, eficiência e participação social, contribuindo para a geração de renda, a segurança alimentar, a inclusão produtiva e a permanência das famílias no campo.

Objetivos

1 Serviço de Inspeção Municipal

Orienta, fiscaliza e certifica empreendimentos urbanos e rurais, garantindo a qualidade e segurança sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, protegendo a saúde pública e ampliando o acesso dos produtores aos mercados formais.

2 Manutenção das Estradas Rurais

Realiza a conservação das estradas vicinais para assegurar a mobilidade das comunidades rurais, o acesso a serviços públicos e o escoamento da produção agropecuária.

3 Desenvolvimento Rural Sustentável

Incentiva práticas produtivas sustentáveis, diversificação da produção e adoção de tecnologias adequadas, alinhadas às políticas de desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental.

4 Fomento às Cadeias Produtivas Locais

Presta assistência técnica e extensão rural aos pequenos produtores, orientando boas práticas produtivas e fortalecendo as cadeias produtivas locais.

5 Escoamento da Produção

Atua na superação de entraves logísticos, fortalecendo a agricultura familiar, melhorando o transporte, a comercialização e o acesso aos mercados, com foco na geração de renda e permanência do produtor no campo.

Nota: A partir de julho de 2025, com consolidação operacional em meados de agosto, as atividades físicas do Departamento de Estradas Vicinais - DEV, foram transferidas para a Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, permanecendo, contudo, a gestão orçamentária e financeira sob responsabilidade da SEMAGRIC até o encerramento do exercício, em observância ao princípio da continuidade do serviço público e à regularidade da execução das ações.

Serviço de Inspeção Municipal



Fonte: SEMAGRIC. 2025.

Em 2025, o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) manteve 31 estabelecimentos cadastrados, com destaque para a fiscalização permanente de cinco frigoríficos e abatedouros em Porto Velho, Extrema e Abunã, realizada por médicos veterinários do Município, que também prestaram apoio técnico ao frigorífico de Abunã vinculado ao SIF. Os demais empreendimentos foram acompanhados por meio de visitas técnicas periódicas, conforme o risco sanitário.



Recebimento do certificado do SISBI
Fonte: SEMAGRIC, 2025.

No mesmo período, o SIM avançou na regularização de estabelecimentos por meio de análise documental e avaliação técnica, resultando na emissão de sete registros ou renovações e na ampliação do número de empreendimentos formalizados sob inspeção municipal. Paralelamente, foram realizados atendimentos e ações de orientação a produtores e responsáveis técnicos, além de capacitações dos servidores e atividades de educação sanitária em escolas, em parceria com a SEMUSA. O SIM também participou de eventos e feiras em Porto Velho e em outros municípios do Estado, fortalecendo a divulgação institucional, a articulação interinstitucional e o desenvolvimento das agroindústrias locais.

Indicadores do Serviço de Inspeção Municipal-SIM

Indicador	Descrição	Unidade de Medida	Resultados
Estabelecimentos cadastrados	Quantidade total de empresas registradas	Unidades	31
Estabelecimentos com fiscalização permanente	Frigoríficos e abatedouros acompanhados semanalmente pela equipe técnica	Unidades	05
Empresas regularizadas	Empreendimentos que obtiveram registro ou renovação	Unidades	07
Acompanhamentos durante abate	Fiscalizações realizadas durante atividades de abate	Atendimentos	504
Visitas periódicas de fiscalização	Visitas técnicas realizadas em empresas cadastradas	Visitas	50
Atendimentos administrativos	Orientações prestadas a produtores, responsáveis técnicos e público em geral	Atendimentos	52
Planos de ação em frigoríficos e abatedouros	Medidas corretivas e preventivas formalizadas	Planos	02
Capacitações técnicas	Participações em cursos, workshops e treinamentos	Eventos	03
Palestras educativas em escolas	Ações de educação sanitária realizadas em parceria institucional	Palestras	05
Participação em feiras e eventos institucionais	Presença em feiras e eventos do setor agroalimentar	Eventos	03

Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Limitações, Impactos e Providências do Serviço de Inspeção Municipal-SIM

Limitação Identificada	Impacto na Gestão/Risco Administrativo	Providências/Encaminhamentos
Inexistência de sistema informatizado específico para o recebimento, tramitação, controle e acompanhamento dos processos administrativos do SIM.	Aumento do tempo de tramitação dos processos; dificuldade no controle gerencial das demandas; redução da rastreabilidade das informações; limitação à ampliação do número de estabelecimentos formalizados.	Avaliar e planejar a implantação de sistema informatizado de gestão de processos, visando maior celeridade, padronização, transparência e eficiência administrativa.
Predominância de procedimentos manuais na gestão dos processos administrativos.	Maior risco de retrabalho, falhas operacionais e inconsistências no acompanhamento de prazos; menor eficiência na análise processual.	Revisar fluxos internos de trabalho e, de forma gradativa, promover a informatização e padronização dos procedimentos administrativos.
Capacidade operacional limitada para execução de ações contínuas de educação sanitária.	Quantitativo de ações educativas inferior ao ideal; alcance restrito do público-alvo; redução do impacto preventivo das ações de orientação sanitária.	Planejar a ampliação das ações de educação sanitária, priorizando escolas, feiras, eventos da agricultura familiar e Distritos, mediante articulação intersetorial e otimização de recursos.
Extensão territorial do Município associada a restrições logísticas e operacionais.	Dificuldade de atendimento regular e sistemático em Distritos e áreas mais afastadas; limitação da atuação preventiva e orientativa do SIM.	Estabelecer cronograma gradual de ações nos Distritos, com apoio de parcerias institucionais e integração com outras políticas públicas municipais

Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Conservação de Estradas Vicinais



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Ao longo de 2025, o Departamento de Estradas Vicinais-DEV executou de forma contínua serviços de manutenção e recuperação da infraestrutura viária rural e urbana, incluindo patrolamento de estradas, transporte e aplicação de cascalho e pedra, limpeza de vias e canais de drenagem, recuperação de bueiros e pontes e remoção de materiais. As ações priorizaram pontos críticos identificados por inspeções técnicas, demandas das comunidades e monitoramento das condições de trafegabilidade, com atenção especial ao período chuvoso.

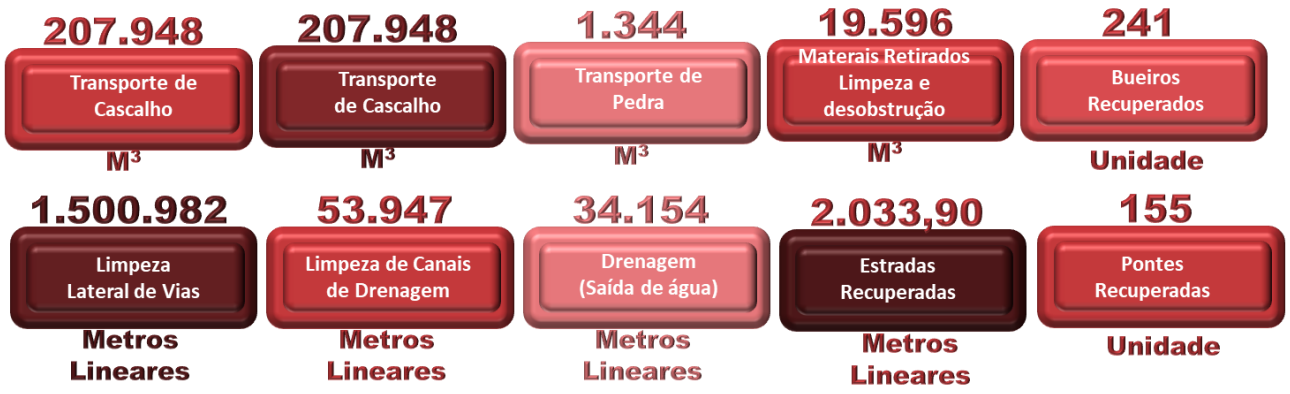
O planejamento das frentes de serviço considerou trechos críticos e demandas emergenciais, buscando evitar o isolamento de comunidades, prejuízos ao transporte escolar e dificuldades no escoamento da produção. A execução enfrentou desafios como frota defasada, aumento de demandas no período chuvoso, limitações orçamentárias e entraves administrativos, mas foram adotadas medidas de gestão para garantir a continuidade dos serviços essenciais.



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

A análise dos serviços executados evidencia atuação ampla e estratégica do DEV, com destaque para o elevado volume de transporte de cascalho, a expressiva limpeza lateral de vias e as ações preventivas de drenagem. As intervenções em bueiros e pontes foram fundamentais para assegurar a conectividade rural e a segurança do tráfego. De forma integrada, os resultados demonstram equilíbrio entre manutenção preventiva e ações estruturantes, atendendo às necessidades prioritárias da zona rural de Porto Velho.

Principais Atividades Departamento de Estradas Vicinais-DEV



Abrangências

Área	Descrição
Zona Rural	Ramais, linhas, travessões e assentamentos rurais
Distritos	Extrema, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Nova Califórnia, Nova Mutum, União Bandeirantes, Vila da Penha e Vista Alegre do Abunã
Zona Urbana e Periurbana	Bairros, estradas vicinais urbanizadas, acessos e vias de ligação

Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Convênios, Transferências Especiais, Emendas Impositivas e Contratos Continuados

A gestão de convênios, transferências especiais, emendas impositivas e contratos continuados constitui eixo estruturante para a viabilização das políticas públicas executadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC. Esses instrumentos asseguram o aporte de recursos financeiros, a ampliação da capacidade operacional e a sustentação administrativa necessária à execução das ações finalísticas da Secretaria.

No exercício de **2025 (janeiro a dezembro)**, a atuação da SEMAGRIC concentrou-se no acompanhamento técnico, administrativo e financeiro dos instrumentos vigentes, bem como na estruturação de bases institucionais para a celebração, execução e regularização de novos ajustes, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público

R$ 23.579.860,00

Convênios

Os objetos pactuados envolveram, entre outros:

- Aquisição de tratores agrícolas, tratores cabinados, retroescavadeiras e caminhões basculantes;
- Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas diversos;
- Execução de ações de conservação de estradas vicinais, no âmbito dos convênios do FITHA 2024.

R$ 1.600.00,00

Transferências Especiais

Os objetos pactuados envolveram, entre outros:

- Aquisição de caminhão para transporte de calcário;
- Apoio a cooperativa vinculada à cadeia produtiva do pescado.

R$ 165.000,00

Emendas Impositivas

Os objetos pactuados envolveram, entre outros:

- Aquisição de caixas melgueiras.

Programas

As ações finalísticas da agricultura, executadas no âmbito da SEMAGRIC por meio do Departamento de Desenvolvimento Rural e Técnica Agrícola (DDRTA), demonstram a efetiva materialização das políticas públicas agrícolas no território municipal. Essas ações compreendem programas, projetos e iniciativas que impactam diretamente a agricultura familiar, a produção de alimentos, a geração de renda e a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Porteira Adentro - Mecanização Agrícola



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

O Programa Porteira Adentro – Mecanização Agrícola é uma ação estruturante da SEMAGRIC voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável em Porto Velho. Em 2025, foi executado com recursos da LOA, utilizando frota, máquinas e equipamentos próprios da Administração Municipal para a prestação de serviços de mecanização agrícola.

O programa teve como objetivo promover o preparo do solo, reduzir custos produtivos e ampliar a eficiência e a capacidade produtiva das unidades familiares, observando os critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 21.017/2025. As demandas foram formalizadas por cadastro ou protocolo, submetidas à análise técnica e priorizadas com base em critérios socioeconômicos e produtivos. A execução ocorreu conforme cronograma, com registros técnicos que garantiram controle, transparência e rastreabilidade dos serviços.

54	136	01	279,13	Tipos de Serviços
Produtores Beneficiados	Área total Mecanizada	Distrito Abrangido	Horas-Máquina Executadas (Tratores)	❖ Gradagem ❖ Limpeza de Área ❖ Destoca ❖ Escavação
Unidade	hectare	Unidade	hora	

Transporte da Produção e Apoio Logístico



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

O Programa de Transporte da Produção e Apoio Logístico, executado pelo DDRTA/SEMAGRIC, tem como objetivo garantir o escoamento da produção da agricultura familiar, reduzir perdas pós-colheita e ampliar o acesso dos produtores aos mercados consumidores. As ações ocorreram utilizando frota própria e estrutura logística da SEMAGRIC, com planejamento integrado às demais ações de desenvolvimento rural.

As atividades incluíram o transporte de produtos agropecuários, apoio a feiras, programas institucionais e iniciativas de comercialização e segurança alimentar. As demandas foram formalizadas por produtores, associações e cooperativas, passando por análise técnica com base na viabilidade operacional, interesse público e impacto socioeconômico.



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Transporte de Calcário - Apoio à Correção de Solo



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

O Programa Transporte de Calcário, executado pelo DDRTA/SEMAGRIC, tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar por meio do transporte de calcário para correção do solo, aumentando a produtividade e reduzindo custos aos produtores.

Em 2025, o Programa atendeu cerca de 400 agricultores, transportando aproximadamente 3 mil toneladas de calcário. A Prefeitura assumiu cerca de R$ 1.000.000,00 em custos de frete, gerando economia média estimada de R$ 2.500,00 por produtor. As ações foram realizadas com frota própria e controle operacional, garantindo eficiência, transparência e impacto direto no desenvolvimento rural.



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Em 2025, o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, executado pelo DDRTA/SEMAGRIC, esteve em fase de planejamento e estruturação, com definição de diretrizes, critérios de participação e fluxos operacionais.

As ações priorizaram a articulação com agricultores e a rede socioassistencial, estabelecendo bases para a execução futura. Por se tratar de etapa inicial, não houve consolidação de indicadores quantitativos.

Os principais avanços foram a organização administrativa e o fortalecimento institucional, permanecendo desafios logísticos e de ampliação de produtores habilitados para os próximos ciclos.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural



Fonte: SEMAGRIC, 2025.

Em 1º de março de 2025, a SEMAGRIC coordenou a revalidação do Território Madeira-Mamoré, com a participação de cerca de 60 representantes de cinco municípios. A iniciativa garantiu a continuidade do território como unidade de planejamento, fortalecendo a governança territorial e viabilizando o acesso a programas e projetos integrados de desenvolvimento rural.

Ressalta-se que o Território Madeira-Mamoré foi o único revalidado em Rondônia em 2025, conforme registro no CONDRAF/SFDT/MDA.

Anteriormente, em 31 de janeiro de 2025, foi promovida a reativação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, restabelecendo o espaço institucional de participação e controle social, apesar dos desafios posteriores relacionados à mobilização para reuniões.

Eventos

I Encontro da Mandiocultura

14 de fevereiro de 2025, participação de entidades como a Embrapa, Faperon, Senar, Banco da Amazônia (Basa), Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), Câmara Municipal de Porto Velho, Câmara Setorial da Mandiocultura e associações de mandiocultores.
O encontro consolidou base técnica e participativa para o planejamento de políticas públicas voltadas à mandiocultura.



1º Workshop da Amazônia Ocidental de Meliponicultura

1º e 2 de agosto de 2025, parceria com a Usina Hidrelétrica de Jirau, realizado na Embrapa e na Agrotropical Amazônia, reunindo um total de 272 participantes, entre agricultores, técnicos, estudantes e representantes de instituições públicas e privadas.



Dia Internacional da Agricultura Familiar e Lançamento do Plano Safra

25 de julho de 2025, público estimado de 600 participantes, na Feira do Produtor, além dos agricultores, participaram de instituições de crédito, órgãos públicos, parceiros privados, cooperativas e equipes técnicas, oferecendo serviços, orientações técnicas, distribuição de mudas, atendimentos de saúde e informações sobre acesso ao PRONAF.



1ª Feira de Agroindústria e Agricultura Familiar de Porto Velho – AGROTEC 2025

27 e 30 de novembro de 2025, no Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mais de 10 mil visitantes, com 145 expositores e volume estimado de negócios de **R$ 34,6 milhões**



Fonte: SEMAGRIC, 2025.



Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social-SEMIAS

O Relatório apresenta os principais atos de gestão executados pela Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social - SEMIAS, contemplando informações sobre o desempenho dos departamentos que integram sua estrutura organizacional, as realizações mais relevantes do período, as dificuldades enfrentadas para o alcance dos objetivos previstos no exercício de referência e demais dados considerados pertinentes para a compreensão integral das ações desenvolvidas pela Secretaria.

A elaboração do presente relatório, buscou seguir as orientações recebidas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG, bem como as seguintes normativas: Cartilha – Relatório de Gestão na forma de relato Integrado – TCU, Instrução Normativa nº 13/2014 e Instrução Normativa nº 65/2019, Decreto nº21.387, de 01 de outubro de 2025 e Decreto nº21.455, de 22 de outubro de 2025, no que compete a Unidade Gestora. A atual estrutura administrativa da SEMIAS, é regida pela Lei Complementar nº1.000, de 07 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município nº 3892, de 08 de janeiro de 2025, e primeira alteração promovida pela Lei Complementar nº1.019, de 18 de junho de 2025 e a CF, art.70, § único.

Dentre as principais realizações de gestão, destaca-se a manutenção e a ampliação do atendimento socioassistencial, com a implementação de novos projetos diante da crescente demanda decorrente do elevado número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no município, mesmo frente a insuficiência de recursos para atender integralmente todas as necessidades.

LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMIAS

A SEMIAS tem por finalidade planejar, executar e coordenar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Porto Velho em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

As finalidades e competências da secretaria são definidas pela Lei Complementar nº1.000, de 07 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município nº 3892, de 08 de janeiro de 2025, e primeira alteração promovida pela Lei Complementar nº1.019, de 18 de junho de 2025.

Execução Orçamentária

Comparativo da Execução Orçamentária

Em R$ 1,00

Ano	Dotação Inicial	Suplementado	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Execução (%)
2023	20.258.024	19.185.230	39.443.254	17.886.041	11.496.211	11.442.058	45,35%
2024	22.420.504	36.053.252	58.473.756	27.168.047	18.561.222	18.011.222	46,46%
2025	17.536.383	29.266.853	46.803.236	20.452.183	12.239.069	11.600.975	43,70%

Fonte: SEMIAS, 2025.

Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica oferta o PAIF, o SCFV e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência, sendo estes articulados ao PAIF.

Consiste em trabalho social continuado com famílias, visando fortalecer sua função protetiva, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso a direitos e melhorar a qualidade de vida, por meio de ações preventivas que desenvolvem potencialidades e fortalecem vínculos familiares e comunitários.

Rede de Proteção Social Básica

CRAS
CRAS "ELIZABETH PARANHOS" Rua Guanabara, nº 2611, São João Bosco
CRAS "BETINHO" Endereço: Rua Pirituba Pirituba, S/N, Lote 0254, Quadra 579, Setor 35, Mariana
CRAS "IRMÃ DOROTHY" Endereço: Rua Fonte Boa, S/N, Socialista
CRAS "PAULO FREIRE" Endereço: Av. Amazonas, nº 3660, Agenor de Carvalho
CRAS "DONA COTINHA" Rua Tamarino, no 2946, Cohab Floresta
CRAS "FERNANDO ROCHA" Residencial Orgulho do Madeira, rua 09, s/n, Lote 22, Quadra 590, Setor 33, Jardim Santana
PADRE TEODORO CROMMO" Via 01, Quadra 1, Casa 03 Distrito de Jaci-Paraná
CAD ÚNICO
Central do Cadastro Único Rua Quintino Bocaiuva, no 1424, Olaria
Polo Cadastro Único no Distrito de Extrema Imóvel da Administração, Rua Boa Esperança, SN, Planalto
Polo Cadastro Único no Distrito de Vista Alegre do Abunã Imóvel da Administração, Rua João Bortolozzo, SN, Centro
Polo Cadastro Único no Distrito de Nova Califórnia Imóvel da Administração, Rua Murici, SN, Centro
Polo Cadastro Único no Distrito de Nazaré Imóvel da Administração, na Rua Paulista, SN, Centro

OUTROS
Centro de Convivência do Idoso (CCI) - Av. Amazonas, nº: 6888, bairro: Tiradentes
Centro de Convivência do Idoso de Abunã (CCI ABUNÃ)-BR 364, Galpão da E.F.M.M, S/N
Sede DPAIF/DPSB/SEMASF - Av. Pinheiro Machado, no 1718, bairro: São Cristóvão

Fonte: SEMIAS, 2025.

PAIF

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço da Proteção Social, realizado nos CRAS urbanos e CRAS Volantes (em áreas rurais, ribeirinhas e distritais). Trata-se de um trabalho social contínuo com famílias, que busca prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e ampliar o acesso a direitos e políticas públicas.

CRAS

O CRAS é a unidade pública de referência da Proteção Social Básica no SUAS, responsável por prevenir situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios, por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, do desenvolvimento de potencialidades e da ampliação do acesso a direitos e benefícios socioassistenciais.

34.668

Famílias em Acompanhamento - PAIF

- 29.638 Famílias acompanhadas pelo PAIF
- 2.205 Novas famílias inseridas no PAIF
- 649 Famílias em extrema pobreza
- 1.408 Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
- 315 Famílias beneficiárias do PBF em descumprimento de condicionalidades
- 423 Famílias com membros beneficiários do BPC
- 19 Famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil
- 11 Famílias com crianças/adolescentes em serviço de acolhimento

4.285

Atendimentos Coletivos (PAIF e SCFV)

- 817 Famílias participantes regulares de grupos do
- 68 Crianças de 0 a 6 anos no SCFV
- 73 Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no SCFV
- 97 Adolescentes de 15 a 17 anos no SCFV
- 502 Adultos de 18 a 59 anos no SCFV
- 1.084 Idosos no SCFV
- 1.620 Pessoas em palestras, oficinas e atividades coletivas não continuadas
- 24 Pessoas com deficiência participantes de grupos do PAIF e SCFV

134.483

Atendimentos Individualizados (Particularizados)

- 81.484 Atendimentos particularizados
- 817 Famílias participantes regulares de grupos do
- 68nCrianças de 0 a 6 anos no SCFV
- 73 Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos no SCFV
- 97 Adolescentes de 15 a 17 anos no SCFV
- 502 Adultos de 18 a 59 anos no SCFV
- 1.084 Idosos no SCFV
- 1.620 Pessoas em palestras, oficinas e atividades coletivas não continuadas
- 24 Pessoas com deficiência participantes de grupos do PAIF e SCFV

Equipe Volante

Atua de forma complementar na Proteção Social Básica, garantindo o atendimento do **PAIF** e de outros serviços a famílias em áreas de difícil acesso. Realiza busca ativa, atendimentos e visitas domiciliares, ações coletivas, encaminhamentos à rede socioassistencial, apoio ao Cadastro Único e articulação para acesso a benefícios e políticas públicas.

130

Famílias Atendidas em Aldeiais

3 - Aldeia Kaxarari - Buritis
2 - Aldeia Nova Esperança - Kaxarari
40 - Aldeia Central - Karitiana Apok Pytim Adnipa
15 - Aldeia Bom Samaritano - Karitiana
14 - Aldeia Juari ou Igarapé Preto - Karitiana
14 - Aldeia Byjyty Osop Aky ou Rio Candeias - Karitian
15 - Aldeia Caracol- Karitiana
13 Aldeia Pyrojigngã ou Beijarana - Karitiana
14 - Aldeia São Francisco - Karitiana

225

Serviços

84 - Consultas Cadastrais do Programa Bolsa Família
108 - Atualização Cadastral
18 - Cadastro Novo do Cadúnico
15 - Emissões de Carteira de Idosos

Centro de Convivência do Idoso - CCI

Centro de Convivência do Idoso - CCI é uma entidade pública social que oferece um conjunto de atividades e serviços para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.
Sua principal função é promover a socialização, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de risco social. O objetivo é contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, garantindo a proteção e a cidadania dos idosos.

13.905

Foram desenvolvidas principalmente **atividades culturais, físicas e educativas**, com destaque para hidroginástica, capoeira, coral, aulas de ritmos, alfabetização (Alfa Campo), visitas domiciliares e ações comemorativas (Carnaval, Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Mês Violeta, Arraiá, Semana do Idoso, entre outras).
A tipificação predominante foi **SCFV**, integrada ao **PAIF**, Ações Educacionais e Preventivas.
As participações cresceram ao longo dos meses, iniciando com **356 em fevereiro** e alcançando pico de **1.845 em outubro**, mantendo média superior a mil atendimentos mensais no período.

Cidadania em Movimento

O Projeto é uma ação estratégica da SEMIAS que descentraliza o acesso aos serviços socioassistenciais e intersetoriais em Porto Velho. Executado de forma itinerante, com edições mensais em diferentes territórios (principalmente aos fins de semana), oferece atendimento integrado à população, conforme a metodologia do SUAS.

Conta com equipes multiprofissionais, articulação intersetorial e estrutura logística adequada, garantindo ampla cobertura e atendimento qualificado, com recursos destinados a diárias e deslocamento das equipes.

Atendimentos realizados em 2025

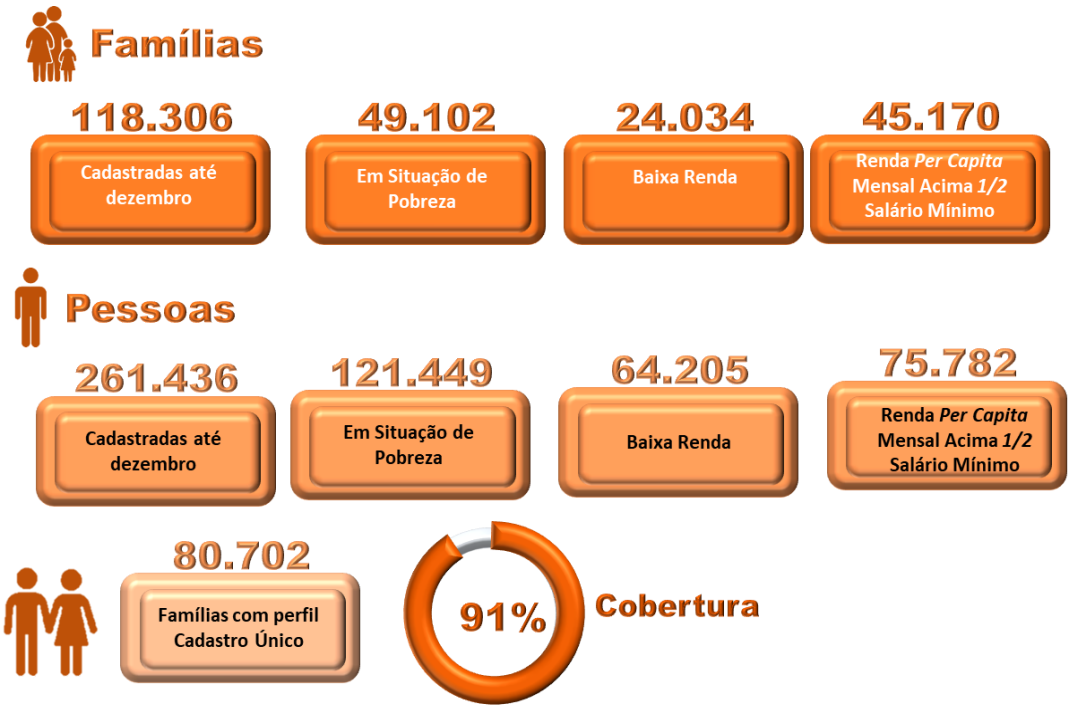
Pessoas atendidas

Janeiro	Março		Abril	Maio	Junho	Agosto
Zona Leste – Praça CEU	Distrito de Jaci Paraná	Distrito de Nova Mutum	União Bandeirante	Zona Sul: Escola Joaquim Vicente Rondon	Distrito de Rio Pardo	Zona Norte – Escola major Guapindaia
1.707	**341**	**630**	**1.117**	**778**	**1.304**	**1.092**
Setembro		**Outubro**			**Novembro**	
Distrito Vila da Penha	Distrito Abunã	Distrito Vista Alegre do Abunã	Distrito de Fortaleza do Abunã	Vila Princesa: Escola João Afro	Distrito de Nova Califórnia	Distrito de Extrema
1.034	**785**	**878**	**613**	**1.115**	**969**	**1.498**

Fonte: CECAD-MDS/SEMIAS, 2025.

CadÚnico e Bolsa Família

CAD ÚNICO	Bolsa Família
O Cadastro Único é a base de dados do Sistema Único de Assistência Social. É através dele que a União, Estados e Municípios conseguem estabelecer um diagnóstico socioeconômico da população e identificação dos territórios e comunidades mais vulneráveis. Além disso, é por meio dos dados que são elaboradas políticas públicas com foco nas características e peculiaridades da população beneficiária.	É um programa de transferência de renda que considera o tamanho e as características da família. Para ter direito, a renda por pessoa deve ser de até **R$ 218 mensais**.



Fone: SEMIAS, 2025.

23.330
Total de Beneficiários pela Fonte Pagadora

23.092
Total de Beneficiários Inscritos no Bolsa Família



Percentual de Beneficiários do BPC no CadÚnico

Benefício de Prestação Continuada

BPC

O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, previsto na **LOAS**, garante **um salário mínimo mensal** ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade que comprove impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) que dificultem sua participação plena na sociedade.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Não é aposentadoria, não exige contribuição ao INSS, não paga 13º salário nem gera pensão por morte. Para ter direito, a renda familiar por pessoa deve ser de até **1/4 do salário mínimo**, sendo obrigatória a inscrição no **Cadastro Único** e, no caso da pessoa com deficiência, avaliação médica e social pelo INSS.









Proteção Social Especial

Proteção Social Especial De Média e Alta Complexidade

Destinada a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, como abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e trabalho infantil, entre outras. Esses serviços articulam-se com o **Sistema de Garantia de Direitos**, demandando gestão compartilhada com o Judiciário, Ministério Público e demais órgãos do Executivo.

6.516
Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos

9
Manutenção das Unidades da Proteção Social Especial

51
Acolhimento Institucional e Familiar

239
Proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias

1.400
Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Prestação de Serviços à Comunidade e de Liberdade Assistida

Fonte: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ - RMA/SEMIAS, 2025.

Centro Pop Dom Moacyr Grechi



O Centro Pop Dom Moacyr Grechi possui em seu banco de dados, o quantitativo de 2.200 pessoas em situação de rua que acessaram o serviço, o número já é superior ao identificado no Censo Rua realizado em 2021.

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Perfil das pessoas em situação de rua atendidas	Sexo	0 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	Masculino	22	2.875	99
	Feminino	07	307	27
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas				1.444
Migrantes				78
Pessoas com doença ou transtorno mental				155
Pessoas que foram incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais, no mês				05
Pessoas que realizaram atualização do Cadastro Único para Programas Sociais, no mês				20

Fonte: SEMIAS, 2025.

Perfil de pessoas abordadas pela equipe do Serviço de Abordagem Social	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	Masculino	0	26	31	2
	Feminino	2	10	9	-
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)					20
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas					30
Migrantes					19

Fonte: SEMIAS, 2025.

Encaminhamento	Total	Encaminhamento	Total
Caps AD	95	Ministério Público do Trabalho	02
CaPS 3 Marias	15	Escritório Social – VEPEMA	26
Policlínica Ana Adelaide	25	Tudo Aqui (Emissão RG)	20
Cadastro Único	88	Sine Municipal	58
Hospital de Base	03	Defensoria Pública (Certidão de Nascimento)	12
Cartório de Registro Civil	19	Central do Imigrante	10
Consultório na Rua	30	Casa de Passagem Frei Damião	30
Cras	04	INSS	38
SAE	15	Defensoria Pública	12

Fonte: SEMIAS, 2025.

Atividades	Atendidos
Atendimento Individual	450
Atendimento em grupo	40
Busca ativa	30
Visita institucional	10
Articulação intersetorial	150
Reunião com a rede de serviços	15

Fonte: SEMIAS, 2025.

PAEFI-Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

Oferece apoio, orientação e acompanhamento psicossocial a famílias e indivíduos com vínculos rompidos, promovendo direitos sociais, fortalecendo a autonomia e a função protetiva da família, por meio da articulação com a rede socioassistencial, políticas públicas e o sistema de garantia de direitos.

Famílias em acompanhamento pelo PAEFI	Total
Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI	6.516
Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI, durante o ano	1.137
Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI	**Total**
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	652
Famílias com membros beneficiários do BPC	179
Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	2
Famílias com crianças ou adolescentes em Serviços de Acolhimento	51
Famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas	195
Famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto	260

Fonte: SEMIAS, 2025.

PERFIL pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	Masculino	451	238	166	58
	Feminino	591	447	695	84

Fonte: SEMIAS, 2025.

SAPDIF-Serviço De Proteção Social Especial Para Pessoas Com Deficiência, Idosas e Suas Famílias

Destina-se a pessoas cujas limitações foram agravadas por violações de direitos, com o objetivo de promover autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. As ações buscam fortalecer a convivência familiar e comunitária, ampliando a rede de apoio e a troca de vivências e experiências.

Crianças ou adolescentes em situações de violência ou violações, que ingressaram no PAEFI	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos
Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	Masculino	115	139	39
	Feminino	177	149	56
Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	Masculino	144	48	34
	Feminino	207	97	83
Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	Masculino	7	6	0
	Feminino	8	8	12
Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	Masculino	54	106	42
	Feminino	109	44	72

Fonte: SEMIAS, 2025.

Idosos - 60 anos ou mais - em situações de violência ou violações	Sexo	60 anos ou mais
Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	Masculino	25
	Feminino	31
Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono	Masculino	47
	Feminino	43

Fonte: SEMIAS, 2025.

Pessoas com deficiência em situações de violência ou violações	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	Masculino	4	5	1	4
	Feminino	0	5	4	1
Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono	Masculino	4	6	13	16
	Feminino	0	4	0	26

Fonte: SEMIAS, 2025.

Outros que ingressaram no PAEFI
2 Pessoas em situação de rua Sexo Feminino 60 anos +
1 Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual

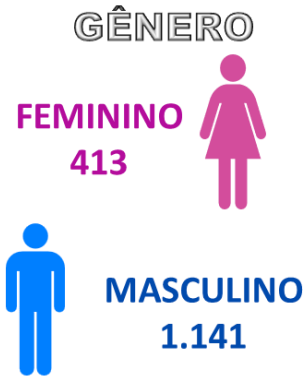
Fonte: SEMIAS, 2025.

Serviço de Atendimento de Abordagem Inicial – Plantão Social

Atende demandas espontâneas e encaminhadas pela rede. Tem como objetivo acolher, promover e incluir a população com problemas de subsistência do município, encaminhando aos serviços necessários e aos parceiros na rede.

Encaminhamentos	Total
Albergue	**686**
Casa de Passagem Esperança	**403**
CAPS AD /Caps I	**4**
CRAS	**2**
IV CTCA	**2**
PAEFI	**56**
SAPDIF	**13**
Auxílio-funeral	**319**
Unidade Pop	**4**
Abrigo de Mulheres	**72**

Fonte: SEMIAS, 2025.



Situação	Atendimentos
Abuso Sexual	**21**
Conflito Familiar	**16**
Desaparecimento	**01**
Maus Tratos	**20**
Óbitos	**347**
População de Rua	**176**
Em Trânsito /Refugiados	**916**
Realizar Exames	**3**
Risco Social	**21**
Violência Doméstica	**73**

Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto

O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, em todo território nacional, integra o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), sendo responsável pelo acompanhando de adolescentes que cumprem as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, as quais possibilitam ao adolescente permanecer em suas atividades cotidianas.

Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas	Total
Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	1.400
Adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA	1.020
Adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	436

Fonte: SEMIAS, 2025.

Novos Adolescentes inseridos em Acompanhamento	Gênero	Total
Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)	Masculino	121
	Feminino	19
Novos adolescentes em cumprimento de LA	Masculino	88
	Feminino	4
Novos adolescentes em cumprimento de PSC	Masculino	39
	Feminino	16

Fonte: SEMIAS, 2025.

Atendimento Especializado à Mulher Vítima de Violência Doméstica

Atendimento especializado no **CREAS**, vinculado ao **PAEFI**, que oferece informação, orientação, apoio e encaminhamentos para garantir e defender os direitos de mulheres em situação de violência intrafamiliar, visando à superação do ciclo de violência. Embora tenha funcionado provisoriamente no prédio do CREAS, o **CRAM** manteve sua identidade institucional, conforme a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei Municipal nº 1.762/2007 e a Norma Técnica dos CRAMs.

Em 2025, a SEMIAS iniciou a reinstalação do serviço em espaço próprio, para assegurar sigilo, estrutura adequada e proteção integral às mulheres atendidas.

Mulheres adultas vítimas de violência intrafamiliar que ingressaram no PAEFI	Total
Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)	509

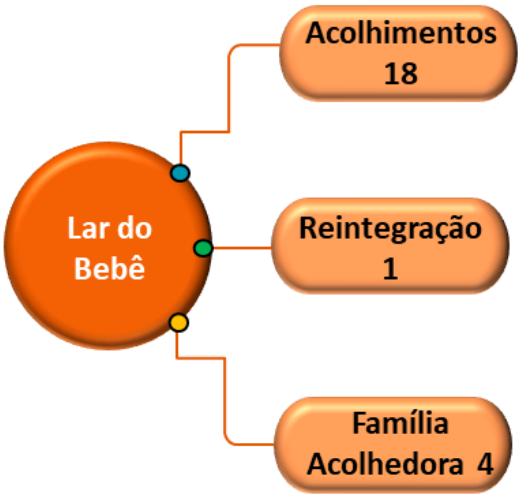
Fonte: SEMIAS, 2025.

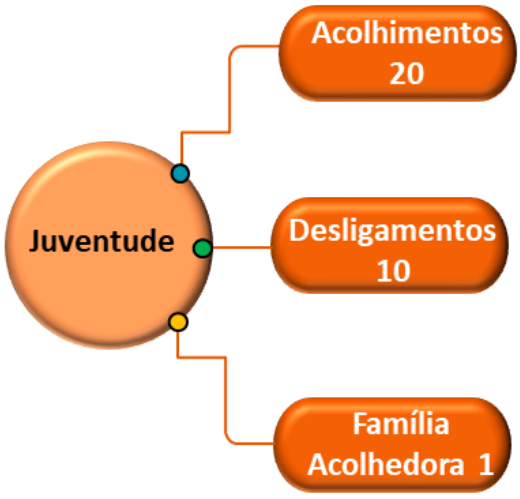
Atendimentos realizados no CREAS	Total
Total de atendimentos individualizados	2.997
Total de atendimentos em grupo	192
Famílias encaminhadas para o CRAS	239
Visitas domiciliares	1.247

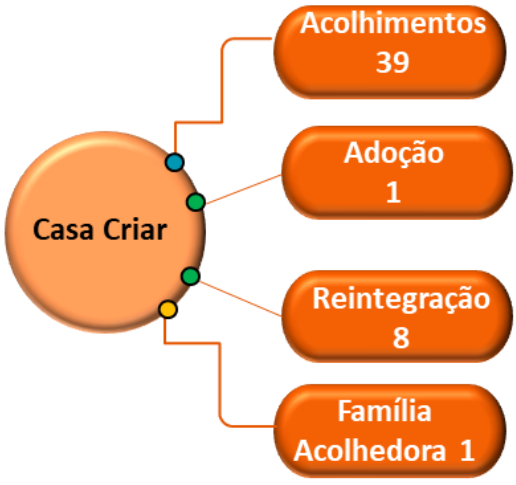
Fonte: SEMIAS, 2025.

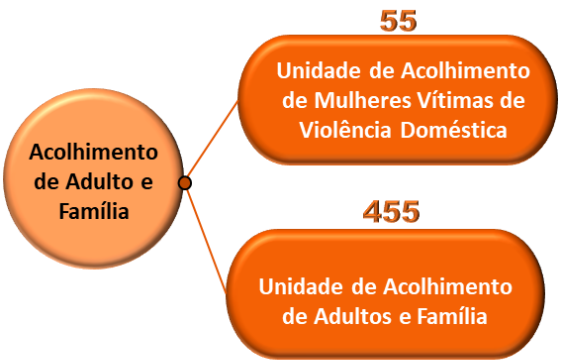
Acolhimentos a Crianças e Adolescentes

O público-alvo do serviço de acolhimento institucional são crianças e adolescentes de ambos os sexos, faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e adolescentes) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. A capacidade do acolhimento institucional é de 20 crianças/adolescentes.









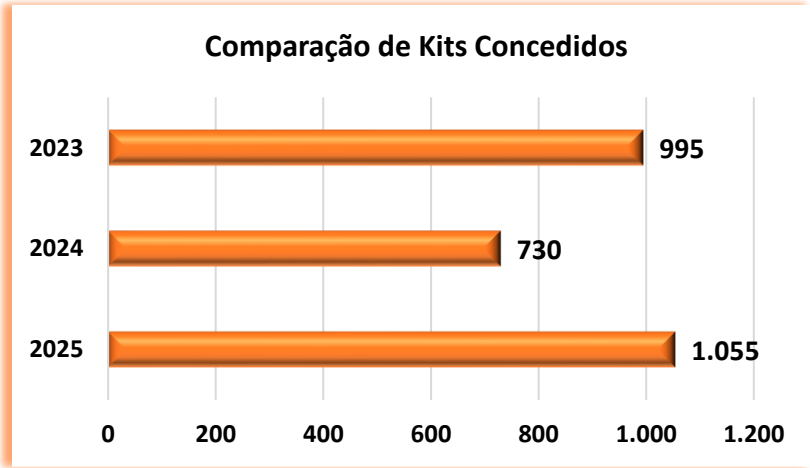
Acolhimento Familiar - SAF



Criado em 2022, o Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS) fortalece a gestão da Política Nacional de Assistência Social em Porto Velho. Vinculado à SEMASF, é responsável pela coordenação de planos, cofinanciamento, parcerias e benefícios assistenciais, além do monitoramento dos serviços, apoio às proteções sociais e execução do Plano de Educação Permanente. Sua implementação aprimorou a gestão socioassistencial e ampliou o alcance das políticas públicas no município.

Mamãe Cheguei

O Programa Estadual Mamãe Cheguei, executado pelo Governo de Rondônia e operacionalizado pela SEMASF, concede o Auxílio Natalidade por meio da entrega de Kit Enxoval às gestantes acompanhadas pelo PAIF nos CRAS. O benefício atende gestantes em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único, e contempla itens essenciais para os primeiros meses de vida do bebê.



Fone: SEMIAS, 2025.

Auxílios

Auxílio Moradia

A concessão do Auxílio Moradia depende de avaliação socioeconômica e comprovação de vulnerabilidade ou falta de moradia. O benefício é pago mensalmente, por tempo determinado (geralmente de 6 a 12 meses), podendo ser renovado.
Funciona como apoio financeiro temporário para custear aluguel ou moradia provisória. No município, o valor atual é de **R$ 200,00**, podendo variar conforme a localidade.

885
Beneficiários

R$ 180.000,00

Auxílio Funeral

É um benefício eventual concedido pela Prefeitura de Porto Velho a famílias em situação de vulnerabilidade que não têm condições de custear despesas funerárias. É gerido pela SEMIAS e operacionalizado pelo CREAS, com atendimento em plantão 24 horas.

104
Concessões

Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos

Inclusão

O Departamento de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (DAIDH), criado em agosto de 2025, apresenta a prestação de contas das principais ações realizadas no período, voltadas à promoção da inclusão, acessibilidade e garantia de direitos no período de agosto a dezembro de 2025:

13.000
Orientação sobre direitos e divulgação dos serviços da SEMIAS e do DAIDH.

112
Formações sobre direitos humanos, acessibilidade e inclusão - EMERON.

27
Escuta e acolhimento de famílias atípicas.

302
Redução do tempo de espera pelo BPC para crianças com deficiência.

Juventude

O Departamento de Políticas Públicas para a Juventude (DPPJ), vinculado à Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social, coordena a política de juventude em Porto Velho, promovendo autonomia, capacitação, inclusão produtiva e participação cidadã dos jovens por meio do planejamento, execução e monitoramento de programas e projetos.

200
palestras de jovens empreendedores, incentivo à inovação e autonomia

30
Curso de Barbeiro, com certificação e kits iniciais para destaque no curso

200
Aulão ENEM
Revisão intensiva e técnicas de redação para o ENEM



Fundação Cultural de Porto Velho- FUNCULTURAL

O Relatório de Gestão da Fundação Cultural de Porto Velho – FUNCULTURAL referente ao ano de 2025 apresenta um panorama detalhado e positivo das ações da instituição. A FUNCULTURAL destaca-se pelo compromisso com a promoção e valorização da cultura local, buscando ampliar o acesso a bens culturais e apoiar seus produtores, de forma alinhada com os objetivos do órgão municipal enquanto agente incentivador da cultura.

Um dos pilares dessa gestão foram os editais de chamamento público, que se tornaram instrumentos fundamentais para a democratização dos processos de seleção e distribuição de recursos. Eles propiciaram um ambiente mais justo e seguro para as contratações, parcerias e investimentos, criando um espaço inclusivo para a diversidade cultural. Essa abordagem não só favoreceu a transparência, mas também permitiu a gestão de recursos de maneira mais eficiente e equilibrada

Além disso, a FUNCULTURAL aperfeiçoou suas práticas e metodologias, adaptando-se às legislações vigentes e atendendo às demandas da classe cultural. Essa reconfiguração de relações possibilitou uma utilização mais racional dos recursos, ampliando o alcance das ações culturais, inclusive para regiões mais distantes da cidade, como os distritos. Nesses locais, a Fundação conseguiu promover uma série de eventos culturais que fomentaram a valorização da cultura regional, contribuindo para o fortalecimento da identidade local e a promoção de uma cultura democrática e acessível.

Esse movimento de descentralização e ampliação das ações culturais não apenas proporcionou novas oportunidades para os produtores e artistas da cidade, mas também incentivou o surgimento de novos talentos e a formação de uma rede cultural mais integrada. O relatório evidencia, assim, o esforço contínuo da FUNCULTURAL em democratizar o acesso à cultura e fortalecer os vínculos entre a administração pública e as diversas expressões culturais da comunidade.

ANTÔNIO ALVES FERREIRA
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PORTO VELHO - FUNCULTURAL

A FUNCULTURAL destaca-se pela sua atuação diversificada, que abrange o estímulo e apoio às atividades culturais e artísticas, sua divulgação, a capacitação de agentes culturais (sejam pessoas físicas ou jurídicas) e a formulação de políticas públicas para o setor. Observa-se que essa abordagem multifacetada reflete a riqueza das expressões culturais brasileiras e conduz a interações com uma variedade de agentes, como artistas, produtores culturais, grupos artísticos, instituições de ensino, institutos de pesquisa, entre outros. Convém lembrar que essa diversidade de agendas reflete a amplitude e a importância do diálogo e colaboração com uma ampla gama de atores envolvidos no cenário cultural.

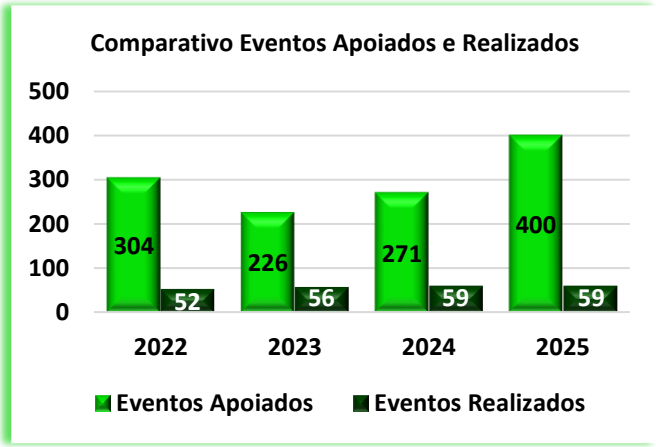
Gestão Orçamentária

A Fundação Cultural de Porto Velho iniciou o exercício de 2024 com orçamento de R$ 6,88 milhões, sendo necessário ao longo do ano realizar suplementações para adequação orçamentária, incluindo recursos da Lei Paulo Gustavo, superávit financeiro, recursos ordinários e transferências da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). A maior parte das suplementações foi destinada à cobertura de despesas com eventos culturais, especialmente locação de estruturas e equipamentos, como palco, som e iluminação, utilizados nos projetos apoiados pela FUNCULTURAL, a exemplo do Natal Porto Luz 2024.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2024						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	FONTE	INICIAL	SUPLEMENTADO	REALOCADO	REMANEJADO
6.880.887,00	25.855.907,61	1500	6.880.887,00	4.792.181,00	1.356.431,00	40.000,00
		1719	-	3.559.417,79	-	-
		2715	-	3.300.340,28	500.470,00	-
		2716	-	1.336.922,97	20.000,00	-
		2500	-	6.026.158,57	-	-

Fonte: FUNCULTURAL, 2025.

Calendário Cultural



Fonte: FUNCULTURAL, 2025.

No exercício de sua competência, a Fundação apoiou e realizou eventos de acordo com a realidade do cenário, no decorrer de 2025, a agenda de atividades, por meio da promoção do diálogo intergovernamental e com a sociedade, com a participação de autoridades, agentes, propagadores e espectadores culturais, e do setor privado.

A FUNCULTURAL atuou de forma contínua e estratégica em 2025, promovendo e apoiando diversos eventos culturais no município. As ações culturais fortalecem o desenvolvimento econômico, social e turístico, valorizam a diversidade cultural e ampliam o acesso ao entretenimento e à formação cultural da população.

Principais Eventos Realizados

Janeiro	Fevereiro
❖ Evento Cultural Instalação do Município do de Porto Velho	❖ Baile Municipal ❖ Curumim Folia
Março	**Abril**
❖ Evento Cultural no Mercado Cultural	❖ Evento Cultural no Mercado Cultural
Maio	**Setembro**
❖ Comemorações do dia do Trabalhador (no Mercado Cultural e no Parque dos Tanques); ❖ Oficinas e encontros com fazedores de cultura sobre elaboração de projetos de fomento à cultura; ❖ Arraiá da PREFS - Presença de Artistas Nacionais	❖ Festival de Praia da Vila Calderita, com palco flutuante, música, artesanato, gastronomia e atrações regionais;
Outubro	**Novembro**
❖ 5ª Conferência Municipal de Cultura, e ❖ Escolha do novo Conselho Municipal de Políticas Culturais Biênio 2025-2027; ❖ Valorização da memória de Porto Velho com ações educativas, apresentações teatrais e intervenções urbanas culturais.	❖ Participação em atividades educativas em escolas, reforçando a cultura como ferramenta social. Através do projeto Turista Aprendiz em parceria com a SEMTEL e SEMED;
Dezembro	
❖ Dia do Samba	

Fonte: FUNCULTURAL, 2025.

Principais Eventos Apoiados

Fevereiro	Março
❖ Blocos Areal Folia, Até Que a Noite Vire Dia; Pirarucu do Madeira, Furacão da Zona Sul, Us Dy Phora, Canto da Coruja, Banda do Vai Quem Quer, Furacão Kids, Murupi, Jatuarana Sul, Raça Rubro Negra, Carnaboi, Porto Maria, Axé Folia Mix; ❖ Ensaios Bloco Até Que a Noite Vire Dia.	❖ PVH Em Ação; ❖ Vem Com A Prefeitura.
Abril	**Maio**
❖ Evento Cultural no Mercado Cultural	❖ Festa do dia das Mães na Praça CEU – Zona Leste.
Junho	**Julho/Agosto**
❖ Arraial da Flor do Cacto; Orgulho do Madeira; ❖ Arraiá da Leste; ❖ Arraiais Comunitários; ❖ Dezenas de arraiais de bairro, escolas; associações e distritos.	❖ 1º Arraial do Bairro Novo; ❖ Comitivas de Cavalgadas; ❖ Dia do Rock; ❖ Festas comunitárias; ❖ Encontros de cultura popular; ❖ Eventos esportivos com apresentações artísticas; ❖ Atividades culturais escolares; ❖ Apoio a eventos tradicionais dos distritos da BR-319 e Baixo Madeira.

Continua

Continuação

Setembro	Outubro
❖ Festival de Praia de Jaci-Paraná, com a SEMTEL e EMDUR; ❖ Grupos de teatro, dança e música com participação em feiras, praças e espaços culturais; ❖ Articulação com movimentos populares para eventos de memória e identidade local.	❖ Aniversário de 111 Anos de Porto Velho em parceria com a SEMTEL, EMDUR, SEMTRAN, SEMUSB, SEMIAS e PM/RO; ❖ Dia das Crianças no Parque (EMDUR, SEMTEL)
Novembro	**Dezembro**
❖ Dia da Consciência Negra ❖ Dia da MPB; ❖ 1ª Feira AGROTEC, juntamente com a SEMAGRIC, SEMTEL e EMDUR; ❖ Caminhada pela Adoção, em conjunto do TJ/RO.	❖ Natal Porto Velho Luz: Uma Cidade Encantada; ❖ Apoio a festas comunitárias de fim de ano nos bairros e nos distritos.

Fonte: FUNCULTURAL, 2025.

Mercado Cultural



Fonte: FUNCULTURAL, 2025.

O Mercado Cultural, localizado no centro histórico de Porto Velho, consolidou-se como um importante espaço de cultura, lazer e turismo, reunindo manifestações artísticas, gastronomia regional e convivência social. Com programação diversificada, recebe artistas locais e de outras regiões, valorizando a pluralidade cultural, além de contar com estrutura adequada e áreas abertas para apresentações espontâneas, fortalecendo sua função como equipamento público cultural do município.

Editais de Chamada Pública

A política de gestão da FUNCULTURAL orienta-se pela ampliação organizada das ações de incentivo e difusão da produção cultural local, reconhecendo a cultura como instrumento de socialização, geração de renda e desenvolvimento intelectual. Nesse contexto, a realização contínua e diversificada de editais torna-se essencial para integrar artistas, produtores e toda a cadeia cultural à dinâmica da cidade, fortalecendo projetos e programas aptos à captação de incentivos públicos e ao fortalecimento do setor cultural através da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura (PNAB). Ambas as leis têm como objetivo fortalecer o setor cultural, garantir apoio aos profissionais da cultura e promover o acesso da população às diversas manifestações culturais.

Lei Paulo Gustavo



Criada para apoiar o setor cultural brasileiro após os impactos da pandemia. Destina recursos da União para estados e municípios financiarem projetos culturais, especialmente nas áreas do audiovisual, artes, cultura popular, patrimônio cultural e outras manifestações artísticas, garantindo a manutenção de espaços culturais e a geração de trabalho e renda para artistas e produtores culturais. Em 2025, o recurso foi de **R$ 4.637.263,25.**

Aldir Blanc



Instituída como medida emergencial para o setor cultural durante a pandemia. Prevê auxílio financeiro a trabalhadores da cultura, subsídios para manutenção de espaços culturais e a realização de editais, chamadas públicas e prêmios para incentivar a produção cultural nos estados e municípios. O recurso foi de **R$ 3.559.417,79,** em 2025.

Patrimônio Cultural



Fonte: Acervo IPHAN, 2025.

No exercício de 2025, o Departamento de Patrimônio Cultural (DPC) concentrou suas ações na atualização dos trâmites relacionados à concessão do Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), acompanhando as etapas iniciais das ações desenvolvidas, realizando encaminhamentos, prestando informações e mantendo o IPHAN atualizado. O Departamento também atendeu solicitações do Ministério Público do Estado de Rondônia, por meio de oitivas e respostas formais, referentes à EFMM e a outros bens do patrimônio histórico. De modo geral, o período foi marcado por elevado volume de procedimentos voltados a ajustes de conduta e ao fortalecimento das ações de proteção e defesa do patrimônio cultural.



Secretaria Municipal de Educação- SEMED

O presente relatório tem como objetivo apresentar dados qualiquantitativos, uma síntese das principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, no exercício financeiro do ano de 2025, bem como, dados dos os três últimos anos, as proposituras e resultados, visando maior transparência às ações planejadas e executadas no período supracitado.

Nesse sentido, é relevante registrar que, as informações elencadas no corpo deste documento, tem a finalidade de atender aos dispositivos legais, preconizados na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 70, Parágrafo Único; Lei Orgânica do Município de Porto Velho, no artigo 73; e na Instrução Normativa nº 65, de 27 de maio de 2019, emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que regula os procedimentos para sua elaboração.

Desse modo, enfatizamos que as ações desta SEMED, estão embasadas em fundamentos legais educacionais, bem como, leis correlatas que regem a administração do ensino público, e que estão em consonância com as normativas educacionais de caráter nacional, que delineiam os planejamentos, monitoramento e avaliação do ensino, desenvolvidos em prol da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Para tanto, foi necessário redimensionar aspectos da infraestrutura escolar, valorização dos profissionais da educação e na implementação de políticas de inclusão, ampliação no atendimento educacional, com especial atenção à igualdade, equidade, pluralismo e qualidade na oferta da educação.

Face ao exposto, almejamos que as informações elencadas neste documento possam contribuir com o processo de divulgação da transparência dos recursos utilizados, por esta Secretaria Municipal de Educação.

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho é responsável por planejar e executar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, além de gerir recursos e articular ações entre os entes federativos para garantir acesso e permanência dos estudantes na rede municipal.

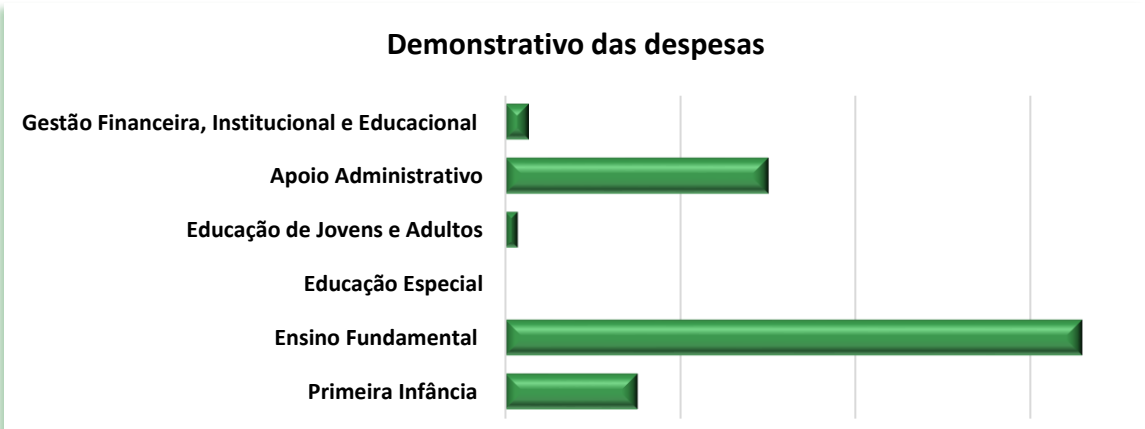
Em 2025, foram desenvolvidas ações administrativas, financeiras e pedagógicas, com planejamento técnico alinhado ao Plano Plurianual, visando maior transparência e eficiência na execução dos recursos. Também foram elaboradas estratégias para fortalecer a permanência dos alunos, reduzir a evasão escolar e assegurar qualidade e equidade no ensino municipal.

Atributos

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), cabe aos municípios organizar e manter a rede pública de ensino, em alinhamento com as políticas da União e dos Estados. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação é responsável por ofertar a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e a Educação de Jovens e Adultos-EJA, visando também o combate ao analfabetismo.

Em 2025, após o fechamento de uma unidade rural, a rede passou a ter **139** escolas (**84** urbanas e **55** rurais), ofertando Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA, com atendimento a **43.996** estudantes, além de três Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar e bibliotecas municipais.

O investimento público na educação básica é essencial para garantir acesso igualitário à educação e formar cidadãos ativos e produtivos. Nesse contexto, destacam-se os investimentos realizados pela Prefeitura de Porto Velho no exercício financeiro de 2025, conforme demonstrativo de despesas.



	Primeira Infância	Ensino Fundamental	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Apoio Administrativo	Gestão Financeira, Institucional e Educacional
Ano 2025	75.781.507	329.279.500	529.061	7.327.346	150.317.646	13.740.566

Fonte: GPI - Sistema de Gestão Pública Integrada SEMED, 2025.
Nota: posição em 09/12/2025.

Primeira Infância

Tem como objetivo ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) em Porto Velho, garantindo acesso, permanência e qualidade na primeira etapa da Educação Básica, com ações e previsões orçamentárias voltadas ao atendimento adequado.

70 escolas com atendimento à Educação Infantil

- 48 escolas urbanas
- 22 escolas rurais

Comparativo das Matrícula da Educação Infantil

Ano	Etapa	Matrículas	Total
2023	Creche	3.200	13.491
	Pré-escolar	10.291	
2024	Creche	2.906	13.154
	Pré-escolar	10.248	
2025	Creche	2.956	12.661
	Pré-escolar	9.705	

Fonte: Educacenso/INEP/MEC, SEMED, 2025.
Nota: Os dados são preliminares e podem sofrer alterações.
Nota: 2025 não contempla transferências.

Programas

Primeiros Passos: Ampliação de vagas na Educação Infantil =114 vagas.

Mais Educação Infantil: 444 crianças atendidas em escolas credenciadas. Sendo 388 creche e 56 pré-escola , buscando zerar a lista de espera de crianças entre 2 e 5 anos.

Creche Noturna: para atendimento noturno de crianças de 1 a 3 anos e 11 meses, garantindo cuidado, proteção e desenvolvimento, além de assegurar o direito ao trabalho e à educação dos pais, com foco na equidade social e na valorização da primeira infância. Atendendo um total de 9 crianças.

Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI): Implantado em 2024, o programa formou 600 professores, em 2025, da Educação Infantil, com 120 horas de capacitação, promovendo práticas de leitura, escrita e oralidade para estimular o desenvolvimento das crianças.

Ensino Fundamental

95 escolas com atendimento ao Ensino Fundamental

- 42 escolas urbanas
- 53 escolas rurais

Tem como propósito garantir condições adequadas de permanência e aprendizagem dos estudantes, por meio do acompanhamento pedagógico, fortalecimento das práticas docentes, melhoria dos recursos e ambientes escolares e incentivo à participação da comunidade.

Ano	Etapa	Matrículas	Total
2023	Ens. Fund. I	26.989	28.184
	Ens. Fund. II	1.195	
2024	Ens. Fund. I	27.886	28.960
	Ens. Fund. II	1.074	
2025	Ens. Fund. I	28.661	29.651
	Ens. Fund. II	990	

Fonte: Educacenso/INEP/MEC, SEMED, 2025.
Nota: Os dados são preliminares e podem sofrer alterações.

Programas

Um por todos e Todos por um Pela Ética e Cidadania

Parceria com a **Controladoria-Geral da União-CGU**. Objetiva promover o desenvolvimento de uma cultura ética e cidadã por meio de atividades artísticas, científicas e lúdicas, fortalecendo a integração entre escola, família e comunidade, com metodologia vivencial que facilita a compreensão de temas complexos. Alunos de 1º a 5º ano.

Ano	Escolas	Nº de Escolas	Nº de Alunos
2023	Urbanas	24	2.259
	Rurais	8	335
	Total	32	2.594
2024	Urbanas	24	2.282
	Rurais	6	250
	Total	30	2.532
2025	Urbanas	55	22.288
	Rurais	15	1.864
	Total	70	24.152

Fonte: DIEB/DPE/SEMED, 2025.

Reforço Escolar

Ação estratégica para enfrentar dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática. Atende **28.630** estudantes do Ensino Fundamental, com atividades realizadas pelos próprios professores da rede, integradas ao planejamento ou ao horário regular das aulas, conforme a organização de cada escola.

Recomposição da Aprendizagem

Objetivo de recuperar déficits de aprendizagem, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, com avaliações diagnósticas, reforço pedagógico e formação continuada de professores. Promovendo alfabetização na idade certa e redução das desigualdades. Ação complementar de contratação de OSC para atender alunos do 5º ano com baixa proficiência. Atende **2.282** alunos da zona urbana e rural, com atividades de recomposição no contraturno, 4h semanais, alinhadas à BNCC.

Jovens Empreendedores Primeiros Passos

Não houve adesão ao projeto em virtude das demandas relacionadas ao SAERO e ao SAEB, que exigiram a priorização das ações voltadas às avaliações externas.

Alfabetiza Porto Velho

Tem como parceiro o **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia-TCE/RO.** Seu objetivo principal é garantir que os estudantes sejam alfabetizados até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Houve encontros formativos bimestrais com professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, abordando as mais diversas temáticas da alfabetização.

Ano	2024	2025
Alunos Monitorados	17.294	15.788
Sistema de Escrita Alfabética	15.420	14.005
Leitura de Texto	8.079	7.089
Escrita	5.545	4.540
Produção de Texto	3.734	2.626
Oralidade	7.789	6.048

Fonte: DIEB/DPE/SEMED, 2025.
Nota: As informações relativas a 2025 são parciais e abrangem até novembro

54 escolas urbanas e 53 escolas rurais	
Ano	Estudantes atendidos
1º	5.635
2º	5.723
3º	5.833
Total	17.191

Tempo de Aprender

Não teve continuidade, em razão do Ministério da Educação-MEC ter passado por uma reestruturação das políticas de alfabetização, centralizando suas ações na implementação do **PNA – Política Nacional de Alfabetização** e, posteriormente, na reformulação de programas voltados aos anos iniciais. Como consequência, não houve reabertura para novas adesões nem transferência de novos recursos, o que impossibilitou a continuidade das ações pela rede municipal em 2025.

Prêmios

O Concurso Prêmio Boas Práticas reconhecia práticas pedagógicas inovadoras de professores da rede municipal, premiando os vencedores com visita técnica a outras redes de ensino.
Já o Prêmio Inovações na Gestão Educacional premiava equipes gestoras por projetos desenvolvidos em 2024, avaliados nas áreas de gestão pedagógica, relações com a comunidade, ambiente organizacional, informações e gestão financeira. Em 2025, ambos os concursos não tiveram continuidade pela nova gestão.

Escola em Tempo Integral

O programa busca o cumprimento da Meta 6 do Plano Municipal de Educação e do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Contempla escolas urbanas e rurais, nas etapas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil.

Atendimento	Alunos
Ensino Fundamental (urbanas)	939
Multisseriadas (rurais)	60
Educação Infantil- Pré II	269
Total	1.268

Banzeiro do Saber

Optou-se por **não aderir** ao programa Banzeiro do Saber devido à necessidade de reestruturação das prioridades administrativas e pedagógicas para o atual período. Após análise das diretrizes estratégicas e dos recursos disponíveis, constatou-se que a continuidade do programa não seria viável, uma vez que suas ações não estavam alinhadas ao planejamento educacional estabelecido pela nova equipe gestora.

Educação Especial

Público alvo da Educação Especial – Por Zona 2025

Classificação	Urbanas	Rural
TEA	2332	201
Intelectual	166	43
Visual	29	11
TDAH	222	43
Física	60	10
Síndrome de Down	43	8
Outros	67	10
Doença	54	15
Auditiva	26	7
Dislexia	2	1
Múltipla	6	2
ECNE	32	6
Total Geral	**3.039**	**357**

Fonte: DIEB/DPE/SEMED, 2025.

Educação Especial

A SEMED atende, em média, **3.396 estudantes da Educação Especial** na rede municipal (urbana e rural). Para esse público, mantém **50 Salas de Recursos Multifuncionais**, com cerca de **2 professores especialistas por sala**, além de **cuidadores e profissionais de apoio escolar** para estudantes que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Comparativo

Descrição	2023	2024	2025
Público Alvo da Educação Especial	1.944	2.614	3.396
Alunos Atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais-SRMs	806	887	1.245
Parecer para Profissional de Apoio	1.247	1.501	1.491
Assessoramento in loco	340	172	228
Atendimento Interno (Público em geral)	–	80	55
Formações Educação Especial	-	-	13

Principais Ações

- Identificação de demandas da Educação Inclusiva,
- Orientação na elaboração e acompanhamento do Plano Educacional Individualizado;
- Apoio na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado;
- Assessoramento aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais;
- Acompanhamento e orientação sobre adaptações pedagógicas;
- Elaboração de pareceres para solicitação de profissional de apoio;
- Assessoria em acessibilidade em Libra;
- Orientações às escolas sobre o fortalecimento do vínculo com as famílias.

Aquisições

Materiais pedagógicos, mobiliários, equipamentos e tecnologias assistivas para fortalecer as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da rede municipal. As ações contemplaram:
55 escolas com material pedagógico para implementação e ampliação das SRM;
56 escolas com mobiliário e equipamentos para melhoria das práticas pedagógicas inclusivas;
04 unidades com tecnologias assistivas, incluindo as Salas de Recursos e a Biblioteca Pública Francisco Meireles.
As iniciativas visam garantir atendimento adequado e promover o desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial no município de Porto Velho.

Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD

PROERD

O PROERD é um curso de 16 horas voltado aos alunos do 5º ano da rede municipal, ministrado por policiais em parceria com o Governo de Rondônia, com foco na prevenção à violência e ao uso de drogas. A SEMED fortalece o programa por meio da aquisição anual de kits educativos (camisetas, livros e certificados), além de participar do planejamento, das formaturas, do acompanhamento e da elaboração de relatórios das ações.

Comparativo de Educandos formados PROERD		
2023	2024	2025
1.569	1.480 alunos	343 alunos

Fonte: PROERD/DSE/SEMED, 2025.

Educação de Jovens e Adultos - EJA

EJA

Modalidade destinada a jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica, com foco em qualificação profissional e continuidade dos estudos.

Renovado o Acordo entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e o Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Rondônia (SESI/RO) para oferta da EJA Profissionalizante no Ensino Fundamental.

Ano	Escolas		Total de matrículas
	Urbanas	Rurais	
2023	6	1	**919**
2024	5	1	**778**
2025	5	1	**1.240**

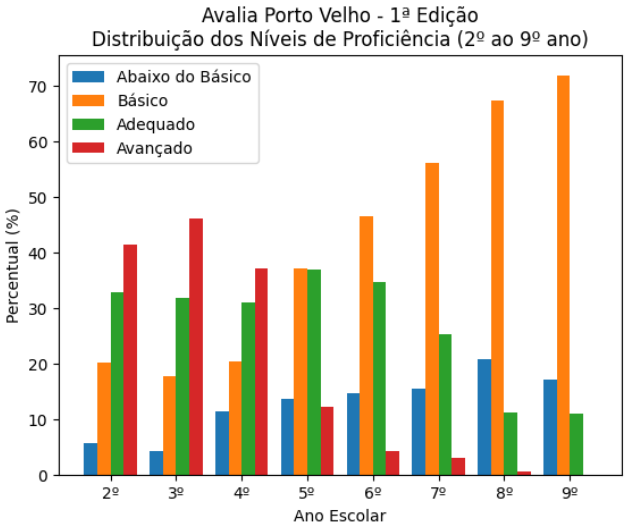
Fonte: DIEB/SEMED, 2025.

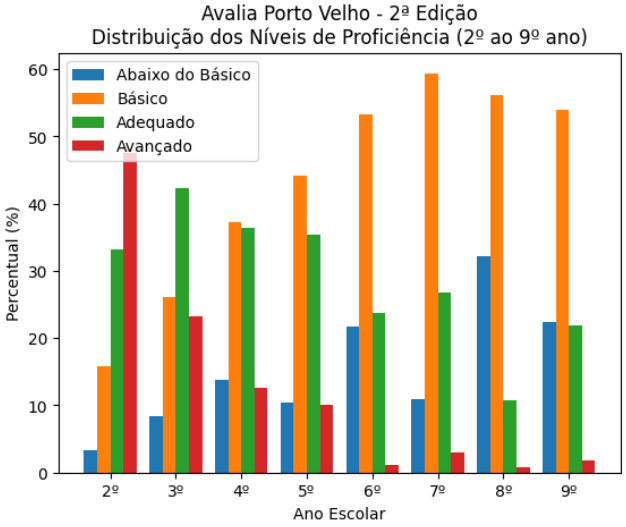
Avaliações

Avalia Porto Velho

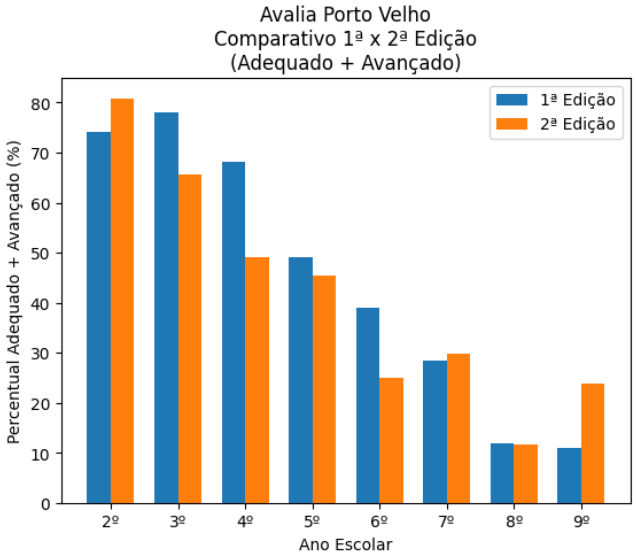
O Avalia Porto Velho é a avaliação interna da Rede Municipal, criada em 2017 e reformulada em 2023, consolidada como instrumento de acompanhamento da aprendizagem. Aplica provas de Língua Portuguesa e Matemática para identificar níveis de proficiência e orientar ações pedagógicas.

Contribui para o monitoramento da Meta 07 do Plano Municipal de Educação e para o alcance das metas do IDEB. Em 2025, foram realizadas duas edições da Avaliação Diagnóstica (março e agosto) e o Simulado “Avança IDEB” para 5º e 9º anos, fortalecendo intervenções pedagógicas e a melhoria dos resultados educacionais.





Fonte: DIAIED/DPE/SEMED, 2025.
Elaboração: Assessoria Executiva-SEMEC.



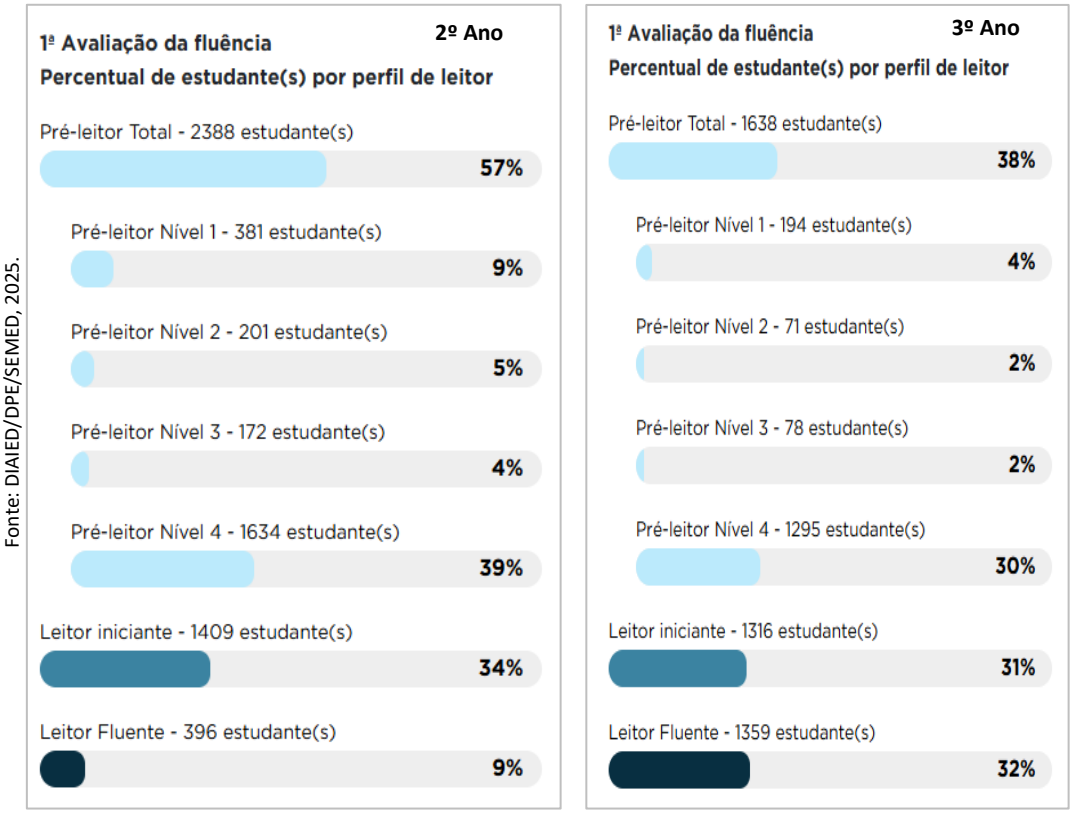
Fonte: DIAIED/DPE/SEMED, 2025.
Elaboração: Assessoria Executiva-SEMEC.

SAERO

O SAERO é uma avaliação da SEDUC que fortalece o regime de colaboração entre Estado e municípios, funcionando como indicador da qualidade da educação nas redes estadual e municipais. Avalia estudantes do 2º, 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.

Com base nos resultados de 2024, Porto Velho destacou-se em 2025: a EMEF Jerusalém da Amazônia alcançou a 1ª colocação geral e obteve destaque no 3º e 5º anos; a EMEF Professor Manoel Grangeiro conquistou o 1º lugar no 3º ano; e as EMEFs José de Freitas e Rio Guaporé figuraram entre as 20 melhores evoluções no estado.

Em 2025, o SAERO passou a incluir a **Avaliação de Fluência Leitora** para alunos do 2º e 3º anos, aplicada no início e no final do ano letivo. A medida permitiu acompanhar ritmo, precisão e compreensão leitora, identificar estudantes que necessitam de apoio e orientar intervenções pedagógicas, fortalecendo o monitoramento da alfabetização e o planejamento das escolas.



Fonte: DIAIED/DPE/SEMED, 2025.

Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB

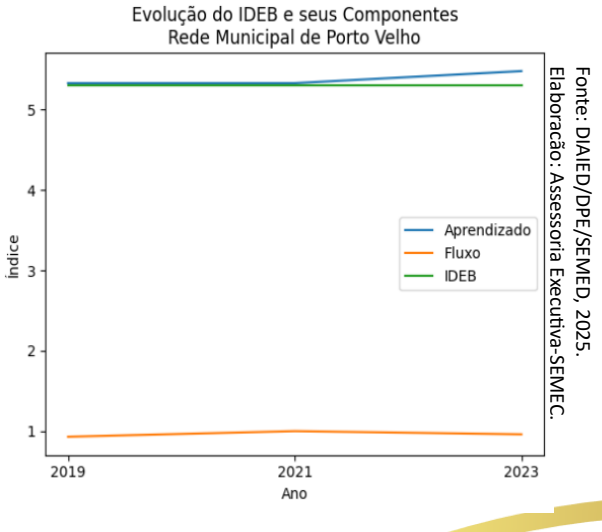
Em 2025, a Rede Municipal de Porto Velho reafirmou o compromisso com o SAEB, pactuando metas do IDEB com as escolas, alinhadas à agenda “Compromissos que Transformam Vidas”.

Entre 2019 e 2023, os indicadores de aprendizagem apresentaram leve crescimento e o fluxo escolar registrou oscilações, mantendo o IDEB estável em 5,3. O cenário indica a necessidade de fortalecer estratégias que avancem simultaneamente na aprendizagem e no fluxo escolar.

A edição 2025 do SAEB foi aplicada em toda a rede, com resultados preliminares previstos para julho de 2026 e finais para agosto, subsidiando o monitoramento das metas e o aprimoramento das ações pedagógicas.

Ano	Aprendizado	Fluxo %	IDEB
2019	5,33	0,93	5,3
2021	2,33	1,0	5,3
2023	5,48	0,96	5,3

Fonte: DIAIED/DPE/SEMED, 2025.



Contribuições para a Qualidade do Ensino na Rede Municipal

Chamada Escolar

- Processo de chamamento público para oferta de vagas na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e EJA (zona urbana);
- Cumpre a LDB nº 9.394/1996 (Art. 5º) quanto ao recenseamento e chamada pública;
- Atende à Meta 10 do Plano Municipal de Educação, garantindo ingresso na EJA presencial;
- Em 2025, ofertou aproximadamente **6.200 vagas** na Rede Municipal.

Busca Ativa Escolar

- Estratégia para identificar, (re)matricular e acompanhar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão;
- Promove atuação intersetorial e utiliza ferramenta tecnológica para mapeamento e acompanhamento;
- Objetiva garantir permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica;
- Em 2025, houve **repactuação do programa** e fortalecimento das ações na rede municipal.

Bolsa Família

- Acompanha a frequência escolar de estudantes beneficiários do programa federal de transferência de renda;
- Capacita secretários escolares para monitoramento no Sistema Presença e controle de prazos;
- Público-alvo: estudantes de **4 a 17 anos** matriculados na rede municipal;
- Em dezembro de 2025, foram atendidos **49.893 alunos ativos beneficiários**.

Gestão Financeira

A Gestão Financeira, Institucional e Educacional, tem como objetivo modernizar a gestão institucional, abrangendo os aspectos financeiros e educacionais e aumentando os níveis de efetividade das ações realizadas. Assim, destacamos as ações realizadas no ano de 2025:

Planejamento Participativo

115

Encontro realizado em três etapas para reestruturação dos CMACEs, elaboração de proposta curricular unificada das Linguagens da Arte e definição de sistema de avaliação específico para Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

Participantes

Cine Escola

1.827

Projeto promove o acesso ao cinema como ferramenta pedagógica e cultural para estudantes do Ensino Fundamental I e II Atendeu 12 escolas e 74 professores da rede municipal.

Alunos

XI Mostra Cultural

780

Evento realizado de 11 a 13 de novembro de 2025, no Palácio das Artes, com apresentações artísticas das produções desenvolvidas ao longo do ano. Reuniu Alunos e professores dos CMACEs.

Alunos

BrinCarte

5.715

Projeto voltado à Educação Infantil, com atividades baseadas em jogos e histórias da cultura amazônica, promovendo desenvolvimento integral. Atendeu 61 escolas.

Alunos e Professores

Café, Arte e Cia

100

Iniciativa voltada à valorização do ambiente de trabalho, com vivência cultural, ginástica laboral e oferta de produtos alimentícios e agrícolas antes do expediente. A 1ª edição contou com 13 expositores.

Participantes

Centros

Municipais de Arte e Cultura Escolar
Acompanhamento pedagógico dos CMACEs (Jorge Andrade, Francisco Lázaro e Som na Leste) por meio de visitas técnicas bimestrais, reuniões mensais e monitoramento das atividades, incluindo alinhamento das ações da Educação Integral e da XI Mostra Cultural.

Formação de Plateia

Curta Metragem

260

Ação cultural promovida pela Casa do Rio, do cineasta Juraci Júnior, levou sessões de curta-metragem a estudantes da rede municipal

Alunos e Familiares

Mostra Integrada dos CMACEs

280

Realizada em julho de 2025, destacou as produções artísticas desenvolvidas no primeiro semestre, valorizando a identidade cultural dos centros.

Alunos

Resgatando o Civismo

245

Manifestação cívico-cultural que marca o início das comemorações alusivas à Pátria em nosso município. 5 unidades de ensino (Antônio Ferreira, Padre Chiquinho, São Pedro, Nações e CMACE Laio

Participantes

Dia do Professor

3.000

Momentos de confraternização, reconhecimento e valorização profissional, com atividades de lazer com jogos e brincadeiras no Parque da Cidade.

Servidores da Educação

Cantata de Natal

135

Parceria com a EMDUR, em frente ao prédio do Relógio, os Centros Municipais de Arte e Cultura Escolar –protagonismo dos alunos, florescendo o talento artístico, iluminando a noite com emoção, cor e harmonia

Participantes

Aluno Destaque 2025

1.200

Com o objetivo de estimular a participação dos estudantes, fortalecer o compromisso com a aprendizagem e reconhecer trajetórias acadêmicas positivas ao longo do ano, os alunos foram comtemplados com bicicletas

Alunos

Natal Porto Velho Luz

1.000

Foram contempladas 23 escolas da rede com alunos do turno da tarde no Parque da Cidade.

Alunos por dia

Ser diferente é divertido

APAE

Ação alusiva ao Dia Internacional da Síndrome de Down (21 de março), realizada na APAE, com jogos e brincadeiras para sensibilização sobre inclusão, direitos e valorização das pessoas com deficiência.

Saúde na Escola

Programa de Oftalmologia

Voltado à prevenção, identificação e correção de problemas visuais dos alunos do Ensino Fundamental, com oferta de consultas e próteses oculares. Em 2025, não houve atendimento; foi iniciado novo processo para execução em 2026.

Programa de Fonoaudiologia

Destinado à prevenção e correção de dificuldades auditivas, de fala, leitura e escrita na Educação Infantil e Ensino Fundamental. O processo foi encerrado em março de 2024. Para 2026, estão previstas **2.000 sessões de fonoaudiologia** e **200 exames de audiometria**, já inseridos no PLOA.

Saúde na Escola

Programa de promoção e prevenção à saúde dos estudantes, com ações integradas e formação continuada. No ciclo 2025-2026, foram pactuadas **135 escolas** (101 municipais e 34 estaduais).

Campanhas Nacionais

Ações de prevenção ao abuso e à violência sexual contra crianças e adolescentes, com mobilização das escolas no 18 de maio e realização de palestras. Em 2025, foram atendidas **25 escolas**, alcançando **13.282 alunos**.

Promoção de Saúde Menstrual

Em 2025, não houve distribuição. Novo processo está em andamento para entrega prevista no primeiro semestre de 2026, contemplando **4.797 alunas** com **28.782 pacotes**, contribuindo para o combate à evasão escolar relacionada à higiene menstrual.

Promoção e Prevenção à Saúde Bucal

Distribuição de kits de higiene bucal para incentivar hábitos preventivos. Em 2025, foram entregues **3.015 kits infantis**. Está em andamento processo para aquisição de **33.281 kits** por meio de registro de preços em parceria com a SEMUSA.

Gabinetes Odontológicos

Após reestruturação, o gerenciamento passou a ser responsabilidade da SEMUSA, com apoio técnico da SEMED. Dos 8 gabinetes instalados, 5 aguardam adequação elétrica. O atendimento ocorre semanalmente na Escola Estela Compasso.

Assistência ao Educando

A Assistência ao Educando realiza acompanhamento social de alunos e suas famílias, com ou sem comorbidades, por meio de atendimentos, visitas domiciliares e institucionais, além de articulação com a rede socioassistencial. O trabalho envolve orientações, encaminhamentos e ações intersetoriais, visando garantir acesso a direitos, promover o bem-estar e fortalecer a permanência e frequência escolar.
Entre as ações desenvolvidas estão: acompanhamento de casos do Busca Ativa Escolar, visitas domiciliares e escolares, reuniões com familiares, estudos de caso com a rede socioassistencial, articulação com políticas para mulheres, participação em formações (Ministério Público e 18 de maio), palestras nas escolas, reuniões com o COMPI e CRESS, acompanhamento junto às unidades de saúde e atuação intersetorial.
Em 2025, foram realizadas **78 assistências**.

Manutenção

Em 2025, foram realizadas melhorias na estrutura física de diversas unidades escolares. A Divisão de Manutenção realizou levantamento técnico nas escolas e prédios da Secretaria, por meio de visitas in loco, para elaboração de orçamentos e execução de serviços de manutenção preventiva.

Destaque dos Serviços Executados

Ar-Condicionado - Ernandes Coutinho, José de Freitas, Mãe Margarida;

Banheiros - Flamboyant /Extensão, Joaquim Vicente Rondon, Pingo de Gente;

Bomba d'água - Ernandes Coutinho, Estrela do Amanhã, Profa. Joelma R. dos Santos, Flamboyant /Extensão, Flor de Laranjeira;

Outros Serviços - CME, Ernandes Coutinho, João Ribeiro Soares, Profa. Joelma R. dos Santos, União, Esperança /Extensões, Flamboyant /Extensão, Joaquim Vicente Rondon, Pé de Murici;

Pintura - Ernandes Coutinho, José de Freitas, João Ribeiro Soares, Mãe Margarida, Auta de Souza, Flamboyant /Extensão, Flor de Laranjeira, Joaquim Vicente Rondon;

Reforma de Piso - Prof. Antônio A. R. das Chagas, Encantos de Mutum, Flamboyant /Extensão, Flor de Laranjeira;

Serviços Elétricos - CME, Estrela do Amanhã, José de Freitas, João Ribeiro Soares, Prof. Antônio A. R. das Chagas, Profa. Joelma R. dos Santos, União, Encantos de Mutum, Mãe Margarida, Auta de Souza, Esperança /Extensões, Flamboyant /Extensão, Joaquim Vicente Rondon, Pingo de Gente, Pé de Murici;

Telhado - João Ribeiro Soares, Prof. Antônio A. R. das Chagas, União, Encantos de Mutum, Auta de Souza.

Obras em Andamento

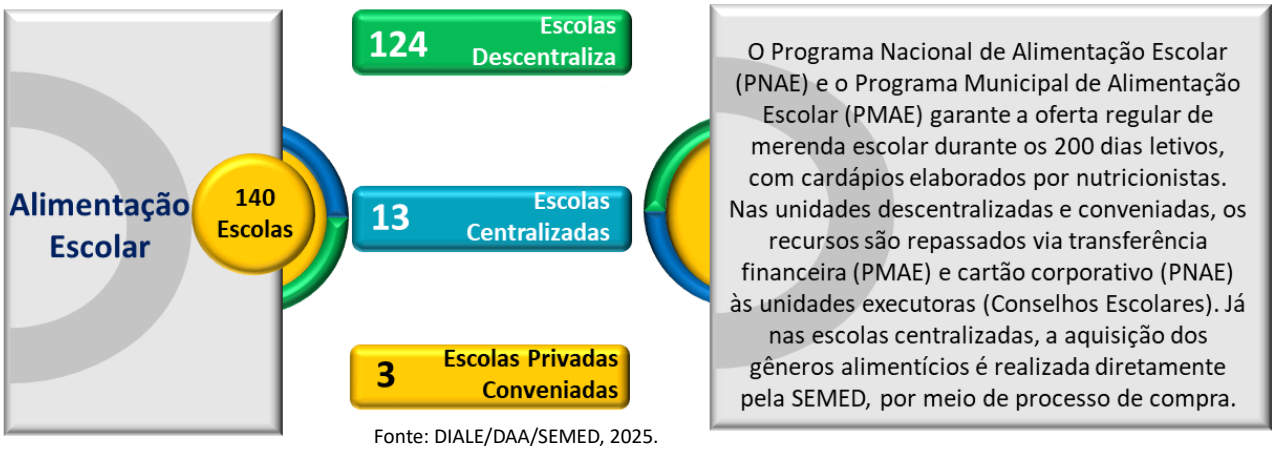
- Construção de creche e pré-escola, no Orgulho do Madeira. 39% de execução concluída;
- Construção de 12 salas de aula no Cristal Da Calama, 89,19 % concluída;
- Reforma geral da EMEF Senador Olavo Pires, a obra encontra-se paralisada por questões de ajuste de projeto;
- Instalação e ampliação dos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio para atender 49 unidades escolares, desse quantitativo, já foram atendidas 17 escolas;
- Aquisição e instalação de Gradil foram atendidas 02 (duas) escolas na zona rural. Sendo elas, EMEF Vista Alegre e EMEF Prof. Manoel Granjeiro;
- Perfuração de poços poço semi-artesiano com dispositivo para bombeamento e reservatório, nos distritos e regiões do município de porto velho, atendida a Escola Prof. Manoel Granjeiro.

Suporte Tecnológico e Informação Educacional

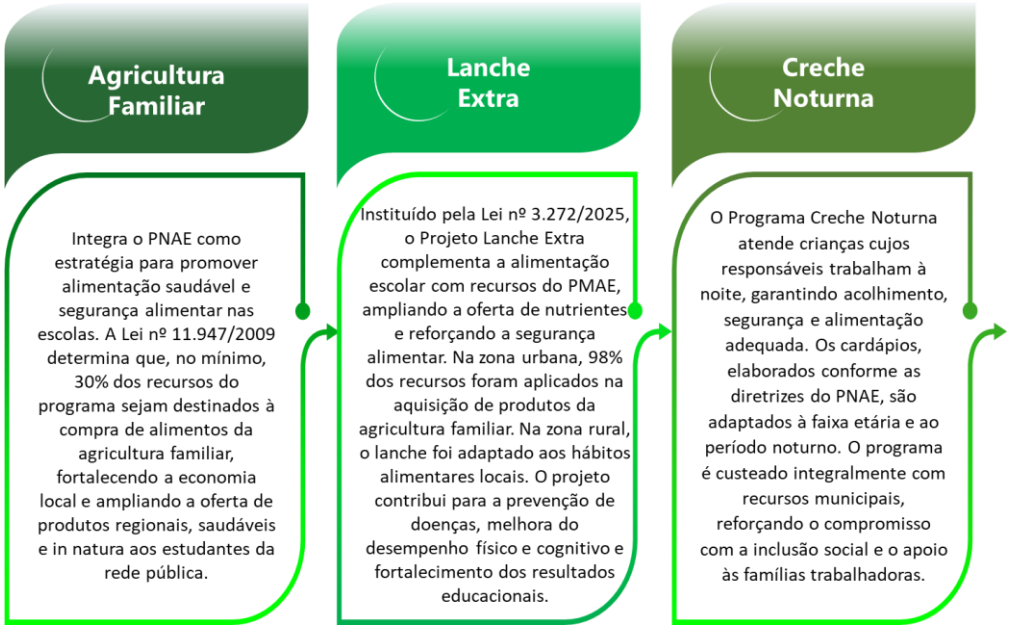
Suporte e Manutenção Tecnológica

- Manutenção e gestão de **impressoras locadas** e controle de insumos;
- Monitoramento dos **programas de tecnologia e conectividade** (federais e municipais) nas escolas urbanas e rurais;
- Acompanhamento dos sistemas **GPE/MEC, E-CIDADE, PDDE Interativo e ENEC** informações escolares;
- Instalação e atualização de **medidores do Educação Conectada** e apoio à geolocalização de escolas rurais. (MEC e Selo UNICEF);
- Assessoramento ao **PDDE Interativo** e elaboração do **Planejamento de Aplicação Financeira (PAF 2025).**;
- Monitoramento da **ENEC** e apoio às escolas contempladas pelo **Aprender Conectado (EACE);**
- Acompanhamento da implantação de **internet (GESAC, V-TAL, FUST)** e suporte técnico às unidades escolares;
- atualização do **Currículo da BNCC Computação**, com vigência prevista para 2026;
- Apoio à implementação do **Programa Educação Conectada**, fomentando o uso pedagógico das tecnologias digitais;
- Manutenção e acompanhamento de **laboratórios de informática em 12 unidades escolares** e no Núcleo de Tecnologia Educacional (SEMED);
- Atendimento a **15 escolas centralizadas com equipamentos tecnológicos** e a **03 escolas rurais;**
- Implantação de **02 novos laboratórios de informática** nas escolas Flor do Cupuaçu e Marechal Rondon, em parceria com o Projeto Rio Madeira REDD+.

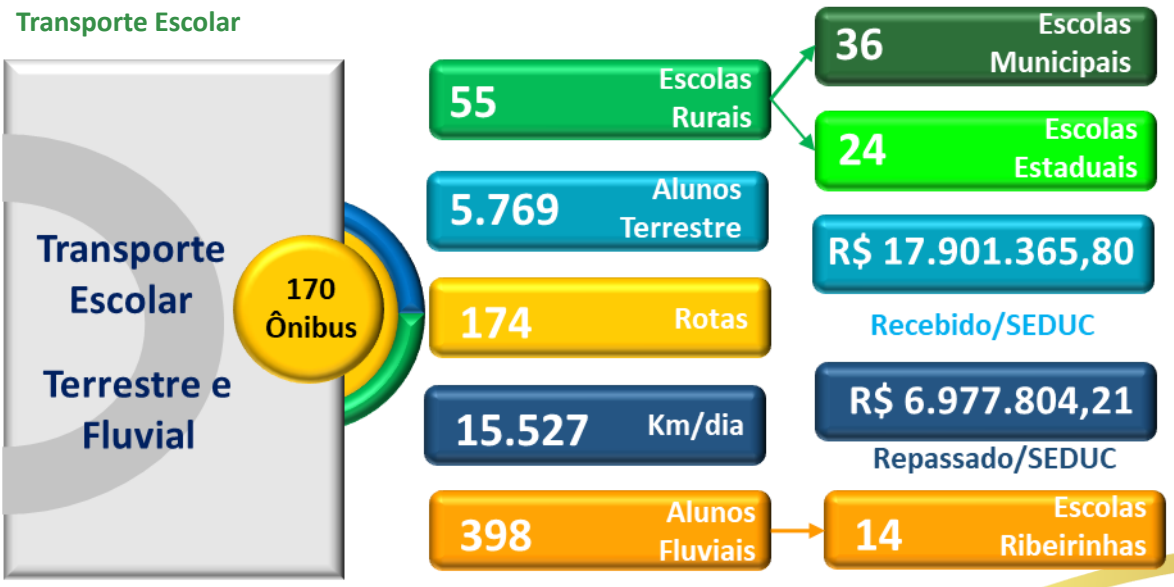
Alimentação Escolar



Fonte: DIALE/DAA/SEMED, 2025.



Transporte Escolar



Fonte: Departamento de Frotas da SEMED, 2025.

Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME

O Plano Municipal de Educação (PME) de Porto Velho, instituído pela Lei nº 2.228/2015, tem vigência de 10 anos e estabelece 20 metas para todas as etapas e modalidades da educação. A SEMED é responsável pela publicação anual dos Relatórios de Monitoramento e bienal dos Relatórios de Avaliação, assegurando o acompanhamento do cumprimento das metas.

Ao final do decênio, foram elaborados os Relatórios de Monitoramento do 9º (2023/2024) e 10º Ano (2024/2025), com a contextualização dos dados realizada por coordenadores e colaboradores designados.

Para garantir transparência, os relatórios são disponibilizados no site oficial da SEMED, permitindo o acompanhamento público das ações educacionais do município.

Capacitações

Formação Continuada para os professores da Educação Infantil

Temática	Participantes
Encontro Formativo da Educação Infantil: O Fazer Docente nas Interações da Aprendizagem Significativa – Zona Urbana	401
Formação dos Professores da Educação Infantil - Eixo Rural BR	48
Encontro Formativo da Zona Rural - Polo Abunã - Eixo BR 364	135
Encontro Formativo da Zona Rural - Polo São Carlos - Baixo Madeira	73
Encontro Formativo da Educação Infantil (Educação Inclusiva: Identidade e Pertencimento)	570
Workshop da Educação Infantil: Florescer e Continuar: Experiências que Inspiram e Conectam	18

Fonte: DIFOR/SEMED, 2025.

Ainda na perspectiva de qualificar os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Porto Velho, bem como cumprir a Meta 14 do PME a SEMED firmou Convênios e Contratos com instituições de Ensino Superior, Faculdade Católica e Universidade Federal de Rondônia, para que professores e especialistas em educação possam cursar especialização *Stricto sensu* (Mestrado ou Doutorado em Educação).

Comparativo de Profissionais da Educação participantes nas Especializações *stricto sensu*

Ano	Mestrado	Doutorado
2023	25	7
2024	18	1
2025	30	8
Total	**73**	**16**

Fonte: ASTEC/SEMED, 2025.

Comparativo de Profissionais da Educação participantes das Formações

Ano	Participantes
2023	9.208
2024	10.554
2025	10.747
Total	**30.509**

Fonte: DIFOR/SEMED, 2025.

Formação Continuada

Temática	Participantes
Encontro Formativo da Educação Infantil: O Fazer Docente nas Interações da Aprendizagem Significativa – Zona Urbana	401
Formação dos Professores da Educação Infantil - Eixo Rural BR	48
Encontro Formativo da Zona Rural - Polo Abunã - Eixo BR 364	135
Encontro Formativo da Zona Rural - Polo São Carlos - Baixo Madeira	73
Encontro Formativo da Educação Infantil (Educação Inclusiva: Identidade e Pertencimento)	570
Workshop da Educação Infantil: Florescer e Continuar: Experiências que Inspiram e Conectam	18
Encontro de Gestores	106
I Encontro Formativo de Professores do 1º ao 3° Ano (Alfabetiza PVH)	445
Encontro Formativo para Cuidadores e Mediadores de Aprendizagem	600
Encontro de Gestores do Programa Alfabetiza	88
Encontro de Supervisores do Programa Alfabetiza	118
Encontro Formativo da Educação Infantil: O Fazer Docente nas Interações da Aprendizagem Significativa	401
Encontro Formativo do AEE	70
Encontro de Professores do 4º e 5º Anos	386
Formação dos Professores da Educação Infantil (Eixo Rural BR)	48
Formação de Professores do 1º ao 5º ano (Eixo Rural BR)	44
II Encontro Formativo para Cuidadores e Mediadores de Aprendizagem	700
Encontro Formativo de 4º e 5º Anos PROALFA	386
Encontro Formativo de Supervisores e Orientação Alfabetiza PVH (Emergencial)	145
Encontro Formativo em "Iniciação ao Scratch"	21
Fortalecendo a Inclusão: a Sala de Recursos Multifuncional na Ed. Infantil	35
Encontro Formativo da Zona Rural - Polo Abunã (Eixo BR 364)	135
Encontro Formativo da Zona Rural - Polo São Carlos (Baixo Madeira)	73
Encontro Formativo de Tecnologia Educacional (Plickers)	21
Encontro Formativo Zona Rural (União Bandeirante e Rio Pardo)	29
Encontro Formativo da Educação Infantil (Educação Inclusiva: Identidade e Pertencimento)	570
Encontro Formativo de Professores de 2º Anos (Escolas Prioritárias)	129
Formação dos Coordenadores Pedagógicos	62
Encontro Formativo em Alfabetização com os Gestores do Ensino Fundamental	58
Encontro Formativo de Professores de 4º e 5º Anos	373
Palestra: Entre o Ensinar e o Sentir: O Impacto Emocional na Saúde Emocional na Rotina Escolar SEMECE	45
Workshop da Educação Infantil: Florescer e Continuar: Experiências que Inspiram e Conectam	18
Encontro Formativo ProLEEI: Infância e Linguagem: criança, infância, linguagem, responsividade do adulto, interação e subjetivação, criança como sujeito potente, fluxo da comunicação verbal, dialogismo.	600
Encontro Formativo ProLEEI Tema: As múltiplas infâncias: o mito da infância feliz.	560
ProLEEI Formação/Capacitação para uso da Plataforma VAMEC Interativo	20
ProLEEI: Abertura Oficial do ProLEEI Rondônia Conferência	650

Fonte: DIFOR/DPE/SEMED, 2025.

Registros





Mostras Culturais



Cine Escola



Cantata Natalina



Natal Porto Velho Luz-Parque da Cidade





Reuniões e Seminários. Fonte: SEMED, 2025.



Ser Diferente é Divertido. Fonte: SEMED, 2025.



Planejamento Participativo
Fonte: SEMED, 2025.



Dia do Professor. Fonte: SEMED, 2025.



BrinCart

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

O Conselho Municipal de Educação (CME) de Porto Velho é órgão essencial para garantir qualidade, legitimidade e gestão democrática do Sistema Municipal de Ensino. Criado pela Lei Orgânica e reestruturado pela Lei Complementar nº 521/2014, possui autonomia funcional e financeira.

Com competências normativa, deliberativa, consultiva e avaliadora, o CME atua na formulação, supervisão e fiscalização das políticas educacionais, estabelecendo normas, aprovando o Plano Municipal de Educação e fiscalizando o cumprimento da legislação nas escolas municipais e nas instituições privadas de educação infantil vinculadas ao município.

Em 2025, o CME atuou conforme a legislação, exercendo papel mobilizador e propositivo na expansão, organização e qualificação da oferta educacional. Promoveu estudos, debates e encaminhamentos para garantir que o ensino municipal estivesse alinhado aos padrões legais e pedagógicos, assegurando acesso, permanência e qualidade. Também fiscalizou processos de autorização, reconhecimento, credenciamento e recredenciamento das instituições, garantindo a regularidade e a legitimidade das escolas e o respeito aos direitos da comunidade escolar.

Comparativo das Ações do CME

Classificação	Escolas municipais			Escolas privadas		
Ações	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Autorização de Funcionamento	6	11	6	3	0	2
Prorrogação de Autorização de Funcionamento	4	0	0	0	0	0
Autorização Temporária de Funcionamento	12	45	0	0	5	3
Reconhecidas	1	8	1	1	1	0
Relatório Trienal	3	6	6	0	0	0
Autorização de Funcionamento dm Caráter Excepcional	-	-	44	-	-	-

Fonte: CME, 2025.

Comparativo das Publicações do CME

Resoluções			Pareceres		
2023	2024	2025	2023	2024	2025
29	83	50	28	77	**38**

Fonte: CME, 2025.

Capacitação de Conselheiros, Técnicos e Gestores 2025

Rio de Janeiro-RJ	VII Fórum de Presidentes dos Conselhos Municipais de Educação - 3º Seminário Nacional do CACS Fundeb, de 09 a 12 de junho de 2025, Tema: Os Conselhos Municipais da Educação e o olhar para o próximo decênio: Educação Inclusiva, Equidade, Justiça e Qualidade Social, Financiamento e Infraestrutura.
Recife-PE	XI CONEDU, de 03 a 05 de outubro de 2025, Tema “Fazer educação a partir das margens: Compromissos Formativos”.
Sobral e Fortaleza-CE	Intercâmbio técnico-pedagógico, 02 a 06 de novembro de 2025, entre os Conselhos Municipais de Educação de Fortaleza e Sobral; Escolas de Educação Infantil do Município de Sobral,
Fortaleza-CE	XXXIV Congresso Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, de 26 a 28 de novembro de 2025, Tema: Educação Inclusiva, Justiça e Equidade Social, Financiamento e Estrutura.

Fonte: CME, 2025.



XXXIV Congresso Nacional dos
Conselhos Municipais de Educação

Selo Legal
O CME concede anualmente o Selo Escola Legal às instituições regularizadas por meio de atos de autorização, reconhecimento e manutenção do reconhecimento, certificando que atendem às normas legais e pedagógicas vigentes. Em 2025, a ação não foi executada devido à atrasos na tramitação administrativa. A entrega ocorrerá, em 2026, após a conclusão das etapas legais, garantindo regularidade e transparência.

Comenda Professor Lourival Chagas da Silva
A certificação constitui reconhecimento e homenagem honrosa concedida a profissionais que se destacaram por relevantes contribuições à educação no Município de Porto Velho, representando valorização da cidadania e do mérito profissional. Em 2025, a ação não foi executada em razão de impedimentos de natureza administrativa e orçamentária, que inviabilizaram a realização do evento com a solenidade e o reconhecimento que a honraria requer.



Secretaria Municipal de Saúde- SEMUSA

O ano de 2025, o primeiro ano de uma nova gestão, foi um período de grande resiliência e reestruturação para a saúde pública de Porto Velho. Diante de desafios imprevistos, a administração municipal agiu prontamente, declarando situação de Emergência em Saúde Pública no mês de janeiro (Decreto Municipal nº 20.763/2025) para agilizar o enfrentamento da crise e a mobilização de recursos.

A Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) concentrou esforços na melhoria dos serviços, o que incluiu a contratação emergencial de novos profissionais para reforçar as equipes de atendimento. Paralelamente, a infraestrutura da rede de atenção básica e especializada recebeu investimentos robustos. Foram reabertas as Unidades de Saúde Manoel Amorim de Matos (integrada ao programa "Corujão da Saúde") e Três Marias, além da revitalização do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) integrada a Unidade de saúde do Socialista e a reinauguração da Policlínica Rafael Vaz e Silva como Centro de Especialidades Médicas. O distrito de União Bandeirantes também foi contemplado com a inauguração da Sala de Estabilização, que passou a oferecer atendimento médico de urgência 24hs por dia, funcionando como uma "mini UPA" para a comunidade local. Além das ações urgentes, 2025 foi fundamental para o planejamento futuro, com a elaboração participativa do Plano Municipal de Saúde (PMS) para o quadriênio 2026-2029, estabelecendo diretrizes e metas de longo prazo para a saúde local. Complementando as ações de fortalecimento da rede municipal, a gestão oficializou a compra de um Hospital para ampliar a rede hospitalar própria de Porto Velho, garantindo maior agilidade e autonomia nos atendimentos de média e alta complexidade.

Este relatório detalha o compromisso inabalável da gestão municipal em transformar a saúde de Porto Velho e garantir um atendimento digno, acessível e de qualidade a todos os cidadãos.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA

A Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) é órgão da Administração Direta, subordinado ao Chefe do Poder Executivo, e atua como gestora do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, conforme as Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990.

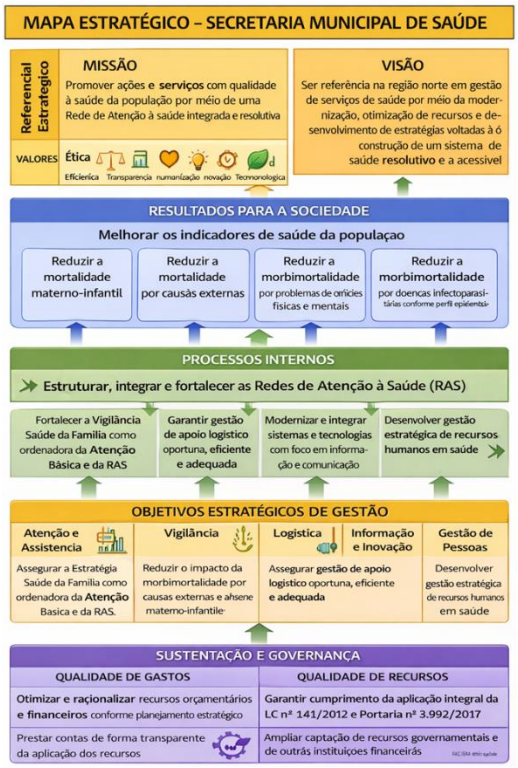
De acordo com seu Regimento Interno (Decreto nº 16.741/2020), é responsável por coordenar e executar as ações de saúde individuais e coletivas, promovendo a saúde da população no município.

Competências

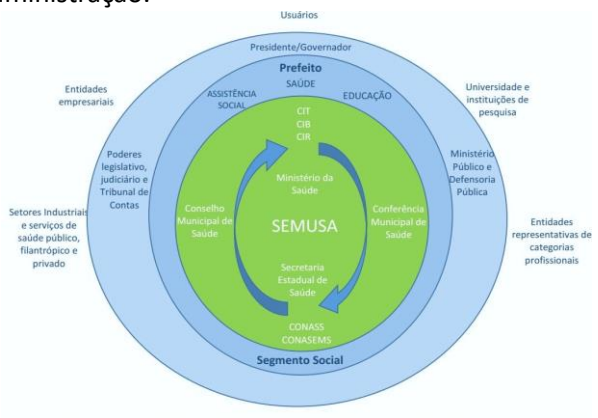
- Organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de saúde, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e pela União;
- Buscar a viabilização de parcerias com organizações governamentais, não governamentais e com o setor privado para fortalecimento da saúde no âmbito do seu território;
- Propor políticas públicas no âmbito da saúde nos eixos da Gestão, Vigilância à Saúde, Atenção Primária, Secundária e Terciária, buscando a promoção da saúde e prevenção da doença dos munícipes, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde em conjunto com órgãos de controle social;
- Elaborar e executar planos e programas de saúde que atendam aos diversos segmentos da população;
- Gerir o Fundo Municipal de Saúde.

Governança

A SEMUSA adota a configuração institucional de governança do SUS, assegurando a participação das instâncias estadual e municipal na formulação e execução das políticas públicas de saúde. A partir de 2025, novas diretrizes passam a orientar a gestão, com a implementação do Plano de Governo 2025–2028, por meio da proposta **"Porto com Saúde"**, alinhada à nova administração.



Fonte: Plano Municipal de Saúde exercício 2022 a 2025/SEMUSA, 2025.



Fonte: Figura adaptada do Diagrama: O Papel das Relações Federativas na Governança do SUS do Manual de Planejamento no SUS, 1ª edição revisada, Brasília-DF, 2016, pg. 46.

Legenda:

- Mercado (iniciativa privada prestadores de serviço, instituições de ensino e pesquisa.
- Órgãos Governamentais externos ao setor saúde.
- Segmento Social da Prefeitura (Saúde, Educação e Assistência Social).
- Orgãos governamentaos exclusivos do setor saúde.

No quadriênio 2022–2025, os processos internos foram direcionados pelo Mapa Estratégico da Saúde, instrumento que norteou o cumprimento dos compromissos regimentais da instituição.

Saúde e Rede Assistencial

As principais causas de morbidade no município são decorrentes de **causas externas**, como acidentes e violências, refletidas no elevado número de atendimentos do SAMU (2.288 casos traumato-ortopédicos e 1.380 acidentes de trânsito até outubro de 2025).

Em seguida, destacam-se as **doenças infecciosas e parasitárias**, associadas às fragilidades no saneamento urbano. As **neoplasias** ocupam o terceiro lugar nas internações, influenciadas pela existência de hospital de referência no município. Por fim, aparecem as doenças do **aparelho digestivo** e do **aparelho respiratório**.

Porto Velho, continua mantendo um perfil das internações na rede de atenção à saúde do estado, fortemente impactado por problemas de condições agudas, que incidem sobre as unidades de urgência e emergência, pois estes problemas ainda não estão controlados pelos programas de promoção, vigilância e educação a saúde desenvolvidos na atenção básica.

Para dar assistência à saúde aos munícipes, a gestão de saúde municipal dispõe de uma rede com 97 estabelecimentos de saúde, eminentemente públicos

Estabelecimentos de saúde

Tipos de Estabelecimento de Saúde	Nº
Posto de Saúde	14
Centro de Saúde/Unidade Básica Urbano	22
Centro de Saúde/Unidade Básica Rural	19
Hospital Especializado	1
Centro de Especialidade	7
Unidade de Apoio e Diagnose e Terapia	3
Unidade Móvel de Nível Pré Hospitalar na área da Urgência	8
Centro de Abastecimento Farmacêutico	1
Unidade de Vigilância em Saúde	6
Laboratório Central de Saúde	1
Central de Gestão em Saúde	1
Centro de Atenção Psicossocial	3
Pronto Atendimento/UPA	6
Central de Regulação Médicas das Urgências	1
Laboratório de Saúde Pública	1
Central de Regulação de Acesso	1
Central de Abastecimento	1
Central de Imunização	1
Total	**97**

Fonte: DRAC/SAS/MS, Sistema de Informação CNES/SEMUSA, 2025.

Apesar dos desafios, a prefeitura tem buscado modernizar os serviços, com a ampliação de atendimentos, o retorno de operação de equipamentos (como aparelho de raio-x na UPA Leste e máquina de mamografia) e a disponibilização de resultados de exames online. Também foi implementada a ferramenta "UPA em Tempo Real" para monitoramento de atendimentos.

Porto Velho lida com uma situação complexa que mistura esforços de modernização e ampliação de serviços com desafios estruturais, alta demanda e problemas epidemiológicos específicos da região.

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento inicial da Secretaria Municipal de Saúde em 2025 foi de R$ 549,4 milhões, sendo atualizado para R$ 629,7 milhões após suplementações e ajustes para atender às demandas da rede municipal.

Do total atualizado, houve bloqueio de R$ 63,9 milhões. Foram empenhados R$ 562,3 milhões, liquidados R$ 533,4 milhões e pagos R$ 531,4 milhões, evidenciando alto nível de execução orçamentária.

Os dados referem-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, demonstrando aplicação responsável dos recursos da saúde municipal.

Execução da despesa por programa, 2025

Em R$ 1,00

Funcional programática	Orçado (1)	Saldo (2)	Bloqueado	Empenhado (4)	Liquidado (5)	Pago (6)	Ieo (7) %	Iel (8) %	Ief (9) %
Medicamento consciente	11.263.855	13.314.660	-	12.778.824	11.193.930	11.193.930	95,98	87,60	100,
Atenção básica mais perto de você	79.161.546	97.416.365	4.728.197	76.162.804	649.585.758	64.330.715	78,18	85,29	99,03
Integração das redes de atenção de saúde	95.662.420	176.409.640	11.624.404	136.586.921	122.745.603	121.377.462	77,43	89,87	98,89%
Vigilância em saúde	15.066.622	17.640.710	112.926	14.533.834	13.815.845	13.815.845	82,39	95,06	100
Gestão e desenvolvimento	348.272.430	324.919.167	47.415.622	322.263.080	320.775.083	320.775.082.81	99,18	99,54	100
Total	**549.426.873**	**629.700.543**	**63.921.149**	**562.325.463**	**533.489.036**	**531.493.034**	**89,30**	**94,87**	**99,63**

Fonte: GPI – Gestão Pública Integrada/SEMUSA, 2026.
Nota: Acesso em 12/01/2026.

LEGENDA
(1) Valor do orçamento inicial, acrescido das suplementações e anulações ocorridas no período; **(2)** Saldo, dotação atualizada; **(3)** Bloqueio; **(4)** Empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Trata-se da primeira fase da execução da despesa; **(5)** Liquidado é a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios da entrega do material ou serviço; (6) Pago; **(7)** IEO - Indicador da Execução Orçamentária e a Relação entre o Empenhado e o Orçado Atualizado; **(8)** IEL - Indicador da Execução Orçamentária da Liquidação e a Relação entre o Liquidado e o Empenhado; **(9)** IEF - Indicador da Execução Financeira e a Relação entre o Pago e o Liquidado.

No período analisado, a dotação da SEMUSA teve acréscimo de R$ 80,27 milhões, decorrente da abertura de créditos adicionais por superávit financeiro, excesso de arrecadação de convênios estaduais e federais e suplementações municipais, especialmente para garantir a cobertura integral da folha de pagamento.

Parte dos recursos também foi destinada à aquisição do Hospital Municipal, investimento estratégico para ampliar a capacidade assistencial e fortalecer a rede de saúde.

Série histórica da execução orçamentária

Ano	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	PAGO	IEO %	IEL%	IEF%
2021	299.025.268	420.452.958	400.665.452	389.778.063	389.487.489	95,29	97,28	99,93
2022	365.650.363	456.254.220	429.589.976	420.190.880	420.023.993	94,16	97,81	99,96

Continua

Continuação

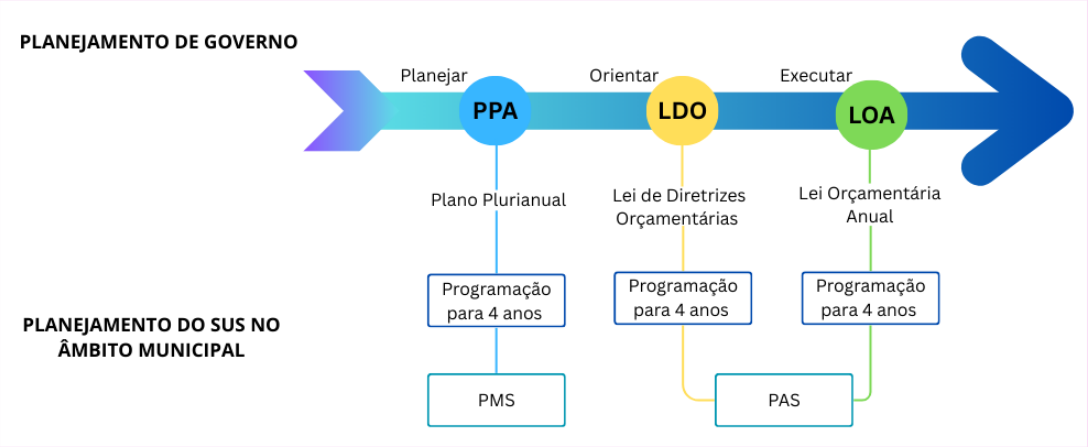
Ano	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	PAGO	IEO %	IEL%	IEF%
2023	474.219.327	520.061.311	486.636.031	473.065.977	472.929.113	93,57	97,21,	99,97
2024	478.675.429	572.700.669	513.247.396	496.339.859	495.393.366	89,62	96,71	99,81
2025	549.426.873	629.700.543	562.325.463	533.489.036	531.493.034	89,30	94,87	99,63

Fonte: GPI – Gestão Pública Integrada/SEMUSA, 2026.
Nota: Acesso em 12/01/2026.

Políticas e Programas de Governo

Em 2025, a SEMUSA executou a Programação Anual de Saúde (PAS), correspondente ao último ano do Plano Municipal de Saúde 2022–2025, alinhada ao PPA do período, incluindo ações emergenciais definidas pela nova gestão.

A PAS, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, reforçou as metas previstas na LDO e executadas na LOA 2025. Tanto o PMS quanto a PAS são instrumentos de planejamento setorial que integram diretrizes, objetivos e metas ao PPA e à LOA, conforme a Lei Complementar nº 141/2012, visando atender às necessidades de saúde da população.



Fonte: Adaptação realizada a partir da Câmara explica PPA/LDO/LOA, General Câmara/RS, SEMUSA, 2025.

Medicamento Consciente

Objetivo:
- Manter a cobertura de medicamentos em todas as unidades da rede municipal promovendo o uso Racional de Medicamentos.
- Fortalecer os serviços de gerência e assistência farmacêutica em todas as etapas do ciclo assistencial.

Público-Alvo: Usuários do SUS do Município de Porto Velho das zonas urbana e rural.

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	Nº de atendimentos aos usuários nas farmácias municipais	480.000	546.193	**Fonte:** SISFARMA **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo**: Nº total de atendimentos aos usuários nas farmácias municipais	-
	Número de consultas farmacêuticas realizadas na rede de atenção à saúde	260.000	318.438	**Fonte:** Sistema de informação ambulatorial/SUS **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade**: Anual **Fórmula de Cálculo:** Nº total de consultas de profissionais farmacêutico realizadas no ano	-
	Percentual de itens de medicamentos adquiridos elencados na REMUME	100%	98%	**Fonte:** SISFARMA; **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Nº de itens de medicamentos adquiridos elencados na REMUME/Nº de itens de medicamentos da REMUMEx100	Houve período que alguns insumos ficaram indisponíveis
	Percentual de usuários cadastrados e contemplados com insumos estratégicos	100%	95%	**Fonte:** SEMUSA; **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Nº de usuários cadastrados e contemplados com insumos estratégicos registrados no SISFARMA/usuários cadastrados registrados pelas unidades de saúde	Houve período em que alguns insumos ficaram indisponíveis.

Medicamentos distribuídos na Rede de Atenção à Saúde

Itens

Distribuição de Medicamentos	2022	2023	2024	2025
Atenção Básica	14.788.817	16.387.478	24.992.530	22.518.655
Média Complexidade	5.072.619	7.291.610	9.630.613	9.068.086
SEJUS	509.059	626.043	693.492	614.663
Demandas Judiciais e Outros	100.267	231.004	344.391	310.865
Total	**20.470.762**	**24.536.135**	**35.661.026**	**32.512.269**

Fonte: Sistema Hórus BI Assistência Farmacêutica MS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados de 2025 até 31.10.2025.

Usuários Cadastrados

Ano	Pessoas Cadastradas[a]			Consultas médicas ou de enfermagem ofertadas a pessoas em acompanhamento das condições crônicas[a]
	Com Hipertensão	Com Diabetes	Em uso de insulina ofertada pelo SUS[b]	
2022	23.027	8.156	2.814	32.319
2023	25.066	9.117	3.049	35.265
2024	26.863	9.976	2.917	37.361
2025	30.626	11.970	3.490	40.532

Fonte[a]: E SUS/SEMUSA, 2025.
Nota[a]: Esta informação sofreu novo filtro ao consultar os dados no sistema, inserindo as consultas de acompanhamento por todas as condições crônicas, tais como pessoas com asma, hipertensão e diabetes.
Nota[b]: Dados até 30/11/2025.

Medicamentos distribuídos na Rede de Atenção à Saúde

Itens

Especificação	2022	2023	2024	2025
Atenção Básica	14.788.817	16.387.478	24.992.530	22.518.655
Média Complexidade	5.072.619	7.291.610	9.630.613	9.068.086
SEJUS	509.059	626.043	693.492	614.663
Demandas Judiciais e Outros	100.267	231.004	344.391	310.865
Total	**20.470.762**	**24.536.135**	**35.661.026**	**32.512.269**

Fonte: HÓRUS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados de 2025 até 31.10.2025.

Unidades de saúde assistidas com insumos pela assistência farmacêutica

Tipo	2022	2023	2024	2025
Atenção Básica	50	50	50	51
Media Complexidade	13	13	10	12
Farmácia Isolada	2	2	2	2
Total	**65***	**65**	**62**	**65**

Fonte: DAF/SEMUSA, 2025
Nota [a]: 51 unidades, sendo 20 urbanas, 21 Rural via terrestre e 10 Rural via Fluvial (em 2025).
Nota [b]: MEDIA COMPLEXIDADE = 12 unidades (UPAS SUL, UPA LESTE, UPA JACY, SAMU PVH, PA ANA ADELAIDE, PA JOSÉ ADELINO, MATERNIDADE, SAE, CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS E RAFAEL VAZ E SILVA, CAPS AD, CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER).
Nota [c]: FARMÁCIA ISOLADA (outras) = 1 unidade estadual (SEJUS) e 1 unidade federal (DEPEN).
Nota [d]: DAF envia medicamentos num total de 65 unidades.

Outras Atividades do Programa Medicamento Consciente

- Intensificação dos grupos com pessoas hipertensas e/ou diabéticas com orientação alimentar, incentivo atividade físicas, manuseio da medicação.
- Disponibilizado os insumos para tratamento de 30.424 hipertensos cadastrados nas Unidades de Saúde, 11.869 diabéticos e 3.490 usuários insulinos dependente assistidos no Município.
- Monitoramento das pessoas hipertensas e diabéticas quanto ao manuseio da medicação, como a nova caneta de insulina reutilizável e o uso do aparelho glicosímetro.
- Visita técnica às Unidades de Saúde para orientar dispensação dos insumos (tiras, lancetas, agulhas) aos insulinodependentes.

Atenção Básica Mais Perto de Você

Objetivo:
- Assegurar a estratégia saúde da família como fortalecedora da atenção básica e orientadora da Rede de Atenção à Saúde – RAS;
- Aumentar o acesso da população vulnerável e grupos prioritários aos programas estratégicos de atenção à saúde;
- Organizar a atenção à saúde nos ciclos de vida promovendo o fortalecimento das linhas de cuidado da RAS.

Público-Alvo: Usuários do SUS do Município de Porto Velho das zonas urbanas e rurais.

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	Cobertura Populacional estimada de equipes de Atenção Básica	70%	66,18%	**Fonte:** SEMUSA/e-SUS AB **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** (Nº de eSF x 3.450 + (Nº eAB + Nº eSF equivalente) em determinado local e período x 100/Estimativa populacional"	Em 2024, Porto Velho contava 460.434 habitantes. Em 2025, aumentou para 514.873 habitantes. Como o número de Equipes permaneceu o mesmo, o percentual de cobertura reduziu de 73,24% para 66,18%.
	Cobertura Populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	60,00%	39,89%	**Fonte:** SEMUSA/ eSUS AB **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo** "((nº eSB*3.450) +(nº eSB equivalentes*3.000)) em determinado local e período /Estimativa populacional em determinado local e período (x 100)	Não foi atingida em razão da redução do número de dentistas na zona rural.
	Média de doses de vacinas aplicadas por habitantes/ ano	560.000 (1,00 hab/ano)	0,56 hab/ano	**Fonte:** SEMUSA/SIS PNI **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Nº de doses aplicadas em determinado tempo e período registrados no PNI/População do município (doses aplicadas /habitantes)	A cobertura vacinal considera apenas as vacinas pactuadas para crianças menores de 2 anos, com 314.205 doses aplicadas até 02/12/2025..
	Número de atendimentos realizados pelo Centro Especializados de Odontologia - CEO	25.924	6.459	**Fonte:** SEMUSA/e-SUS AB **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** total de atendimentos	Não pôde ser alcançado, a meta está definida pelo nº de procedimentos realizados, e não pelo nº de atendimentos. O resultado apresentado refere-se aos atendimentos, enquanto foram registrados 29.859 procedimentos.

Procedimentos Centro de Especialidades Odontológicas-CEO

Procedimentos por Tipo	2022	2023	2024	2025
Básicos	9.800	7652	7561	13976
Periodontais	4.052	6678	6444	6342
Endodônticos	4.301	7314	7295	7153
Cirúrgicos	1.243	3076	3619	2388
Total	**19.445**	**24.720**	**24.919**	**29.859**

Fonte: E-SUS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados de 2025 até 02/12/25.
Nota: Dados de 2024 foram atualizados até 31/12/24.

Procedimentos por Centro de Especialidades Odontológicas-CEO

Centros	2022	2023	2024	2025
Zona Sul	6.195	7649	3478	8.179
Zona Leste I	5.873	7219	15476	9.770
Zona Leste II	7.377	9852	12161	11.910
Total	**19.445**	**24.720**	**31.115**	**29.859**

Fonte: E-SUS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados de 2025 até 02/12/25.
Nota: Dados de 2024 foram atualizados até 31/12/24.

Unidades mantidas e Coberturas atingidas pelas Estratégia Saúde da Família, Saúde Bucal e Serviços de Apoio Básicos

Situação	2022	2023	2024	2025
Nº de Equipes de Saúde da Família	77	77	78	80
Nº de Equipe de Atenção Primária (eAP)		13	13	13
População coberta pelas eSF	319.350	335.998	337.243	340.762
% de cobertura de eSF	58,17	61.2%	73.24%	66,18%
Nº de Equipes de Saúde Bucal	55	55	78	65
% de cobertura de eSB	32,05	33,91	61,34	39,89
Nº de Núcleo Apoio ao Saúde da Família-NASF/ou Eq.Mult	1	0	1	1
Nº de Consultório de Rua	1	1	1	1
Nº de Unidades Básicas urbanas	20	20	20	21
Nº de Unidades Básicas rurais	19	19	19	19

Fonte: E-GESTOR/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até 01/12/2025.

Consultas básicas das Equipes de Saúde da Família por tipo de profissional

Profissional	Consultas realizadas			
	2022	2023	2024	2025
Médico	239.530	177.575	191.330	272.932
Enfermeiro	90.846	79.192	70.591	103.801
Odontólogo	64.241	59.350	59.528	61.453
Total	**394.617**	**316.117**	**321.449**	**438.186**

Fonte: E-sus AB/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até 01/12/2025.

Atendimentos individuais prestados por Equipes de Saúde da Família aos grupos prioritários

Situação por Grupo Prioritário	2022	2023	2024	2025
Atendimentos em crianças < Ano	10.499	11.306	10.322	14.300
Atendimentos em crianças de 1-9 anos	32.751	31.362	25.788	34.334
Atendimentos a adolescentes de 10 a 19 anos	32.883	30.882	31.088	36.149
Atendimento em puericultura	12.530	14.344	13.326	13.521
Crianças em aleitamento materno exclusivo	3.183	3.810	3.819	4.102
Coleta de sangue para triagem neonatal	2.239	2.337	2.295	2.129
Crianças suplementadas com vitamina A de 100.000ui	2.324	1.930	2.321	2.364
Crianças suplementadas com vitamina A de 200.000ui 1ª e 2ª dose ao ano	8.947	8.198	12.970	8.783
Crianças suplementadas com sulfato ferroso	646	56	81	80
Gestante suplementada com sulfato ferroso	2.685	59	730	556
Gestante suplementada com ácido fólico	1.912	71	869	181
Puérpera suplementada com sulfato ferroso	2.527	894	1.121	1.438
Atividades coletivas por unidade de saúde realizado na escola	13.859	20.748	14.987	19.359
Atividades educativas realizadas segundo temas de abordagem do PSE	7.262	9.445	5.857	7.685
Práticas em saúde realizadas do Programa Saúde na Escola	5.763	7.184	11.382	11.674
Famílias acompanhadas do programa bolsa família 2ª vigência	35.890	41.520	50.837	44.382
Atendimentos a gestante e puérpera	26.455	23.684	32.749	39.099
Consultas médicas e de enfermagem a usuários com condições crônicas (hipertensão, diabetes, asma, etc.)	32.319	35.265	37.361	40.532

Fonte: e-SUS AB/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até 19/11/2025.

Rede de Imunização Salas de Vacinas Operantes

Sala de Vacina	2022	2023	2024	2025
Zona Urbana	19	19	21	21
Zona Rural	19	19	20	21
Total	**38**	**38**	**41**	**42**

Fonte: DAB/IMUNIZAÇÃO/SEMUSA, 2025.

Cobertura vacinal de rotina atingidas em menores de ano e 1 ano de idade

Ano	Especificação	Tipo de Vacina			
		Pentavalente	Pneumocóccica	Poliomielite	Tríplice viral
2022	População Estimada	7.893			
	Doses aplicadas	5.699	6.333	5.695	6.137
	Cobertura%	72,2	80,24	72,15	77,75
2023*	População Estimada	4.301			
	Doses aplicadas	1.650	1.718	1.653	1.902
	Cobertura%	64,25	66,9	64,37	74,07
2024	População Estimada	6.102			
	Doses aplicadas	5.474	5.841	5.483	5.906
	Cobertura%	89,71	95,72	89,86	96,79
2025	População Estimada	4.644			
	Doses aplicadas	3.940	4.289	3.927	4.286
	Cobertura%	84,95	92,35	84,56	92,29

Fonte: Painel DEMAS/SEMUSA, 2025.
Nota: Acesso em 01/12/2025.
Nota: Dados até setembro, 2025.

Cobertura vacinal em crianças e doses aplicadas em crianças menores de 1 ano, em outras vacinas

Ano	Especificação	Imunobiológico			
		BCG (< 1 ano)	Rotavírus Humano (< 1 ano)	Menigocócica Conj.C (< 1 ano)	Febre Amarela (< 1 ano)
2022	População Estimada	7.893			
	Doses aplicadas	5.660	5.785	5.991	4.757
	Cobertura%	71,71	73,29	75,90	60,27
2023*	População Estimada	4.301			
	Doses aplicadas	1507	1603	1609	1553
	Cobertura%	58,68	62,42	62,66	59,7
2024	População Estimada	6102			
	Doses aplicadas	4.094	5.476	5.631	4.910
	Cobertura%	67,09	89,74	92,28	80,47
2025	População Estimada	4.644			
	Doses aplicadas	3.223	4.107	4.088	3.250
	Cobertura%	64,4	88,44	88,03	69,98

Fonte: Painel DEMAS/SEMUSA, 2025.
Nota: Acesso em 01/12/2025.
Nota: Dados até setembro, 2025.

Outras Atividades do Programa Atenção Básica Mais Perto de Você
Manutenção dos Centros de Especialidades Odontológicas
❖ Está em vigência um Contrato de Manutenção consultórios Odontológicos: Sei n° 005.002107/2025-17, gerenciado durante este período.

Manutenção dos Serviços das Unidades Básicas
❖ Viagem do Barco Saúde ao distrito de Nazaré (mar/2025), devido à enchente do Rio Madeira. ❖ 6 novas embarcações para atendimento nos distritos do Baixo Madeira. ❖ Capacitações nas linhas de cuidado: saúde da criança e adolescente, mulher (planejamento reprodutivo), homem e planificação da APS. ❖ Horário estendido (Corujão da Saúde) nas UBS Aponiã, Hamilton Gondim e Manoel Amorim de Matos. ❖ Entrega de centrais de ar e mobiliários para unidades de saúde. ❖ Capacitação da equipe da Central de Rede de Frio. ❖ Aquisição de caixas térmicas, termômetros e câmara fria. ❖ Atendimento em distritos sem equipe capacitada em vacinação. ❖ Vacinação em escolas e instituições públicas e privadas. ❖ Ações extra muro para ampliar cobertura vacinal. ❖ Aquisição de cadeiras e tendas para apoio às ações externas. ❖ Campanha Nacional de Multivacinação (julho) com horário estendido e abertura aos sábados. ❖ Campanha Nacional de Vacina contra Gripe ❖ Vacinação sem Fronteira (barreira contra Sarampo – ago/2025). ❖ Vacinação periódica nos residenciais Orgulho do Madeira, Cristal da Calama e Morar Melhor.

Integração da Rede de Atenção à Saúde

Objetivo:

- Promover a oferta de serviços de atenção especializada com vistas a qualificação da atenção integral à saúde dos usuários do SUS;
- Promover a oferta de serviços de urgência e emergência, reduzindo os impactos da morbimortalidade por causas externas e problemas de condições agudas na rede de saúde;
- Fortalecer o gerenciamento da rede de laboratórios de análises clínicas otimizando a capacidade instalada e ampliando o acesso dos usuários ao serviço;
- Aprimorar o sistema logístico de aquisição, armazenagem, monitoramento de estoques de materiais e equipamentos.

Público-Alvo: Usuários do SUS do Município de Porto Velho das zonas urbanas e rurais.

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	N.º de atendimentos na maternidade, assistência ao parto, cirurgias eletivas e de urgências e assistência ginecológica	7.350	21.100	**Fonte:** SEMUSA/SIA/SUS **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Nº absoluto de todo atendimento/procedimento ambulatorial realizado na maternidade, assistência ao parto, cirurgias eletivas e de urgências e assistência ginecológica	-

Continua

Continuação

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	N.º de atendimento de urgência e emergência	2.200.000	3.901.929	**Fonte:** SEMUS /SIA/SUS **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo**: Total de procedimentos de urgência e emergência realizados a População atendida nos Pronto Atendimentos e Maternidade, no período.	-
	N.º de atendimento psicossocial ofertado a população através do CAPS	170.000	248.849	**Fonte:** SEMUSA/SIA/SUS **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de cálculo:** Nº geral de procedimentos individuais psicossocial ofertados pelos CAPS, em determinado período.	-
	Percentual de atendimentos realizados pelo SAMU	7.350	21.100	**Fonte:** SEMUSA **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de cálculo:** Nº de atendimento realizados pelo SAMU/ número de chamadas recebidas x 100.	-

Assistência médica pré-hospitalar móvel por tipo de atuação, SAMU

Tipo de atendimento pré-hospitalar móvel	2022	2023	2024	2025
Atendimento geral das chamadas recebidas pela central de regulação	54.831	27.015	23.396	19.928
Atendimento pré-hospitalar móvel realizado pela equipe de suporte básico de vida terrestre	15.225	16.270	15.565	10.771
Transporte inter-hospitalar pela unidade de suporte avançado (USA)	2.448	2.130	2.089	482

Fonte: Sistema de Informação do SAMU/VISKY/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro de 2025.

Distribuição dos atendimentos por tipo realizados pelo SAMU

Tipo de Atendimento/Motivo	2022	2023	2024	2025
Urgência Clínica	6.530	10.041	6.213	3.093
Acidente de Trânsito	2.964	2.405	2.408	1.380
Paciente Psiquiátrico	833	1.163	665	522
Trauma Ortopédico	242	483	255	2.288
Queda	876	813	607	486
Agressão Física	389	440	268	176
Urgência Obstétrica	483	832	300	180
Óbito	134	412	348	145
Perfuração por Arma Branca	184	222	114	62
Tentativa de Suicídio	167	203	146	108
Perfuração por Arma De Fogo	210	344	194	81
Intoxicação	99	141	110	57
Queimadura	29	22	23	9
Choque Elétrico	11	23	11	6

Continua

Continuação

Tipo de Atendimento/Motivo	2022	2023	2024	2025
Afogamento			13	7
Urgência Clínica	2	3	6	3
Total de Atendimentos Realizados	**15.164**	**18.872**	**11.668**	**7.288**

Fonte: Sistema de Informação do SAMU/VISKY/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro de 2025.

SAMU

O SAMU é um serviço público de saúde especializado na atenção pré-hospitalar, sendo custeado pelos três entes: Governo Federal, Governo Estadual e pela gestão municipal. A gestão prioriza a aquisição de materiais e equipamentos, o custeio de contratos continuados, como alimentação, limpeza geral; vigilância; limpeza de ambulâncias; prestação de serviços de regulação médica, etc.

As atividades educativas são realizadas pelo núcleo de educação permanente, com desenvolvimento de programa para qualificação do serviço.



Produção Hospitalar da Maternidade Municipal Mãe Esperança por subgrupo

Subgrupo de Procedimentos	2022	2023	2024	2025
Tratamentos clínicos (outras especialidades)	611	802	687	645
Tratamento em nefrologia	-	1	-	-0
Tratamento de lesões, envenenamentos e outros, decorrentes de causas Externas	21	25	11	3
Parto e nascimento	1.671	1.427	1.130	929
Pequenas cirurgias e cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	2	5	-0	2
Cirurgia do aparelho digestivo, orgãos anexos e parede abdominal	96	83	61	65
Cirurgia do aparelho geniturinário	1.471	1.304	837	692
Cirurgia de mama	14	4	4	4
Cirurgia obstétrica	1.382	1.195	875	804
Outras cirurgias	96	91	11	2
Total	**5.364**	**4.937**	**3.616**	**3.146**

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). TABNET/DATASUS/SHD2/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até 02/12/2025.

Partos realizados Maternidade Municipal Mãe Esperança por tipo

Tipo de Parto	2021	2022	2023	2024	2025
Normal	1.935	1.671	1.427	1.130	740
Cesariano s/LAQ	887	737	621	504	378
Cesariano C/LAQ	179	173	222	160	131
Total	**3.001**	**2.581**	**2.270**	**1.794**	**1.249**

Fonte: SIHD2/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até 04/12/2025.

Cirurgias eletivas realizadas no Hospital Santa Marcelina

Procedimentos realizados	2024	2025
Colecistectomia	69	-
Colecistectomia Videolaparoscópica	44	147
Hernioplastia Inguinal / Crural (Unilateral)	36	46
Hernioplastia Umbilical	13	56
Curetagem Semiotica C/ ou S/Dilatação do Colo do Útero	28	23
Histerectomia C/Anexectomia (Uni/Bilateral)	3	-
Histerectomia Total	58	92
Miomectomia	6	1
Ooforectomia / Ooforoplastia	11	18
Colpocleise (Cirurgia de Le Fort)	4	1
Colpoperineoplastia Anterior e Posterior	5	62
Tratamento Cirúrgico de Incontinência Urinária por Via Vaginal	4	58
Setorectomia/Quadrantectomia	15	7
Outros Procedimentos com Cirurgias Sequenciais	134	50
Total	**430**	**561**

Fonte: SIHD2/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até setembro/2025.

Procedimentos ambulatoriais de Urgência e Emergência por tipo

Grupo de Procedimento	2022	2023	2024	2025
Ações de promoção e prevenção em saúde	1.981	2.509	64.474	92.919
Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.370.611	1.094.846	698.036	660.451
Procedimentos clínicos	4.114.140	3.717.273	3.829.929	3.676.210
Procedimentos cirúrgicos	60.474	54.385	41.516	62.626
Total	**5.547.206**	**4.869.013**	**4.633.955**	**4.492.206**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro, 2025.

Procedimentos ambulatoriais eletivos de Unidades Especializadas por tipo

Grupo de Procedimento	2022	2023	2024	2025
Ações de promoção e prevenção em saúde	52.721	76.720	71.348	54.138
Procedimentos com finalidade diagnóstica	127.293	131.800	74.763	48.897
Procedimentos clínicos	342.433	404.270	437.466	404.479
Procedimentos cirúrgicos	1.514	601	556	428
Total	**523.961**	**613.391**	**584.133**	**507.942**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro, 2025.

Atendimentos ambulatoriais realizados pelas Unidades de Urgência e Emergência, por estabelecimento

Estabelecimento	2022	2023	2024	2025
Pronto Atendimento José Adelino	1.054.723	1.021.201	1.045.507	1.150.518
UPA Zona Leste	1.712.705	1.238.009	1.303.345	1.212.744
UPA Zona Sul	1.162.476	905.921	829.844	839.644
US União Bandeirantes	43.305	54.911	53.572	28.910

Continua

Continuaçãi

Estabelecimento	2022	2023	2024	2025
Pronto Atendimento Ana Adelaide	1.071.598	1.084.969	1.176.076	914.790
Maternidade Municipal Mãe Esperança	249.891	270.852	187.992	150.616
UPA- Jacy Paraná	252.508	293.150	320.943	208.646
CAPs AD	-	-	-	74.534
Total	**5.547.206**	**4.869.013**	**4.917.279**	**4.580.402**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro, 2025.

Consultas eletivas realizadas nas Unidades de Referência Especializadas

Estabelecimento	2022	2023	2024	2025
Centro de Especialidades Médicas	**26.669**	**24.500**	22.617	23.527
Centro Municipal de Fisioterapia (CER)	**1.712**	**1.559**	1.853	1.917
CAPS Três Marias*	**5.192**	**6.043**	5.591	5.277
Centro de Referência Saúde da Mulher	8.680	10.892	8.412	4.485
CAPS A.D.*	**4.826**	**5.432**	5.813	8.581
Serv. De Atendimento Especializado	12.810	13.770	13.645	11.014
Policlínica Rafael Vaz e Silva	5.595	7.305	6.187	5.963
CAPS Infanto Juvenil*	**3.496**	**3.993**	6.378	6.987
Centro de Referência Infanto Juvenil	6.370	4.726	5.715	2.706
Centro Integrado Materno-Infantil	4.180	9.451	9.462	2.054
Total	**79.530**	**87.671**	**85.673**	**72.511**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro, 2025.
Nota: Dados de 2025 dos CAPS são parciais até julho, 2025.

Exames diagnósticos laboratoriais realizados por grupo de procedimento

Grupo de procedimento	2022	2023	2024	2025
Exames bioquímicos	766.559	553.561	367.781	396.360
Exames hematológicos e hemostasia	726.327	882.620	159.325	206.956
Exames sorológicos e imunológicos	229.147	154.306	101.661	117.097
Exames coprológicos	132.086	107.654	13.808	17.661
Exames de uroanálise	161.054	132.976	73.369	88.812
Exames hormonais	83.637	68.302	47.273	51.407
Exames microbiológicos	24.416	2.924	1.608	0
Exames em outros líquidos biológicos	0	0	0	110
Exames imunohematológicos	56.983	30.934	16.184	23.378
Exames citopatológicos	15.507	14.989	9.446	8.674
Total	**2.195.716**	**1.948.266**	**790.455**	**910.455**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até agosto, 2025.

Exames diagnósticos de imagem realizados por grupo de procedimento

Grupo de procedimento	2022	2023	2024	2025
Diagnóstico por radiologia	152.825	156.867	103.151	121.841
Diagnóstico por ultrassonografia	15.510	17.315	14.857	12.677
Total	**168.335**	**174.182**	**118.008**	**134.518**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até outubro, 2025.

Em 2024, houve redução na realização de exames no Laboratório Municipal de Porto Velho e nas unidades com equipamentos automatizados, devido à falta de insumos e reagentes, instabilidade contratual, dificuldades em adesões a atas de registro de preços (especialmente em Microbiologia), atrasos na entrega de materiais, déficit de pessoal e uso de equipamentos desatualizados ou inoperantes.

Para mitigar a situação, foi firmado convênio com a SESAU (CNV nº 682/2024/PGE/SESAU), permitindo que o Laboratório LEPAC passasse a realizar as análises das amostras da rede municipal

Exames laboratoriais realizados segundo unidades executantes

Grupo de procedimento	LEPAC	LAM + US	Total
Exames bioquímicos	599.929	74.303	674.232
Exames hematológicos e hemostasia	689	181.890	182.579
Exames sorológicos e imunológicos	113.690	411.701	525.391
Exames coprológicos	2	19.048	19.050
Exames de uroanálise	939	90.748	91.687
Exames hormonais	105.570	4.748	110.318
Exames microbiológicos	13	3.440	3.453
Exames imunohematológicos	1.304	17.952	19.256
Total	**822.136**	**803.830**	**1.625.966**

Fonte: TABWIN/DATASUS/MS/DAC/DRAC/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até 17/12/2025

Outras Atividades do Programa Integração da Rede de Atenção à Saúde

Manutenção dos Serviços de Atendimento Móvel às Urgências - SAMU (RAU - SAMU) 192

- Aquisição de insumos e materiais penso; médico hospitalar;
- Aquisição de 1 ambulância;
- Contratação de prestação de serviços de regulação médica;
- Atividades educativas para profissionais, e participação de eventos;
- Comemoração dos 20 anos de implantação do SAMU Porto Velho;
- Realização de parcerias, como cooperação técnica.

Manutenção das Unidades de Saúde de Média Complexidade

- Os serviços prestados à população estão sendo fortalecidos, e está sendo ampliado o acesso às redes, visto que o aumento do acesso à saúde é perceptível, desenvolvimento de atividades educativas para qualificação do serviço, análise de fluxos assistenciais, etc.
- Prestação de serviços complementares para rede de saúde com mão de obra médica de especialistas e clínico geral
- Aquisição de insumos, materiais, equipamentos médicos hospitalares;
- Prestação de serviços por meio de locação de equipamentos de mamografia e raio x; locação de sistema PAC's;
- Contratação de serviços de física médica; Prestação de serviços de dosimetria pessoal;
- Contratação de serviços de engenharia clínica; serviços de lavanderia; alimentação; vigilância patrimonial; limpeza de unidade de saúde; serviço de recepcionista, fornecimento de gases medicinais, e etc
- Expansão de sistemas de informação na rede especializada;
- Implantação de novo sistema / desenvolvimento de plano piloto de pesquisa em serviço de saúde;
- Desenvolvimento de treinamentos em serviços na rede de urgência.

Manutenção de Maternidade Pública Municipal
Ações e Campanhas de Saúde ❖ Visita guiada para gestantes e acompanhantes na maternidade ❖ Outubro Rosa (ações de prevenção ao câncer de mama) ❖ Reunião de alinhamento dos 10 Passos do Cuidado Obstétrico para Redução da Morte Materna ❖ Agosto Dourado: incentivo ao aleitamento materno ❖ Atividades educativas sobre aleitamento materno para mães e acompanhantes ❖ Mutirão de inserção de DIU (agosto) ❖ Novembro Azul: café da manhã, orientações e entrega de lembrancinhas para o público masculino
Outras Ações ❖ Contratação complementar para realização de cirurgias eletivas ❖ Contratação de serviços de anestesiologistas ❖ Manutenção de contratos continuados (alimentação, vigilância, limpeza hospitalar, lavanderia, gases medicinais, entre outros) ❖ Revisão de fluxos assistenciais e protocolos ❖ Realização de palestras educativas e seminários ❖ Oficinas terapêuticas ❖ Manutenção do título de Hospital Amigo da Criança ❖ Desenvolvimento de atividades do programa de incentivo ao aleitamento materno

Vigilância em Saúde

Objetivo:
- ❖ Fortalecer a integração das ações de vigilância à saúde com a assistência para o gerenciamento dos riscos e agravos à saúde da população;
- ❖ Promover a detecção, prevenção e monitoramento de doenças e agravos transmissíveis, não transmissíveis e doenças negligenciadas, bem como os fatores que as condicionam;
- ❖ Detectar e intervir nos fatores de riscos ambientais que interferem na saúde humana transmitida por vetores e zoonoses de relevância;
- ❖ Garantir a capacidade de alerta e resposta rápida frente às emergências de saúde pública.

Público-Alvo: Usuários do SUS do Município de Porto Velho das zonas urbana e rural.

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	Inspecionar 95% dos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde da RAS de Porto Velho	95%	75%	**Fonte:** SEMUSA **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade**: Anual **Fórmula de Cálculo:** Nº de inspeções sanitárias realizadas /Nº de inspeções programadas em estabelecimentos X 100	A falta de recursos humanos impossibilita a obtenção dessa meta
	Monitorar 100% das áreas com notificação de doenças transmitidas por vetores de casos positivos nas áreas endêmicas	100%		**Fonte:** SEMUSA **Base Geográfica:** Municipal Periodicidade: Anual **Fórmula de Cálculo:** Quantit. de casos confirmados por área/ Quanti.de áreas monitoradas X 100	

Continua

Continuação

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	Proporção de surtos investigados com doenças transmitidas por alimentos relacionados ao total de surtos	100%		**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Número de surtos investigados por doenças transmitidas por alimentos/número de surtos ocorridos por doenças transmitidas por alimentos X100	
	Mortalidade prematura (de 30 a 69) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes, e doenças respiratórias crônica	209,8/ 100.000 hab	(óbitos 531) 210,11/10 0.000	**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo**: a) Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) b) para município/região com 100 mil ou mais habitantes, deverá ser calculada.	A falta de recursos humanos impossibilita a obtenção dessa meta
	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	37	210,11/10 0.000	**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, em um determinado ano de diagnóstico e local de residência.	
	Proporção de óbitos maternos investigados	100%	60%	**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde **Base Geográfica:** Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de Cálculo:** Número de óbitos maternos investigados/número de óbitos maternos ocorridos X 100	Este resultado ainda não reflete a situação real, visto o prazo legal para encerrar as investigações (120 dias).

Frequência de cadastros e inspeções realizadas

Atividades	2022	2023	2024	2025
Cadastros de estabelecimentos sujeitos a vigilância sanitária	1412	416	558	513
Inspeção de estabelecimentos sujeitos a vigilância sanitária	6.246	6.490	8.124	6.364

Fonte: VISA/NUCRIS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados até o mês de outubro de 2025.

Denúncias, fiscalização de produtos fumígenos e exclusão de cadastros

Atividade	2022	2023	2024	2025
Recebimento e atendimento de denúncias	354	345	558	453
Fiscalização do uso de produtos fumígenos derivados do tabaco em ambientes coletivos fechados ou privativos	3.219	3.303	4.042	3.540
Exclusão de cadastro	24	1	2	7

Fonte: DVISA/NUCRIS/SEMUSA, 2025
Nota: Dados de 2024, foram atualizados em 17/11/2025.
Nota: Dados de 2025 até outubro.

Ações educativas

Atividades Educativas	2022	2023	2024	2025
Para o setor regulado	18.740	19.446	23.779	20.802
Sobre dengue	18.740	19.446	23.779	20.802

Fonte: DVISA/NUCRIS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados dos anos anteriores foram atualizados em 17/11/2025.
Nota: Dados de 2025 até outubro.

Amostras de água para consumo humano analisadas e parâmetros básicos

Atividades	2022	2023	2024	2025
Turbidez	208	590	1040	758
Coliformes Totais e Ecoli	445	389	754	621
Residual Desinfetante	365	393	834	545

Fonte: VISA/NUCRIS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados dos anos anteriores foram atualizados em 17/11/2025.
Nota: Dados de 2025 até outubro.

Mortalidade de residentes segundo Capítulo CID 10

Causa (Cap CID10)	2.022	2.023	2.024	2.025	Total
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	302	200	179	120	802
II. Neoplasias (tumores)	445	491	502	432	1.870
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	18	9	12	9	48
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	198	166	162	137	663
V. Transtornos mentais e comportamentais	30	43	42	43	158
VI. Doenças do sistema nervoso	63	105	77	76	321
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	2	1	3
IX. Doenças do aparelho circulatório	536	606	584	472	2.201
X. Doenças do aparelho respiratório	261	258	294	241	1.055
XI. Doenças do aparelho digestivo	109	116	111	107	443
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	5	2	17	4	28
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	18	13	15	17	63
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	98	117	112	81	407
XV. Gravidez parto e puerpério	3	5	2	5	15
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	121	100	102	93	416
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	33	36	34	25	128
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	182	184	182	160	709
XX.Causas externas de morbidade e mortalidade	487	466	433	370	1.758
Total	2.022	2.023	2.024	2.025	Total

Fonte: SIM/DVE/DVS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados dos anos anteriores foram atualizados em 17/11/2025.
Nota: Dados de 2025 até 17/11/2025.

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10

Ano	Morbidade Hospitalar
2022	33.631
2023	34.735
2024	33.232
2025	24.205

Fonte: TABNET/Datasus, SIH/SUS/MS/SEMUSA, 2025.
Nota: Acesso em 03/12/20235
Nota Dados de 2025 registram internações até setembro.

Mortalidade infantil e número e percentual de óbitos investigados de residentes em Porto Velho

Ano	Óbitos	Nascidos vivos	Taxa (/1000nv)	% de investigação
2022	98	7355	13,32	97,76
2023	90	6640	13,55	97,78
2024	60	4944	13,16	100
2025	83	5326	15,58	46,99

Fonte: DVS/DVE/ SINASC/ SEMUSA, 2025.
Nota: Dados dos anos 2022,2023 e 2024 foram atualizados em 17/11/2025.

Casos novos de tuberculose, segundo forma clínica

Ano	Pulmonar	Extra pulmonar	Pulmonar+ extrap	Total
2022	302	34	14	350
2023	377	67	12	456
2024	359	74	16	449
2025	277	40	18	335

Fonte: SINAN/DVE/DVS/SEMUSA, 2025
Nota: Dados dos anos 2022,2023 e 2024 foram atualizados em 17/11/2025.

Casos notificados de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

Ano	Frequência
2022	862
2023	1.574
2024	1.869
2025	1.519

Fonte: SINAN /DVE/DVS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados dos anos 2022,2023 e 2024 foram atualizados em 17/11/2025.

Casos autóctones de malária e diferença percentual.

Ano	Casos	Diferença percentual
2022	7.225	6,55
2023	7.274	0,67 a mais
2024	4.187	29,54
2025	3.585	30,04*

Fonte: SIVEP-MALARIA/DVE/DVS/SEMUSA, 2025.
Nota: Dados dos anos 2022,2023 e 2024 foram atualizados em 17/11/2025.

Casos de arboviroses notificados

Ano	Casos Notificados
2022	3821
2023	2928
2024	3135
2025	1406

Fonte: SINAN /DVE/DVS/SEMUSA, 2025
Nota: Dados dos anos,2023 e 2024 foram atualizados em 17/11/2025.

Outras Atividades do Programa Integração da Rede de Atenção à Saúde

Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária

- Realização de fiscalização e inspeção contínua em estabelecimentos, com aplicação de medidas em caso de irregularidades;
- Monitoramento de bens e serviços que oferecem riscos à saúde, assegurando qualidade e segurança;
- Apuração de denúncias, queixas técnicas e eventos adversos relacionados a produtos e serviços de saúde;
- Desenvolvimento de ações educativas e preventivas para promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Monitoramento da qualidade da água por meio de coletas periódicas para verificação da potabilidade;
- Execução do PRAISSAN, com orientação e capacitação de produtores sobre boas práticas de higiene e manipulação.
- Controle contínuo da qualidade higiênico-sanitária dos alimentos.

Manutenção das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental

- Instalação de 4.564 MILD em áreas de difícil acesso e alto índice de malária;
- Realização de 03 LIRAa, com 22.631 imóveis vistoriados e 22.893 visitas domiciliares com tratamento;
- Controle de vetores, com 1.675 pontos estratégicos visitados, levantamentos entomológicos, pesquisas larvárias e identificação de espécies;
- Realização de 59 investigações de triatomíneos;
- Ações de controle de zoonoses: 1.269 orientações ao público, 7 desratizações, 94 testes rápidos para leishmaniose canina e coleta de amostras (95 cães e 15 morcegos);
- 40 inspeções zoossanitárias e monitoramento de animais suspeitos, além de inspeções em casos confirmados de raiva, leptospirose e leishmaniose;
- Implementação do Projeto TRUST e de painel interativo (dashboard) para doenças de notificação compulsória;
- Monitoramento de sistemas de informação em saúde, vigilância ativa de anomalias congênitas e investigação de agravos de notificação compulsória;
- Realização de campanhas educativas sobre prevenção e controle de malária, dengue, tuberculose, hanseníase, hepatites virais, sífilis, aids e violências.

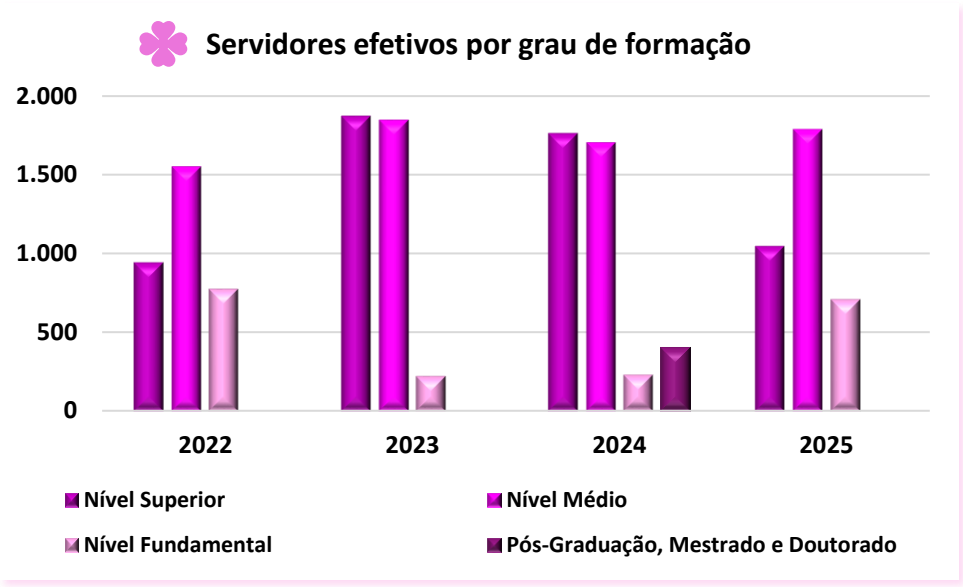
Gestão em Desenvolvimento

Objetivo:

- Fortalecer a gestão do trabalho por meio de processos de educação e formação para as RAS;
- Fortalecer o controle social, a comunicação e informação em saúde junto à população;
- Criar, implantar, o Sistema de Informação em Saúde Digital para gerir todos os serviços de apoio logístico integrando-os as RAS;
- Implantar e fortalecer a Política Municipal de Avaliação, Controle, Auditoria e Regulação, com seus componentes: regulação da atenção, do acesso e do sistema de saúde.

Público-Alvo: Servidores e Usuários do sistema.

	Indicador (Unidade de Medida)	Meta PPA	Resultado	Fonte / Periodicidade / Base do Cálculo	Justificativa para o Não Cumprimento da Meta
2025	Percentual de reformas e ampliações realizadas	100%	58,82%	**Fonte:** SEMUSA **Base Geográfica:** Municipal. **Periodicidade:** Anual **Fórmula de cálculo:** Nº de reformas e ampliações realizadas / número de reformas e ampliações estimadas *10	Foram planejadas no Plano Municipal de Saúde 17 obras para conclusão no período de 2022-2025. Destas, 10 foram obras concluídas
	Percentual de construções realizadas	100%	-	**Fonte:** SEMUSA **Base Geográfica**: Municipal **Periodicidade:** Anual **Fórmula de cálculo:** Nº de construções realizadas / número de construções estimadas *100	Não foram executadas novas construções
	Percentual de servidores qualificados	**25%**	5.800 servidores qualificados. (média de 1,41 treinamentos por cada servidor no período)	**Fonte:** SEMUSA	-



Fonte: DGP/SEMUSA, 2025.
Nota: Acesso em 10 de novembro 2025

Servidores em Cargos Comissionados e contratos temporários

Vínculo	2022	2023	2024	2025
Cargos em Comissão - Profissional Sem Vínculo	97	98	102	122
Cargos em Comissão - Profissional Estatutário/Concursado		133	132	134
Contratos Temporários	335	561	661	318
Programa Mais Médico	29	52	63	62
Total	**461**	**844**	**960**	**636**

Fonte: DGP/SEMUSA, 2025.
Nota: Acesso em 01 de dezembro 2025

Encontros realizados pelo Conselho Municipal de Saúde

Ações	Nº
Reunião ordinária	10
Reunião extraordinária	6
Conferência	1

Fonte: Secretaria Executiva/CMS, 2025.

Qualificação dos servidores

Ano	Nº de cursos e oficinas realizados	Categorias profissionais participantes	Servidores qualificados
2022	63	12	2.459
2023	124	21	4.195
2024	307	20	7.552
2025	183	12	5.800

Fonte: Divisão de Educação Permanente/SEMUSA, 2025.

Descrição	Obra
Reformas	
UPA Leste	Em execução
Pronto Atendimento Ana Adelaide	Em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia
Pronto Atendimento José Adelino	Em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia
USF Morrinhos	Pré licitação
USF Abunã	Pré licitação
USF Pedacinho de Chão	Em execução
USF Mariana	Licitado – previsão de iniciar obra em 2026
USF São Carlos	Pré licitação
USF Extrema	Pré licitação
USF Vila Princesa	Licitado – previsão de iniciar obra em 2026
USF de Benjamim Silva (Calama)	Pré licitação
Reforma e Ampliação	
Reforma e Ampliação da Maternidade Mãe Esperança	Em execução
Reforma e Ampliação da Policlínica Rafael Vaz e Silva	Em execução
Reforma e Ampliação da USF Caladinho	Pré licitação
Construções	
Construção do Centro de Diagnóstico por Imagem (CDI)	Licitado – previsão de iniciar obra em 2026
Construção da Sala de Estabilização de Vista Alegre do Abunã	Pré licitação

Fonte: SEMUSA, 2025.

Outras Atividades do Programa Gestão em Desenvolvimento

Manutenção das Ações do Conselho Municipal de Saúde

- Visitas de fiscalização em todas as Unidades de Saúde da Zona Rural;
- Participação 2ª Conferência da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do município de Porto Velho;
- Participação nas etapas Estadual e Nacional da Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- Participação no Encontro nacional dos secretários executivos e presidentes dos Conselhos Municipais de Saúde em Brasília - DF.

Construir, ampliar, reformar e recuperar bens imóveis da SEMUSA

- Mantidas 4 (quatro) obras em execução;
- 03 (três) obras licitadas com previsão de início em 2026;
- 07 projetos de Reforma e ampliação em fase de pré-licitação;
- 02 projetos de Reforma e ampliação em fase de elaboração de projetos complementares de engenharia.

Manutenção da política de gestão do trabalho e educação permanente

- Realização de reuniões semestrais, supervisões e mini oficinas aos Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), na zona urbana e no Eixo BR;
- Desenvolvimento do Projeto Políticas Informadas por Evidências (PIE);
- Elaboração de POPs e capacitações nas Unidades Laboratório da Planificação da Atenção à Saúde, incluindo formação do Time de Resposta Rápida na APS;
- Visitas técnicas às Unidades Laboratório na função de apoiador municipal para fortalecimento da planificação;
- Organização de estágios curriculares, reuniões com instituições de ensino e implantação de sistema de controle de estagiários;
- Realização de oficinas e implantação da Unidade Docente Assistencial Três Marias;
- Reuniões do grupo condutor da planificação da atenção à saúde;
- Implantação de Conselhos Locais de Saúde em 10 unidades piloto;
- Realização de curso de formação para Gerentes da Atenção Primária à Saúde;
- Desenvolvimento do Projeto "Café com Liderança – Gestores em Rede Construindo Políticas Vivas", com 1º encontro do Departamento de Atenção Básica, abordando "Comunicação e posicionamento de líderes";
- Fortalecimento dos Programas de Residência, com implantação da COREMU e da COREME da SEMUSA.

Registros



Integração da Rede de Atenção à Saúde. Fonte: SEMUSA, 2025.



Servidores. Fonte: SEMUSA, 2025.



Medicamento Consciente. Fonte: SEMUSA, 2025.



Atenção Básica Mais Perto de Você. Fonte: SEMUSA, 2025.



b

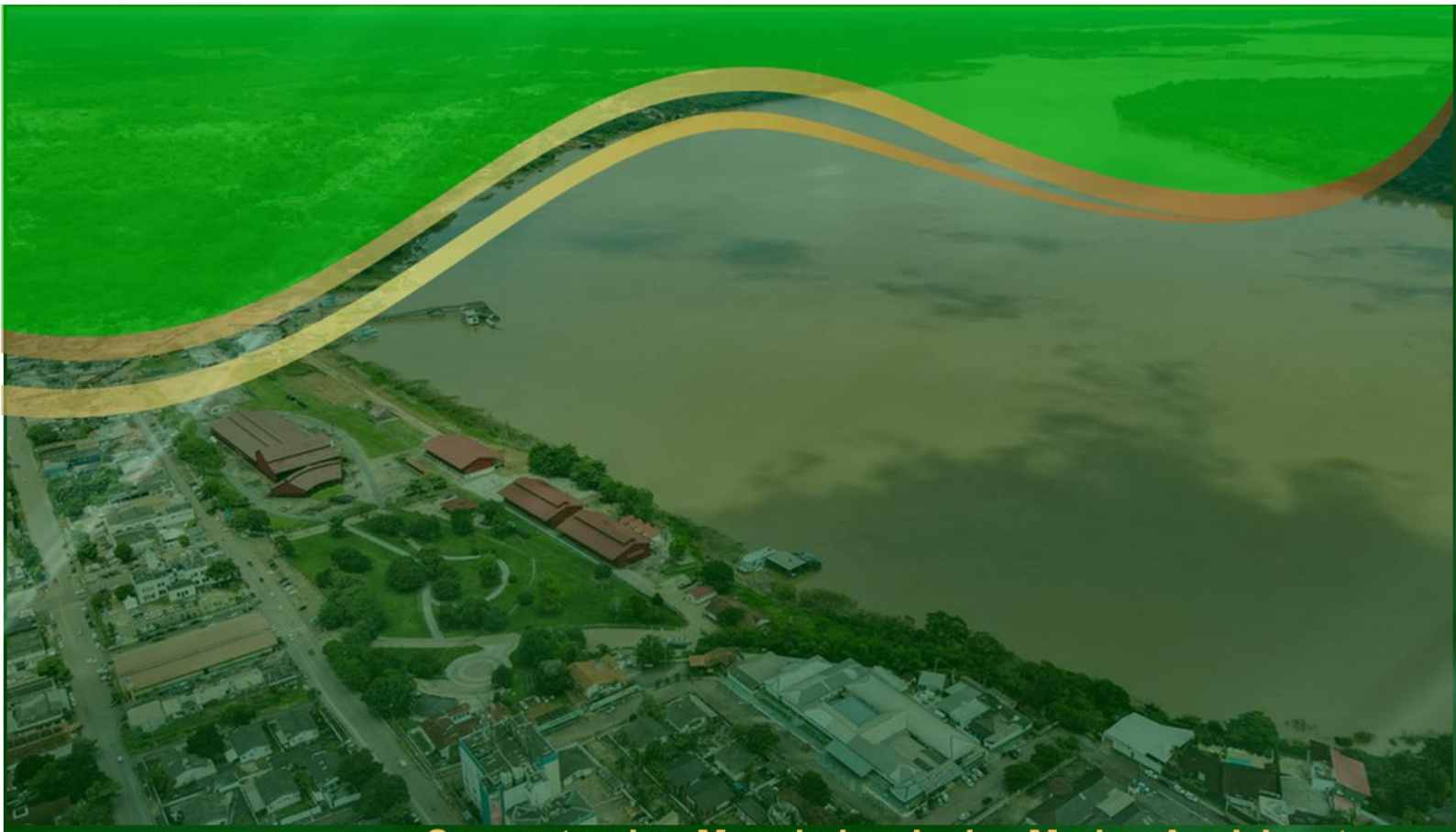
Vigilância em Saúde. Fonte: SEMUSA, 2025.



Gestão em Desenvolvimento. Fonte: SEMUSA, 2025.



Estabelecimentos de Saúde. Fonte: SEMUSA, 2025.



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMA

Por mais de 20 anos, Porto Velho enfrentou desafios relacionados a ações civis públicas antigas, conflitos jurídicos recorrentes, insegurança administrativa e entraves à gestão ambiental e urbana. O ano de 2025 marcou uma mudança significativa, com importantes iniciativas voltadas à gestão ambiental, ao fortalecimento das políticas públicas de conservação, à educação ambiental, à fiscalização, à recuperação de áreas degradadas e à ampliação do diálogo com a sociedade civil e instituições parceiras, adotando uma Governança Ambiental Colaborativa e Tecnológica.

Neste período, optou-se por uma abordagem inovadora, deixando de lado o percurso tradicional de litígios que consumiam tempo, energia e recursos públicos sem gerar soluções efetivas para a população. Com o apoio da Gestão da Prefeitura de Porto Velho, foram construídas soluções imediatas, baseadas em diálogo institucional, consenso, inovação tecnológica e eficiência administrativa, incluindo a utilização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ampliado para tratar diversos problemas de forma integrada.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no cumprimento de suas atribuições legais e em consonância com os princípios da transparência e da responsabilidade administrativa, apresenta o Relatório Anual de Gestão 2025, consolidando as principais ações, programas, indicadores e resultados alcançados ao longo do ano.

O relatório contempla, de forma objetiva e organizada, as ações desenvolvidas, os projetos e programas executados, os investimentos realizados, os principais desafios identificados, os avanços significativos na política ambiental municipal, bem como as recomendações e os encaminhamentos estratégicos previstos para o ano de 2026.

A SEMA agradece a colaboração de seus servidores, parceiros institucionais, e Conselheiros Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), das associações comunitárias e de toda a população que contribuiu para o fortalecimento das ações ambientais em Porto Velho.

Reafirma, ainda, seu compromisso com a eficiência administrativa, a proteção ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável no município.

VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) é responsável pela gestão e execução da política ambiental do Município, atuando na proteção, conservação e fiscalização do meio ambiente, conforme a legislação vigente. Em 2025, a SEMA avançou na modernização administrativa com a reorganização de sua estrutura por meio do Decreto nº 21.133, fortalecendo a eficiência, a transparência e a governança da gestão ambiental municipal.

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica (ASTEC/SEMA) é responsável por integrar, apoiar estrategicamente e gerir os processos da Secretaria, assessorando o Secretário e o Secretário Adjunto, o COMDEMA e as áreas internas. Suas atribuições incluem análise e instrução processual, apoio ao planejamento, interface com órgãos externos, atendimento a órgãos de controle e coordenação de pareceres técnicos. Em 2025, em conjunto com a Secretaria-Executiva, garantiu a eficiência operacional do colegiado, com destaque para ações de transparência, gestão documental, logística de reuniões e atendimento ao cidadão.

Principais Atividades da ASTEC

193 Julgamentos em Primeira Instância Administrativa	102 Processos encaminhados para dívida ativa	193 Julgamento de Primeira Instancia	58 Pareceres	281 Resposta aos Órgão de Controle
10 Reuniões do COMDEMA (organização e participação)	120 Conclusão dos processos físicos nessa assessoria	1 Chamamento Público (Serviços Voluntários)	33 Processos Julgamento segunda instância (COMDEMA)	15 Elaboração de Termo de Compensação Ambiental/Termo de Ajustamento de Conduta (TAC/ TCA)

01	Criação e Coordenação do grupo de trabalho para elaboração da minuta do Decreto Municipal de Grandes Geradores de resíduos Sólidos

Execução Orçamentária

O orçamento inicial foi de R$ 5.213.201,00, posteriormente suplementado para R$ 7.319.944,96. Desse total, foram executados R$ 5.755.737,71, permanecendo um saldo de dotação de R$ 1.564.207,25 ao final do período

Descrição	Valor (R$)
Orçamento Inicial	5.213.201,00
Orçamento Atualizado (Suplementado)	7.319.944,96
Valor Executado	5.755.737,71
Saldo de Dotação	1.564.207,25

Fonte: DA/SEMA, 2025.

Bem Estar Animal

Em 2025, a SEMA consolidou o bem-estar animal como política de Estado, com investimento de R$ 6.630.868,90. Em cumprimento à Lei Complementar Municipal nº 825/2020, foi criada a Coordenadoria de Proteção Animal (CPA), formalizada pelo Decreto nº 21.133/2025, responsável por coordenar e executar as ações de proteção, saúde e cuidado dos animais, fortalecendo a estrutura técnica, administrativa e operacional da Secretaria e institucionalizando a política de bem-estar animal no município de Porto Velho.

Clínica Pública Veterinária



Fonte: SEMA, 2025.

Inauguração da primeira unidade pública de atendimento veterinário de Rondônia, localizada no bairro Lagoinha, equipada com centro cirúrgico, raio-X e laboratório. A iniciativa adotou um modelo de gestão inovador, por meio de parceria firmada via Chamamento Público com a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária (SPMV), garantindo maior agilidade operacional, com previsão de realização de até 8.000 castrações anuais e distribuição de 20 toneladas de ração para protetores cadastrados.

Cadastramento de Protetores para Recebimento de Ração

O cadastramento de protetores independentes de animais constitui um instrumento estratégico de apoio às ações de proteção animal desenvolvidas pelo Município, observando critérios técnicos, administrativos e legais previamente estabelecidos.

Ano	Protetores Cadastrados
2021	36
2022	16
2023	10
2024	10
2025	10

Fonte: CPA/SEMA, 2025.

Doação de Ração

Ano	Sacas de Ração doadas
2021	1.150
2022	890
2023	563
2024	1.757
2025	868

A doação institucional de ração constitui apoio complementar às atividades dos protetores cadastrados, respeitando os limites orçamentários e administrativos do Município



Fonte: CPA/SEMA, 2025.
Nota: Em 2025 as doações foram efetuadas somente nos 4 primeiros meses do ano.

Feiras de Adoção

As feiras de adoção responsável são ações estratégicas para incentivar a guarda responsável e reduzir o abandono de animais. Entre 2021 e 2025, foram realizadas 12 feiras de adoção, além da manutenção permanente de adoções de animais resgatados e acolhidos pela SEMA, reforçando o compromisso com o bem-estar animal e a conscientização da população.

Ano	Animais Adotados
2021	100
2022	350
2023	185
2024	100
2025	30

Fonte: CPA/SEMA, 2025.

Castração

Ano	Animais Castrados
2021	385
2022	1.115
2023	1400
2024	2.117
2025	392

Fonte: CPA/SEMA, 2025.

A Coordenadoria de Proteção Animal é responsável pelo controle e monitoramento das ações de castração gratuita de cães e gatos, voltadas ao controle populacional e à promoção do bem-estar animal. Em 2025, os trabalhos foram fortalecidos com a inauguração da Clínica de Bem-Estar Animal, em novembro, com previsão anual de até 8.000 castrações.

Canal de Bem-Estar Animal

O Canal de Bem-Estar Animal registrou o resgate de 17 animais errantes ou vítimas de atropelamento e a realização de 67 vistorias em atendimento a denúncias e demandas da população. As ações consolidam o Canal como instrumento estratégico de comunicação e monitoramento, possibilitando atuação ágil, coordenada e efetiva na proteção e no bem-estar animal.

Proteção e Conservação Ambiental

O Departamento de Proteção e Conservação Ambiental (DPCA) atua na formulação e execução de políticas públicas voltadas à preservação, conservação e recuperação ambiental, promovendo a qualidade ambiental, a salubridade e o desenvolvimento sustentável, com foco na gestão responsável dos recursos naturais e na proteção do ecossistema.

Produção, Plantio e Monitoramento de Mudas – Cidade + Verde

CIDADE + VERDE

O Programa prevê a produção e distribuição de 91 mil mudas pelo Viveiro Municipal, destinadas à arborização urbana, áreas públicas e doações à população, com foco na democratização do conforto térmico. As ações, executadas pela DAUP e pelo Viveiro Municipal vinculado à DPCA/SEMA, evidenciam elevada capacidade operacional e contribuem para a qualidade ambiental, o equilíbrio urbano e a melhoria da qualidade de vida, com registro e monitoramento técnico das atividades no Relatório Quantitativo de Mudas de 2025.



Fonte: DPCA/SEMA, 2025.

DOAÇÕES DE MUDAS

Produção do Viveiro Municipal e de parcerias institucionais
- **2022:** 18.819 produção e mudas doadas;
- **2023:** 4.500 mudas, distribuídas entre o Espaço Alternativo (800), os distritos de Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã (3.700) e as localidades de São Carlos e Nazaré (200);
- **2024:** mais de 70.000 mudas doadas, provenientes da produção e mudas doadas de ações integradas com projetos e parcerias institucionais;
- **2025:** cerca de 91.000 mudas doadas em ações realizadas em parcerias.

Arborização nos Distritos do Baixo Madeira

ARBORIZAÇÃO

A SEMA realizou ação de arborização nos distritos do Baixo Madeira — São Carlos, Calama e Nazaré — com foco na recomposição da cobertura vegetal, melhoria do microclima e adaptação climática em comunidades ribeirinhas impactadas pela expansão urbana. A iniciativa, coordenada pela Gerência de Arborização e Proteção Ambiental, priorizou o plantio de espécies nativas e adaptadas, com orientação às comunidades para a manutenção das mudas, fortalecendo a sustentabilidade das ações e prevendo sua ampliação para outras localidades da região.





Fonte: DPCA/SEMA, 2025.

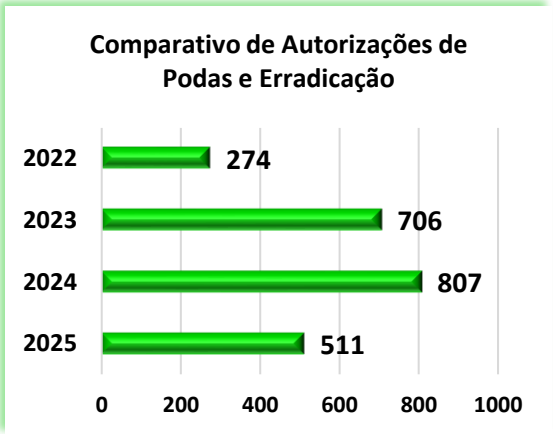
Manejo Arbóreo Urbano

Manejo Arbóreo Urbano

A Divisão de Arborização Urbana e Podas (DAUP) atua de forma estratégica no manejo da arborização municipal, contribuindo para o conforto térmico, a qualidade do ar, a segurança da população e a melhoria da qualidade de vida urbana. Suas ações são pautadas em planejamento técnico, vistorias em campo, autorizações ambientais e cumprimento do Plano Diretor de Arborização Urbana, garantindo intervenções responsáveis, com poda, erradicação criteriosa e compensação arbórea, assegurando o equilíbrio físico-ambiental do município.



Fonte: DPCA/SEMA, 2025.



Criação e Demarcação de Novas Unidades de Conservação/UC's – Gestão Verde

O levantamento de áreas de interesse ambiental identifica e caracteriza áreas de relevância ecológica para subsidiar o licenciamento ambiental, o ordenamento territorial e o planejamento de ações de conservação. Em 2025, foram realizados estudos técnicos em distritos de Porto Velho ao longo da BR, abrangendo União Bandeirantes, Nova Mutum, Jaci-Paraná e Rio Pardo, com uso de drones para análise espacial, identificação de passivos ambientais e mapeamento de áreas para futuras intervenções, apoiando ações de recomposição vegetal e o fortalecimento das políticas ambientais municipais.



Fonte: DPCA/SEMA, 2025.

Gestão de App's e Áreas Verdes

A gestão das Áreas de Preservação Permanente (APPs), das áreas verdes e dos parques municipais apresentou resultados expressivos ao longo do exercício de 2025, refletindo o fortalecimento das políticas públicas ambientais e a consolidação de ações voltadas à preservação, ao uso sustentável dos espaços e à melhoria da qualidade de vida da população. Considerando a relevância estratégica desses equipamentos ambientais e urbanos, faz-se necessário o devido destaque às ações desenvolvidas, que serão apresentadas de forma detalhada e segmentada por unidade, abrangendo o Parque Natural de Porto Velho, o Parque Circuito Dr. José Adelino de Moura e o Parque Jardim das Mangueiras (Skate Parque).

Parque Natural Municipal

Parque Natural de Porto Velho

A Divisão de Arborização Urbana e Podas (DAUP) atua de forma estratégica no manejo da arborização municipal, contribuindo para o conforto térmico, a qualidade do ar, a segurança da população e a melhoria da qualidade de vida urbana. Suas ações são pautadas em planejamento técnico, vistorias em campo, autorizações ambientais e cumprimento do Plano Diretor de Arborização Urbana, garantindo intervenções responsáveis, com poda, erradicação criteriosa e compensação arbórea, assegurando o equilíbrio físico-ambiental do município.

AÇÕES

- Playground Infantil
- Atividades Recreativas
- Educação Ambiental
- Trilhas Guiadas Palafita e Paredão
- Centro de Visitação Biológica (Museu)

Melhorias

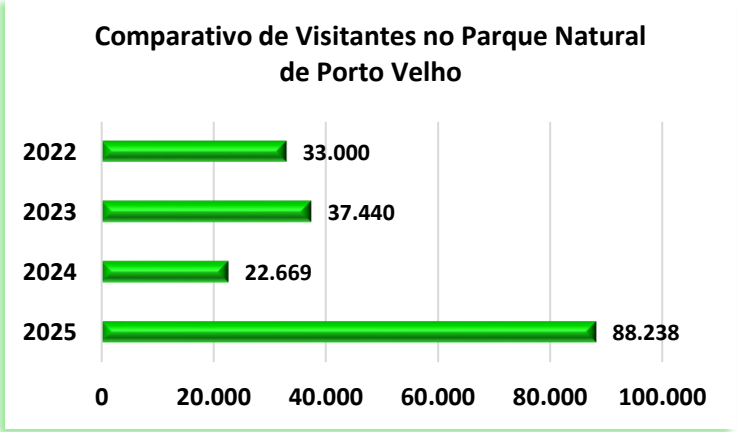
Infraestrutura e Equipamentos
Implantação da Sala Verde, ampliação da área de piquenique e aquisição de veículo utilitário para apoio às atividades do Parque.

Arborização e Conforto Ambiental
Plantio de mudas arbóreas para aumento do sombreamento, conforto térmico e fortalecimento da cobertura vegetal.

Monitoramento e Segurança das Trilhas
Acompanhamento diário das trilhas, com remoção de obstáculos e garantia da segurança dos usuários.

Saúde e Segurança do Trabalhador
Realização de exames periódicos, implantação de programa de saúde e segurança, monitoramento de acidentes e fornecimento de EPIs aos servidores.





Fonte: DPCA/SEMA, 2025.

Parque Circuito Dr. José Adelino de Moura

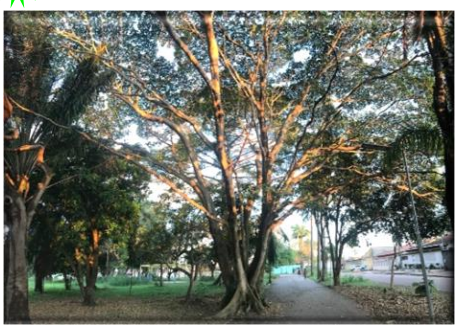
Parque Circuito Dr. José Adelino de Moura

Criado em 1967 com aproximadamente 50 hectares e 1 km de pista de caminhada, está inserido em área urbana com Área de Preservação Permanente (APP) superior a 30 metros, sob gestão da SEMA.
Em fevereiro de 2025, o parque passou a operar com rotinas administrativas consolidadas e fortalecimento das atividades de lazer, esporte e educação ambiental. O espaço registrou demanda significativa, com média de 5 solicitações mensais para uso por escolas, empresas e ONGs, evidenciando a relevância do parque como equipamento público de uso comunitário e educativo.



Fonte: Acervo DPCA/SEMA, 2025.

Parque Jardim das Mangueiras



Fonte: Acervo DPCA/SEMA, 2025.

Parque Jardim das Mangueiras (Skate Parque)

Área de Proteção Ambiental com 70.140 m², integra a infraestrutura municipal de esporte, lazer e convivência social de Porto Velho, atendendo a diversas modalidades e registrando fluxo médio superior a 300 usuários por noite. Sob gestão da SEMA, o espaço recebeu ações contínuas de manutenção, limpeza, manejo da arborização e plantio de mudas, garantindo segurança, conservação ambiental e uso sustentável, em alinhamento às políticas públicas de qualidade de vida e meio ambiente.

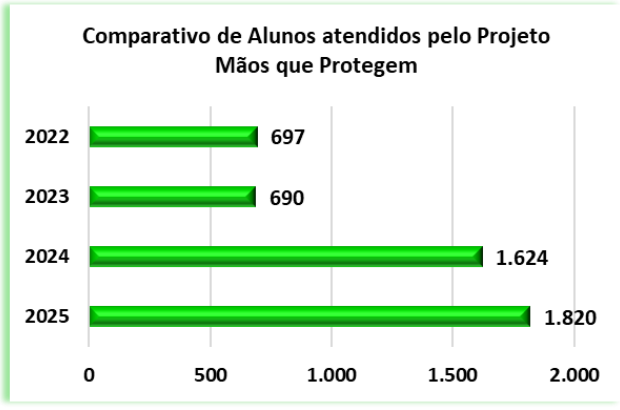
Gestão de Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas

Em 2025, o Departamento de Gestão de Políticas Públicas Ambientais e Mudanças Climáticas-DGPA consolidou-se como eixo estratégico da política ambiental de Porto Velho, com atuação integrada de suas gerências e avanço qualitativo e institucional em relação aos exercícios anteriores. Destaca-se a execução do Projeto “Mãos que Protegem”, que promoveu ações contínuas e descentralizadas de educação ambiental, alcançando escolas da zona urbana, distritos ao longo da BR e, de forma inédita, comunidades rurais e da região do Baixo Madeira.

Projeto “Mãos que Protegem”

Mão que Protegem

O projeto atendeu mais de 40 unidades escolares da rede municipal, abrangendo turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, com participação direta estimada de aproximadamente 1.820 alunos. A atuação da equipe técnica ocorreu de forma permanente ao longo do ano, com presença regular nas unidades escolares, mediante a realização de rodas de conversa, palestras educativas, atividades lúdico-pedagógicas e visitas orientadas ao Parque Natural de Porto Velho.



Fonte: SEMA, 2025.



Fonte: FIERO, 2025.

Plano Municipal de Educação Ambiental

A elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação Ambiental promoveram ações voltadas à sensibilização ambiental, formação cidadã e difusão de práticas sustentáveis, ampliando a educação ambiental como eixo transversal das políticas públicas. As iniciativas alcançaram escolas urbanas e rurais, distritos do Baixo Madeira e ações sociais nos fins de semana, com atuação intersetorial e foco em temas como reflorestamento, recuperação ambiental, prevenção de queimadas e manejo de resíduos, consolidando uma política de educação ambiental que ultrapassa o ambiente escolar e fortalece a consciência ambiental no município.

Monitoramento e Qualidade Ambiental

Em 2025, a Gerência de Monitoramento e Qualidade Ambiental consolidou uma atuação baseada em dados técnicos e indicadores, alinhada às diretrizes do DGPA, com foco na prevenção de danos ambientais, apoio à fiscalização e fortalecimento do planejamento ambiental municipal. Destacaram-se o monitoramento contínuo da qualidade do ar e das queimadas urbanas e rurais, a elaboração de mapas comparativos de focos de calor (2020–2025), o acompanhamento do uso do fogo com participação do Ministério Público e a análise de dados de emissões de gases de efeito estufa para subsidiar políticas de mitigação climática.

No período, foram iniciadas ações estratégicas como a contratação de serviços para análise da qualidade da água em bacias urbanas e o mapeamento de pontos para monitoramento da poluição sonora em áreas sensíveis. Também se destacaram iniciativas de gestão de resíduos, como o Projeto Descarte Correto, com forte participação das escolas, a ampliação do acordo com a SEJUS para reutilização de materiais institucionais e o chamamento público para cadastramento de Ecopontos.

De forma integrada, as ações do DGPA em 2025 evidenciam o avanço e o amadurecimento da política ambiental municipal, marcada pela inovação, planejamento técnico, inclusão social e compromisso com a sustentabilidade, a saúde pública e a qualidade de vida da população de Porto Velho.

Licenciamento Ambiental

O Departamento de Licenciamento Ambiental-DELIC, é responsável pela gestão do licenciamento ambiental municipal, conforme porte, natureza e impacto das atividades, em observância à legislação vigente.

TIPOLOGIA

Dispensa de Licenciamento Ambiental: aplicada a atividades de impacto insignificante, com controle e registro administrativo.
Certidão de Viabilidade Ambiental (CVA): avalia a compatibilidade da atividade com o local, considerando zoneamento e restrições ambientais.
Licença Ambiental Simplificada (LAS): procedimento ágil para atividades de pequeno potencial poluidor.
Licenciamento Ambiental Regular (LAR): destinado a empreendimentos de médio e alto impacto, composto pelas licenças Prévia, de Instalação e de Operação

AUTORIZAÇÕES

Autorizações para Eventos: voltadas a eventos festivos, culturais, esportivos e similares, com foco na mitigação de impactos ambientais.
Autorizações Especiais: aplicáveis a atividades de maior impacto, como exploração mineral, com prazos definidos, condicionantes rigorosas e monitoramento técnico contínuo

Tipo de Licença	2022	2023	2024	2025
Certidão de Viabilidade	1	1	25	1
Autorização Especial	12	16	21	24
Autorização de Evento	59	104	206	220
Dispensa de Licenciamento	486	618	772	2725
Licença Ambiental por Declaração	263	338	Extinta	Extinta
Licença Ambiental Simplificada	523	618	710	646
Licença Ambiental Prévia	28	59	68	155
Licença Ambiental de Instalação	121	137	154	217
Licença Ambiental de Operação	514	658	756	490

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental Online – SUL e Sistema Unificado de Licenciamento/SEMA, 2025.

CNAE	Descrição da Atividade	2022	2023	2024	2025
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	205	208	235	377
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	188	178	192	356
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	188	136	115	302
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	187	135	126	298
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	198	151	189	313
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	134	122	164	230
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	154	107	98	262
8211-3/00	Serviços combinados de escritórios e apoio administrativo	185	180	249	577
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	155	120	136	329

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental Online – SUL/SEMA, 2025.

Fiscalização Ambiental

Descrição	2025	2024	2023	2022	2021
Denúncias ambientais	1.434	1.250	1.104	837	1.050
Queimadas Urbanas	36	666	379	429	485
Água Servida	359	218	352	246	153
Maus Tratos Animais	329	138	88	9	17
Poluição Sonora	112	40	58	73	59
Danos a Arborização Urbana	18	31	31	16	38
Danos a Área de Proteção Permanente	92	60			
Atividades Passíveis de Licença Ambiental	64	27	-	-	-

Fonte: SEMA, 2025.

Fiscalização Ambiental

Atua na prevenção, monitoramento e apuração de infrações ambientais no município. Desenvolve vistorias, análise de denúncias, autos administrativos e monitoramento de impactos como poluição sonora, queimadas, resíduos sólidos e ocupações irregulares. A fiscalização é técnica, legal e transparente, aliada a ações educativas e preventivas. No período avaliado, houve fiscalização ambiental em eventos carnavalescos, com controle de licenças e emissão sonora. Destaca-se o avanço no controle de grandes geradores de resíduos, com análise de **1.947** empreendimentos e notificações para adequação ambiental.

Capacitação

As ações de capacitação da SEMA, realizadas majoritariamente em parceria com a SEMAD, tiveram como foco a valorização dos servidores e o aprimoramento da gestão interna, com destaque para a participação de servidores em capacitação sobre contratações públicas, fortalecendo a qualificação técnica e os processos administrativos.



Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano-EMDUR

O presente relatório tem por finalidade atender às determinações do Decreto Municipal n.º 21.387, de 1º de outubro de 2025, que "Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2025, estabelecendo medidas de controle e fixando prazos para a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, visando o cumprimento da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101,de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCERO) e demais normas aplicáveis".

As informações aqui apresentadas observam as diretrizes da Instrução Normativa n.º 65/2019/TCE-RO, que "Estabelece normas de organização e apresentação da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo e das peças complementares que constituirão o processo de Contas de Governo, para apreciação do Tribunal de Contas do Estado, mediante parecer prévio, nos termos dos arts. 49, I, da Constituição Estadual e 31, § 2º, 71, I, e 75 da Constituição Federal."

A comissão responsável pela elaboração deste relatório é formada pelos empregados públicos Weverton Kelvin Silva Damacena (Presidente), Alba Solange Ferreira dos Santos Guimarães (Membro) e Francisco Paulo Magalhães Moreira (Membros), todas nomeados por meio da Portaria n.º 315/2025/GAB/EMDUR, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia em 04/11/2025 (Código Identificador: 86C600A6)

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor-Presidente

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

O planejamento anual da empresa, no exercício de 2025, contemplou três eixos estratégicos de atuação:

1. Intervenções em praças e espaços públicos
2. Expansão, modernização e manutenção da iluminação pública;
3. Promoção e apoio a eventos municipais.

Praças e Espaços Públicos

A EMDUR integrou o Plano 60 Dias com ações emergenciais em áreas prioritárias e, ao longo do exercício, promoveu a revitalização de praças e espaços públicos, com melhorias em infraestrutura, áreas de lazer, iluminação, limpeza e manutenção geral.

Principais Intervenções

Foram realizadas intervenções em praças, parques, campos esportivos, mercados e equipamentos públicos, contemplando instalação e revitalização de playgrounds, grama sintética, piso emborrachado, academias ao ar livre, gradis e lixeiras; revitalização e manutenção de quadras, campos e áreas de lazer; além de ações contínuas de limpeza, roço, pintura e manutenção geral. Destacam-se ainda reformas, ampliações e manutenções na rede elétrica e luminotécnica, implantação e recuperação da iluminação pública, incluindo projetos especiais e uso de iluminação solar, bem como melhorias estruturais em parques urbanos e espaços de convivência.

Instalação de Playgroud

Praças:
do Residencial Morar Melhor;
Pequeno Vitor Emanuel;
do Orgulho do Madeira;
Francisco Holanda;
do Distrito de Nova Mutum;
Marise Castiel;
do Mariana;
do Cohab
Bagdá e
Três Marias

Instalação de Piso Emborrachado

Praças:
Pequeno Vitor Emanuel;
do Distrito de Nova Mutum;
Marise Castiel e
do Cohab

Instalação de grama sintética

Praças:
do Residencial Morar Melhor;
do Orgulho do Madeira;
Francisco Holanda e
Três Marias

Instalação de academia

Praças:
do Distrito de Nova Mutum;
Três Marias e
Céu (Substituição)

Instalação de gradil

Praças:
do Residencial Morar Melhor;
do Orgulho do Madeira;
Francisco Holanda e
Três Marias


Praça Jhonatas Pedroza



Praça Maria Rita


Praça Bagdá


Praça Aluízio Ferreira


Praça dos Taxistas


Parque da Cidade

A execução destas intervenções demonstra a gestão eficiente dos recursos por meio da revitalização e melhoria de espaços públicos, evidenciando o alcance das metas traçadas para o ano de 2025.

Dentre os espaços públicos que receberam intervenções da EMDUR em 2025, destaca-se o Parque da Cidade, que, após ampla revitalização, tornou-se o principal espaço de lazer e convivência da capital, sediando grandes eventos.

Principais Eventos Realizados no Parque da Cidade

Além dos eventos promovidos pela EMDUR e pela prefeitura, o Parque recebeu diversos eventos privados, tornando-se espaço de referência para promoção da cultura, do esporte e do lazer.

- **15/02 — Reabertura do Parque**: Atividades de lazer, recreação e retomada oficial do parque como espaço de convivência
- **23 a 25/05 — Arraiá da Prefs Festa Junina**: Shows nacionais, quadrilhas juninas, apresentações regionais, bois bumbás e músicas típicas
- **12 a 20/04 — 1ª edição Páscoa no Parque**: Caça aos ovos, pinturas em gesso, praça de alimentação, *beach* tênis, corrida, show gospel, peça "Jesus de Nazaré" e sorteio de 100 (cem) bicicletas
- **11 a 13/09 — Festa do Dia das Crianças**: Show nacional do "Mundo Bita", brinquedos infláveis, brincadeiras, lanche e sorteios
- **A partir de 21.11 — Natal Porto Velho Luz**: Maior árvore de Natal (36m), com tecnologia LED, atrações temáticas, iluminação cênica, lazer com neve artificial, patinação no gelo, entre outros e gastronomia.



Arraiá da Prefs
aproximadamente 70mil pessoas



Páscoa no Parque
mais de 72 mil pessoas



Dia da Criança no Parque
mais de 30 mil pessoas

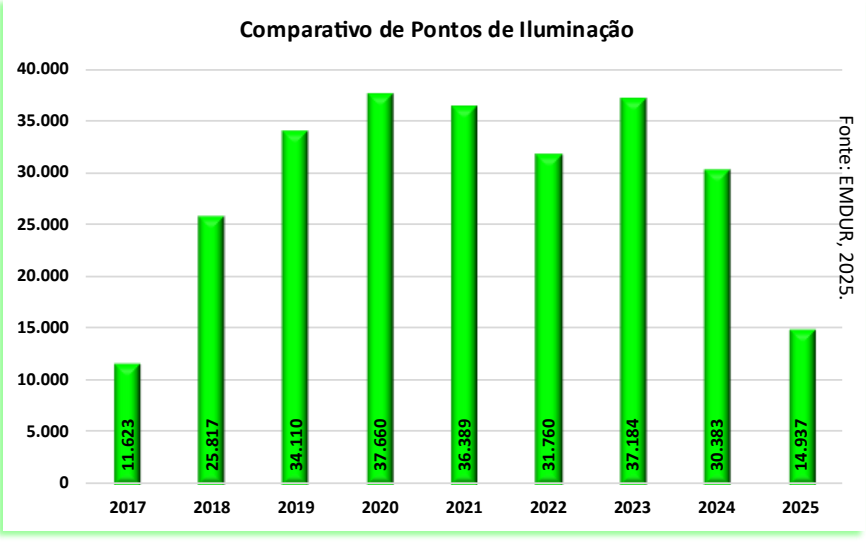


Natal Porto Velho Luz - Uma Cidade Encantada
mais de 900 mil pessoas

Iluminação Pública

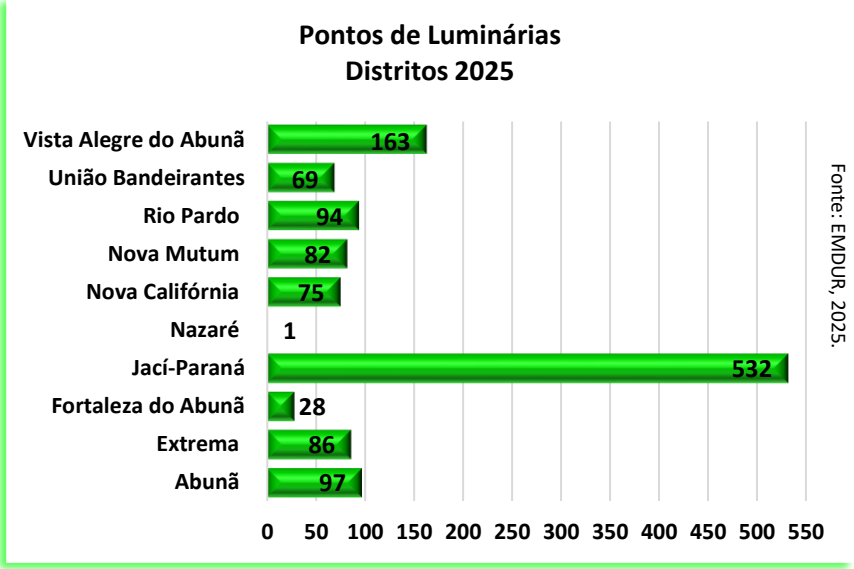
Em 2025, foram realizados 14.937 atendimentos em iluminação pública, incluindo manutenção, modernização para LED (2.430 pontos) e ampliação de rede em áreas urbanas, rurais e distritos, com redução média de 52% no consumo de energia.

Houve ganho de eficiência operacional, com redução do prazo médio de atendimento para 14,35 dias e aumento dos atendimentos no prazo para 95,42%.



A capacidade operacional superou a demanda anual, permitindo eliminar pendências, além da execução de intervenções estruturantes e modernizações em vias, bairros, comunidades e eixos estratégicos do município, com destaque para a revitalização integral da Avenida Guaporé.

Do total de atendimentos, 1.227 ocorreram nos distritos. Para viabilizar as ações, foi contratada internet via satélite pela rede Starlink, garantindo a comunicação das equipes em áreas com limitação de sinal.



Registros



Revitalização da iluminação pública na BR-364, entre a Av. Campos Sales e a Universidade Federal de Rondônia



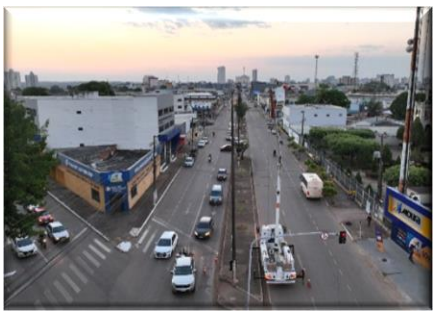
Iluminação na rotatória da Av. Rio Madeira



Instalação de postes ornamentos nas proximidades do Porto Velho Shopping



Avenida Guaporé com instalação de sistema antifurto



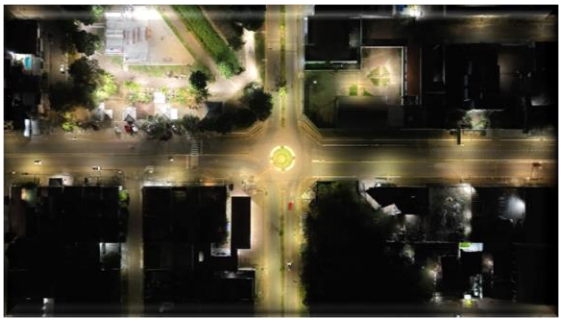
Manutenção no canteiro central da Av. Nações Unidas



Reestabelecimento da iluminação pública na Av. Santos Dumont



Serviço de Iluminação no Distrito de Rio Pardo



Serviço de Iluminação na rotatória das avenidas Guaporé e José Vieira Caúla

Estrutura

Foram implementadas melhorias nos processos internos e operacionais da EMDUR, com foco em agilidade, eficiência e transparência. Destacam-se a adesão ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a revisão e simplificação de fluxogramas, a modernização da gestão da iluminação pública com maior controle e rastreabilidade das informações, além do fortalecimento do monitoramento das equipes. No âmbito operacional, houve aquisição de equipamentos, ferramentas e internet via satélite para atuação em áreas rurais e distritos, bem como a locação de nova sede com almoxarifado, proporcionando melhores condições de trabalho e maior agilidade no atendimento.

Inovação



A iniciativa integra um projeto da Prefeitura, executado pela EMDUR, que prevê a implantação de estações de hidratação em pontos estratégicos da cidade. A ação tem como objetivo ampliar o conforto, promover a saúde e garantir mais bem-estar à população que frequenta os principais espaços de lazer.

Em 2025, foram entregues três estações de hidratação, instaladas no **Espaço Alternativo**, **Parque da Cidade** e **Skate Parque**.

As estações foram projetadas para atender a diferentes públicos e necessidades, contando com água gelada; água quente, adequada para o preparo de mamadeiras; bebedouro exclusivo para pets; sistema de vaporização, que auxilia no refrescamento após caminhadas, corridas ou atividades físicas.



Distrito de Extrema

Além da inovação das estações de hidratação, em dezembro de 2025, a EMDUR e a Prefeitura estenderam a iluminação natalina aos distritos.



Distrito de Vista Alegre do Abunã



Instituto de Previdência e Assistência Social-IPAM

O presente relatório atende ao Decreto Municipal n.º 21.387/2025, apresentando os resultados da gestão 2025 do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho (IPAM) e demonstrando o compromisso institucional com a transparência, eficiência operacional e sustentabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social e da Assistência à Saúde.

O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos. Na Previdência, destaca-se a regularização do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) após sete anos de emissões exclusivamente judiciais. Na Assistência à Saúde, o zeramento da fila histórica de auditoria (12 mil guias pendentes desde 2021), implementação de fluxo regular de análise em até 21 dias úteis, redução de 15,5% no volume de procedimentos, redução de 34% nas internações hospitalares (economia de R$ 9,9 milhões) e geração de superávit de 9,4% das receitas evidenciam controle rigoroso, governança assistencial e sustentabilidade fiscal.

O Projeto "Viver Bem Não Tem Idade", realizado em outubro de 2025, consolidou-se como ação estratégica de inclusão social, reunindo 450 beneficiários e oferecendo atendimentos de saúde, serviços de beleza, emissão de documentos e atividades culturais, demonstrando compromisso com o envelhecimento saudável e alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Os resultados de 2025 demonstram que gestão eficiente, planejamento estratégico, capacitação técnica, controles internos estruturados e transparência institucional fortalecem a governança, garantem sustentabilidade financeira e protegem os direitos previdenciários e assistenciais dos servidores, aposentados e pensionistas.

O IPAM consolida-se como instituição de referência, reconhecendo que os desafios exigem aprimoramento contínuo, inovação e diálogo permanente com os segurados e a sociedade. O compromisso com a excelência, a ética, a transparência e o interesse público orientarão permanentemente as ações do IPAM, garantindo proteção social, qualidade de vida e dignidade aos servidores municipais de Porto Velho.

CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Esta seção do relatório apresenta-se os resultados da Assistência à Saúde referentes ao triênio 2023–2025, organizados em seções. Inicialmente, são abordados os dados de orçamento, receita e despesa. Em seguida, apresentam-se os quantitativos de procedimentos, a disponibilidade de especialidades, clínicas e prestadores credenciados, além de novos credenciamentos e demais informações relevantes sobre as ações desenvolvidas pelo IPAM.

Orçamento Receita e Despesas

Os dados orçamentários, de receitas e despesas evidenciam os custos necessários à manutenção da Assistência à Saúde do IPAM, com predominância de gastos em procedimentos de saúde, contratos de serviços e despesas com pessoal. O Quadro 01 compara o triênio 2023–2025, demonstrando evolução dos resultados, com destaque para os impactos positivos da gestão em 2025.

Comparativo Orçamentário da Assistência à Saúde

Em R$ 1,00

Ano	2023	2024	2025
Orçamento Previsto	83.474.590,00	96.793.530,00	97.688.782,00
Receitas/Repasses	90.570.866,00	86.968.271,00	97.409.076,49
Despesas	90.071.480,00	81.339.732,69	82.141.993,21

Fonte: IPAM, 2025

As receitas mantiveram relativa estabilidade no triênio, com queda em 2024 e recuperação expressiva em 2025, quando atingiram R$ 97,4 milhões, superando 2023. Essa recuperação decorreu de ações de gestão, como redução de cancelamentos, retorno de segurados, renegociação de débitos e ampliação da base contributiva.

As despesas apresentaram redução consistente ao longo do período, evidenciando maior eficiência operacional. Em 2025, mesmo com leve aumento em relação a 2024, mantiveram-se abaixo dos níveis de 2023, resultando no maior superávit do triênio, de R$ 8,53 milhões.

Procedimentos Realizados

UTI

Em 2025, os gastos com UTI somaram R$ 15,87 milhões, representando aumento de 10,7% em relação a 2024 e de 19,9% em comparação a 2023. Apesar do crescimento, os dados indicam desaceleração da tendência histórica, evidenciando a eficácia dos controles, auditorias e protocolos clínicos implementados pela nova gestão na contenção dos custos.

Comparativo UTI

Em R$ 1,00

Prestador de Serviços	2023	2024	2025
Hospital Central	5.121.214,14	5.313.481,75	6.634.282,28
Hospital Panamericano	1.861.627,37	2.153.119,15	2.555.918,44
Hospital Prontocordis	6.256.003,23	6.867.159,37	6.684.371,01
Total	**13.238.844,74**	**14.333.760,27**	**15.874.571,73**

Fonte: IPAM, 2025

ODONTO

Em 2025, a Assistência Odontológica do IPAM consolidou-se como área estratégica da atenção integral à saúde, com serviços ofertados pela rede credenciada CLIOM. No triênio 2023–2025, observou-se redução de 29,6% nos procedimentos e estabilização dos gastos, evidenciando a eficácia dos controles, auditorias e protocolos clínicos implementados

Comparativo de Odontologia

Ano		CLIOM	CAROL LEVATTI	COLT	Total
2023	Procedimentos	21.868	226	3.939	26.033
	Valores em R$	469.551,48	9.406,86	92.211,43	571.169,77
2024	Procedimentos	21.977	119	3.690	25.786
	Valores em R$	626.261,97	3.223,06	95.676,96	725.161,99
2025	Procedimentos	18.315	-	-	18.315
	Valores em R$	574.249,66	-	-	574.249,66

Fonte: IPAM, 2025.

CONSULTAS

A redução registrada em 2025 reflete a adoção de uma gestão mais eficiente pela nova administração, com controles rigorosos, auditorias e protocolos clínicos baseados em evidências. As medidas racionalizaram a demanda, eliminaram duplicidades e otimizaram recursos, resultando em maior eficiência, qualidade e sustentabilidade da assistência à saúde.

Comparativo de Consultas

Período	Consultas
2023	69.219
2024	71.861
2025	57.970

Fonte: IPAM, 2025.
Nota: Dados até 16 dez. 2025.

EXAMES

A redução observada em 2025 decorre da adoção de gestão eficiente, com controles rigorosos, auditorias e protocolos clínicos baseados em evidências. As medidas racionalizaram a demanda, eliminaram exames desnecessários e otimizaram recursos, assegurando maior eficiência, sustentabilidade financeira e qualidade assistencial.

Comparativo de Exames

Período	Exames
2023	623.447
2024	589.176
2025	528.009

Fonte: IPAM, 2025.

INTERNAÇÕES

A redução observada em 2025 decorre da adoção de controles rigorosos, auditorias preventivas e protocolos clínicos baseados em evidências. As medidas fortaleceram a regulação, a atenção ambulatorial e a gestão de casos, reduzindo internações desnecessárias, tempo de permanência e reinternações.

Comparativo de Internações

Período	Internações
2023	5.939
2024	6.755
2025	5.952

Fonte: IPAM, 2025.

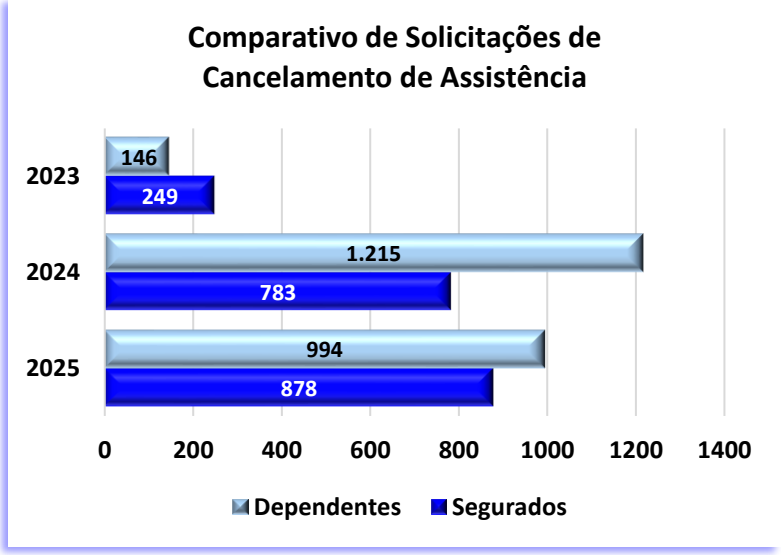
Especialidades Credenciadas

Anestesiologia, Cardiologia, Cardiologia – Eletrofisiologia, Cirurgia Bucomaxilofacial, Cirurgia Cardiovascular, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Oral Menor, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Ecocardiografia, Fisioterapia, Geriatria, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia e Hemoterapia, Infectologia, Mastologia, Medicina do Trabalho, Medicina Intensiva, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Nutrição (Nutrologia), Odontologia, Oftalmologia, Oncologia Clínica, OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais), Ortopedia e Traumatologia, Patologia Clínica/Medicina Laboratorial, Pediatria, Psicologia, Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Radioterapia, Tomografia Computadorizada, Ultrassonografia, Urologia

Solicitações de Cancelamento da Assistência à Saúde e adesão

Apesar das ações da gestão — como manutenção de servidores, recredenciamento e retorno de prestadores e renegociação de débitos — não foi possível evitar o cancelamento da assistência à saúde. Em 2025, registraram-se **1.872** cancelamentos, sendo 878 de segurados (aumento de 12,1%) e 994 de dependentes (redução de 18,2%), o que representa queda total de 6,3% em relação a 2024.

A adesão totalizou **75 beneficiários**, sendo 37 servidores pensionistas, 37 servidores aposentados, 1 servidor da Prefeitura Municipal e 37 dependentes vinculados aos segurados titulares.



Fonte: IPAM, 2025.

Solicitações de Cancelamento da Assistência à Saúde



Fonte: IPAM, 2025.

O Projeto **"Viver Bem Não Tem Idade"**, realizado em 18 de outubro de 2025 no Clube da OAB, reuniu cerca de **450** pessoas idosas e consolidou-se como ação estratégica de inclusão social, promoção da saúde e valorização da pessoa idosa. Promovido pelo IPAM em parceria com a Prefeitura de Porto Velho e diversas secretarias e instituições, contou com ampla participação institucional e presença de autoridades municipais. O evento alcançou seus objetivos ao oferecer atendimentos de saúde preventiva, serviços de cidadania, atualização cadastral do IPAM, atividades culturais, lazer e integração social. Destacou-se o forte engajamento voluntário de servidores do IPAM, a avaliação positiva dos participantes e o reconhecimento da ação como marca institucional positiva.

PREVIDÊNCIA

Neste item serão apresentados os resultados da Previdência relativo ao triênio 2023/2025.

Orçamento Receita e Despesas

Em 2025, a receita prevista foi de R$ 69,6 milhões e a despesa inicial de R$ 59,8 milhões, com redução de 65,58% em relação ao orçamento de 2024, em razão da consolidação da nova estrutura previdenciária. O valor executado alcançou R$ 85,6 milhões, crescimento de 5,5% frente a 2024, indicando estabilização do fundo após a migração.

A reestruturação previdenciária evidenciou a inversão de protagonismo entre os fundos: o Fundo Financeiro reduziu 26,8% entre 2023 e 2025, enquanto o Fundo Capitalizado cresceu 1.320% no período, reforçando a transição para o regime de capitalização e a sustentabilidade de longo prazo do RPPS. A Taxa de Administração manteve trajetória de redução, refletindo maior eficiência e equilíbrio na gestão.

Comparativo Orçamentário da Previdência

Em R$ 1,00

Ano/Tipo do Fundo		Taxa de Administração	Fundo Previdenciário. Financeiro	Fundo Previdenciário. Capitalizado
2023	Receita Prevista	19.781.516,00	118.358.230,00	157.488.950,00
	Despesa Inicial Prevista	22.286.256,00	117.569.143,00	148.217.855,00
	Executado	16.385.230,00	172.902.967,00	5.436.681,00
2024	Receita Prevista	19.205.112,33	119.295.910,00	184.098.510,00
	Despesa Inicial Prevista	25.510.506,00	137.618.477,00	263.797.197,00
	Executado	15.792.792,48	105.295.877,00	73.276.234,00
2025	Receita Prevista	2.259.114,00	233.435.821,00	69.571.150,00
	Despesa Inicial Prevista	21.759.114,00	249.506.508,00	59.821.150,00
	Executado	14.866.442,94	126.657.497,60	77.212.604,56

Fonte; IPAM, 2025.

Investimentos

Durante o exercício de 2025, o Comitê de Investimentos - COMIN, em conjunto com a Assessoria de Investimentos do IPAM, optou por manter os títulos públicos federais já adquiridos, especialmente NTN-Bs com vencimentos intermediários e longos, priorizando títulos marcados na curva de juros. Essa estratégia teve como objetivo reduzir a volatilidade da carteira e assegurar retornos reais acima da meta atuarial no longo prazo.

Comparativo Orçamentário da Previdência

Tipo de Fundo	2023	2024	2025
Financeiro	47.368.217,87	140.286.862,37	252.945.645,53
Previdenciário	881.615.963,48	865.271.225,58	899.200.626,11
Taxa de Administração	22.009.597,41	23.297.627,03	28.626.943,23
Total dos Fundos	950.993.778,76	1.028.855.714,98	1.180.773.214,87

Fonte; IPAM, 2025.

O quadro 7 apresenta a evolução da meta atuarial e do retorno efetivo da carteira de investimentos do IPAM no triênio 2023-2025, evidenciando comportamentos distintos decorrentes das oscilações do mercado financeiro, mudanças na política monetária nacional e estratégias de gestão da carteira de investimentos adotadas pelo Instituto.

Objetivo X Meta Alcançada dos Investimentos 202 a 2024

Indicador	2023	2024	2025	Variação 2025 vs 2024	Variação 2025 vs 2023
Meta Atuarial	IPCA + 4,9% (9,75%)	IPCA + 5,10% (9,15%)	IPCA + 5,47% (9,12%)	-0,03 p.p.	-0,63 p.p.
Retorno Alcançado	11,99%	5,56%	12,09%	+6,53 p.p.	+0,10 p.p.
GAP (Retorno - Meta)	+2,24 p.p.	-3,59 p.p.	+2,97 p.p.	+6,56 p.p.	+0,73 p.p.
Percentual acima/abaixo da meta	22,97%	-39,24%	32,57%	+71,81 p.p.	+9,60 p.p.
Retorno Absoluto R$	**84.145.043,82**	**53.571.080,01**	**126.873.997,09**	136,80%	50,80%

Fonte; IPAM, 2025.
Nota: As informações de 2024 e 2025 são até o mês de novembro.

A análise do triênio 2023–2025 demonstra que o IPAM superou a meta atuarial em 2023 e 2025, com desempenho destacado em 2025, o melhor do período. O resultado negativo de 2024 decorreu de fatores macroeconômicos externos, especialmente mudanças na expectativa da Taxa Selic, sendo compensado por ajustes estratégicos que preservaram o patrimônio e garantiram forte recuperação no exercício seguinte.

O retorno acumulado de R$ 264,6 milhões no triênio e o crescimento patrimonial de 50,8% reforçam a sustentabilidade financeira e atuarial do RPPS. A estratégia de manutenção de títulos públicos Federais mostrou-se adequada às obrigações previdenciárias de longo prazo.

Fundos de Previdência

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Lei Complementar nº 969, que alterou a LC nº 404/2010 para aprimorar a gestão dos recursos previdenciários do IPAM. A norma redefiniu a estrutura em dois grupos de segurados: o **Grupo I**, vinculado ao fundo financeiro, e o **Grupo II**, vinculado ao fundo capitalizado, formado por servidores ingressos a partir de 13/11/2019 e respectivas contribuições.

Com a nova legislação, houve migração de servidores entre os fundos, impactando significativamente os quantitativos e valores a partir de 2024. Dessa forma, as análises comparativas com períodos anteriores perderam eficácia, uma vez que os dados de 2022 e 2023 seguem a legislação antiga, enquanto 2024 reflete a nova realidade, com aumento expressivo de servidores ativos e alterações nos valores pagos a ativos, aposentados e pensionistas.

Grupo I – Fundo Financeiro

O número de aposentados do Plano Financeiro caiu fortemente em 2024 e apresentou recuperação parcial em 2025, passando de 1.957 em 2023 para 1.097 em 2024 e 1.208 em 2025, totalizando redução de 38,3% no período. Essa queda decorre principalmente da migração administrativa de aposentados para o Plano Previdenciário (Grupo II) após a LC nº 969/2023, o que torna os dados de 2023 e 2024 não diretamente comparáveis.

Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas - Plano Financeiro

Servidores	2025	2024	2023
Ativos	1.199	9.991	3.701
Pensionistas	449	432	728
Aposentados	1.208	1.097	1.957

Fonte: IPAM, 2025.

Entre 2023 e 2025, houve forte redução no número e nos valores pagos a aposentados e pensionistas do Plano Financeiro (Grupo I) em 2024, com recuperação parcial em 2025. Essa variação decorre principalmente da migração administrativa de beneficiários para o Plano Previdenciário (Grupo II), conforme a LC nº 969/2023, e não da extinção de benefícios, o que torna os dados de 2023 e 2024 não diretamente comparáveis.

Os valores pagos acompanharam essa tendência, com queda mais acentuada entre pensionistas, refletindo redistribuição contábil entre os fundos. O aumento do valor médio dos benefícios no Plano Financeiro indica que permaneceram beneficiários com proventos mais elevados, influenciados também por reajustes e revisões.

Valores Pagos aos Pensionistas e Aposentados- Plano Financeiro

Em R$ 1,00

Servidores	2023	2024	2025
Aposentados	11.725.661,12	7.977.357,65	9.551.539,56
Pensionistas	2.890.093,08	1.442.459,37	1.876.977,03

Fonte: IPAM, 2025.

Grupo II – Plano Capitalizado

O Plano Capitalizado (Grupo II), conforme a LC nº 969/2023, é composto por servidores ingressos a partir de 13/11/2019, além de aposentados e pensionistas nascidos até 31/12/1956, com recursos administrados pelo regime de capitalização. A implementação da norma, em 2024, provocou migração expressiva de beneficiários do Plano Financeiro para o Capitalizado, gerando crescimento atípico nos quantitativos e valores pagos. Por essa razão, os dados de 2023 não são diretamente comparáveis aos de 2024 e 2025, devendo as variações ser interpretadas como reflexo de mudanças legais e reclassificações administrativas.

Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas - Plano Financeiro

Servidores	2023	2024	2025
Ativos	7.121	342	412
Pensionistas	98	419	420
Aposentados	83	1.040	1.036

Fonte: IPAM, 2025.

Entre 2023 e 2025, os aposentados e pensionistas do Plano Capitalizado apresentaram crescimento expressivo, especialmente em 2024, em razão da migração de beneficiários do Plano Financeiro para o Capitalizado. O número de aposentados passou de 83 em 2023 para 1.040 em 2024, mantendo-se estável em 2025, enquanto os pensionistas aumentaram de 98 para 419 em 2024, também com estabilidade no exercício seguinte.

Os valores pagos acompanharam esse movimento, com forte expansão em 2024 e crescimento moderado em 2025. As variações decorrem principalmente da reclassificação administrativa promovida pela LC nº 969/2023, enquanto os aumentos posteriores refletem reajustes, revisões de benefícios e concessão de novas aposentadorias e pensões, além da incorporação de benefícios de maior valor médio.

Valores Pagos aos Pensionistas e Aposentados- Plano Financeiro

Em R$ 1,00

Servidores	2023	2024	2025
Aposentados	207.488,62	4.865.752,59	5.232.143,35
Pensionistas	201.970,07	1.420.128,57	1.634.495,30

Fonte: IPAM, 2025.

Compensação Previdenciária - COMPREV

A Compensação Previdenciária (COMPREV) é o mecanismo que assegura o equilíbrio financeiro entre o RGPS/INSS e os RPPS, garantindo o correto rateio dos custos dos benefícios conforme o tempo de contribuição. Em conformidade com a legislação vigente, o IPAM iniciou pagamentos à PARANAPREVIDÊNCIA e ao Instituto de Previdência de Balneário Camboriú, além de receber valores da SPPREV.

O Instituto mantém fluxos regulares de compensação com o RGPS/INSS e com os regimes previdenciários de Rondônia, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Tocantins. Em 2025, ampliou a compensação para os Estados do Paraná e São Paulo e para o Município de Balneário Camboriú, contribuindo para a redução do déficit atuarial e o equilíbrio financeiro do RPPS.

Especificação	2023	2024	2025
Recebimento de Recursos R$	5.275.804,43	14.784.208,23	17.633.845,73
Pagamento de Recursos R$	44.400,12	138.613,63	105.163,66
Pró-rata R$	1.460.520,76	2.377.524,66	3.686.151,28

Fonte: IPAM, 2025.

Cálculo e Análise Atuarial

Os resultados da situação atuarial do IPAM em virtude da sua elaboração e conclusão serem posterior a entrega do RAG/2025, serão entregues em documento à parte na prestação de contas do IPAM, o qual, apresentará tecnicamente o estudo situacional e prospectivo das obrigações do IPAM, quanto aos objetivos, ao grau de solvência e econômico-financeira; itens necessários a manutenção dos benefícios previdenciários.

Ações

Terceiro Seminário e Audiência Pública de Previdência do Município de Porto Velho



Fonte: https://ipam.portovelho.ro.gov.br/noticias

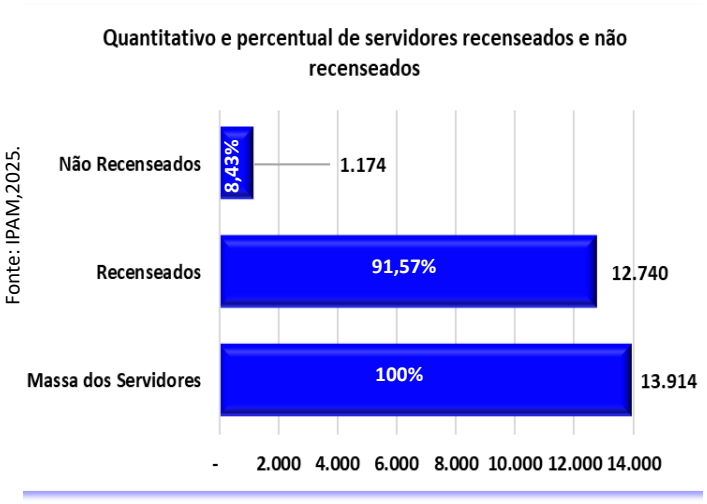
O IPAM realizou, em 26 e 27 de novembro de 2025, o **III Seminário Municipal de Previdência** e a **III Audiência Pública Municipal de Previdência**, consolidando essas ações como instrumentos de educação previdenciária, transparência e diálogo com servidores e a sociedade. O evento teve como foco a capacitação técnica, o fortalecimento da governança do RPPS e a disseminação de temas essenciais da área previdenciária.

A Audiência Pública, realizada em 27 de novembro, reforçou a transparência institucional e a participação social, sendo transmitida ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura de Porto Velho, ampliando o acesso às informações e às discussões apresentadas.



Fonte: https://ipam.portovelho.ro.gov.br/noticias

Censo IPAM



O censo previdenciário é uma obrigação legal que assegura a atualização periódica dos dados dos segurados do RPPS, sendo essencial para o equilíbrio financeiro e a gestão responsável dos recursos previdenciários. Em 2025, o IPAM concluiu o Relatório Final do Censo Previdenciário 2024, cujos dados subsidiaram a avaliação atuarial, o planejamento estratégico e a gestão de riscos do regime.

O Censo 2024 alcançou taxa de adesão de **91,57%,** com 12.740 segurados *recenseados* de um total de 13.914, superando o mínimo legal de 80%. O baixo índice de não recadastramento reflete a eficácia das ações de mobilização, dos atendimentos presencial e online e da cobertura dos polos na capital e nos distritos.

Ouvidoria IPAM

Em 2025, a Ouvidoria do IPAM consolidou-se como canal estratégico de comunicação, transparência e participação cidadã, operando de forma integrada para acolher, analisar e responder às demandas dos segurados e da sociedade. No período, foram registradas **136 manifestações**, recebidas por diversos canais, com predominância de reclamações relacionadas à Assistência à Saúde.

Os resultados evidenciam o fortalecimento da ouvidoria como instrumento de governança participativa, controle social e melhoria contínua dos serviços, garantindo acessibilidade, tratamento técnico das

CRP Administrativo IPAM

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) é essencial para comprovar a conformidade do RPPS com as normas Federais e viabilizar transferências, convênios e operações de crédito. Em 2025, o RPPS de Porto Velho alcançou marco histórico ao obter a emissão administrativa do CRP, revertendo situação de irregularidade que perdurava há anos. A regularização do CRP garantiu segurança jurídica, reduziu riscos de penalidades e restabeleceu a capacidade de investimento do município, consolidando importante avanço na governança previdenciária do IPAM.



CAPACITAÇÕES - IPAM

O quantitativo de servidores capacitados na Assistência à Saúde do IPAM apresentou crescimento expressivo no triênio 2023–2025, impulsionado pela implementação de política institucional de educação continuada e valorização do capital humano. Após 19 capacitações em 2023 e queda para 14 em 2024, o número saltou para 178 em 2025, representando crescimento acumulado de 836,8%.

Assistência	Servidores Capacitados	Local
Controles Administrativos CGM	8	Porto Velho-RO
Treinamento Módulos de Planejamento, Orçamento e Financeiro	5	Porto Velho-RO
Legislação Previdenciária Própria e Complementar	2	Porto Velho-RO
2ºcongresso Amazônico de Direito Administrativo -4º RONDONIENSE	15	Porto Velho-RO
Curso Prático Sobre O PPP e LTCAT - A Administração Pública - SUPERCIAl	6	Porto Velho-RO
Oficina Noções Fundamentais de Gestão da Dívida Ativa	41	Porto Velho-RO
1ºseminário de Planejamento SEMPOG	5	Porto Velho-RO
Contratações Públicas Desburocratizadas - TRAINNER	5	Porto Velho-RO
Programa de Capacitação: Ordenadores de Despesas	5	Porto Velho-RO
Trilha Prática em Contratações Públicas - ESCON	2	Porto Velho-RO
Análise Aplicada da Avaliação. Atuarial de RPPS - ATUARIAL CONSULTORIA	30	Porto Velho-RO
Palestra Institucional. Sobre Governança e Compliance no Serviço Público	54	Porto Velho-RO
Previdência	**Servidores Capacitados**	**Local**
Controles Administrativos CGM	8	Porto Velho-RO
Treinamento Módulos de Planejamento, Orçamento e Financeiro	5	Porto Velho-RO
Legislação Previdenciária Própria e Complementar	2	Porto Velho-RO
2ºcongresso Amazônico de Direito Administrativo -4º RONDONIENSE	15	Porto Velho-RO
4º SEMINÁRIO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA DA ANEPREM	4	Brasília-DF
21º Congresso Estadual De Previdência da APEPREM	4	Campos do Jordão - SP
Curso Prático Sobre O PPP e LTCAT - A Administração Pública - SUPERCIAl	6	Porto Velho-RO
Oficina Noções Fundamentais De Gestão Da Dívida Ativa	41	Porto Velho-RO
1ºseminário de Planejamento SEMPOG	5	Porto Velho-RO
58º Congresso Nacional da ABIPEM	2	Foz do Iguaçu-PR
Contratações Públicas Desburocratizadas - TRAINNER	5	Porto Velho-RO
Programa de Capacitação: Ordenadores de Despesas	5	Porto Velho-RO
Trilha Prática em Contratações Públicas - ESCON	2	Porto Velho-RO
Análise Aplicada da Avaliação. Atuarial de RPPS - ATUARIAL CONSULTORIA	30	Porto Velho-RO
Curso Preparatório Nova Certificação RPPS	24	Porto Velho-RO
Palestra Institucional. Sobre Governança e Compliance no Serviço Público	54	Porto Velho-RO

Continua

Continuação

Previdência	Servidores Capacitados	Local
13ºcongresso Brasileiro de Conselheiros De RPPS	9	Recife-PE
XI Simpósio Nacional One Cursos Prev. dos Servidores Administração Pública	3	Brasília-DF
3º Seminário e Audiência Pública Municipal de Previdência IPAM	59	Porto Velho-RO
Noções Básicas de Atendimento Ao Cidadão - ENAP	6	Escola Virtual de Governo -EVG
Gestão de Ouvidoria	1	Escola Virtual de Governo -EVG
Aposentadoria e Pensão de Servidores: Atualizações Emenda 103/2019 - ENAP	4	Escola Virtual de Governo -EVG
Gestão de Pessoas	8	Escola Virtual de Governo -EVG
Censo Cadastral Previdenciário	6	Escola Virtual de Governo -EVG
Aposentadoria e Pensão de Servidores: Atualizações Emenda 103/2019- ENAP	4	Escola Virtual de Governo -EVG
A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência - ENAP	3	Escola Virtual de Governo -EVG
Critérios do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	1	Escola Virtual de Governo -EVG
Proteção de Dados Pessoais no Setor Público	1	Escola Virtual de Governo -EVG
Como Implementar A LGPD: Bases, Mecanismos e Processos	1	Escola Virtual de Governo -EVG
Total	**496**	

Fonte: IPAM, 2025.

Destaca-se que a maioria das capacitações em 2025 contemplou servidores de áreas comuns à Previdência e à Assistência à Saúde, evidenciando uma estratégia de capacitação transversal, que fortaleceu competências técnicas, administrativas e de governança, promovendo maior integração, eficiência operacional e qualidade na prestação dos serviços do IPAM. Todas as capacitações foram realizadas em Porto Velho.



Estrutura de Governança e Controles Internos

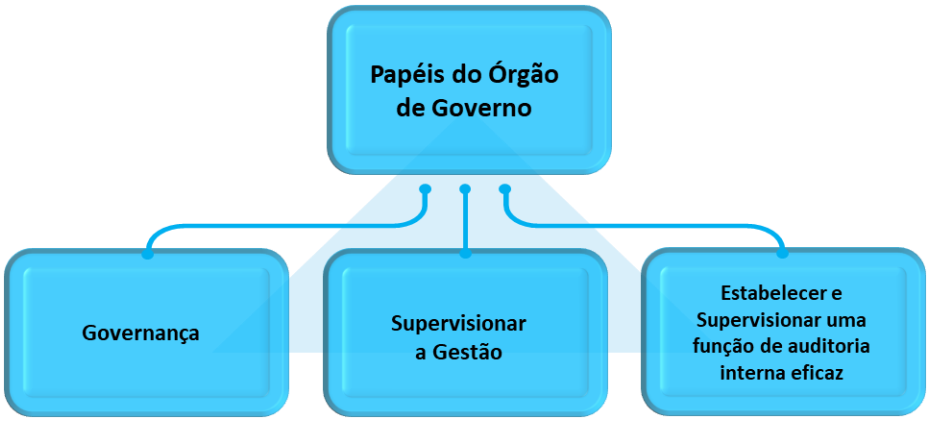
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A política de Governança na Administração Pública Municipal foi instituída pelo Decreto nº 15.261/2018, com o objetivo de assessorar o Prefeito na condução da governança, promover a participação social, ampliar a transparência e o acesso à informação, entendendo a governança como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados à condução das políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

Posteriormente, o Decreto nº 17.888/2022 passou a dispor sobre controles internos, gestão de riscos e governança no Poder Executivo Municipal, definindo o órgão de governança como responsável pela implementação da política, pela supervisão da gestão de riscos e controles internos, pela promoção da ética, da responsabilidade e da transparência, bem como pelo envolvimento dos cidadãos no acompanhamento dos resultados.

Responsabilidade

Os órgãos de governança abrangem diferentes estruturas nos setores público e privado e têm como principais responsabilidades definir o direcionamento estratégico da organização, estabelecer visão, missão, valores e apetite a risco, além de acompanhar os resultados e o gerenciamento de riscos por meio de relatórios de gestão.



O órgão de governança é responsável, em última instância, por assegurar a existência de estruturas e processos adequados de governança, incluindo a conformidade normativa, a supervisão da auditoria interna e o controle da exposição a riscos, em alinhamento aos objetivos estratégicos. Cabe ainda definir o apetite e a tolerância ao risco, bem como supervisionar as atividades da gestão e o cumprimento das responsabilidades institucionais. Além disso, o Decreto nº 17.888/2022 estabelece princípios de Governança Pública que devem ser observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal.

Capacidade de Resposta	Competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos, inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações ;
Integridade	Busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta, elevando os padrões de decência e probidade na gestão dos recursos públicos e das atividades da organização, com reflexo tanto nos processos de tomada de decisão, quanto na qualidade de seus relatórios financeiros e de desempenho;
Confiabilidade	Capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político, mantendo-se o mais fiel possível aos objetivos e diretrizes previamente definidos com ações consistentes com a sua missão institucional;
Melhoria Regulatória	Desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas;
Accountability	**Prestação de contas e Responsabilidade:** linha clara e objetiva entre as justificativas e os resultados da atuação administrativa e os agentes públicos que dela tomarem parte, representando a vinculação necessária, notadamente na administração de recursos públicos, entre decisões, condutas e competências e seus respectivos responsáveis; e
Transparência	Acesso a todas as informações relativas à organização pública, completas, precisas e claras para a adequada tomada de decisão das partes interessas na gestão das atividades, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil.

Comitê Integrado de Governança

Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 15.261/2018, o Comitê Institucional de Governança (CIG) foi instituído com a finalidade de assessorar o Prefeito na condução da política de governança da Administração Pública Municipal, sendo organizado conforme a seguinte estrutura:



SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

Nos termos do art. 3º do Decreto nº 17.888/2022, os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal devem implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão. Para fortalecer esse processo, adota-se o Modelo das Três Linhas, referenciado pelo Instituto de Auditores Internos (IIA) e pela ISO 31.000, que estabelece uma clara distinção de papéis voltados ao alcance dos objetivos institucionais, ao fortalecimento da governança e ao gerenciamento de riscos, atuando de forma simultânea e integrada.

No âmbito municipal, conforme o art. 2º, incisos III, IV e V, do Decreto nº 17.888/2022, os controles internos são organizados em três linhas de atuação:

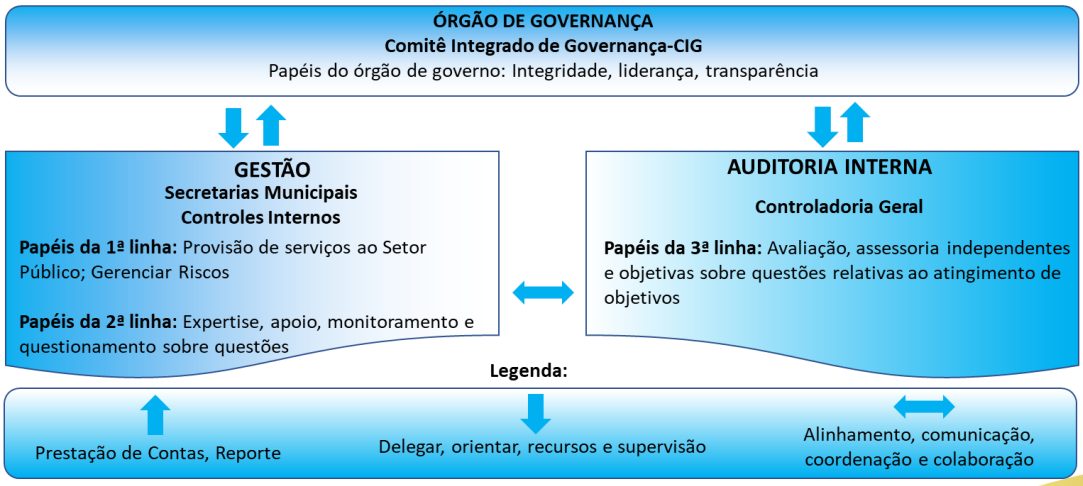
1ª Constituída pelos controles internos destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos do órgão ou entidade, operacionalizados pela gestão, por meio da liderança e direção de ações (incluindo gerenciamento de riscos) e aplicação de recursos para atingir os objetivos da organização, mantendo diálogo contínuo com o órgão de governança, reportando resultados e riscos;

2ª constituída pelas funções de apoio, monitoramento e análise quanto às decisões e ações da gestão e quanto ao gerenciamento de riscos, bem como de fornecimento de conhecimentos complementares quanto à conformidade com leis, regulamentos, comportamento ético aceitável, controle interno, segurança da informação e tecnologia, sustentabilidade e avaliação da qualidade. A segunda linha será operacionalizada pela gestão e fará parte de suas responsabilidades;

3ª constituída pela auditoria interna e operacionalizada pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno, uma vez que são responsáveis por proceder à avaliação e consultoria independentes e objetivas na primeira linha e na segunda linha, reportando suas descobertas à gestão e ao órgão de governança para promover e facilitar a melhoria contínua.

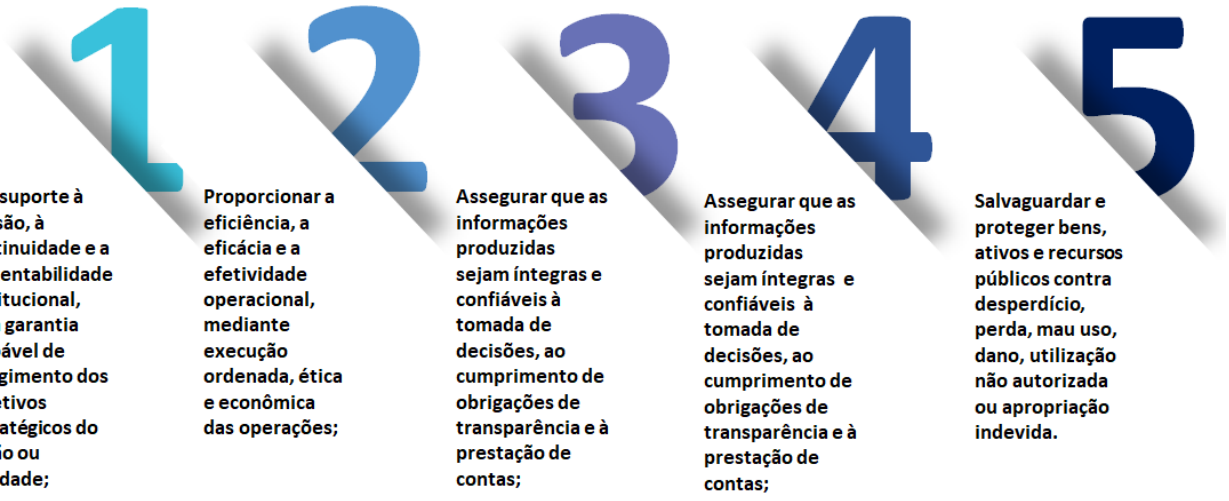
Ressalta-se que a adoção do Modelo das Três Linhas possibilita à organização assegurar o cumprimento de requisitos e expectativas institucionais, fortalecer uma governança eficaz e sustentável e contribuir para a prevenção da ilegalidade e da corrupção.

Esquematização do funcionamento do Sistema de Controle Interno



Objetivos

No que se refere aos objetivos, nos termos do art. 9º, os controles internos da gestão devem ser estruturados de modo a proporcionar segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos institucionais. Para a efetividade desses controles, é imprescindível a existência de objetivos claros, que, conforme dispõe o art. 10, são os seguintes:



Estrutura

No que se refere à estrutura, nos termos do art. 11, a alta administração, bem como os servidores e empregados da organização, deverão observar os seguintes componentes estruturais:

Ambiente de Controle	É a base de todos os controles internos da gestão, sendo formado pelo conjunto de regras e estrutura que determinam a qualidade dos controles internos da gestão. O ambiente de controle deve influenciar a forma pela qual se estabelecem as estratégias e os objetivos e na maneira como os procedimentos de controle interno são estruturados.
Avaliação de Risco	É o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização e determina a resposta apropriada ao risco. Envolve identificação, avaliação e resposta aos riscos, devendo ser um processo permanente;
Atividades de Controles Internos	São atividades preventivas (reduzem a ocorrência de eventos de risco) ou detectivas (possibilitam a identificação da ocorrência dos eventos de risco) materiais e formais, implementadas pela gestão para diminuir os riscos e assegurar o alcance de objetivos organizacionais e de políticas públicas;
Informação e Comunicação	As informações produzidas pelo órgão ou entidade devem ser apropriadas, tempestivas, atuais, precisas e acessíveis, devendo ser identificadas, armazenadas e comunicadas de forma que, em determinado prazo, permitam que os servidores e empregados cumpram suas responsabilidades, inclusive a de execução dos procedimentos de controle interno; e
Monitoramento	Obtido por meio de revisões específicas ou monitoramento contínuo, independente ou não, realizados sobre todos os demais componentes de controles internos, com o fim de aferir sua eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, excelência ou execução na implementação dos seus componentes e corrigir tempestivamente as deficiências dos controles internos:
Monitoramento contínuo	Realizado nas operações normais e de natureza contínua da organização e inclui a administração e as atividades de supervisão e outras ações que os servidores e empregados executam ao cumprir suas responsabilidades, podendo ser realizado pela própria Administração por intermédio de instâncias de conformidade que atuam como segunda linha da organização; e
Avaliações específicas	Realizadas com base em métodos e procedimentos predefinidos, cuja abrangência e frequência dependerão da avaliação de risco e da eficácia dos procedimentos de monitoramento contínuo, abrangendo, também, a avaliação realizada pelas unidades de auditoria interna dos órgãos e entidades e pelos órgãos do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Municipal para aferição da eficácia dos controles internos da gestão quanto ao alcance dos resultados desejados.

Responsabilidade

Quanto às responsabilidades, conforme dispõe o art. 12, compete à alta administração da organização estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos da gestão, sem prejuízo das atribuições dos gestores dos processos organizacionais e dos programas de governo, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

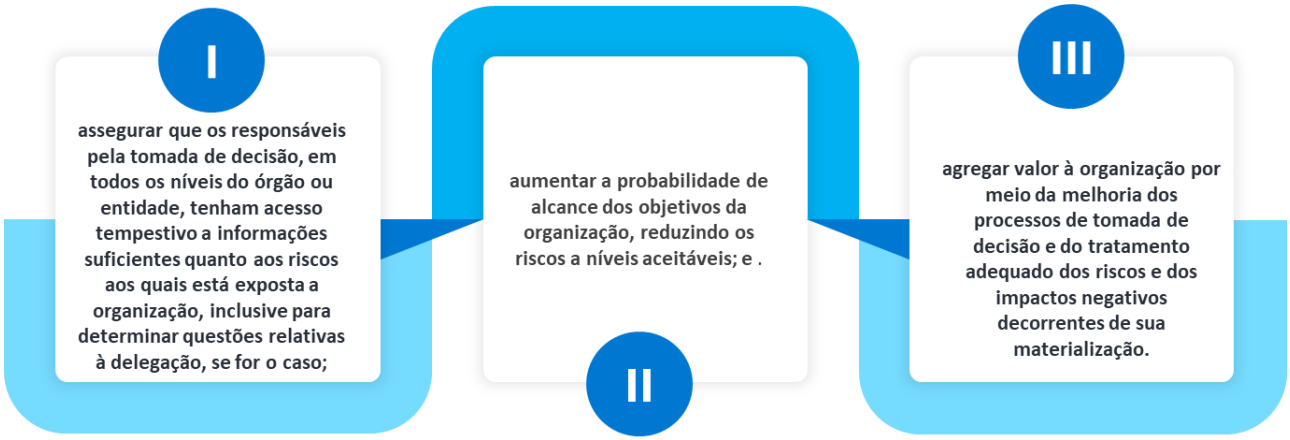
Por sua vez, aos demais servidores e empregados incumbe a responsabilidade pela adequada operacionalização dos controles internos da gestão, bem como pela identificação e comunicação tempestiva de eventuais deficiências às instâncias superiores.

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas voltadas à identificação, avaliação e tratamento de potenciais ameaças, visando minimizar seus impactos e apoiar o alcance dos objetivos organizacionais, mediante o uso adequado de recursos humanos e materiais.

Nos termos do art. 13 do Decreto nº 17.888/2022, os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal devem implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, de forma compatível com sua missão e objetivos estratégicos, observadas as diretrizes estabelecidas no referido decreto.

Objetivos



Responsabilidades

Conforme o art. 19, cabe ao dirigente máximo da organização definir a estratégia e a estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão. Assim, cada risco identificado deve estar vinculado a um agente formalmente responsável, com competência para orientar e acompanhar as ações de mapeamento, avaliação e mitigação.

I - assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a política de gestão de riscos da organização;

II - monitorar o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a política de gestão de riscos; e

III - garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis em todos os níveis da organização.

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO - CONACI

A CGM participa do CONACI – Conselho Nacional de Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, associação privada, sem fins lucrativos, que reúne órgãos de controle interno dos Estados e do Distrito Federal, e representantes de Órgãos de Controle Interno das Capitais, e tem entre seus objetivos a participação na formulação, na implementação e na avaliação das políticas nacionais de gestão pública.

Com esse propósito, a Controladoria Geral do Município é filiada ao Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI que, em atendimento à demanda da sociedade por atitudes ativas em defesa da transparência dos gastos públicos, exerce papel mobilizador para criar e promover sistemas de controle visando à construção de gestões públicas mais eficientes e assertivas.

A atuação do Conselho se dá a partir do intercâmbio de conhecimentos, práticas e informações, possibilitando um trabalho conjunto para a formulação, implementação e avaliação de políticas nacionais de controle e gestão.

Além de discutir, conhecer e trocar experiências, o CONACI consolida-se com o propósito principal de promover a necessária integração entre todos os órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos atuantes no Brasil em benefício de toda a sociedade.

Faz parte de sua atuação a coordenação e articulação das ações de interesse dos órgãos de controle interno, a realização de debates e eventos de interesse de seus membros e a coordenação e desenvolvimento de programas e projetos voltados à construção de mecanismos de controle que possibilitem ao país avançar econômica e socialmente, aproximando o poder público dos cidadãos.

Desse modo, a Controladoria Geral do Município entende de fundamental importância a integração entre instituições de controle da administração pública, em todas as esferas, e vislumbra no CONACI, a oportunidade de conhecer e trocar experiências promovendo o fortalecimento da ação de controle, dispondo-se, assim a participar ativa e efetivamente do Conselho.

Buscando promover melhorias e integrar a Controladoria Geral ao contexto nacional em temas cruciais para o aprimoramento institucional, como Política de Governança, Planejamento Estratégico, Gestão de Riscos, Compliance e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) a CGM, representada pelo Controlador Geral Jonhy Milson Oliveira Martins, participou ativamente das 53ª 54ª, 55ª 56ª Reuniões Técnicas do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Registros







Prefeitura Municipal de Porto Velho

www.portovelho.ro.gov.br
semec.portovelho.ro.gov.br